

Agosto de 2016

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

### Redação

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos  
e Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

<b>I.</b>	<b>REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>I</b>
1.1	Programa de Redução da pobreza beneficia 500 famílias	1
1.2	Angola, o maior beneficiário da ajuda financeira da China e da Áfirca	2
1.3	O porque de tanta desigualdade em Angola	3
1.4	Protecção social não combate desigualdade	4
1.5	Inflação acelera e ultrapassa 35%	6
1.6	Investimento estrangeiro pode relançar a economia	7
1.7	Famílias carenciadas recebem apoio	8
1.8	População vulnerável beneficiará de renda mensal	8
1.9	Quase 25% mais pobres e com restrições de acesso a bens e serviços sociais	9
<b>2.</b>	<b>MICROFINANÇAS</b>	<b>II</b>
2.1	Camponeses beneficiam de crédito	11
2.2	Camponeses pedem apoio às instituições financeiras	11
2.3	Banco Keve vai conceder crédito às cooperativas da Funda	12
2.4	Crédito agrícola mobiliza a Funda	12
2.5	Governador de Luanda faz negócio consigo mesmo	13
2.6	Outros maus exemplos	14
2.7	Pessoas expostas mandam no Keve	14
2.8	Camponesas querem apoio	15
2.9	Administração municipal combate comércio na rua	15
2.10	Dezenas de casas para pensionistas foram concluídas	15
2.11	Afinal Somos Poucados	16
2.12	Angola Investe apenas aprovou Kz 87 mil milhões	16
2.13	Micro e pequenas empresas podem dinamizar economia	16
2.14	O impacto da "kjdkila"	17
2.15	As cooperativas como instituições financeiras não bancárias	18
<b>3.</b>	<b>MERCADO INFORMAL</b>	<b>2I</b>
3.1	Administração caça cantinas e "zungueiras"	21
3.2	O negócio do "café ambulante"	22
3.3	Oficinas ilegais foram encerradas	23
3.4	Administração municipal combate comércio na rua	23
3.5	Polícia de Fiscalização Marítima apreende embarcações de Pescadores em Cacucaco	24
3.6	As dificuldades no comércio de rua	25
3.7	Estrangeiros ilegais prestam serviços de moto-táxi em Luanda	27
3.8	Vendedores de jornais abraçam associativismo	28
3.9	Quem mandou construir uma praça no KK 50007	29
3.10	Perseguição mortal aos motoqueiros do bairro Huambo	29
3.11	O impacto da "kjdkila"	31
3.12	ligações ilegais na rede eléctrica	31
<b>4.</b>	<b>OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>32</b>
4.1	Não vemos sinais para continuar a pesquisar sobre diversificação de economias	32
4.2	OGE revisto aumenta investimento público	34

4.3	Parlamento vota alteração a Lei do OGE	35
4.4	Revisão do OGE prevê corte de 10% nas receitas petrolíferas	36
4.5	Despesa do orçamento revista para um nível “mais realista”	37
4.6	Despesa prevista no orçamento revisto 2016 cai 25% em termos reais	38
4.7	Executivo reavalia OGE 2016	38
4.8	Revisão do OGE corta mil milhões de dólares de receitas petrolíferas	40
4.9	OGE revisto prioriza sector social	40
4.10	Orçamento vai a debate na segunda-feira	41
4.11	Dívida pública colocada por Angola sobe 15% na primeira semana de Agosto	42
4.12	Protecção social não combate desigualdade	43
4.13	OGE Revisto é debatido hoje no parlamento	45
4.14	OGE/201& revisto aprovado na Assembleia Nacional	46
4.15	A revisão do OGE2016 e o crescimento da economia	47
4.16	"O orçamento geral do estado tem falhado na governação"	48
4.17	OGE revisto baixa estimativa para a produção de crude	49
4.18	Oposição diz que O.G.E revisto "alimenta" corrupção	50
4.19	Orçamento do Estado ajustado à realidade actual	51

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 54

5.1	Sobas contestam modalidade de pagamento das pensões	54
5.2	Municipalizar a vida	54
5.3	Brigadas de sensibilização para o pagamento de impostos actuam no município do Cazenga	55

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO 56

6.1	Programa de Redução da pobreza beneficia 500 famílias	56
6.2	A imagem do Kilamba	57
6.3	Mais casas no Cuvango	58
6.4	AADIC quer punição severa contra administradores das centralidades do Kilamba e Sequele	58
6.5	Crise em Angola afecta sector imobiliário da Namíbia	60
6.6	Toda “Tramoia” do GPL e de Rui Cruz	61
6.7	Seminário hoje sobre as cidades	62
6.8	Venda de apartamentos e residências nos Zangos 'O' e 'I' à espera da água e da luz	62
6.9	Dezenas de casas para pensionistas foram concluídas	63
6.10	General Wala	63
6.11	José Eduardo Dos Santos	64
6.12	Fórum recomenda novo impulso ao programa	64
6.13	Auto-construção com vários lotes para distribuição	65
6.14	Kilamba “Village” nasce a Sul da cidade de Luanda	65
6.15	Sequele terá casas sociais	66
6.16	Técnicos projectam casas com custo máximo de 32 mil USD	66
6.17	Chinesa Sinohydro recebe novas obras em Angola	67
6.18	Censo mostra habitações	68
6.19	Empresas chinesas garantem mais cinco obras de 163,5 milhões USD	68
6.20	Trabalhadores ameaçam vandalizar centralidade”	69
6.21	Trabalho & Política	70
6.22	Vias urbanas em reabilitação	71

## 7. TERRA 73

7.1	Abordada construção em zonas de risco	73
7.2	"Deixamos as tendas por doenças e fome"	73
7.3	Sinistrados de Caxito voltam a construir no local das 'cheias	74
7.4	ZEE acusada de demolir mais de 600 residências no Zango 3	74

7.5	Demolições anárquicas no Zango III	76
7.6	Militares acusados de semear terror no Zango	76
7.7	Concentração no GPL	77
7.8	Denúncias nas redes sociais	78
7.9	FAA espezinham administração do Estado?	79
7.10	Insuficiência das administrações municipais	80
7.11	Intervenção das FAA	81
7.12	Martelo demolidor de Wala deixa por baixo mais de 600 casas	81
7.13	Toda “Tramoia” do GPL e de Rui Cruz	82
7.14	«Vou receber o meu dinheiro»	82
7.15	Jornalistas detidos por militares da UGP	83
7.16	Vítimas do zango desabafam: "dos santos governa 50 para ele"	83
7.17	Empresa construtora diz-se surpreendida	84
7.18	Militares facturam com demolições de casas	84
7.19	Famílias em zonas de risco recebem terrenos	85
7.20	Famílias em zonas de risco recebem lotes de terreno	85
7.21	FOBES e Administração de Viana Negoceiam solução para demolições no Zango	86
7.22	ANASAMBA pretende apoiar administração na resolução de problemas	87
7.23	Provedor de justiça impedido de entrar em zona de demolições	87
7.24	Estado Maior das FAA reage ao incidente do Zango II	88
7.25	Identificadas áreas de risco	88
7.26	“ Demolições legais”	89
7.27	Angola: família de rapaz morto em demolições pede ajuda	89
7.28	Angola: onde as demolições, a miséria e as execuções funcionam em perfeita sintonia!!!	90
7.29	Autoridades dizem que demolições no zango são legais	90
7.30	Criança morta e mulher violada	91
7.31	“Demoli residências no Ramiro para distribuir aos meus colegas”	91
7.32	UNITA também associada razões da morte no Zango II	92
7.33	Figuras públicas condenam actuação de militares e morte de menor	92
7.34	Forças do general wala executam rapaz de 14 anos	93
7.35	General Wala lamenta execução de rapaz de 14 anos pelas suas forças de segurança	93
7.36	General Wala trava provedor de justiça	94
7.37	“Iniciou uma verdadeira guerra contra os pobres”	94
7.38	Kamartelo não poupa gente sofrida	96
7.39	Milhares De Casas Demolidas Por Militares Nos Arredores De Luanda	97
7.40	Militares que abateram menor de 14 anos no Zango continuam a monte	98
7.41	Posição «demolidora»:	99
7.42	A administração da Samba propõe transferência de moradores em zona de risco	100
7.43	Provedor da Justiça	100
7.44	Quando mais nada resta ao Estado de Direito	101
7.45	Recção “ Militares falaram em afronta das populações”	102
7.46	ZEE	103
7.47	As demolições vão continuar	103
7.48	As histórias (algumas) do general Wala	103
7.49	Assassinato de menino de 14 anos verga o estado-maior das FAA	104
7.50	Cruéis	105
7.51	"Demolições servem interesses particulares"	106
7.52	FAA são forças de paz são forças de defesa da soberania	106
7.53	Militares da PCU executam menino Rufino	108
7.54	"Ninguém tem direito de tirar a vida de outrem"	109
7.55	No Reino... militares acima da lei tratam os pretos pior que os bois	109
7.56	O Executivo tem meios para impedir isso	110
7.57	Políticos apelam para o respeito dos direitos humanos	110
7.58	Rufino António	110
7.59	Solicitada a detenção do General Wala	111
7.60	SOS Habitat	111
7.61	MPLA e UNITA trocam acusações sobre acontecimentos do Zango	111

7.62	Ainda a maka do Zango	112
7.63	Cruéis	113
7.64	O sonho do 'direito à casa própria' volta a ruir em Benguela	114
7.65	Auto-construção com vários lotes para distribuição	115
7.66	Luís do Nascimento defende caso “Rufino”	115
7.67	"Em Angola a diversificação da economia está a criar e conflitos graves"	116
7.68	Governo angolano é sui generis permite a construção de casas e depois as destrói	116
7.69	Morte de Rufino atribuída a UNITA	117
7.70	Morte de Rufino leva Gen. Wala ao Tribunal	117
7.71	Novas acusações contra militares no zango: “estupraram a minha esposa, tiraram a minha botija e meteram no carro deles”	118
7.72	Todos têm medo do Wala	118
7.73	Carta para um bajulador	119
7.74	Zango envergonha Angola mas não o MPLA	120
7.75	Distribuídos lotes à população local	121
7.76	Ttie Economist aprova venda de 53 unidades na Zee Luanda-Bengo	121
7.77	Demolições em Viana: o lobo na pele de cordeiro	122
7.78	Governantes: Demolições de Vidas, Nenhum Remorso - Parte I	125
7.79	Invasores de terrenos comandam na ZEE	127
7.80	Governantes: demolições de vidas, nenhum remorso - parte I	130
7.81	Cuanza Norte dá cartas na produção de citrinos	132
7.82	Desalojados dizem-se esquecidos na Ilha Dourada	135

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

136

8.1	Saneamento básico constitui prioridade das autoridades	136
8.2	Empresas portuguesas reabilitam abastecimento de água em Luanda	137
8.3	Vila de Quibaxe melhora distribuição	137
8.4	ELISAL dispensa 400 colaboradores	138
8.5	Garimpo De Água	139
8.6	Pânico no Cazenga	139
8.7	Quando o “perigo” vem das torneiras	140
8.8	Administração leva empreiteira à barra do tribunal	141
8.9	Projectos de energia e águas em avaliação	142
8.10	Perímetro irrigado com mais água para lavoura	143
8.11	Uso e abuso na lavagem de carros	144
8.12	Abastecimento de água potável reforçado na Uia	144
8.13	Campanha	145
8.14	Fornecimento de energia e água está a melhorar no cuanza sul	145
8.15	Gestão rigorosa dos sistemas melhora oferta	146
8.16	Luanda quase limpa	147
8.17	Muito lixo e areia no canal... do Kikuxi	148
8.18	O motor do progresso	149
8.19	Programas estruturantes do sector cumprem metas fixadas pelo executivo	149
8.20	Financiamentos garantem execução de várias obras	151
8.21	Lançado projecto-piloto Huambo cidade limpa	152
8.22	A sujeira que ficou do Programa 'Luanda Limpa'	153
8.23	'Governo deve retomar o programa'	153
8.24	Saneamento débil nas escolas	153
8.25	AGUA E SANEAMENTO Níveis de cobertura da população não melhoraram nos últimos oito anos	154
8.26	Cidade do Huambo quer ser mais limpa	157
8.27	Esgotos do KK 5000 transformados em lavandaria comunitário	158
8.28	IGT questiona despedimento colectivo	159
8.29	Lixo "abunda" no mercado Mabunda	160
8.30	Modelo pré-pago vai ser alargado ao fornecimento de água	161

8.31	Saneamento básico da cidade de Luanda continua deficiente	161
8.32	Sem investimentos, escolas ficam «órfãs) de saneamento	162
8.33	Água reforçada em breve na região	162
8.34	Chinesa Sinohydro recebe novas obras em Angola	163
8.35	Empresas chinesas garantem mais cinco obras de 163,5 milhões USD	163
8.36	Desalojados dizem-se esquecidos na Ilha Dourada	164
8.37	Moradores do bairro Belo Horizonte	165

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA 167

9.1	Emigrantes ilegais tentam na Lunda Sul obter documentos	167
9.2	Comerciantes no Huambo tranquilizados	167

## 10. AMBIENTE 169

10.1	Abordada construção em zonas de risco	169
10.2	Sinistrados de Caxito voltam a construir no local das 'cheias	169
10.3	Cuamba aposta na exploração de madeira	170
10.4	Protecção Civil realiza campanha de sensibilização	171
10.5	AADIC quer punição severa contra administradores das centralidades do Kilamba e Sequele	171
10.6	Pânico no Cazenga	173
10.7	Famílias nos Gambos diversificam culturas	173
10.8	ANASAMBA pretende apoiar administração na resolução de problemas	173
10.9	Identificadas áreas de risco	174
10.10	A administração da Samba propõe transferência de moradores em zona de risco	174
10.11	Protecção Civil avalia impacto da seca	175
10.12	Benguela em estado de alerta para o início das chuvas	175
10.13	Cuamba busca recursos na exploração de madeira	176
10.14	Campanha termina hoje	177
10.15	Projecto siderúrgico do Cutato e Cuchi envolve USD 226 milhões	178
10.16	Desgraças de Luanda vão começar	178
10.17	Exploração da madeira é diminuta	179
10.18	Sinistrados das chuvas no Cubal ainda nas zonas de risco	180
10.19	Pára-raios instalados no Huambo	181
10.20	Polícia detém madeireiros ilegais	181
10.21	Moxico responde aos desafios da diversificação	182
10.22	Cazenga	185
10.23	Gestão de Riscos: Sair da Teoria para a Prática	185
10.24	Luanda aguarda pelas chuvas com dúvidas e medo	186
10.25	Últimas chuvas provocaram 270 mortos e 321 feridos	187
10.26	Vox Populo: Cidadinos apreensivos	188
10.27	Indústria fomenta transformação de madeira	189
10.28	Acho que isso não vai melhorar tão cedo	190

## 11. MIGRAÇÃO 192

11.1	Emigrantes ilegais tentam na Lunda Sul obter documentos	192
11.2	Imigrantes expulsos por residência ilegal	192

## 12. EXPLORAÇÃO MINEIRA 193

12.1	Diamentes Continuam em Alta	193
12.2	Investimento estratégico na produção do ferro gusa	193
12.3	Projecto siderúrgico do Cutato e Cuchi envolve USD 226 milhões	195





# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Programa de Redução da pobreza beneficia 500 famílias

*Jornal O PAÍS*

*01 De Agosto de 2016*

*Texto: Maria Teixeira*

O programa visa sensibilizar famílias angolanas a adoptarem novos hábitos e comportamento face ao actual contexto económico e social do país, de modo a se auto-sustentarem. Trata-se de um grupo considerado o dos "pobres dos mais pobres", que vivia em zonas consideradas de risco, nos arredores do bairro do Golfe 2, município de Belas e que agora fazem parte do Programa Experimental de Redução da Pobreza.

Segundo a presidente daquela associação de beneficência, Bebiana de Almeida, o projecto está a ajudar centenas de famílias.

"As famílias que residiam nos barrancos da lixeira do Golfe II estão a mudar as suas vidas desde o momento em que foram realojadas no Zango, onde contam com o apoio permanente da Associação de Profissionais e Amigos do Combate à Pobreza (APACP)", disse.

Uma das beneficiárias é a cidadã Luzia Dala, de 45 anos, que hoje mora com a família no Zango. Na conversa com O PAÍS, contou que sempre viveu no Golfe 2, por trás do conhecido bairro da "Lixeira", uma zona degradada e com péssimas condições para a vida humana.

"No bairro onde vivíamos, as pessoas não tinham medo de pegar numa garrafa e alvejar alguém", conta.

A família de Luzia Dala e mais outras 500, saíram do "inferno" e agora vivem em melhores condições de vida. A vida, aos poucos ganha sentido e Luzia Dala está feliz porque já é capaz de sonhar. "Nas barrocas onde vivíamos perdemos o medo, drogávamo-nos, bebíamos e fazíamos tantas coisas erradas", afirma dona Luzia.

Acrescentou que eram pessoas abandonadas pelo mundo ao seu redor, a imundície do lixo e a pobreza não os deixavam dormir. "Um dia, apareceu a senhora

Bebiana, como anjo nos ajudou e mudou a nossa vida. Hoje, recebemos terrenos, mas com as condições de construir casas de bloco e ficar na Luanda Limpa (Zango IV)", conta.

Disse ainda que vive há 10 anos no Zango IV, num terreno dado pela dona Bebiana, porque eram refugiados numa autêntica lixeira.

"Não temos dinheiro para sobreviver e saímos do bairro da lixeira no Golf II em condições piores, nesta zona, quando cai chuva entra água e muitas crianças acabam morrendo", declarou.

Já um outro morador, Mateus Rogério, disse que a dona Bebiana é a pessoa que sempre os ajudou e lhes deu terrenos para a construção de casas de blocos.

"Estou com o terreno há três anos e vivo no bairro há 10 anos, era refugiado e vivia em péssimas condições, por causa do lixo, do fumo e dos bandidos. Hoje estou aqui graças à bondade da dona Bebiana", afirmou Mateus Rogério.

O gestor do Fundo de Apoio Social (FAS) e empreiteiro das obras, Gilberto Miranda João, disse estar no projecto desde 2002 e que quando começaram foram rejeitados pela população, que os consideravam pessoas de risco.

Actualmente, a associação trabalha com 24 jovens no FAS, 48 na construção de casas, 24 na construção da creche e 12 homens na construção de muros e da escola.

"Eles ajudam no desenvolvimento da microempresa que produz vassouras recicladas, no desenvolvimento e melhoramento das escolas e ajudam a Comunidade Piloto CPFV (Associação Força de Vontade) a avançar em alguns dos seus projectos sustentáveis", declarou.

O responsável disse ainda que eram famílias completamente abandonadas por tudo e todos, grande parte das quais pouco ou nada sabiam sobre comportamentos morais ou normas e regras de cidadania aceitáveis em sociedade e viviam dos restos de alimentos deitados na lixeira.

Como surgiu o Projecto de Combate à Pobreza

Fruto da experiência acumulada durante 14 anos, Deolinda Bebiana de Almeida, ex-funcionária das Nações Unidas, disse em exclusivo a O PAÍS, que ao regressar a Angola, em 2002, decidiu lançar um 'Programa Experimental de Redução da Pobreza'.

Bebiana de Almeida, que coordena o Programa da Associação de Profissionais e Amigos de Combate à

Pobreza, tinha como propósito trabalhar com pessoas que vivem em extrema pobreza. A responsável, que trabalhou para a maior tribuna política mundial exercendo posições de alto nível, tais como Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas e Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a mentora do projecto.

Bebiana contou que depois de regressar ao nosso país teve que negociar com o Ministério das Relações Exteriores (MIREX) para libertá-la das actividades no gabinete e realizar essa experiência. "Foi assim que depois de algumas negociações consegui, mas ainda sou um quadro do MIREX, emprestada a um projecto de combate à pobreza no país", disse.

Na experiência, Bebiana de Almeida seleccionou um grupo alvo que considerou sendo os "pobres dos mais pobres", que viviam no lixo e do lixo, numa das grandes lixeiras da cidade capital de Luanda, no Golf II, Município do Kilamba Kiaxi.

Para efectivar o projecto juntaram-se muitas pessoas e começaram essa experiência. "A nossa maior preocupação sempre foi encontrar populações que vivessem em extrema pobreza, porque queria lidar com famílias que estivessem nessa situação. Então foi nesta lixeira que nós trabalhamos durante três anos, de 2002 a 2005, com as famílias que viviam naquela fumaça e lixo", disse.

Segundo a responsável, os primeiros encontros com os elementos do grupo alvo foram assustadores e, em algumas ocasiões ameaçadores, tanto assim que os elementos dá sua pequena equipa de trabalho foram, nesses primeiros encontros, intensamente apedrejados por esse mesmo grupo que os consideravam intrusos, tal como tantos outros que por ali passavam.

"Escolhemos e decidimos trabalhar com 500 famílias, mas começámos com números pequenos e paulatinamente, porque o maior problema foi encontrar espaço suficientemente vasto para reassentar as tais famílias. O Governo Provincial de Luanda (GPL) iria ajudar-nos", esclareceu.

Explicou que à Associação de Profissionais e Amigos de Combate à Pobreza (APACP) ajuda a enquadrar as famílias de emergência' às quais oferecem comida e acompanham nas, na mudança de comportamento, sempre na esperança de ter um lugar para levá-las, "Numa primeira fase, fomos levados a um outro lado, onde a maioria das pessoas ainda vive em casas de chapas e outras em papelão, enquanto preparávamos o bairro piloto 'Força de Vontade' I e também o II, em

que estão já construídas 40 casas, 39 das quais já estão habitadas", explicou.

Fez saber que o projecto alberga três metas importantes de actua-o ção, sendo a primeira o espaço suficientemente amplo para residências e equipamentos sociais, a segunda a água e a luz, e, por último, casas que poderão ser construídas e entregues aos futuros utentes.

Contou também que tudo é um processo e que as famílias que saíram da lixeira para o Zango depois passarão para o bairro piloto Força de Vontade. "Quando se trata de um trabalho com a ideia de se levar pessoas bastante carentes a um desenvolvimento auto-sustentado é aconselhável fazê-lo por fases e, entre elas, a criação da auto-estima do próprio denominado pobre e depois responsabilizá-lo por aquilo que compra que é a sua vontade de querer mudar de comportamento", explicou.

Disse ainda que estão a fazer uma fábrica artesanal de vassouras recicladas a partir de garrafas de água mineral, e neste momento têm 14 casas feitas e 78 anexos na Força de Vontade I. A localidade vai albergar 460 casas porque têm 500 famílias para abrigar, para as quais 40 foram feitas e 39 já estão habitadas na Força de Vontade II, uma contribuição dada pelo Programa Combate à Pobreza.

Por essa razão, disse Bebiana de Almeida, também há o Fundo de Apoio Social (FAS) composto pelo grupo de jovens Betão Forte que veio da lixeira do Golf 2 e agora constroem as escolas. "O nosso espaço tem equipamentos sociais como escolas primárias e do segundo ciclo, áreas de lazer, centro de saúde e creches", fez saber.

## I.2 Angola, o maior beneficiário da ajuda financeira da China e da África

*Jornal a República*

*05 De Setembro de 2016*

*Texto: Lusa*

O principal recetor das linhas de crédito abertas por Pequim foi o sector transporte e armazenagem, que absorveu 20% do montante global, detalha aquela pesquisa.

Logo a seguir, surge a produção e abastecimento de energia, que recebeu 18% do crédito chinês.

Governo e sociedade civil, comunicações e abastecimento de água e saneamento, que, no

conjunto, acederam a 667 milhões de dólares (600 milhões de euros), surgem no fim da lista.

Depois de a guerra civil em Angola ter acabado, em 2002, a China tornou-se um dos principais atores da reconstrução do país, nomeadamente das suas estradas, caminhos-de-ferro e outras infra-estruturas.

Em troca, o país asiático "obteve condições favoráveis para a exploração de minérios" no país africano, lê-se na pesquisa conduzida pela jornalista de investigação espanhola Eva Constantaras.

A China é hoje o maior importador do petróleo angolano, mas, devido à queda do preço daquela matéria-prima, o valor das exportações angolanas para o mercado chinês diminuiu cerca de 50%, em 2015, para 15,98 mil milhões de dólares (14,3 mil milhões de euros).

Entre as nações africanas mais beneficiadas pelos empréstimos do país asiático surgem ainda o Sudão, Gana e Etiópia.

"A maioria dos principais recetores são países ricos em recursos naturais - incluindo petróleo, diamantes e ouro e muita da ajuda chinesa serve para tornar essa riqueza acessível para exportar": aponta o estudo.

País mais populoso do mundo, com cerca de 1.375 milhões de habitantes, a China registou nas últimas três décadas um ritmo médio de crescimento económico de 10% ao ano, transformando-se no maior consumidor de quase todo o tipo de matérias-primas.

Desde 2009, o "gigante" asiático tornou-se o principal parceiro comercial do continente africano.

Moçambique surge em 11.º na lista da ChinaAid, que calcula que o país recebeu, desde o início do milénio, quase 5.800 milhões de dólares de Pequim.

Neste caso, o sector transporte e armazenagem foi o grande beneficiário, tendo absorvido 45% do montante total concedido pela China. A banca

e os serviços financeiros ficaram com 36%.

Entre as áreas menos beneficiadas surgem a saúde, comunicações e produção e abastecimento de energia.

Já na Guiné Equatorial, que em 2014 foi admitida na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), foi o segundo maior beneficiário 'per capita' do apoio financeiro chinês a África.

Nos últimos 15 anos, o terceiro maior produtor de petróleo da África subsaariana recebeu de Pequim quase 2.000 milhões de dólares por cada um dos seus 740.000 habitantes.

Este fluxo de investimento foi destinado, quase na totalidade, a projetos do sector energético, detalha a ChinaAid.

A pesquisa calcula que, desde 2000, os países africanos receberam de Pequim quase 100 mil milhões de dólares (90 mil milhões de euros).

Aquele valor coloca o país asiático lado a lado com os Estados Unidos da América, cuja assistência financeira ao continente africano, durante o mesmo período de tempo, ascendeu a quase 105 mil milhões de dólares (94,5 mil milhões de euros).

A China Aid revela ainda que muito do dinheiro chinês é investido nas cidades de origem dos chefes de Estado dos respectivos países, ou em regiões habitadas pelo grupo étnico do líder político.

Ainda assim, rejeita que Pequim tenha uma estratégia focada em tirar partido do clientelismo político no continente, atribuindo aquela tendência à competição por influência entre diferentes agentes do Governo chinês.

Em Dezembro passado, o Presidente chinês, Xi Jinping, anunciou em Joanesburgo que vai conceder 60 mil milhões de dólares (54 mil milhões de euros) em assistência e empréstimos aos países africanos, nos próximos anos.

Segundo estimativas ocidentais, vivem em África um milhão de chineses, dos quais um quarto - 250.000 em Angola.

### 1.3 O porque de tanta desigualdade em Angola

*Jornal Expansão*  
12 De Agosto de 2016

O Expansão publica hoje um especial sobre os gastos com a protecção social, o terceiro de quatro especiais sobre os gastos sociais no Orçamento Geral do Estado (OGE) angolano, elaborados pela Associação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente com o apoio do UNICEF, acrónimo inglês de Fundo das Nações Unidas para a Infância.

A conclusão que podemos retirar até agora é que os problemas que o País enfrenta com o choque

petrolífero, incluindo a escassez de divisas, não são nada quando comparados com os problemas do subfinanciamento da educação e da saúde.

De acordo com as recomendações internacionais, a percentagem dos gastos públicos destinada à educação deveria ser de pelo menos 20%, enquanto a da saúde devia ascender a 15%. Ou seja, no conjunto educação e saúde deveriam receber o, equivalente a 35% do OGE.

No OGE 2016 revisto a fatia das despesas públicas dedicada à educação queda-se pelos 6,6% e a da saúde não ultrapassa os 4,4%. Isto é, em 2016 o Estado projecta gastar com a educação e a saúde o equivalente a apenas 11% das despesas totais. Já a defesa e a segurança levam 13,4% do total. Para cumprir as recomendações internacionais, Angola praticamente teria que triplicar o actual esforço orçamental com a educação e a saúde.

A dotação para o sector social prevista no OGE 2016 revisto não excede 27,7% do total, a percentagem mais baixa desde 2004. O que Angola gasta com a totalidade do sector social não chega sequer à percentagem recomendada internacionalmente apenas para os sectores da saúde.

A educação e saúde não são os únicos parentes pobres do OGE. Veja-se o caso da protecção social, em particular a protecção social não contributiva.

O eixo da protecção social não contributiva está muito pouco desenvolvido em Angola, que é um dos pouquíssimos países em desenvolvimento que ainda não tem um programa consistente de transferência de renda para famílias pobres e vulneráveis.

Contudo, como explicam a ADRA e o UNICEF, a protecção social não contributiva tem um papel fundamental para a redução da pobreza e para a melhor redistribuição da riqueza de um país.

Está explicado o porquê de tanta desigualdade na distribuição do rendimento em Angola. E pelos vistos vai agravar-se. Pelo menos, a avaliar pelo rumo que leva o OGE 2016 revisto.

## 1.4 Protecção social não combate desigualdade

*Jornal Expansão*

*12 De Agosto de 2016*

1 O sector da Protecção Social em Angola em Angola, a Lei de Bases da Protecção Social estrutura o sistema

de Protecção Social em três eixos: básica, obrigatória e complementar.

A protecção social obrigatória e a complementar assentam numa lógica de seguro social ligado ao emprego e financiado por meio das contribuições dos trabalhadores e das entidades empregadoras.

O terceiro eixo refere-se à 'protecção social não contributiva', também chamada 'protecção social básica, ou 'de base''. O alvo específico da protecção social não contributiva são as famílias que se encontram em situação de precariedade económica e risco. A protecção social não contributiva tem um papel fundamental para a redução da pobreza e para a melhor redistribuição da riqueza de um país, dois importantes objectivos declarados no Plano Nacional de Desenvolvimento - PND 2013-2017.

O eixo da protecção social não contributiva está muito pouco desenvolvido em Angola, que é um dos pouquíssimos países em desenvolvimento que ainda não tem um programa consistente de transferência de renda para famílias pobres e vulneráveis. O Governo de Angola assinou uma parceria com a União Europeia para a implementação de um ambicioso programa de protecção social não contributiva, APROSOC. O projecto, que tem um valor total de cerca de 38 milhões de euros, é implementado através do Ministério da Assistência e Reintegração Social (MINARS). O Projecto APROSOC inclui a subcomponente SIMSAP, executada em parceria com a UNICEF, que inclui um programa piloto de transferência de renda dirigido às famílias com crianças vulneráveis, de idade inferior a 5 anos.

Angola não tem ainda uma política ou estratégia nacional que enderece o sector da protecção social não contributiva, resultando em intervenções pouco coordenadas. A aprovação da Política Nacional de Acção Social PNSA poderia contribuir para reforçar e racionalizar o sector da protecção social não contributiva em Angola e também servir de base para aumentar a alocação à assistência social.

Com uma atribuição de 812 mil milhões de Kz , a função Protecção Social tem um peso de 12,6% no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2016, que se mantém em linha com o peso do ano passado E! com a média dos últimos anos - Ver gráfico A Marcha dos Gastos.

Embora a atribuição total da função Protecção Social nos OGE dos últimos anos seja elevada em termos percentuais e absolutos, a porção atribuída para a protecção social não contributiva (ou 'de base') é muito limitada, sendo estimada, na base dos nossos cálculos,

em menos de 5% da dotação sectorial. De facto, a grande maioria dos fundos alocados à função Protecção Social financiam a protecção social contributiva (44%) ou outro tipo de despesas.

Para aproximar a percentagem atribuída à protecção social não contributiva, ou seja, directamente dirigida às pessoas pobres e vulneráveis, cruzamos dados dos OGE dos últimos três anos. Embora os classificadores orçamentais deixem dúvidas em alguns casos específicos, a análise mostra que a protecção social não contributiva tem vindo a receber atribuições entre 5% e 6% do total alocado à função. O peso limitado da alocação à protecção social não contributiva, e também a sua relativa diminuição no OGE 2016 (5% contra 6% no ano passado), é preocupante porque num período de crise económica, como o actual, as intervenções para apoiar a pessoas mais pobres e vulneráveis não deveriam sofrer cortes mas deveriam ser reforçadas.

### 3 Atribuição por sub-função no sector da Protecção Social

A análise por subfunções evidencia que mais de metade (51%) dos recursos do sector, ou seja 414 mil milhões de Kwanzas, são atribuídos a 'Serviços de Protecção Social Não Especificados' - Ver gráfico Para Onde Vai o kumbú.

Os classificadores orçamentais utilizados e a falta de informação sobre eles dificultam ter um quadro completo e claro do que é de facto financiado com estas verbas, mas a maioria destas verbas é classificada como 'Encargos Gerais do Estado' (324 mil milhões de Kz) sem especificar o seu destino - Ver gráfico O Mistério. Outra parte significativa desta sub-função são as 'Reservas orçamentais' (80 mil milhões de Kz). O OGE não providencia informações sobre como este montante, que corresponde a 10% do orçamento total para a Protecção Social, é utilizado.

A segunda sub-função mais importante em termos de atribuição é 'Velhice' que recebe um terço do orçamento do sector (285 mil milhões de Kz). Quase 95% da alocação para a sub-função 'Velhice' vai para os ministérios da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTESS) e da Defesa, devendo, na sua grande maioria, incluir a despesas do Estado para financiar as pensões contributivas dos pensionistas do Estado (civis e militares). No OGE 2016 a atribuição à sub-função 'Velhice' aumentou 64% face ao OGE revisto de 2015. Este aumento resultou num incremento de 65% no MAPTESS e de 52% no ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria. Entretanto, o Ministério da

Assistência e Reinserção Social (MINARS), que implementa programas de assistência social não contributiva, sofreu uma diminuição de 64% na rubrica 'Velhice' face a 2015.

A sub-função 'Sobrevivência' tem uma alocação total de 100 mil milhões de Kz dos quais 73 mil milhões são atribuídos ao MAPTESS, o que indica que estes fundos provavelmente financiam a protecção social contributiva dos trabalhadores e pensionistas. Os restantes 27 mil milhões são alocados às províncias e o OGE não fornece informações sobre o destino destes fundos.

Passando para as outras subfunções, a 'Família e Infância' tem um peso de apenas 0,9% do orçamento do sector de Protecção Social. As últimas duas subfunções, 'Doença e incapacidade' e 'Desemprego' têm alocações extremamente baixas, de 3,8 e 0,3 mil milhões de Kz, respectivamente.

### 4 Repartição do orçamento por programa e órgão

A dotação do MINARS baixou consideravelmente nos últimos dois anos passando de 30 mil milhões de Kz, no OGE 2014, para 19 mil milhões de Kz, no OGE 2016. O MINARS é o ministério responsável pela coordenação da protecção social de base em Angola cuja maior intervenção, o Programa de Apoio Social, baixou entre 2014 e 2016 em 80% (de 11.8 mil milhões em 2014 a 2.6 mil milhões de Kwanzas em 2016).

No mesmo período 2014-2016 outras rubricas orçamentais do MINARS também receberam cortes importantes, nomeadamente: (1) Respostas a calamidades e emergências (-26%), Acções a favor de pessoas com deficiência (-26%), (3) Apoio aos ex-militares (-46%), e outros programas gerais de transferências para pessoas vulneráveis como idosos, órfãos, desempregados, e pessoas com necessidades habitacionais (-50%).

Outros programas de protecção social de base implementados por outros departamentos ministeriais também foram afectados por cortes consideráveis nos últimos dois anos. É o caso do programa Cartão Kikua e da Merenda Escolar que receberam cortes nominais respectivamente de 10% e 17%, desde 2014.

Sem uma revisão dos classificadores do sector continuará a ser muito difícil, tanto para o Estado quanto para o cidadão, saber que fundos são de facto investidos nesta área crucial para o desenvolvimento sustentável do país. Um dos exemplos mais gritantes é que mais de metade (51%) da alocação à Protecção Social esteja numa rubrica não específica (protecção social não especificada) que não fornece indicações

sobre onde os fundos foram de facto alocados. Além disso, há despesas que são classificadas no OGE como Protecção Social que não deveriam ser classificadas como tal, como por exemplo os vários subsídios energéticos. Por outro lado, há intervenções de transferências sociais do Estado que deveriam ser classificadas como Protecção Social, e que não são classificadas como tal no OGE. Por exemplo, o ministério do Comércio não tem alocações para a Protecção Social, embora esteja a implementar o programa de protecção social não contributiva Cartão Kikuia.

Outro exemplo, são os 7,5 mil milhões de Kz alocados ao programa Merenda Escolar, que é uma intervenção de protecção social de base (pois facilita o acesso escolar às crianças que vivem em famílias vulneráveis), e que no OGE 2016 não está classificada na função Protecção Social.

#### 5 Distribuição geográfica dos recursos no sector da Protecção Social

A protecção social de base está muito dependente do nível central; as Províncias têm muito pouca autonomia para adaptar localmente as intervenções de protecção social de base às necessidades locais. A descentralização dos serviços sociais pode ter um papel importante em assegurar que as prestações oferecidas estejam alinhadas com as necessidades das comunidades locais. Para ter uma noção do nível de descentralização do sector da protecção social de base, utilizámos o OGE 2016 para uma análise das alocações provinciais. Nos orçamentos provinciais do OGE 2016 encontramos um total de 21 programas que têm como beneficiários directos pessoas pobres ou vulneráveis e que podem ser identificados como programas de protecção social de base. O valor total das atribuições a estes programas de nível provincial é de 25 mil milhões de Kz, equivalente a apenas 3,8% da função de Protecção Social no OGE 2016.

A nível provincial a atribuição média por pessoa pobre é de 2.754·Kz por ano se considerarmos todos os programas com transferências ou serviços para pessoas vulneráveis (incluindo a alfabetização, apoio agrícola, desporto e desenvolvimento comunitário).

Existem grandes diferenças entre as províncias em termos de recursos por pessoa pobre alocados para programas de protecção social de base e não há evidências de que o nível da alocação provincial esteja relacionado com algum critério claro, por exemplo, o número de pessoas pobres que vivem em cada província, como seria de esperar, uma vez que o objectivo da protecção social de base é reduzir a

vulnerabilidade e a pobreza das pessoas. Por exemplo, a alocação média anual por pessoa pobre em Cuando Cubango é de 6.862 Kwanzas; na Huíla e em Benguela as alocações anuais por pessoa pobre são de 713 e 565 Kwanzas, respectivamente.

## 1.5 Inflação acelera e ultrapassa 35%

*Jornal O PAÍS*

*15 De Agosto de 2016*

*Texto: Luís Faria*

A inflação em Luanda, que é a que constitui referência para a política monetária, ultrapassou 35% no mês de Julho, registando a maior variação mensal desde o início deste ano.

Ao contrário do mês de Junho, em que o ritmo da subida do nível de preços parecia abrandar um pouco, em Julho 'saltou' da casados 3% de variação mensal para a dos 4%.

Na sua informação referente ao mês de Julho sobre a evolução do índice de preços no consumidor (IPC), o Instituto Nacional de Estatística (INE) revela que 'a variação homóloga (que compara um determinado período com igual período do ano anterior) situa-se em 35,3%, registando um aumento de 24,89 pontos percentuais com relação à observada em igual período do ano anterior'.

Entre Junho e Julho deste ano, o nível geral do Índice de Preços no Consumidor da cidade de Luanda registou uma variação de 4,04%. A variação mensal, que se tem situado sempre acima de 3% este ano, tinha decaído de 3,46% em Maio para 3,27% em Junho, subindo no último mês para 4,04%. Trata-se da maior variação mensal registada este ano. Nas conclusões finais da última reunião do seu Comité de Política Monetária (CPM), o Banco Nacional de Angola (BNA) afirmava descortinar sinais de abrandamento na subida dos preços. No comunicado divulgado após a reunião do CPM lê-se que nela 'foi prestada particular atenção à trajectória recente dos preços na economia nacional, tendo sido notado sinais de desaceleração da taxa de inflação, impulsionados pela contracção da base monetária, como efeito da coordenação das políticas fiscal, monetária e cambial'. O BNA decidiu, de acordo com a sua nota de 8 de Agosto, manter todas a sua taxa de juros de referência e as taxas interbancárias inalteradas.

Esta aceleração da inflação em Julho coloca em questão a meta fixada para a subida dos preços até ao final do ano no Orçamento Geraldo Estado revisto, que será hoje votado na generalidade na Assembleia

Nacional. Após enunciar os factores que explicam a 'dinâmica inflacionária' pelo lado da oferta a correcção dos preços administrados, efeito de transmissão da desvalorização da taxa de câmbio, choque da oferta (choque de quantidades) e, pelo lado da procura, o excesso de liquidez e a expectativa dos agentes económicos -, o Relatório de Fundamentação do OGE revisto fixa a taxa de inflação para o final deste ano em 38,5%, muito acima da previsão inicial (11%), mas abaixo das estimativas feitas em documentos de suporte à política macro-fiscal, onde se admitia que a inflação poderia suplantar 44% no final de 2016.

Se a inflação mantiver este ritmo, ou mesmo abrandando ligeiramente, o objectivo fixado no OGE revisto parece, à partida, comprometido.

A classe 'alimentação e bebidas não alcoólicas' é aquela que mais está a contribuir para a elevada variação mensal dos preços. O Executivo reconhece, na proposta de Orçamento revisto, que a 'queda nas importações, sobretudo de alimentos', estimulou a especulação sobre os preços. Este ano a média de importação de alimentos situou-se 'em cerca de USD 186 milhões, nos primeiros meses do ano. Ou seja, em termos médios, os níveis de importação representam pouco menos da metade dos níveis observados em 2014'.

Embora o efeito da queda do preço do barril de petróleo sobre os preços e a subida da inflação assumam uma relação directa, a melhoria da média do preço do crude em relação à quebra histórica de Fevereiro não está a fazer diminuir a subida de preços. Nem o facto de se vir a dissipar o impacto imediato da redução dos subsídios aos combustíveis, medida tomada em Janeiro, amortece o ritmo de aumento dos preços. E a pressão irá manter-se do lado das importações, a não ser que o Executivo venha, de facto, a aumentar a oferta de divisas semanal.

## 1.6 Investimento estrangeiro pode relançar a economia

*Jornal de Angola*

*16 De Agosto de 2016*

Angola necessita de aumentar em 15 por cento os influxos de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) para relançar o crescimento económico, conclui um estudo apresentado em Abril pelo académico e pesquisador angolano Paulo da Conceição Carvalho à Universidade de Harvard.

O economista cita a pesquisadora Mónica Vargas Murgui que afirma que, em 2014, só a China - o maior

investidor de IDE de Africa concedeu a Angola crédito de 15 mil milhões de dólares (2,5 triliões de kwanzas).

O aumento dos fluxos de IDE, afirma Paulo da Conceição Carvalho no estudo, é o de viabilizar uma exploração "mais acentuada" de produtos e serviços com base em critérios competitivos.

O economista propõe reformas estruturais para captação do IDE, as quais ajudariam a compensar os desequilíbrios da economia angolana e resultariam na resolução da escassez de divisas, diversificação das fontes de influxo de capitais, no aumento do "know-how" tecnológico, transferência de tecnologia, criação e manutenção de empregos de remuneração elevada, capacidade empresarial e profissional de qualidade reconhecida, novas oportunidades de exportação de produtos resultantes e "uma panóplia" de competências administrativas e de inovação.

O objectivo do IDE, lembra, é gerar altos lucros e, para que tal aconteça, é necessária a existência de um ambiente de negócios favorável no país receptor, para que possa materializar-se e ser rentável para os investidores do projecto estrangeiro concebido.

Paulo da Conceição Carvalho define o IDE como "um investimento envolvendo uma relação de longo prazo que reflecte um interesse duradouro de controlo e grau de influência do investidor sobre a gestão da empresa por uma entidade residente numa determinada economia, numa empresa registada numa economia diferente da do investidor".

Paulo da Conceição Carvalho é técnico superior tributário de 2a classe, colocado no Gabinete de Planeamento Estratégico e Cooperação Internacional (GPECI) da Administração Geral Tributária (AGT).

Tem mestrados em Administração de Empresas, com especialização em "Liderança e Sustentabilidade em Negócios Internacionais" pela Universidade de Cumbria e em Ciências das Finanças pela Universidade de Salford, ambas do Reino Unido.

Em 2015 foi seleccionado pela Universidade da Harvard (EUA) e pela Universidade de Cumbria para reformular um módulo académico, integrando uma equipa de 22 pesquisadores internacionais liderados por personalidades como o renomado professor de Harvard Michael Porter e o ex-Presidente da Costa Rica, José Maria Figueres, quando elaborou o estudo em que apresentou estas propostas.

## I.7 Famílias carenciadas recebem apoio

*Jornal de Angola*

25 De Agosto de 2016

Texto: Manuela Gomes

As famílias angolanas mais carenciadas do podem beneficiar, mensalmente, de ajuda no âmbito do projecto de Apoio à Protecção Social (APROSOC), financiado pela União Europeia e apresentado ontem, em Luanda.

Criado em 20 14, o projecto conta com um financiamento de 32 I milhões de euros. Desde a sua criação até ao momento, o projecto estava dedicado à formação de técnicos, agentes comunitários e identificação das áreas da actuação.

O desígnio é fornecer ferramentas, conhecimentos e recursos para apoiar o Governo na redução da pobreza, da vulnerabilidade e da desigualdade. O projecto assenta em duas componentes. A primeira centra-se na capacitação e no fortalecimento institucional do Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), e é implementado pelo consórcio de empresas Louis Berger, Proman e PBLH.

A segunda é implementada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e apoia o Ministério na definição de novos programas e estratégias para alcançar as pessoas mais vulneráveis de forma eficaz. Os beneficiários finais do APROSOC são as pessoas mais vulneráveis da sociedade angolana, que não estão suficientemente protegidas pelos instrumentos de assistência social existentes. Idosos, pessoas com deficiência, mulheres vulneráveis e especialmente todas as crianças precisam de ter um sistema de assistência social forte e confiável que os apoia e lhes dá a oportunidade de viver uma vida digna e de qualidade.

O APROSOC não vai fornece directamente serviços a pessoas. Vulneráveis, mas apoia o governo para melhorar a assistência social do país. Esta visão está regulamentada no Plano Nacional de Desenvolvimento, bem como os quadros jurídicos existentes, como a Lei de Base da Protecção Social de 2004.

O projecto pretende a participação directa de vários parceiros, como os órgãos governamentais a nível nacional, serviços sociais do Governo a nível provincial e municipal, universidades e organizações da sociedade civil.

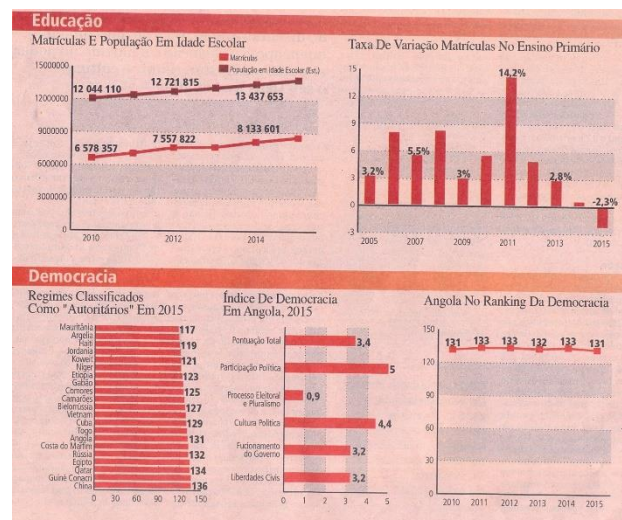
Para a sua implementação, foram já identificadas três províncias, Moxico, Bié e Uíge, onde num período de quatro anos vão ser executados projectos-pilotos de municipalização

Da Acção Social. Pretende-se com estes projectos-piloto testar e melhorar um novo modelo de protecção social de base para apoiar os mais vulneráveis, que depois são alargados ao resto do país. Uma parte da população angolana permanece altamente vulnerável e com capacidade limitada para fazer face às dificuldades e melhorar o seu nível de vida pelos Seus próprios esforços.

No novo contexto do desenvolvimento socioeconómico de Angola, a assistência social deve desempenhar um papel crucial na promoção do desenvolvimento equitativo, na redução da pobreza e no fortalecimento da coesão social.

De acordo com a Lei de Bases 7/04, o Sistema de Protecção Social em Angola é constituído por

três pilares de protecção social, designadamente a Protecção Social de Base, Protecção Social Obrigatória e a Complementar,



## I.8 População vulnerável beneficiará de renda mensal

*Jornal Grandes Notícias*

26 De Agosto de 2016

Texto: Renato da Fonseca

Segundo a responsável, numa primeira fase o valor, ainda por definir, será dado a famílias com crianças dos zero aos cinco anos de idade, sendo-lhes exigido que garantam a amamentação, o registo e a vacinação dos menores. Para gestão eficaz desde valor, as famílias



beneficiarão de formação de técnicos do APROSOC, que a se confirmar eficaz será extensivo por todo o país.

O projecto "APROSOC" (Apoio à Protecção Social) surge num contexto em que o Estado Angolano pretende expandir a protecção social das camadas mais desfavorecidas da população para aumentar o nível de integração das intervenções sociais em Angola. O projecto vem em reforço do quadro legal, político, programático e de gestão para a implementação das medidas de protecção social.

O projecto tem duas componentes principais. A primeira, a ser implementada pelo consórcio de empresas Louis Berger, tem o objectivo de fortalecer a capacidade institucional do MINARS ao nível nacional e provincial. A segunda componente é implementada através do UNICEF e tem como objectivo reforçar os programas do MINARS para a protecção e assistência social e criar novos programas e projectos-piloto alinhados com a Lei de Protecção Social de Base, o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017 e a nova Política da Assistência Social.

A componente implementada pelo UNICEF visa ainda reforçar o conhecimento e a capacidade de análise na área da protecção social, tanto ao nível de gestão dos programas sociais públicos como na capacidade dos parceiros académicos e de investigação científica. O APROSOC é financiado pela União Europeia e está orçado em 32 milhões de euros. Lançado em Outubro de 2014, terá a duração de quatro anos e abrangerá todo o país. Numa primeira etapa o projecto está a ser experimentado nas províncias do Moxico, Uíge e Bié.

## 1.9 Quase 25% mais pobres e com restrições de acesso a bens e serviços sociais

*Jornal Expansão*

*26 De Agosto de 2016*

*Texto: CEIC/UCAN*

Em 2015, o Produto Interno Bruto (PIE) angolano aumentou apenas 2,8%, quase não cobrindo o crescimento populacional de 2,7%, a taxa de desemprego manteve-se no intervalo entre 20% e 24%; o rendimento médio por habitante, quer em Kz quer em USD, diminuiu consideravelmente, interrompendo uma sequência temporal positiva; e o poder de compra dos rendimentos do trabalho, sofreu desvalorizações significativas pela taxa de inflação e

pela taxa de câmbio da moeda nacional. Por outro lado, notabilizou-se a manutenção da repartição injusta da riqueza nacional através da restrição do acesso a bens e serviços sociais, nomeadamente saúde e educação, bem como o aumento das dificuldades de funcionamento do espaço público.

### Riqueza

O crescimento pífio do PIB em 2015 - o segundo pior crescimento registado desde a crise financeira e económica internacional de 2008/2009 - indica que o País ficou mais pobre e que a maior parte dos seus cidadãos deve ter-se tornado mais remediado. O PIE por habitante, em valores nominais, regrediu 9,6% em kwanzas. Em dólares americanos, a diminuição foi de 23,1%. A linha tendencial da taxa de variação do PIB por habitante confirma a elevada probabilidade de, no futuro, se continuar a verificar a degradação das condições de vida da população. Daí fazer todo o sentido a pergunta: - O que há efectivamente para distribuir até 2020, admitindo a ultrapassagem do período de acumulação sucessiva de défices fiscais? A tendência do comportamento anual do valor do PIE por habitante, tendo em atenção as projecções do PIB do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC), aponta para uma média anual de aumento de 28,2 USD para cada cidadão em 2020. Se as taxas médias de variação anual e real do PIB fossem incrementadas, para uma média anual de, por exemplo, 6,5%, os ganhos de rendimento médio quedar-se-iam em 190 USD.

Portanto, marginais quando o propósito é o de tornar os cidadãos mais iguais entre si.

### Desenvolvimento humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Angola é uma prova mais de que, ao longo dos últimos anos, o crescimento não se transformou em desenvolvimento. Seguramente que a situação social é hoje bem melhor que em 2002, sendo a evolução do IDH uma boa aproximação à medida dessas transformações. No entanto, entre 2010 e 2014, de acordo com o Human Development Report do PNUD de 2015, a taxa média anual de variação do IDH de Angola quedou-se em 1,1%, bastante aquém do crescimento do PIB no mesmo período (4,3%).

Prevê-se, com efeito, que, até 2020, com uma taxa demográfica de 2,70%, não vão ser conseguidos ganhos significativos na redução da pobreza em Angola. A estimativa do CEIC para 2020 é de uma taxa de pobreza de 33,6%, 5,6% acima da meta estabelecida pelo Governo para 2017 no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

## Saúde

O quadro epidemiológico não deixou de inspirar preocupação em 2015. Muito pelo contrário, verificou-se uma evolução da incidência das ditas "doenças de salubridade", com destaque para a malária, em relação a 2014, o que reflecte necessariamente as graves dificuldades que grande parte da população ainda enfrenta no acesso aos serviços de saúde pública e aos bens essenciais de qualidade, como é a água para beber. Em consequência, a taxa anual de mortalidade por doenças diagnosticadas em unidades sanitárias em todo o país foi de 38%, representando um retrocesso aos níveis de 2013. Tomando como exemplo a malária e as doenças diarreicas agudas, que tiveram aumentos de notificações de 4% e 2% respectivamente, operou-se não apenas um efeito directo na taxa de incidência, mas também no grau de natalidade dessas doenças. O número de óbitos por malária aumentou em 2.568, enquanto o de óbitos por doenças diarreicas agudas em menores de 5 anos de idade em 121.

Razão pela qual o país ficou por alcançar as metas nacionais e cumprir os objectivos internacionais para o sector da saúde. Não se conseguiu reduzir a taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos de idade para 97 por 1.000 nados vivos, conforme previsto nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), pois registou-se uma taxa acima de 160. O mesmo se observa em relação à mortalidade materna, uma vez que a referida taxa foi de 477 por 100.000 nados vivos, em vez de 350.

## Educação

Em face de uma nova estimativa da população em idade escolar, feita a partir dos dados do Censo 2014, não é difícil constatar que, até 2015, a cobertura escolar se manteve bastante aquém da demanda. Este facto é válido mormente para os seis últimos anos, período em que a dinâmica de

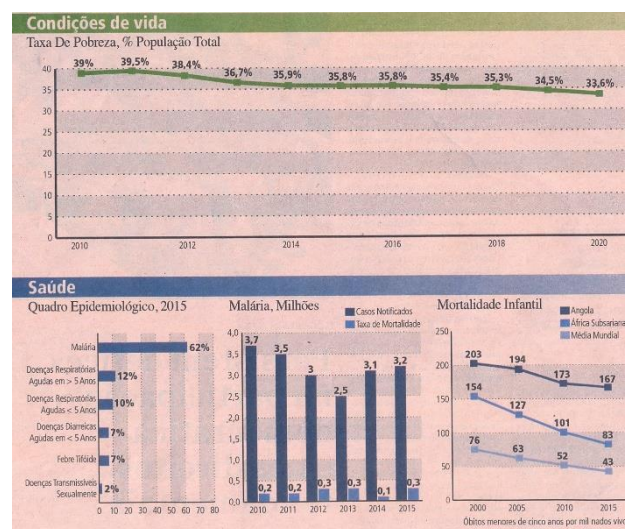
expansão da rede nacional de ensino (público, privado e participativo), incluindo a educação especial e a educação de adultos, com uma média de crescimento anual de 13,4%, for incapaz de alcançar os patamares preconizados, inversamente ao que os dados oficiais parecem fazer crer. Mesmo com uma taxa bruta de escolarização de 61,7%, apresenta-se, em termos relativos, uma cobertura escolar insuficiente, na medida em que mais de 5 milhões de habitantes em idade escolar ainda estariam excluídos do sistema de educação. Ocorre que, em termos reais, certamente que o índice de exclusão escolar ultra passa, com larga margem, a percentagem de 38,3%, hospedando-se à volta de 50%. Quer dizer, por isso, que há a

probabilidade objectiva de pouco mais de metade da população em idade escolar estar fora do sistema de educação. Mais ainda, é real risco de que o nível de exclusão venha a aumentar consideravelmente até 2025.

Também no sector da educação, os compromissos internacionais ficaram por cumprir. O país não conseguiu incluir todas as crianças de ambos os sexos no ensino primário. Com a queda da taxa anual de matrículas no ensino primário em 2015, a taxa líquida terá igualmente caído não menos de 2 pontos percentuais, fixando-se em cerca de 74%.

Não se nega, com isso, que houve uma redução significativa da exclusão escolar ao longo dos quinze anos transactos, por consequência directa da Reforma Educativa que implementou o novo sistema de educação. O que se coloca em causa é a pressuposição de que, em função dessa redução, se esteja próximo de uma cobertura escolar satisfatória ou de uma inclusão, escolar plena. Até porque, para que realmente assim aconteça, não basta que o total de matrículas coincida com o número da população em idade escolar - o que já seria um feito assinalável.

É necessário, em última instância, que os alunos matriculados correspondam, de facto, à população em idade escolar, isto é, a população na faixa etária dos 3 aos 23 anos de idade esteja incluída no sistema de educação.



## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Camponeses beneficiam de crédito

*Jornal de Angola*

*03 De Agosto de 2016*

*Texto: Mazarino Da Cunha*

Uma equipa de especialistas em Finanças do Banco Keve está, desde ontem, Instalada na comuna da Funda, município de Cacuaco, em Luanda, para avaliar as dificuldades das 15 cooperativas agrícolas de famílias camponesas e de empresários Individuais, reconhecidas pelas autoridades, com objectivo de as beneficiar com a concessão de crédito financeiro.

Sem adiantar o valor do financiamento agrícola disponível, o banco prevê financiar a produção de alimentos, a comercialização, conservação, transporte dos produtos e a aquisição de tractores, charruas e inputs agrícolas.

O projecto de financiamento às cooperativas agrícolas, famílias camponesas e empresários individuais, a nível de todo o país, foi lançado ontem na Funda e, na capital do país, conta com a participação directa da Associação Empresarial de Luanda, disponível para apoiar a actividade agrícola e piscatória nos municípios de Cacuaco e Quiçama.

Em declarações à imprensa, Rigino Carneiro disse que cumpriu o que há dois meses tinha prometido aos camponeses da comuna da Funda, no sentido de encontrar, no sector privado, formas de ajudar a impulsionar as actividades agrícolas das cooperativas, famílias e pessoas singulares da região.

O governador provincial de Luanda disse que o lançamento do projecto resultou das conversações que manteve com o Ministério da Economia, o Banco Keve e outras instituições privadas, que se solidarizaram com a iniciativa.

"Esse esforço que o sector privado abraça vai fazer com que a economia nacional ganhe uma dinâmica no sector agrícola, que se vai reflectir na diminuição do peso da importação de produtos perecíveis, rumo à auto-suficiência alimentar", disse o governador de Luanda.

O presidente executivo do Banco Keve, Arlindo Rangel, afirmou que os especialistas instalados na Funda vão analisar, com rigor, caso a caso, a natureza dos beneficiários, de forma a serem evitadas as falhas

técnicas. "Vamos avaliar caso a caso e, depois, financiar à medida", informou. Arlindo Rangel frisou que o projecto é integral e vai financiar desde a produção alimentar, a comercialização, conservação, o transporte das mercadorias do campo aos grandes centros comerciais e a aquisição de equipamentos e inputs agrícolas.

O presidente da Associação Empresarial de Luanda, Francisco Viana, realçou a importância do lançamento do crédito e disse que o problema de falta de equipamentos, de transportes, meios de conservação, ração e outros imputes, ficam resolvidos com a concretização do projecto. O administrador do município de Cacuaco, Carlos Alberto Cavuquila, pediu aos beneficiários para serem responsáveis. Disse que existem, em Cacuaco, 2.212 pessoas que, há mais de dois anos, não devolvem o dinheiro emprestado pelos bancos. Carlos Alberto Cavuquila garantiu que os faltosos "vão pagar de forma compulsiva".

### 2.2 Camponeses pedem apoio às instituições financeiras

*Jornal de Angola*

*03 De Agosto de 2016*

*Texto: Armando Sapalo*

Agricultores do município do Cuango, na província da Lunda Norte, organizados em associações e cooperativas agro-pecuárias, solicitaram ontem, no Dundo, às autoridades locais, apoio financeiro convertido em instrumentos de trabalho, para permitir o aumento dos níveis de produção e contribuir para o êxito dos programas integrados de desenvolvimento rural e de combate à fome e à pobreza.

Segundo Jorge Muandeia, responsável Local da Unaca - Associação Nacional dos Camponeses, são necessários mais incentivos ao sector agrícola, para que os pequenos e médios agricultores da região possam desenvolver uma actividade sustentável, com rendimentos que permitam criar mal postos de trabalho.

"Nós continuamos empenhados a desenvolver a agricultura, mas ainda carecemos de apoio financeiro que nos permita adquirir meios de trabalho para o incremento da produção", afirmou o responsável da Unaca, Para Jorge Muandeia, de acordo com a disponibilidade financeira, o governo provincial. em parceria com a administração municipal e parceiros, deveria potenciar os camponeses com tractores, charruas, symentes fertilizantes e outro meios indispensáveis à actividade do campo.

O responsável disse que a Unaca tem a complexa tarefa de continuar a imprimir maior dinamismo no sector agro-pecuário, por via de acções que estimulem o surgimento de mais associações e cooperativas, para que a prática da agricultura seja uma realidade no município. A Unaca, no Cuango, controla 24 cooperativas e 146 associações de camponeses, onde a maior parte utiliza ainda instrumentos rudimentares.

## 2.3 Banco Keve vai conceder crédito às cooperativas da Funda

*Jornal Grandes Notícias*

*05 De Agosto de 2016*

*Texto: Inácio Cândido*

Segundo o governador, o acto visa dar resposta à promessa feita durante a visita que efectuou na localidade há cerca de dois meses atrás, quando os camponeses, em carta endereçada ao governante, solicitaram apoio financeiro.

Higino Carneiro aludiu que esta iniciativa será extensiva a todos os municípios de Luanda, onde a prática da agricultura é o apanágio das comunidades.

O vice-presidente da associação dos empresários e representante a nível de Cacuo, Domingos da Silva "Mitó", informou que este acto resulta da promessa feita pelo líder da província aquando da entrega de alguns imputes agrícolas aos camponeses da comuna da Funda recentemente. Visivelmente satisfeito, Mitó sustenta que é bom o gesto e considera que o governador está a trilhar por um bom caminho ao auxiliar os agricultores a ter acesso ao crédito junto dos bancos e desta forma fortalecer e potencializar os homens do campo. "Nós estávamos a precisar deste incentivo para fomentar a nossa agricultura, até porque um país só se desenvolve com o sector primário que é a agricultura," destacou.

Por sua vez, o presidente da ACAPPODA, Pedro Matos, disse que aquela associação enfrenta dificuldades financeiras para a aquisição de bens e serviços, execução e ampliação dos projectos em carteira, por isso enalteceu o gesto e considera que é uma boa iniciativa para melhorar a situação dos camponeses.

Os associados dedicam-se às actividades de comércio de subsistência, agricultura, criação de animais de pequeno porte, criação de peixe (aquicultura), alfaiataria e sapataria.

Entretanto, o presidente da Associação Empresarial de Luanda, Francisco Viana, destaca a posição do

governo em preocupar-se e orientar os pequenos e micros agricultores das cooperativas a organizarem-se no sentido de ajudarem a encontrar os equipamentos necessários, bem como garantir a formação para produzirem mais e cada vez melhor. Francisco Viana, acrescentou que está marcada para o mês de Setembro deste ano um encontro dos empresários da capital.

Por seu turno, o administrador municipal de Cacuo, Carlos Alberto Cavuquilha, disse que com esta iniciativa pretende-se dar uma oportunidade de prosperidade para todos os camponeses desta zona. "Nós estamos em momentos difíceis da nossa economia e uma das formas da saída da crise é justamente fomentar a produção!'

Por isso, o responsável alega que o aumento da produção passa preferencialmente pelo sector agrícola e apelou para que, quando estas pessoas beneficiarem dos créditos, devem primeiro saber velar com o compromisso que tiverem com os bancos. O segundo aspecto é garantir e dar maior rentabilização dos financiamentos que vão receber e, em terceiro lugar, trabalhar para a resolução do problema da insuficiência alimentar das famílias de um modo geral e, por último, comercializar o excedente produzido.

Um outro aparte para que Carlos Alberto Cavuquilha chama a atenção aos futuros beneficiários tem a ver com o cumprimento rigoroso por parte de quem receber o crédito. "Deve-se respeitar o compromisso estabelecido com os bancos porque é com isso que poder-se-á continuar com a concessão de crédito. Como se sabe, não é a primeira vez que estes camponeses são financiados. No ano passado as coisas não foram satisfatórias no sentido de honrarem os compromissos que tiveram com alguns bancos:' alertou.

## 2.4 Crédito agrícola mobiliza a Funda

*Jornal Economia e Finanças*

*05 De Agosto de 2016*

O governador da província de Luanda, Higino Carneiro, sensibilizou, esta semana, os camponeses de 15 cooperativas agrícolas da comuna da Funda, no município de Cacuo, a aderirem ao crédito bancário.

Higino Carneiro disse que foi à comuna da Funda dois meses depois de ter recebido muitas reclamações dos camponeses.

Segundo o governante, entre as reclamações recebidas constavam as dificuldades de acesso ao crédito bancário.

Para solucionar as várias dificuldades dos camponeses, o governador de Luanda prometeu empreender diligências para auxiliar os agricultores.

"Falamos com o Ministério da Economia, Banco Keve e Micro Finanças. Esses serviços e instituições solidarizaram-se com a iniciativa que vai permitir financiar as cooperativas e agricultores individuais, desde que dêem garantias de retorno", salientou.

Manifestou-se convicto de que o projecto vai vingar, na medida em que na comuna da Funda, os camponeses estão apostados na produção agrícola.

Após a implantação do projecto na Funda, deverá se estender a outros municípios de Luanda que reúnam condições para a prática de agricultura.

## 2.5 Governador de Luanda faz negócio consigo mesmo

*Jornal Manchete*

*05 De Agosto de 2016*

*Texto: Francisco Cabila*

A recente visita do governador da província de Luanda, a comuna da Funda, município de Cacuaco, levantou suspeitas, segundo as quais, o governante estaria envolvido em actos ínvios, à luz da Lei da Probidade Pública.

Naquela localidade, Higino Carneiro manteve encontro com camponeses de 15 cooperativas agrícolas, tendo-os, na ocasião, sensibilizado a aderirem ao crédito bancário.

A intenção ou os propósitos de tal sensibilização não teriam sido postos em causa, se a instituição bancária pela qual Higino Carneiro direccionou os camponeses para a obtenção do crédito, nada tivesse a ver consigo.

Trata-se, porém, do Banco Keve, cuja titularidade é atribuída à si e outros accionistas angolanos.

Higino Carneiro justificou a sua presença na localidade, alegadamente, par, há dois meses ter recebido muitas reclamações dos camponeses, entre elas as dificuldades no acesso ao crédito bancário, tendo prometido empreender diligências para auxiliar os agricultores, dito e feito, na última segunda-feira levou para a Funda uma equipa de especialistas do Banco Keve o seu banco que lá se instalou para avaliar as dificuldades das 15 cooperativas agrícolas de famílias camponesas e de empresários individuais, reconhecidas pelas autoridades, com o objectivo de as beneficiar com a concessão de crédito financeiro.

Mesmo não tendo sido avançado os critérios de selecção, para que entre os bancos comerciais existentes no país ter sido escolhido o Banco Keve, esta instituição bancária diz que prevê financiar a produção de alimentos, a comercialização, conservação, transporte dos produtos e a aquisição de tractores, charruas e inputs agrícolas. Igualmente, não foi adiantado o valor do financiamento agrícola disponível.

O projecto de financiamento às cooperativas agrícolas, famílias camponesas e empresários individuais, a nível de todo o país, foi lançado esta semana na Funda e, na capital do país, conta com a participação directa da Associação Empresarial de Luanda, disponível para apoiar a actividade agrária e piscatória nos municípios de Cacuaco e Quiçama.

Em declarações à imprensa, Higino Carneiro disse que cumpriu o que há dois meses tinha prometido aos camponeses da comuna da Funda, no sentido de encontrar, no sector privado, formas de ajudar a impulsionar as actividades agrícolas das cooperativas, famílias e pessoas singulares da região.

O governador provincial de Luanda disse que o lançamento do projecto resultou das conversações que manteve com o Ministério da Economia, o Banco Keve - seu banco - e outras instituições privadas, que se solidarizaram com a iniciativa.

"Esse esforço que o sector privado abraça vai fazer com que a economia nacional ganhe uma dinâmica no sector agrícola, que se vai reflectir na diminuição do peso da importação de produtos perecíveis, rumo à auto-suficiência alimentar", disse o governante.

Cabritismo e rigor

O presidente executivo do Banco Keve, Arlindo Rangel, afirmou que os especialistas instalados na Funda vão analisar, com rigor, caso a caso, a natureza dos beneficiários, de forma a serem evitadas as falhas técnicas. "Vamos avaliar caso a caso e, depois, financiar à medida", informou.

O cabrito não ficou aí amarrado

À luz do projecto acima referenciado, para além da comuna da Funda, em Cacuaco, o mesmo estende-se para outros municípios de Luanda com realce para a Quiçama, considerado por Higino Carneiro, como sendo um dos grandes fornecedores de alimentos hortícolas para o mercado do quilómetro 30, em Viana. "Enquanto se estende a iniciativa, o Banco Keve estende também os seus tentáculos no que à

concessão de crédito aos camponeses diz respeito, em contraversão a Lei da Probidade Pública".

## 2.6 Outros maus exemplos

*Jornal Manchete*

*05 De Agosto de 2016*

Estes, porém, vêm, entre outros, do Projecto Angola Investe, onde de algum tempo há esta parte foram, igualmente, levantadas suspeitas de cabritismo, jogando para as calendas gregas a sua lisura.

Tal como havia noticiado o *Manchete*, na sua edição nº121, de 7 de Agosto de 2015, muitos projectos aprovados e que beneficiaram de crédito bancário pertencem as empresas cujas titularidades são atribuídas a PCA de instituições bancárias angolanas, protocoladas na linha de financiamento deste projecto.

A estes, tal como denunciaram fontes deste jornal, juntam-se parentes próximos a si, funcionários seniores dos respectivos bancos, bem como governantes e oficiais gerais das FAA e Comissários da Polícia Nacional, estando relegados para o último plano os outros interessados.

As suspeitas subiram de tom, com a publicação de notícias - sobretudo pela Revista Figuras e Negócios - respeitante a visitita que efectuaram, o ano passado, pelos ministros da Economia e da Agricultura, Abraão Gourgel e Pedro Canga, respectivamente, à fazenda do banqueiro Fernando Teles que beneficiou de um financiamento do Angola Investe, programa coordenado pelo Ministério da Economia.

Fernando Teles é PCA do Banco Internacional de Crédito (BIC) que faz parte da lista das vinte instituições bancárias protocoladas para o crédito ao programa Angola Investe.

De realçar que, o BIC, no âmbito deste programa havia aprovado um empréstimo de 24,5 milhões de dólares para financiar um projecto de produção de milho em grande escala na província do Kwanza Sul, onde, curiosamente, tal como se cogita, Fernando Teles possui uma fazenda.

## 2.7 Pessoas expostas mandam no Keve

*Jornal Manchete*

*05 De Agosto de 2016*

Em Janeiro deste ano, surgiram informações dando conta que a situação bancária e monetária em Angola

está sob suspeita internacional. No âmbito desta suspeita não, segundo escreveu Rui Verde ao Maka Angola, pode deixar de ser referido o Banco Keve, não por ter feito, à partida, algo ilegal, mas pelo facto de o seu corpo accionista ser composto por Pessoas

Expostas Politicamente e por isso poder estar sujeito a severas restrições na finança internacional.

Constam da lista dos accionistas do Keve: general Higinio Lapes Carneiro, general governador da província de Luanda, e esposa Ana Maria Isaac - maiores accionistas, com 9,02%; general Manuel Hélder Vieira Dias "Kopelipa", chefe da Casa de Segurança do Presidente da República, com 2,57%; general Carlos Hendrik Vaal da Silva, inspector-geral das FAA, com 2,57%; André Luís Brandão, secretário do presidente para os Assuntos da Contratação Pública, com 2,57%; Ivan Leite de Morais, filho do ex-governador do Banco Nacional de Angola, com 2,57%; José Amaro Tati, secretário de Estado da Agricultura, com 1,48%; Francisco José Ramos da Cruz, deputado do MPLA, com 1,39%; general Salviano de Jesus Sequeira "Kianda", secretário de Estado da Defesa para os Recursos Materiais e Infra-estruturas, com 1,04%; general Armando da Cruz Neto, deputado do MPLA, com 1,04%; general António dos Santos França "Ndlu", deputado do MPLA, com 1,04%; António André Lopes, ainda recentemente vice-governador do Banco Nacional de Angola, com 1,04%. Estes são alguns exemplos do núcleo duro do Banco. São, genericamente, Pessoas Expostas Politicamente.

Segundo as normas internacionais, as Pessoas Expostas Politicamente são os agentes públicos que desempenham ou desempenharam em período anterior (geralmente 5 anos), cargos, empregos ou funções públicas relevantes, assim como os seus representantes, familiares e outras pessoas do seu relacionamento próximo ("familiares" abrange os parentes da pessoa politicamente exposta, em linha directa, até primeiro grau e, também, cônjuge, o companheiro, a companheira, o enteado e a enteada).

Ora, todas as individualidades acima referidas, pela qualidade dos cargos que ocupam/ocuparam, são PEPs. Sendo assim, estão sujeitas às regras internacionais recomendadas pela FATF (Financial Action Task Force), organismo intergovernamental internacional que tem como função proteger o sistema global financeiro contra a lavagem de dinheiro.

## 2.8 Camponesas querem apoio

*Jornal de Angola*  
08 De Agosto de 2016

A associação de camponesas da OMA na província do Cuanza Norte pediu domingo ao Governo Provincial uma maior intervenção junto do sector bancário para que a celeridade na concessão de créditos agrícolas seja uma realidade.

O desejo foi manifestado pela responsável da associação, Branca dos Santos, quando lia uma mensagem num acto de massas realizado para saudar o VII Congresso Ordinário do MPLA, que vai decorrer de 17 a 20 deste mês.

Branca dos Santos acentuou que os créditos agrícolas estimulam as camponesas a aumentar a produção, por estarem também na origem da aquisição de novos equipamentos e sementes.

A responsável da associação de camponesas da OMA, organização feminina do MPLA, solicitou ainda ao Governo Provincial do Cuanza Norte o melhoramento da cadeia de escoamento dos produtos do campo para os centros de consumo.

O acto de massas, que decorreu sob o lema "Mulher angolana firme pela igualdade e pelo bem-estar social", foi assistido pelo primeiro secretário provincial do MPLA no Cuanza Norte José Maria dos Santos, por deputados, membros do Governo Provincial e militantes da OMA, provenientes dos 10 municípios da província.

## 2.9 Administração municipal combate comércio na rua

*Jornal de Angola*  
10 De Agosto de 2016

A Administração Municipal de Bolongongo, província do Cuanza Norte, vai reforçar as acções de combate à venda desordenada na via pública, anunciou, ontem, o administrador municipal. Gaspar José António Vicente disse que, para o efeito, a Administração conta com o apoio dos efectivos do Comando Municipal da Polícia Nacional.

O administrador municipal esclareceu que a acção é antecedida de um programa de sensibilização dos vendedores ambulantes da circunscrição, para desencorajar tal prática e informá-los sobre os riscos que a venda de produtos alimentares em locais impróprios acarreta para a saúde humana.

As acções de combate à venda desordenada na via pública envolvem os Serviços de Fiscalização da Administração Municipal.

"Os vendedores abandonam as bancadas e, sem ter em atenção as medidas de higiene, colocam os seus produtos na via, ao mesmo tempo que atrapalham a circulação rodoviária, além de colocarem em risco as suas próprias vidas", frisou administrador municipal.

A Administração Municipal de Bolongongo tem vindo a desencadear operações contra a venda desordenada nas principais vias públicas, mas até ao momento, a população insiste na mesma prática, em desobediência às autoridades.

Em Setembro do ano passado foi inaugurado um mercado municipal com 48 bancadas, um armazém, duas casas de banho e área administrativa, mas poucos aderem ao local preferindo vender na rua.

A administração municipal diz que vai ser implacável contra todos os que desobedecerem a medida.

## 2.10 Dezenas de casas para pensionistas foram concluídas

*Jornal de Angola*  
13 De Agosto de 2016

Um total de 50 das 310 residências do projecto habitacional da Caixa de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas (FAA), erguidas no município de Saurimo, província da Lunda Sul, estão concluídas e devem ser entregues no final do ano em curso.

A informação foi avançada, na cidade de Saurimo, pelo director provincial da Caixa de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas (FAA), Francisco Muandumba, quando falava à Angop, a propósito dos projectos de reintegração dos ex-militares em curso naquela região do país.

Francisco Muandumba informou que a primeira fase do projecto, que contempla 50 casas do condomínio, situado no bairro Muangueji, está concluída, acrescentando que nesta altura está a se fazer a recepção dos documentos dos candidatos.

Francisco Muandumba fez saber que o projecto que abrangerá não só os pensionistas, mas também pessoas singulares interessadas, contempla mais 50 residências da mesma tipologia, na segunda fase.

A Angop apurou que o projecto orçado em 15 milhões de dólares, teve início em Janeiro de 2014 e inclui ainda

a construção de equipamentos sociais, como escola e centro médico, além de áreas de lazer e espaços verdes.

De referir que na região estão em curso diversos projectos de impacto social, para melhorar o nível de vida da população, com destaque para abras nos sectores da Saúde e da Educação, como escolas e unidades sanitárias.

## 2.11 Afinal Somos Poucados

*Jornal O PAÍS*

*14 De Agosto de 2016*

*Texto: Luís Faria*

Sabe-se que a taxa de em Angola não anda pelos píncaros, o que se fica a dever, logo à partida, ao ainda baixo nível de rendimento médio. Também se instalou o lugar-comum que o angolano gasta facilmente o que tem para gastar. Kwanza ganho, kwanza gasto.

No entanto, o inquérito conduzido pela Expogest, reproduzido na edição da nossa colega EXAME que sai esta semana para as bancas, acrescenta às estatísticas nova informações e contradiz as ideias feitas que tomamos como boas.

De acordo com o inquérito os clientes bancários poupam. A conta poupança é mesmo o terceiro produto bancário a que dão maior importância. Surge logo a seguir surgem conta à ordem e do cartão de débito (vulgo multicaixas).

É ainda de destacar que os clientes inquiridos dão uma importância relativa ao crédito. Com efeito, o financiamento e o crédito revistam tão pouca importância entre os atributos escolhidos. Só 5,3% dos clientes entrevistados os vêem como um primeiro atributo na escolha da sua instituição principal.

E quando pedem crédito ao banco é sobretudo para comprar carro ou uma casa onde habitar. O crédito ao consumo ainda é pouco utilizado. Mais da terça parte dos entrevistados possui cartão de débito, mas menos de 10 % é titular de um cartão de crédito. Quase 23% dos inquiridos recorre ao banco para efectuar investimentos.

O cliente bancário retratado ganhou essa condição há poucos anos praticamente metade dos clientes da banca em Angola são -no há menos de cinco anos -, possui o ensino médio ou realizou o ensino pré-universitário, é maioritariamente do sexo masculino, embora a percentagem de mulheres no conjunto do universo abordado não fique muito distante (45,6% do total), e é fiel a um único banco, em princípio nacional.

O facto de preferir relacionar-se com uma única instituição não lhe retira exigência. Trata-se de um cliente exigente (42 consideram-se 'muito exigentes' e 31,6% 'moderadamente existentes', e também de um cliente com fortes aspirações, mostrando-se 40,9% entusiastas ou adeptos de inovações e 31,2% visionário ou sonhador. Apenas 14,7% se declaram resistentes à mudança e 10,4% pragmático e ponderados. Só 2,9% se vêem como cépticos ou renitentes

## 2.12 Angola Investe apenas aprovou Kz 87 mil milhões

*Jornal O PAÍS*

*19 De Agosto de 2016*

As Micro, Pequenas e Médias Empresas do país fazem pouco recurso aos benefícios do programa Angola Investe, uma situação que resulta em constrangimento ao desenvolvimento do empreendedorismo no país, segundo a Moção de Estratégia do Líder do MPLA, José Eduardo dos Santos, apresentada ontem, Quinta-feira, no 2º dia do VII Congresso Ordinário do partido.

Em consequência deste quadro, a linha de financiamento com juros bonificados do referido programa aprovou desde 2012 perto de 468 financiamentos, número considerado reduzido, tendo já sido disponibilizados 348 financiamentos. Estes perfazem, segundo o documento, um valor total de Kz 87 mil milhões, dos quais Kz 63,9 mil milhões foram já disponibilizados.

## 2.13 Micro e pequenas empresas podem dinamizar economia

*Jornal de Angola*

*20 De Agosto de 2016*

As micro e pequenas empresas podem dinamizar a economia, por estarem mais próximo dos cidadãos e serem geradoras de emprego, afirmou o director do Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (Inapem). Para Samora Kitumba, que discursava na cerimónia de abertura da palestra sobre "A participação das micro, pequenas e médias empresas.

(MPME) na contratação pública", as micro e pequenas empresas são a mola impulsadora das economias modernas. Daí que, no seu entender, a participação das empresas nacionais na contratação pública dá maior robustez às empresas, facilita o desenvolvimento das



suas actividades e permite a obtenção de parcerias público-privadas.

"Com a formação do empresariado nacional, facilmente as empresas conseguem obter contratos, forma parcerias, conquistar mercados e continuar com o seu trabalho", disse.

Formação o director-geral adjunto do Serviço Nacional da Contratação Pública (CNCP) defendeu a necessidade de as micro, pequenas e médias empresas (MPME) primarem mais pela formação dos seus quadros, para fazer face aos desafios do mercado.

Nelson Lembe sublinhou que os requisitos devem ser melhorados para as empresas participarem nos procedimentos de concursos, particularmente na capacidade técnica e Financeira. O responsável frisou que as micro, pequenas e médias empresas têm sido consideradas o elo mais fraco na participação do mercado da contratação pública, uma vez que as empresas de grande dimensão acabam por ficar com o maior volume dos contratos públicos, quer em termos de valor, quer em quantidade.

"Daí que pretendemos relembrar que existem instrumentos de medidas e estratégias de fomento ao empresariado nacional e especificamente de fomento de MPME, que estão plasmados na Lei de Fomento Empresarial, Lei das Pequenas e Médias Empresas e na Lei dos Contratos Públicos, sendo esta última recentemente publicada, com os direitos, incentivos e as garantias das MPME", disse.

Regulação O gestor público esclareceu que é da responsabilidade do Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (Inapem) velar pelas medidas de implementação e de apoio previstas na Lei das MPME, enquanto o Serviço nacional da Contratação Pública vela pela regulação e supervisão do mercado da contratação pública. a sua óptica, esse mercado é muito importante, porque, em termos gerais, representa 40 por cento do OGE.

Nelson Lembe apelou às MPME para estabelecerem parcerias ou associações com outras entidades, de modo a poderem participar nos concursos de contratação pública.

## 2.14 O impacto da "kixikila"

*Jornal Economia e Finanças*  
26 De Agosto de 2016

Na semana transacta, assistia uma briga entre duas vizinhas e companheiras de venda informal, que

resultou em ofensas verbais, mesmo sob o olhar silencioso de outras companheiras de venda e até da vizinhança, que as ladeavam, o que fez levantar a minha curiosidade. Mas afinal o que se passa?! Me indagava, ao aproximar-me do cenário. A "kixikila" é toma lá dá cá ( ... ) vais ter que cumprir com o acordado, desabafou em tom aborrecido, ainda no calor da contenda, uma delas dirigindo-se a outra. É assim que pude concluir que se tratava de um jogo de "kixikila" dominado pela desonestidade e incumprimentos (...).

Assim sendo, o sucedido e tantos outros prós e contras que envolvem o fenómeno "kixikila", mereceram de mim este espaço jornalístico. Prosseguindo, em bom rigor, e só para lembrar, a "kixikila" é uma cooperativa de crédito informal ou um pacto existente entre duas ou mais pessoas que, devido a incapacidade de poderem tornar reais os seus intentos por via do auto-financiamento, decidem criar créditos rotativos informais (vantajoso a todos os integrantes) mediante às suas próprias contribuições/participações financeiras, sendo pouco frequentes as participações por via de bens materiais.

Por conseguinte, a pouca ou não existência de confiança dos agentes económicos em relação as instituições bancárias, a fraca literacia ou cultura financeira dos agentes económicos, constam dos principais engodo, conducentes ao apetite das pessoas a estas práticas, pois estes encontram no crédito rotativo informal, a tábua de salvação.

A prática da "kixikila" pode servir de termómetro capaz de nos ajudar a avaliar o grau de competitividade, de credibilidade e de demanda dos agentes económicos pelos serviços bancários, sobretudo quando o assunto refere-se a depósitos a prazo, aforros e créditos bancários.

Entretanto, as mulheres continuam a ter maiores apetências para tal associação. Uma vez acordada a quota individual (diária, semanal ou mensal) da contribuição, os primeiros mutuários, assim como a duração da associação estarão criadas as condições para o arranque da "kixikila". A quota contributiva está dependente da capacidade financeira de cada interveniente da associação, pelo que, quanto maiores forem os seus rendimentos, maior será a contribuição rotativa de cada um e o "bolo" do crédito rotativo. Desde já, constitui ameaça para a sobrevivência da organização, a entrada ou permanência de pessoas inadimplentes e fora do circuito produtivo.

De grosso modo, os "kixikiladores" e também correntistas tendem a demandar poucos produtos e

serviços financeiros. É que ao contrário dos bancos comerciais, na "kixikila, não há filas de espera, processos burocráticos, favorecimento, e nem sequer existem sistemas de comunicação bancários (que de quando em quando são falíveis) e nem mesmo, há aquela bancária que vem dizer: meu senhor, estamos sem dinheiro, só estamos a receber depósitos! Lamentamos, só pode levantar abaixo dos 100 mil kwanzas!

Temos de convir que a desonestidade e os incumprimentos no jogo da "kixikila" costumam afastar a credibilidade, a harmonia e a justiça da associação, não permitindo que o pacto informal perdure e cumpra com o seu objecto social, que é o de prover aos seus filiados, de forma rotativa e regular o financiamento dos seus projectos (sobretudo de curto prazo), a reinvenção dos seus nichos de negócios e por aí fora. Por este pacto, estar desprovido de instrumentos jurídicos e económico-legais, é susceptível de habitar no seio dele as incertezas e altos riscos frequentes de retorno.

Note que amigos, vizinhos, companheiros de labuta e até mesmo membros da mesma rede sanguínea chegam a se desamigarem, por conta da desonestidade e dos incumprimentos dos acordos inerentes à "kixikila", O contrário, se verifica quando acauteladas destas questões, pois este pacto, tem sido a tábua de salvação de muitas famílias. Basta olharmos ao nosso redor. É um tema bastante actual, todos falamos e ouvimos falar dele, pois é repleta de seguidores e tem proporcionado frutos embora que pontuais, em certa medida aparente e sem sustentabilidade macro-económico.

## 2.15 As cooperativas como instituições financeiras não bancárias

*Jornal de Agola*

*27 De Agosto de 2016*

*texto: Carla Pataca*

Licenciada pelo BNA em 2014 e inaugurada a 26 de Agosto de 2015, a Cooperativa de Crédito dos

Funcionários da Presidência (COOCREFP) é a primeira Cooperativa de Crédito no País criada

com a visão de servir de instrumento catalisador no reforço da solidariedade e do serviço em prol da melhoria das condições sociais e económicas dos seus Cooperados e respectivas famílias. Subordinada

aos princípios norteadores instituídos pela Aliança Internacional de Cooperativas', a COOCREFP pretende, através da sua actividade, contribuir para uma comunidade socialmente mais equilibrada, e economicamente forte.

Os princípios norteadores são sete, nomeadamente:

1. Adesão voluntária e livre permanência dos seus membros. São organizações abertas aos interessados (que normalmente têm algum aspecto em comum) em beneficiar dos seus serviços e que em simultâneo cumpram com as obrigações como cooperados e respeitem os estatutos da Cooperativa;

2. Gestão e Administração democrática. Independentemente da sua capacidade financeira, cada membro tem direito a um voto por cada decisão relevante quanto aos destinos da Cooperativa. Os órgãos sociais são eleitos e destituídos por maioria de votos em Assembleia Geral. Cada membro exerce o papel de cliente e em simultâneo de accionista, resultando deste facto a importância da participação e acompanhamento de cada cooperado.

3. Participação económica dos seus membros. É através da participação dos seus membros (pagamento de quotas, depósito de poupanças, etc.) que a Cooperativa se fortalece, permitindo que se realizem os empréstimos. No final de cada exercício fiscal e por decisão em Assembleia Geral, por intermédio de votomaioritário, é efectuada uma distribuição, e/ou um investimento total ou parcial das participações, rentabilizando a base financeira da cooperativa, e por conseguinte dos seus membros, que beneficiam directamente com o crescimento económico-financeiro da Cooperativa;

4. Entidades Autónomas e Independentes, podendo de forma democrática votar sobre que decisões de gestão tomar, e com que entidades se associam, visando o fortalecimento da Cooperativa;

5. Educação, Informação e Formação dos seus membros para que contribuam e participem de forma efectiva no fortalecimento da estrutura da Cooperativa. Igual exercício é feito com o público em geral sobre os benefícios do Cooperativismo;

6. Cooperam entre Cooperativas, cientes dos benefícios da "cooperação". As Cooperativas juntam-se e colaboram entre si, a fim de reforçarem as suas estruturas, promoverem os movimentos do Cooperativismo a nível das entidades regionais, nacionais e internacionais;

7. Preocupação e interesse pela comunidade, promovendo o desenvolvimento sustentável das comunidades. Apesar de ser uma instituição financeira não bancária, presta serviços bancários. A operação de crédito, por exemplo, é disponibilizada através de taxas mais acessíveis em comparação com o

mercado bancário tradicional. Neste âmbito, as Cooperativas podem servir de entidades intermediárias na relação entre os bancos e a comunidade. Com uma base alargada de clientes, a Cooperativa como

instituição credível e com critérios de organização reconhecidos mune-se de capacidade negocial junto dos bancos. Tendo como fim último da sua actividade o bem social e não obstante ser uma instituição que não visa o lucro, as Cooperativas devem ser rentáveis, sob pena de se tornar inviável a sustentabilidade das suas estruturas.

#### Cooperativismo em Angola

O Cooperativismo surge oficialmente nos anos 1800 no Reino Unido. Entretanto, não é um conceito estranho para a comunidade angolana, que desenvolve a actividade de cooperativismo mesmo no seio familiar, através da conhecida kixiquila, a preparação do dote para o casamento ou para um óbito. É exercitado neste pequeno círculo um sentido de organização e preocupação pelo bem-estar social e comum.

O Cooperativismo de Crédito, na sua versão oficial, e dada a especificidade do sector em que actua, com o devido respaldo legal e supervisão da entidade reguladora do sistema financeiro angolano - BNA não é mais do que a união de indivíduos que, de forma organizada e com regras de actuação democraticamente eleitas, desenvolvem uma actividade, visando o bem comum.

Os indivíduos organizam-se visando colmatar as preocupações sociais e económicas dos seus associados e da comunidade em que estão inseridos. A COOCREFP foi criada pelos Órgãos Auxiliares da Presidência da República para atender às necessidades dos funcionários e suas famílias. No Cooperativismo de crédito todos os cooperados são chamados a contribuir com as quotas, a depositar as suas poupanças na Cooperativa e a "supervisionar" o fim dado a cada cêntimo, que coincide os activos da Cooperativa.

Uma vez cooperados, todos têm direito aos mesmos benefícios, serviços e produtos, independentemente da sua participação financeira. No Cooperativismo

não existe a distinção no tratamento nem no atendimento. São realçados valores como a igualdade, a solidariedade, a entreatajuda e o bem comum.

O processo de crédito, em particular, é submetido a uma análise cuja decisão emanada tem em conta a capacidade de endividamento do solicitante. Ao contrário dos bancos, nas Cooperativas os Cooperados são os próprios accionistas, ou donos e têm o direito de, a qualquer momento e de forma organizada, solicitar a prestação de contas, junto do órgão de gestão da Cooperativa. Este mesmo órgão é eleito e destituído também pelos Cooperados. Ou seja, o controlo e orientação estratégica da Cooperativa é dos próprios cooperados.

Contribuição para o desenvolvimento sustentável Nos dias de hoje, o Cooperativismo pode ser considerado um braço forte, como suporte, dos Governos na procura de soluções de sustentabilidade económica e social.

Para as economias dos países que enveredaram pelo Cooperativismo como aposta viável na solução dos problemas sociais e económicos com que se depararam, existem provas da capacidade de injectar capital na ordem dos biliões nessas mesmas economias, ao mesmo tempo que reduzem os problemas sociais. Casos de estudo no Quênia, Canadá, França, Índia, Inglaterra e Brasil podem servir de exemplo para a economia de Angola.

As Cooperativas do mundo inteiro, atendendo à sua capacidade de actuação no seio das comunidades, são chamadas a apoiar as sociedades, os países, o mundo a atingir os 17 Objectivos para o Desenvolvimento Sustentável do Milénio propostos pela ONU, relacionados com a eliminação da pobreza e da fome, uma vida saudável, educação inclusiva e de qualidade, sustentabilidade ambiental e das economias.

À semelhança do que outras economias viveram e continuam a vivenciar, usando o Cooperativismo como força motora, pelas provas visíveis de sustentabilidade económica Angola e os Angolanos podem igualmente superar os desafios que a actual crise nos dá oportunidade de encarar para melhorarmos e nos fortalecermos social, económica e culturalmente.

O Cooperativismo, em especial Cooperativismo de Crédito, pode ser encarado como uma via de reforço ao Cooperativismo genérico, na medida em que o acesso ao financiamento, que condiciona a expansão dos serviços das Cooperativas a outros sectores, tem sido um constrangimento. O Cooperativismo contribui para a minimização do desemprego, redução

da pobreza, contribui para a inclusão financeira, empoderamento das mulheres como força actuante no sustento das famílias, contribuem para a segurança alimentar, contribui para o reforço do empreendedorismo e para a melhoria das condições sociais e económicas das comunidades em que estão inseridas.

Conhecidos os benefícios do Cooperativismo e tendo em conta a fase particular que atravessa o País, o fomento do Cooperativismo deve ser incentivado por mais instituições públicas e privadas, que invistam através do Cooperativismo no escape aos problemas sociais e económicos que assolam o País.

No Cooperativismo de Crédito, cooperado é informado é formado e educado para contribuir, para poupar, para participar. É reforçado o exercício do "Juntos Podemos" "Juntos Realizamos" no sentido de tomar uma sociedade mais participativa, mais contributiva também. O indivíduo é chamado a receber o peixe, mas também e, antes de tudo, a pescar ....as cooperativas de crédito, não obstante recorrerem também a financiamento externo para suporta as suas despesas e criarem ortunidades de negócio para os Cooperados, são um instrumentonto impulsador natural para a poupança. Incentivando os seus

membros a depositarem mensalmente as quotas, estes membros sensibilizados a contribuir com ue têm para que, em jeito de "entrajuda"ede forma segura e fiável (pois é de o todo rigor e transparência na álise e concessão de crédito), esmesmas contribuições ou poupanças sirvam de crédito para ous membros mais necessitados carenciados.

IA solidariedade, no conceito de poperativismo, é colocada em ática, os indivíduos unem-se e transformam o pouco em muito, mando possível e acessível uma nvivência social mais equilibra a e harmoniosa.

#### Rentabilização

Fruto das suas estruturas organizativas, obedecendo às boas práticas de gestão internacionalmente aceites sobre Governação Corporativa e uma imagem credível, as Cooperativas de Crédito permitem o acesso aserviços financeiros a preços mais acessíveis, podendo também servir de intermediários na relação financeira entre os seus membros e os bancos ou, de forma autónoma, disponibilizar créditos a taxas mais acessíveis.

Esta intermediação pode tam- bém ser conduzida para outro tipo de parcerias. As Cooperativas, respondendo pelo grupo de membros, têm a vantagem de

negociar e facilitar o acesso a bens e serviços a preços mais acessíveis, com a mesma qualidade, daquela que teriam acesso os indivíduos se fazendo uma abordagem isolada.

#### Factores de sucesso

Os factores de sucesso das Coo-perativas são:

- A participação dos Cooperados (com depósitos, com operações e acompanhamento da evolução da Cooperativa, por intermédio da participação em Assembleia Geral, altura em que aAdministração eleita pelos Cooperados presta contas aos Cooperados e define as linhas gerais e relevantes de actuação da Cooperativa);
- Gestão transparente, rigorosa e eficiente por parte dos Cooperados eleitos para a Gestão da Coo-perativa;
- Inovação dos produtos e serviços oferecidos;
- Ambiente Regulatório e Tributário favorável

#### Actuação e Base legal

As Cooperativas podem ser criadas e desenvolvidas nos mais variados sectores de actividade. Existem em Angola Cooperativas no sector das pescas, agrícola, transportes, habitacional, etc., e muito recentemente surgiram também as Coope-rativas de Crédito como instituições fmanceiras não bancárias.

As Cooperativas de Crédito têm especificamente como regulamentação de suporte a Lei das Cooperativas, de 23/2015, de 31 de Agosto, a Lei n" 12 de 2015, de 17 de Junho - Lei de Base das Instituições Financeiras Bancárias e não Bancárias, o Decreto Presidencial nº 2212011, de 19 de Janeiro, e o Aviso (BNA) n" 8/2011, de 15 de Julho.

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Administração caça cantinas e "zungueiras"

*Jornal Liberdade*

*05 De Agosto de 2016*

*Texto: Kalunga Dos Santos*

Segundo o administrador, a medida visa manter cada vez mais limpo os bairros e as ruas do Distrito do Kilamba Kiaxi, disse acrescentando que a fiscalização vai intensificar seus trabalhos e aqueles indivíduos que desafiarem a lei vão sentir a mão pesada da lei.

O administrador adiantou ainda que "a medida visa forçar os vendedores que comercializam os seus negócios em lugares impróprios, como defronte aos hospitais, nas ruas, cemitérios e não só, disse acrescentando que a administração tem vários mercados nos bairros para as pessoas que não têm espaços para venda basta que se cumpra com alguns procedimentos, para adquirirem os seus lugares.

José Praia, salientou ainda que as pessoas que não cumprirem com as ordens da fiscalização, vão ser penalizadas com a lei vigente no país, para que os outros cidadãos não possam infringir a mesma. E as vendas desordenadas estão próximas dos superes mercados e, é lá onde estamos a começar a trabalhar para acabarmos com este fenómeno e posteriormente atacarmos as cantinas que não estão devidamente legais, alertou.

O administrador Comunal do Palanca, disse ainda que a sua área de jurisdição tem um projecto eficaz no que diz respeito ao saneamento básico para manterem as ruas limpas e boas para circular-se à vontade.

Praia, salientou ainda que o projecto que refere é de criar condições para os moradores não irem deitar mais o lixo muito distante, logo vamos pôr contentores em todas as ruas e não muito distanciados para que os munícipes não tenham dificuldades, e posteriormente os operadores passam nas horas indicadas para a recolha do mesmo.

"Mas se entrarmos dentro dos bairros não vamos encontrar muito lixo e, isso é fruto do trabalho de sensibilização que temos feito com munícipes, para podermos preservar a nossa saúde, não queira dizer que no palanca não há lixo! Acrescentou.

José Praia, adiantou ao Jornal LIBERDADE que "os incêndios que se tem constatado no bairro Palanca, é resultado de vendas ilegais de vários produtos inflamáveis em locais impróprios, estou a me referir de gasolina, gásóleo, óleos de carros, etc"

Praia, disse ainda que os munícipes do Palanca são astutos em termos de comercialização, frisou acrescentando que quando os cidadãos estão a comercializar um produto

proibido pelas autoridades do país, os mesmos colocam em frente do estabelecimento comercial um letreiro de uma denominação religiosa para confundir a fiscalização.

O responsável, adiantou ainda que apesar dos incêndios, a administração leva a cabo um trabalho de identificação das casas que vendem ilegalmente combustíveis para podermos prevenir casos do género e já foram detectadas várias casas e estamos a espera do momento certo para agirmos.

Questionado sobre outro fenómeno que figura nas práticas desordenadas, referimos ao número de ceitas religiosas que tem vindo a crescer no bairro palanca, José Praia disse

que têm vindo a trabalhar com as comissões dos moradores e com os pastores que já têm as Igrejas legalizadas a denunciarem aquelas que não estão devidamente legais, e, isso ajuda-nos a prevenir a proliferação das mesmas.

E garanto que na Comuna do Palanca, as Igrejas estão bem identificadas e aquelas que falta alguma coisa nós temos estado a aconselhar para que tratem os seus documentos de modo a evitarem constrangimentos. Acrescentou.

O administrador reforçou que a população tem vindo a colaborar em denúncias em termos de cidadãos estrangeiros que estão no bairro ilegalmente, e maioritariamente são proveniente do norte de Angola mas bem identificados, apesar de estarmos também a trabalhar com os serviços de emigração e estrangeiros para manter a ordem, revelou.

Gostaria de apelar a todos moradores e transeuntes dos bairros do Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi, a acatarem os conselhos do governo para deixarem de vender nos locais impróprios e irem aos mercados que já indicamos para não terem problemas com as autoridades distritais e assim vamos construir um país bom para se viver, disse o administrador comunal do Palanca, José Praia.

### 3.2 O negócio do “café ambulante”

*Jornal Economia e Finanças*

*05 De Agosto de 2016*

*Texto: Adérito Velosa*

É comum nas paragens de táxis, autocarros e dos Caminhos-de-ferro de Luanda depararmos-nos com jovens equipados com uma armação, onde estão expostos, pacotes de café, leite e açúcar, e as mãos com térmicas de “água quente” para servir na “hora” os clientes.

“Bom dia! Não vai um café”... É o slogan convidativo dos vendedores ambulantes, para captar 'o maior número de clientes, que circula ou se desloca pelas várias artérias da cidade capital. Segundo apurou o Jornal de Economia & Finanças (JE), nas artérias da cidade capital, o negócio é sazonal, com maior rendimento na época de cacimbo (Maio a Agosto).

Sustentar a família

Homens e mulheres, com idades compreendidas entre os 16 e os 30 anos, encontram no negócio o seu “ganha-pão”, para sustentar os seus familiares e em alguns casos, custear os estudos.

É o caso de Esperança Luís, 28 anos, mãe de três filhos, moradora do bairro “Ossos”, comarca de Luanda, Sambizanga. Com um sorriso no rosto, meio tímida, Esperança contou ao JE, os meandros do negócio, que lhe faz acordar às 4 horas, de segunda-feira ao sábado, tendo como principais destinos as ruas da zona Baixa da cidade de Luanda.

A vendedora conta que começou o negócio há já quatro meses, por influência de uma amiga, que também é vendedora.

Equipada com uma armação onde consta a “caixinha” de café (com 24 pacotes), uma térmica, copos descartáveis, colheres descartáveis, pacotes de açúcar, Esperança conta que começou o negócio com um investimento de 20 mil kwanzas.

O dinheiro serviu para comprar a um serralheiro do bairro, uma armação (que carrega nos ombros), onde estão expostos os produtos (café, leite e açúcar), que custa seis mil kwanzas. Numa das lojas do bairro Hojiya-Henda, a vendedora comprou uma caixa de café (que contém 12 embalagens, com 24 pacotes cada), no valor de 15 mil kwanzas.

Esperança adquire a embalagem de copos descartáveis (50), ao preço de seis mil kwanzas. O copo com café é vendido ao preço de 100 kwanzas. “Também vendo

café com leite (galão), dependendo da preferência do cliente. O preço do leite é 200 kwanzas”.

Em cada caixa de café, a comerciante tem uma facturação de 28 mil e lucro de pouco mais de sete mil kwanzas. Quando há clientes, por semana, Esperança consegue vender duas caixas.

Por sua vez, Clementino Elias, 17 anos, morador do bairro Boavista (Sambizanga), conta que está no negócio há dois meses. Mais velho entre os quatro irmãos, “Cleu”, como é carinhosamente chamado pelos seus, revelou que entrou no “mundo” deste negócio por incentivo dos pais.

O jovem, que está a frequentar a nona classe, no complexo escolar “Dom Bosco”, Sambizanga, pertencente à igreja Católica, destaca que, apesar das dificuldades do negócio, com o lucro consegue comprar a roupa, material escolar e ainda ajuda a mãe a custear as despesas da casa.

O vendedor compra o seu negócio no mercado do Kikolo, em Cacucaco. Em cada caixa, com 12 embalagens de café (cada embalagem contém caixinhas com 24 pacotes), e tem uma facturação de 28 mil e 800 kwanzas.

Laurindo João, 16, vive no bairro Boavista, está no negócio há três meses. Num passo acelerado e as gargalhadas, na rua Rainha Ginga, em companhia de duas colegas de serviço, interpelámos o grupo. Com “ar” carregado de algum receio, o jovem aceitou o convite do JE. Em companhia da cunhada e mais uma vizinha, os três andam quase sempre juntos, a procura de clientes.

Durante a breve conversa, Laurindo revelou que o negócio está a perder “força”, devido à pouca procura que se regista nos últimos dias. As causas, segundo conta, estão relacionadas com o aumento de vendedores, bem como também, com o actual contexto financeiro e económico.

“Por dia vendia 48 pacotes de café. Agora está tudo difícil. Não há muitos clientes, os poucos que existem temos de nos dividir com outros”, sublinha.

José Bernardo, 17, reside no bairro Tala-Hady (Cazenga), com os pais. Entrou no negócio por influência da irmã que tem uma equipa de vendedores.

Há três meses decidiu com o dinheiro que ganhava do trabalho que prestava à irmã, abrir o seu próprio negócio, tendo comprado a armação, a três mil kwanzas, a térmica a 2.400 kwanzas e uma caixa de café

com 12 embalagens a 13 mil no mercado Asa Branca no Cazenga.

A frequentar a oitava classe no período vespertino, Bernardo, acorda muito cedo, às 4 horas e termina as vendas às 11, de segunda a sábado. No período vespertino, O jovem vai à escola. Todos os dias tem como itinerário a baixa de Luanda/hospital Maria Pia, Mutamba/Ilha de Luanda e vice-versa, locais onde vende o galão, produto mais procurado a 200 kwanzas e o café a 100.

Em cada caixa de café, Bernardo tem uma facturação de 28 mil, que consegue sustentar as necessidades.

O futuro cantor (sonho que diz pretende realizar), pensa abandonar o negócio, tudo porque é sazonal. "Nesta época de frio temos muitos clientes, mas daqui por mais algumas semanas já não teremos", disse.

No mundo da música, Bernardo tem como ídolos, cantores de renome, como é o caso do angolano Anselmo Ralph e o norte-americano Chris Brown.

Como se depreende, os estilos "hip-pop" e "r&b", são de eleição para o jovem. "Estou a batalhar para ter uma vida melhor".

Crente da igreja do 7º dia, José Bernardo, vai à igreja aos domingos, onde no grupo dos jovens reza, para que o futuro seja promissor.

Adriana Pedro "Yana", 19, vive no bairro "Areia Vermelha", no Cazenga. "Caloira" no negócio, já que está a pouco mais de duas semanas, conta que trabalha numa pequena empresa, com seis funcionárias, cuja a missão é de vender o café "No fim do mês o meu salário é de 25 mil kwanzas", Tal como as outras, Yana acorda às primeiras horas do dia. De segunda a sábado, procura todas as manhãs, no itinerário Mutamba/Ilha de Luanda (vice/versa), ter o máximo rendimento.

Visivelmente cansada, já que, além da armação que carregava ao peito, também levava nas mãos térmicas e uma mochila às costas. A jovem disse que o trabalho é "duro", mas não pensa em desistir, tudo porque é seu primeiro emprego e "só com este esforço consigo ajudar os meus irmãos, a casa e custear os estudos"

### 3.3 Oficinas ilegais foram encerradas

*Jornal de Angola*  
05 De Agosto de 2016

A Repartição da Fiscalização do distrito urbano do Rangel, município de Luanda, encerrou quatro oficinas

que funcionavam na via pública, por dificultarem a circulação automóvel.

O chefe da repartição, Edmar Dias, disse, quarta-feira, à Angop que a operação, iniciada em Julho, inclui também a retirada de sucatas, de contentores e de viaturas em estado de abandono.

Por exemplo, na rua onde se encontra a escola pública Ngola Mbandi foram retirados 15 camiões e 20 viaturas ligeiras e, na avenida Deolinda Rodrigues, sete viaturas também ligeiras, por estarem em mau estado técnico.

No bairro CIT, a Fiscalização retirou do passeio quatro contentores, que eram usados como salões de beleza e afins e que funcionavam sem autorização das autoridades, assim como foi feita a recolha de 29 sucatas ao longo de todo o distrito.

O chefe da Repartição de Fiscalização do distrito urbano do Rangel garantiu que o trabalho de recolha de viaturas em estado de abandono na via pública, de sucata e de contentores vai continuar em todas as comunas.

O distrito urbano do Rangel é integrado pelos bairros Terra Nova, Marçal e Rangel.

### 3.4 Administração municipal combate comércio na rua

*Jornal de Angola*  
10 De Agosto de 2016

A Administração Municipal de Bolongongo, província do Cuanza Norte, vai reforçar as acções de combate à venda desordenada na via pública, anunciou, ontem, o administrador municipal. Gaspar José António Vicente disse que, para o efeito, a Administração conta com o apoio dos efectivos do Comando Municipal da Polícia Nacional.

O administrador municipal esclareceu que a acção é antecedida de um programa de sensibilização dos vendedores ambulantes da circunscricção, para desencorajar tal prática e informá-los sobre os riscos que a venda de produtos alimentares em locais impróprios acarreta para 11 saúde humana.

As acções de combate à venda desordenada na via pública envolvem os Serviços de Fiscalização da Administração Municipal.

"Os vendedores abandonam as bancadas e, sem ter em atenção as medidas de higiene, colocam os seus

produtos na via, ao mesmo tempo que atrapalham a circulação rodoviária, além de colocarem em risco as suas próprias vidas", frisou administrador municipal.

A Administração Municipal de Bolongongo tem vindo a desencadear operações contra a venda desordenada nas principais vias públicas, mas até ao momento, a população insiste na mesma prática, em desobediência às autoridades.

Em Setembro do ano passado foi inaugurado um mercado municipal com 48 bancadas, um armazém, duas casas de banho e área administrativa, mas poucos aderem ao local preferindo vender na rua.

A administração municipal diz que vai ser implacável contra todos os que desobedecerem a medida.

### 3.5 Polícia de Fiscalização Marítima apreende embarcações de Pescadores em Cacuaco

*Jornal Manchete*

*12 De Agosto de 2016*

*Texto: More Ira Mário*

Vários pescadores que exercem actividade de pesca artesanal na costa marítima do município de Cacuaco, viram no passado dia 5 do mês em curso, apreendidas as suas embarcações, redes e outros meios pela Polícia de Fiscalização Marítima, soube o Manchete.

Pescadores no local contactados por este jornal confirmaram a actuação policial, mas disseram desconhecer os motivos que estiveram na base das apreensões. Pelo que não puderam desenvolver as suas actividades durante alguns dias. A medida causou também alguns constrangimentos aos populares que, diariamente, acorrem naquele local para comprar o peixe. Nas ruas do município de Cacuaco e arredores circunvizinhos era visível a ausência das senhoras peixeiras, que habitualmente comercializam o produto na "zunga".

A sardinha "lambula" o mais procurado pelos populares, era comercializado pelas peixeiras, apenas o congelado vindo do Porto Pesqueiro. Até na tarde de terça-feira, 9 a situação se mantinha na mesma. Embora alguns pescadores tivessem regressado à actividade, após serem devolvidos os seus meios, mas a oferta do peixe continuava ainda muito restringida.

Os homens do mar disseram que só a polícia poderia dar explicações sobre o assunto, porque não sabiam qual era a sua intenção.

Os mesmos negaram tratar-se de motivações ligadas à falta de autorização, justificando que o exercício da pesca artesanal marítima, em Cacuaco é feita por pescadores agrupados em cooperativas e grupos solitários, devidamente reconhecidos pelas autoridades da fiscalização.

Questionamos de igual modo, a possibilidade da polícia ter agido em conformidade a desorganização que se assiste no local quanto a comercialização do pescado, que é feito em péssimas condições de higienização agravada pela reprodução de lixo que ameaça a segurança ambiental da orla marítima. Sem resposta. Contactado o posto policial de fiscalização que funciona mesmo junto à beiramar no bairro dos Pescadores, também não tivemos êxito.

Os agentes em serviço disseram que não podiam falar à imprensa sem autorização superior.

Peixe vendido entre o lixo A pesca artesanal é fonte de rendimento de muitas famílias que vivem na zona litoral do município de Cacuaco.

Além do valor económico, a pesca artesanal também importante valor nutricional para as populações. Daí que muita gente tem recorrido ao bairro dos Pescadores, a fim de comprar o peixe a um preço mais barato.

É também aqui que se localiza a praia do Mundial é um mercado de venda de

pescados a céu aberto. O local existe há décadas e tem servido como sustento para muitas famílias daquele município. Além da venda do peixe, outros comerciantes de diferentes produtos utilizam o espaço, deixando o local sem condições de higiene.

Destacando-se as senhoras peixeiras, elas descamam o peixe e deixam o lixo ao mar e no areal da praia. A falta de higiene tem levado muitos compradores a desistir de adquirir o seu peixe naquela praia, onde até se podem ver, com facilidade, larvas a rondar as "bancadas" de peixe improvisadas no chão. Um estudo realizado por especialistas angolanos em 2012 mostra que o peixe contaminado, pode causar prováveis ocorrências de casos de infecções bacterianas, intoxicação alimentar, que "necessitam de uma intervenção urgente das autoridades competentes (Ministério da Saúde, do Ambiente, da Agricultura e Pescas)".



### 3.6 As dificuldades no comércio de rua

*Jornal Grandes Notícias*  
19 De Agosto de 2016

Há quanto tempo existe a associação? Quantos associados?

A associação tem já dois anos com cerca de 3 mil associados e cerca de 35 mil inscritos

É muito difícil convencer os vendedores ambulantes a associarem-se?

A princípio ficam meio receosos devido a promessas que algumas administrações fizeram, mas após nos identificarmos muitos/as deixam de sentir-se acanhadas e vêem que não são os mesmos que haviam feito falsas promessas.

Por que é que a associação foi criada?

O objectivo primordial é defender os interesses dos vendedores ambulantes. Entre eles, evitar o conflito com a polícia e inseri-las dentro dos mercados formais.

Alguns vendedores preferem estar nas ruas do que nas feiras por alegarem que andando conseguem vender mais. Isso procede?

As vendedoras pretendem nessa altura vender organizadamente, mas elas exigem que o governo crie mercados próximos das cidades. O que tem acontecido em Angola é que o governo constrói um mercado longe e quando as vendedoras vão para lá, os compradores não se interessam em ir para mercados distantes. Isso tem feito com que as vendedoras que estão nos mercados muito distantes, abandonem e voltem à zunga. Por isso é que a associação estava a trabalhar na priorização, por parte do governo, na organização de algumas áreas que funcionem como feiras. Não haverá uma solução se apostarmos apenas nos mercados.

Qual a renda média diária de um vendedor ambulante?

O nosso vendedor ambulante trabalha com Kz 1000 ou Kz 2000 por dia. Para essa pessoa, não é suficiente dizer-lhe para que fique numa bancada, para ela é melhor circular. A bancada é considerada um incómodo que só tem negócio de Kz 500. Circulando ela consegue mais. A ideia é que ela circule, mas numa espécie de feira.

Quais produtos são mais comercializados?

Nesta altura são os produtos alimentares. Neste momento, por causa da desorganização do sistema eléctrico, a pessoa não consegue comprar uma caixa de peixe para consumir durante 30 dias. Nesse caso,

Os angolanos são obrigados a comprar todos os dias, mas compram mais a alimentação, não a roupa. A roupa pode comprar uma vez por mês, mas a comida compram todos os dias. Por isso os vendedores preferem vender bens alimentares.

O que motivou tantas zungueiras passarem a comprar seus produtos nos supermercados?

De facto houve um momento em que os preços nos armazéns que são controlados pelos nossos irmãos "mamadou" estavam altos e a Shoprite foi o único meio que parte da população achou por bem de comprar, porque os preços estavam mais acessíveis.

Então a crise está a prejudicar directamente as zungueiras?

Sim. Onde compravam as mercadorias o preço ficou muito alto.

Qual o panorama geral da categoria actualmente?

A situação actual é crítica porque o Estado não apoia as iniciativas da sociedade civil. Parece que há um grupo que está organizado para criar certos projectos. Quando surge de uma família, de um sítio de camada baixa, por mais que tenha uma boa ideia, eles não aceitam facilmente. Os vendedores ambulantes são de uma camada baixa, muitos são camponeses, e é por isso que o sofrimento da zungueira é diário. Sabemos que a bancada parlamentar do partido que nos governa é composta por deputadas, mulheres também, mas nunca têm iniciativa de criar um projecto que vise beneficiar a mulher zungueira que passa a vida toda a rodear à procura de sustento. Muitas dessas vendedoras são militantes do MPLA, elas é que votam no período das eleições.

Era necessário que aquelas mulheres, que estão no parlamento por voto dessas mããs zungueiras, tivessem essa consideração de velar pelo sofrimento' pensar políticas mais direccionadas para o bem comum das vendedoras em Angola. Nesta altura, eu diria que a vida do vendedor ambulante em Angola é péssima e de uma forma geral também tem havido graves violações dos direitos humanos entre eles.

Quais?

Como exemplo, houve um caso em que um polícia a tentar a bater numa zungueira atingiu o bebé dela e ele

morreu. Nessa altura, ninguém sabe se quando acontece essas coisas os mesmos agentes têm sido levados à barra do tribunal e nos perguntamos: porque nunca vimos um julgamento de um polícia que procedeu mal contra um vendedor ambulante?

Então considera que têm ocorrido muitas violações dos direitos humanos?

Para ser claro, eu acompanho e lamento. Por isso tivemos o interesse de criar a associação. As mães são torturadas. No Cacucaco até presenciamos isso, um carro da fiscalização, propositadamente atropelou a senhora, partiu-lhe a perna e na hora das famílias irem reivindicar, bateram nas senhoras e deixaram-nas sem roupa. São casos que ninguém aceita dizer que o governo ou os que estão a trabalhar para proteger o direito do ser humano está a cometer um crime de violação dos direitos humanos. Esse é só um caso, mas têm sido frequentes os actos das autoridades com objectivo de provocar mesmo a morte.

E como está a situação nas outras províncias?

Em Benguela houve um caso também que a zungueira estava a fugir e a polícia a aleijou na perna. Em todo país há sempre um problema desse tipo. Agora que a crise voltou com maior realce no país, a polícia que não está de serviço, pega a pistola, vai na via e recebe os produtos da mãe e leva para a casa dele. A mãe vendo que ele está a dar com a pistola, entrega seus produtos. Afinal, não está no programa da unidade, do comandante. É mesmo iniciativa dele. Por isso que o governo deveria credenciar os fiscais, de forma a saber qual é o fiscal que está hoje de serviço. Nessa altura não se entende se é a polícia que está a fazer o trabalho ou a fiscalização. Não queremos que haja um dia problemas mais graves na nossa sociedade, por isso queremos que sejam resolvidos os problemas desse género de vendedores. Estamos a criar a associação para a ajudar o governo, porque o governo não tem condições de resolver tudo. Noutros países organizados, o governo resolve algumas coisas, mas a sociedade civil participa.

Acredita que credenciar os fiscais seria uma forma de proteger essas senhoras?

Sim. Inclusive alguns fiscais são falsos. Vão no Pau-Preto, no Cazenga, compram passes e levam os produtos das senhoras. Quando a fiscalização oficial aparece, eles já fizeram graves violações. Pessoas ficaram sem negócios. Algumas mães até morreram por problemas cardíacos sem seus negócios. Ou seja, a falta de controlo dos agentes é uma forma de incentivar a criminalidade. Eles nem colocam a farda, andam à civil e falsificam o passe. Mostra o passe falso,

a mãe não conhece o passe verdadeiro e levam os seus pertences. Há muitos assuntos para o governo provincial tentar resolver para o bem dos vendedores.

Para além do credenciamento dos agentes, a associação sugere outras medidas para melhor proteger os vendedores?

O que sempre defendi é que estamos a correr o risco em Angola do filho do zungueiro voltar a ser zungueiro. Não há uma política para encorajar que o filho do zungueiro seja amanhã um engenheiro, um doutor, uma enfermeira, um carpinteiro. Essa é a preocupação da associação, se deixarmos da forma que está, a zungueira não tem condições de formar os filhos porque o colégio subiu as propinas.

Quando recebem os negócios da zungueira, há o risco de além do filho não ter condições de comer, essa criança pode vir a ser o futuro assaltante. Teremos um aumento de delinquência no país. A nossa preocupação é que haja políticas que ajudem a zungueira e a família que precisa tanto ser ajudada pelas instituições do governo.

Por que é que há mais mulheres neste trabalho?

Hoje em dia a maior parte dos zungueiros fizeram tudo por tudo para conseguir um valor e comprar uma motorizada.

Por isso que Luanda tem muitos motoqueiros. O homem deixou a actividade de zunga, conseguiu Kz 200 mil ou Kz 300 mil, comprou uma motorizada e ficam na via pública a transportar os passageiros.

Também na via pública tem muitos problemas. Daí que a maioria não consegue se adaptar com essa profissão e acaba sendo a mulher a que mais exerce essa profissão em Angola.

O que faz com que tantas mulheres trabalhem na "zunga"?

Falta de emprego? Baixa escolaridade?

Nos anos 80, Angola tinha um problema que não havia muitas coisas boas como internet, telefone, mas o camponês tinha cooperativa. As cooperativas acumulavam produtos alimentares, tinha uma gente que comprava. Aí conseguia-se o óleo, o sabão, a roupa. Hoje em dia, a zona agrícola já não existe porque a chuva também não cai com tanta frequência.

No mês em que não há chuva, o milho seca. Não há tecnologia, não temos subsidio alimentar e o cidadão não pode morrer à fome. Escutou que o primo em Luanda vive nessa actividade de zunga, manda a

passagem, a prima está a passar mal, vem para Luanda, dá-lhe Kz 2 mil e com isso toda a população está a juntar-se na cidade capital. É preciso que haja o incentivo à agricultura, as cooperativas deviam ser o centro do governo para que quem vive na província sintam-se melhor, não precisando de vir para Luanda. Quem vive na província, acha que vive mal, por isso vem para aqui.

Uma dessas vendedoras, se tiver um terreno lá para cultivar' que lhe garanta até Kz 20 mil por mês, não se desloca da província para cá.

Acha que as políticas actuais governamentais são relevantes para o sector?

O governo não pode chamar todos os vendedores ambulantes para definir uma coisa. Tem que existir associações que façam o intermediário.

Nós, por exemplo, não sentimos nenhum apoio. Logo, se nunca sentimos é porque não existe nenhuma política de apoio à mulher zungueira.

A política que existe é de repressão. Reprimir para que o vendedor não exista na cidade. E também não dão outra opção de emprego para essa vendedora.

De imediato, que medidas precisam ser implementadas?

Na África do Sul, o governo não acabou com a venda ambulante, mas sim implementou uma lei em que as vendedoras tinham uma área, onde se vende em horários específicos. As horas proibidas pelo governo, elas não vendem. No Senegal também é igual. Agora, o problema que se passa aqui é que nós queremos acabar com a venda ambulante e essa política não pode estar no papel, ou só na repressão. Tem que se criar meios, sobretudo um dos primeiros meios é emprego para as pessoas, depois também financiar as associações de vendedores ambulantes.

Está a crescer uma tendência de que só pode haver uma associação de vendedores ambulantes, mas se aparecer mais associações é bem-vindo. O Estado tem que cooperar com essas associações que se apresentam como defensores e organizadores desse sector para estudar mecanismos de melhorar a venda ambulante.

Quais as principais reivindicações das zungueiras?

Algumas já não acreditam nas políticas do governo. Andam revoltadas, desesperadas e o que pedem é que devia se implementar um credencial que lhes permitam vender sem as consequências que elas passam.

Tem ideia de quantas pessoas vivem da zunga nas ruas de Luanda?

Aproximadamente 100 mil a 120 mil pessoas. O mais complicado é que quase todo o cidadão, por exemplo, em Viana, Cacuaco, virou vendedor ambulante. Há uns que vendem no período da noite, outros de manhã. Daquilo que já verificamos, o município de Viana, Cacuaco e o Golf 2, no Kilamba Kiaxi, são os locais que mais possuem vendedores ambulantes. Por isso a associação está a pensar que devíamos pegar naquelas mães zungueiras, que têm já filhos adolescentes, e criarmos uma escola para esses filhos de vendedores ambulantes. Essa mulher pagaria por mês um custo bem reduzido para que essa família tenha um ensino académico pelo menos acima do Ensino Médio a fim de que no futuro não vergue pela actividade que a mãe ou o pai está a exercer.

O que a associação oferece aos vendedores ambulantes?

Fizemos uma parceria com uma organização que actua no sector dos direitos humanos porque há o risco grande de incriminar os dirigentes das associações, sobretudo uma associação como esta. Uma vez que os direitos dos vendedores têm sido violados, achamos que devíamos colaborar, termos um gabinete de advocacia que possa no futuro defender os casos de violência contra as mulheres vendedoras.

### 3.7 Estrangeiros ilegais prestam serviços de moto-táxi em Luanda

*Jornal A República*

*19 De Agosto de 2016*

*Texto: Mafuta Malanda*

A prestação de serviços de moto-táxi é um serviço que muitos cidadãos angolanos, sobretudo jovens encontraram para o seu sustento, bem como para o das suas famílias.

É um serviço que data pouco menos de dez anos, mas que tem sido útil para os cidadãos de um modo geral, tanto os moto-taxistas, assim como para os passageiros.

A prestação desse serviço reveste-se de grande importância, na medida em que possibilita a circulação de pessoas e bens nas zonas de difícil acesso para as viaturas.

Para além de cidadãos nacionais, este serviço também é prestado por cidadãos estrangeiros e na maior parte das vezes em situação ilegal. & quot; Serviços como

este deviam ser reservados simplesmente para os nacionais &quot;. Disse João Sanda, de 17 anos que se dedica ao serviço de moto-táxi para o pagamento das propinas do colégio onde frequenta a décima classe no curso de ciências económicas e jurídicas, no período nocturno.

Na verdade, são muitos estrangeiros ilegais, provenientes do Senegal, Mali, Costa do Marfim, Gâmbia e República Democrática do Congo, que prestam serviços de moto-táxi na periferia da província de Luanda, muitos deles sem a mínima observância de medidas de segurança, bem como a observância das regras de trânsito, pois grande parte deles não faz o uso de capacete, nem tampouco respeita o código de estrada.

Isha Cissé, cidadão gambiano, de 40 anos, dedica-se ao serviço de táxi há dois anos, mesmo sendo ilegal. &quot;Estou em Angola desde 2013, vendia numa cantina, mas o negócio foi a falência, consegui apenas comprar uma motorizada que me ajuda a fazer táxi para sustentar a família&quot;.

Questionado pela nossa equipa de reportagem sobre a sua situação legal, Cissé disse:

Não tenho nenhum documento pessoal, a motorizada está legalizada em nome da minha mulher que é angolana e quando sou interpelado pela polícia, pago uma gasosa e me deixam. Muitos desses estrangeiros ilegais preferem trabalhar no período nocturno para escaparem da polícia.

### 3.8 Vendedores de jornais abraçam associativismo

*Jornal Grandes Notícias*  
19 De Agosto de 2016

Os vendedores ambulantes dos vários jornais publicados em Luanda, vão proclamar uma associação para defender os seus direitos que diariamente são violados, muitas vezes por agentes da autoridade que ainda não reconhecem a importância de um ardina, cujo trabalho é simplesmente, levar a informação produzida pelos jornais ao público leitor interessado, muitas vezes transformados em "jornalistas zungueiros"

O trabalho desses aguerridos jovens começa muito cedo, logo nas primeiras horas do dia. Os jovens adquirem os jornais e, depois, com maços debaixo do braço percorriam as principais vias da cidade capital anunciando a manchete do dia com notícias frescas e actualizadas para procederem as vendas.

De acordo com esses "trabalhadores", na sua maioria jovens, todos os dias percorrem as ruas e estradas e aproveitam os engarrafamentos para comercializarem o seu produto, fundamentalmente constituído por jornais e revistas. Francisco João de 23 anos, nessa vida há cerca de 10 anos, um dos futuros membros da aludida associação, contactado para falar do seu dia-a-dia, disse que comercializar jornais na rua é muito difícil mas gratificante. "Todos os dias percorremos muitos quilómetros a procura do pão, mas felizmente temos conseguido algum dinheiro para o nosso sustento e para a mulher, filhos e alguns vícios": Alberto Diniz, natural de Benguela, em Luanda desde 2011, questionado sobre a concorrência na venda dos jornais, disse que a preferência da maior parte dos ardinas recai mais para a venda de semanários, pelo facto de trazerem informação diversificada, que não passa na Rádio Nacional, na TPA e no Jornal de Angola, informações que os leitores preferem no lugar daquilo que passa todos os dias na rádio e na televisão.

Quanto aos preços praticados e a receptividade dos clientes disseram ser um negócio de paciência e saber entender os clientes. "Nesse negócio o mais importante é entender os clientes e ter paciência, qualquer negócio tem momentos bons e maus, ou seja há dias que vendemos e há outros que não conseguimos nem dinheiro para o táxi. Alguns jornais compramos por 400 e vendemos a 500 Kwanzas, outros por 500 e vendemos por 700 Kwanzas, a depender das notícias de chamada"

Malunda, natural da província do Kuanza Norte, tem 30 anos de idade, comercializa o seu produto na zona do Maculusso e Vila Alice. Questionado sobre a razão que os levou a criar uma associação, disse ser por causa das vicissitudes por que passam no dia a dia. Muitas vezes lhes são retirados os jornais por parte de agentes da polícia e outras vezes são perseguidos quando comercializam jornais com notícias que ferem a sensibilidade de pessoas ligadas ao Governo. "Nós decidimos criar uma associação para defender os nossos direitos quando são violados, também por uma questão de controlo de quantas pessoas exercem essa actividade em Luanda, visto que até ao momento, continuamos espalhados, outros em Viana, Talatona, Prenda, Congolenses, Mutamba, Samba, até em algumas províncias, mas precisamos de uma entidade que nos defenda quando somos perseguidos por quem quer que seja, tal como acontece com os moto-taxis"

Quanto aos passos já dados para a concretização desse objectivo, Malunda disse estarem a espera da resposta do Ministério da Justiça aonde remeteram a documentação exigida para a criação de uma associação, prevendo a proclamação da associação dos

ardinas de Luanda no mês de Dezembro. Mito Agostinho

### 3.9 Quem mandou construir uma praça no KK 50007

*Jornal O PAÍS*

*22 De Agosto de 2016*

*Texto: Santos Domingos*

Respeitosos cumprimentos Há algum tempo, um grupo de cidadãos decidiu deixar as suas residências na periferia de Luanda em direcção às novas centralidades, como o Kilamba e Sequele, à procura de melhores condições de vida.

Para muitos destes cidadãos' que habitavam em locais onde a insegurança era reinante, a falta de água e os cortes de energia uma constante, a mudança para estes novos bairros era mais do que necessário.

E foi assim que através de créditos e outros mesmo com as suas economias conseguiram um espaço.

Nos últimos tempos, viver no Kilamba ou no Sequele deixou de ser uma 'maravilha' como no passado.

Já se fala em assaltos à mão armada, roubo de pneus na calada da noite, sobretudo no Kilamba, sem contar com o facto de os moradores terem de madrugar para chegarem aos seus locais de trabalho.

Os cidadãos que inicialmente não conseguiram ter acesso às residências no Kilamba, maioritariamente por incumprimento e irresponsabilidade do próprio Estado, foram transferidos compulsivamente para o KK 5000.

Se nos lembrarmos bem, a própria Imogestín havia dito que quem não quisesse os apartamentos poderia solicitar o seu dinheiro de volta.

Apesar de não possuir o mesmo 'luxo' que o Kilamba original, ainda assim é um local onde os actuais moradores tencionam criar os seus filhos num ambiente saudável, longe dos problemas que muitos tiveram que evitar nas suas áreas de procedência.

Agora, com o beneplácito da Administração do Kilamba, chefiada pelo senhor Joaquim Israel, deverá nascer nos próximos 'dias um mercado às margens do projecto KK 5000, vulgo Kilamba Sudeste.

Não se trata de um mercado semelhante ao construído pelas autoridades no Sequele, por exemplo, mas sim de

um espaço que poderá se tornar mais numa fonte de problemas para os moradores do Kilamba Sudeste.

Tendo em conta a sua localização, quando existem enormes espaços livres por aquela zona, a Administração não tergiversou ao aprovar um mercado nas proximidades dos edifícios, prevendo-se nos próximos tempos uma enchente de automóveis, pessoas e posteriormente lixo e outras coisas nefastas.

Quem conhece a situação dos vários mercados existentes por este país ou pela cidade de Luanda, sabe que para a anarquia se instalar no local deste novo mercado bastará só um pequeno passo, algo que não terá pesado na decisão de quem o aprovou.

Não acredito que a aprovação do projecto tenha contado com a participação dos moradores. Por isso, será bom que o senhor Joaquim Israel e seus colaboradores se consciencializem que serão os principais culpados caso o mercado se torne numa fonte de problema.

Estamos certos de que a população precisa de um mercado, mas tinha que se encontrar um espaço distante dos imóveis. E não a escassos 50 ou 60 metros como se pode coristatar.

### 3.10 Perseguição mortal aos motoqueiros do bairro Huambo

*Jornal O PAÍS*

*25 De Agosto de 2016*

*Texto: Maria Teixeira*

Os moradores do bairro Huambo e os moto-taxistas que operam nessa área vivem momentos de terror impostos por vários grupos de marginais que recorrem até à armas de fogo para obrigá-los a entregar os seus pertences, sob pena de perderem a vida em caso de resistência.

Por este motivo, os jovens que exercem a actividade de moto-taxista, nas imediações da paragem do Rocha-Padaria (Avenida 21 de Janeiro), recusam-se a entrar no interior do bairro, ainda que a oferta seja três vezes superior ao valor oficialmente cobrado. Emanuel António, morador do bairro há 20 anos, presenciou o momento em que um moto-taxista foi morto, em Abril passado; por volta das 20 horas, por um marginal que tentou apoderar-se do seu meio rolante. Ele estava em companhia de alguns amigos a conviver na Rua dos Bagões no momento em que a vítima foi abordada por dois marginais que o perseguiram.

"Tentamos ir lá para ficar a saber o que se estava passar, mas acabamos por desistir assim que vimos os marginais com duas armas de fogo. Eles, ao se aperceberem da nossa intenção, efectuaram vários disparos ao ar", disse. De seguida, segundo ele, os malfeitores encurralaram o motoqueiro e exigiram que lhes fosse entregue a chave da moto. A vítima, porém, não só recusou como também partiu em fuga para tentar impedir que os infractores concretizassem os seus intentos. Do local onde Emanuel António e seus amigos se esconderam, ouviram-se dois disparos seguidos do roncar das duas motorizadas. Eram os assaltantes que se retiravam, deixando o motoqueiro estendido no chão com perfurações de bala no tórax e na nuca.

"Assim que saímos do esconderijo, encontrámos o motoqueiro até sem a carteira pessoal", frisou. Acrescentou que "este não foi o primeiro assalto e não será o último, caso a Polícia não melhore as medidas de segurança no bairro Huambo, mais concretamente na Rua dos Bangões e na Rua da Igreja Católica". Segundo Emanuel, as acções dos marginais incidem, geralmente, nos motoqueiros que têm apenas aquele bairro como sua zona de trabalho. O motoqueiro Eli Fernando, por seu turno, revelou ter sido vítima de assalto à mão armada no mês passado. Trabalhava quando foi surpreendido por dois meliantes que lhe apontaram o revólver e se apoderaram da sua motorizada.

Por ter cooperado prontamente com os algozes, esses ordenaram-lhe simplesmente que abandonasse o local sem olhar para trás, caso contrário seria morto.

"Fiz uma participação no posto de Polícia e recebi garantias de que vão procurar a mota, mas até agora não tiveram resultado. A minha motorizada é uma YB, cor de vinho, da série de 2013 e está decorada com a bandeira dos Estados Unidos da América", detalhou.

Em desespero, Eli Fernando, que exerce a actividade há dois anos, declarou que o dia -a -dia dos motoqueiros tem sido bastante arriscado, em virtude das supracitadas acções, muitas delas em consequência do fraco patrulhamento dos efectivos da Polícia Nacional.

Disse que a partir das 17 horas, por vezes até a partir das 12 horas, dificilmente alguém se atreve a entrar no bairro de motorizada ou sequer passar pela Rua da Igreja Católica, por ser um dos locais

em que os marginais esperam pelas futuras vítimas.

Já o moto-taxista Mingo Mujanga confirmou ser um risco muito grande circular pelo bairro Huambo

depois das 17horas, embora nunca tenha sido vítima de vandalismo algum. "Como tenho alguns colegas e amigos que sofreram isso, tenho medo de entrar naquele bairro depois desse horário".

Confessou que o facto de alguns dos seus colegas não terem o documento que os habilita a conduzir esses meios acaba por dificultar o trabalho dos efectivos da Polícia na instauração do competente processo-crime.

#### Traídos pelos passageiros

Os moto-taxistas cobram 150 Kwanzas pela corrida de uma paragem da Avenida 21 de Janeiro até à porta de casa dos clientes que residem nos bairros circunvizinhos, mas tal não acontece quando se trata do bairro Huambo.

Edmiro Ferreira da Silva, relatou que até às 10h00 de Segunda-feira, o seu trabalho estava a correr bem e que temia que a qualquer hora esse ambiente sofresse alterações, caso fosse interpelado por alguns agentes da Polícia Nacional.

"Muitas vezes os agentes usam o quintal de uma escola, vulgarmente designada como Escola Branca, para guardar as motorizadas. Depois de 10 minutos exigem - nos que paguemos dois mil kwanzas para reavermos os nossos meios, isso é com ou sem documento. Ficamos muito frustrados, mas não temos outra solução senão ceder", frisou.

Disse que o mesmo cenário se vive no bairro Huambo e estende-se aos moradores do bairro Morro da Luz, onde os crimes acontecem à qualquer hora do dia. "Tem muitos jovens, geralmente drogados, que esperam pelos motoqueiros em pontos estratégicos e assim que param para deixar o passageiro, recebem-lhes o dinheiro e o meio de transporte", contou.

No Morro da Luz, a corrida da paragem até à porta da casa do cliente custa 50 kwanzas. Edmiro da Silva reconhece que não tem como se prevenir e que a maior parte dos seus colegas desistiram de entrar neste bairro. "Quando nos colocam, ficamos com vontade de sair correndo, mas acabamos por ficar para não sermos baleados. Muitas vezes o próprio cliente nos prega partida e ainda escolhe a mota" explicou.

Por outro lado, o moto-taxista José Manuel Bongo afirmou ser complicado entrar no bairro, 10-principalmente entre as 17 e 18 horas já que muitos dos seus colegas já perderam a vida no bairro Huambo, nas mãos dos marginais. "Eles não têm pena e se tiverem que atacar e tirar a vida de alguém, fazem sem pensar duas vezes".

### 3.11 O impacto da "kixikila"

*Jornal Economia e Finanças*  
26 De Agosto de 2016

Na semana transacta, assistia uma briga entre duas vizinhas e companheiras de venda informal, que resultou em ofensas verbais, mesmo sob o olhar silencioso de outras companheiras de venda e até da vizinhança, que as ladeavam, o que fez levantar a minha curiosidade. Mas afinal o que se passa?! Me indagava, ao aproximar-me do cenário. A "kixikila" é toma lá dá cá ( ... ) vais ter que cumprir com o acordado, desabafou em tom aborrecido, ainda no calor da contenda, uma delas dirigindo-se a outra. É assim que pude concluir que se tratava de um jogo de "kixikila" dominado pela desonestidade e incumprimentos (...).

Assim sendo, o sucedido e tantos outros prós e contras que envolvem o fenómeno "kixikila", mereceram de mim este espaço jornalístico. Prosseguindo, em bom rigor, e só para lembrar, a "kixikila" é uma cooperativa de crédito informal ou um pacto existente entre duas ou mais pessoas que, devido a incapacidade de poderem tornar reais os seus intentos por via do auto-financiamento, decidem criar créditos rotativos informais (vantajoso a todos os integrantes) mediante às suas próprias contribuições/participações financeiras, sendo pouco frequentes as participações por via de bens materiais.

Por conseguinte, a pouca ou não existência de confiança dos agentes económicos em relação as instituições bancárias, a fraca literacia ou cultura financeira dos agentes económicos, constam dos principais engodo, conducentes ao apetite das pessoas a estas práticas, pois estes encontram no crédito rotativo informal, a tábua de salvação. A prática da "kixikila" pode servir de termómetro capaz de nos ajudar a avaliar o grau de competitividade, de credibilidade e de demanda dos agentes económicos pelos serviços bancários, sobretudo quando o assunto refere-se a depósitos a prazo, aforros e créditos bancários.

Entretanto, as mulheres continuam a ter maiores apetências para tal associação. Uma vez acordada a quota individual (diária, semanal ou mensal) da contribuição, os primeiros mutuários, assim como a duração da associação estarão criadas as condições para o arranque da "kixikila". A quota contributiva está dependente da capacidade financeira de cada interveniente da associação, pelo que, quanto maiores forem os seus rendimentos, maior será a contribuição rotativa de cada um e o "bolo" do crédito rotativo.

Desde já, constitui ameaça para a sobrevivência da organização, a entrada ou permanência de pessoas inadimplentes e fora do circuito produtivo. De grosso modo, os "kixikiladores" e também correntistas tendem a demandar poucos produtos e serviços financeiros. É que ao contrário dos bancos comerciais, na "kixikila, não há filas de espera, processos burocráticos, favorecimento, e nem sequer existem sistemas de comunicação bancários (que de quando em quando são falíveis) e nem mesmo, há aquela bancária que vem dizer: meu senhor, estamos sem dinheiro, só estamos a receber depósitos! Lamentamos, só pode levantar abaixo dos 100 mil kwanzas!

Temos de convir que a desonestidade e os incumprimentos no jogo da "kixikila" costumam afastar a credibilidade, a harmonia e a justiça da associação, não permitindo que o pacto informal perdure e cumpra com o seu objecto social, que é o de prover aos seus filiados, de forma rotativa e regular o financiamento dos seus projectos (sobretudo de curto prazo), a reinvenção dos seus nichos de negócios e por aí fora. Por este pacto, estar desprovido de instrumentos jurídicos e económico-legais, é susceptível de habitar no seio dele as incertezas e altos riscos frequentes de retorno.

Note que amigos, vizinhos, companheiros de labuta e até mesmo membros da mesma rede sanguínea chegam a se desamigarem, por conta da desonestidade e dos incumprimentos dos acordos inerentes à "kixikila", O contrário, se verifica quando acauteladas destas questões, pois este pacto, tem sido a tábua de salvação de muitas famílias. Basta olharmos ao nosso redor. É um tema bastante actual, todos falamos e ouvimos falar dele, pois é repleta de seguidores e tem proporcionado frutos embora que pontuais, em certa medida aparente e sem sustentabilidade macro-económico.

### 3.12 ligações ilegais na rede eléctrica

*Jornal de Angola*  
27 De Agosto de 2016

o director da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE) no Huambo admitiu quinta-feira debater-se com dificuldades para combater as ligações anárquicas na rede de distribuição. Noé Chitato disse que muitas dessas ligações são feitas por consumidores legais em solidariedade com vizinhos que ainda não têm contrato com a ENDE. Fez saber que esta prática ilegal é muito comum nas zonas periurbanas e tem como consequência a sobrecarga nos postos de transformação e avarias na rede.

## 4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 Não vemos sinais para continuar a pesquisar sobre diversificação de economias

*Jornal O PAÍS*

*01 De Agosto de 2016*

*Texto: Mariano Quisola/Radio +*

2017 é depois de amanhã, como estará o país para a entrada da Zona de Livre Comércio da SADC". São suas estas palavras?

O relatório económico tem um capítulo que trata da competitividade da economia nacional, que já integra o relatório há treze edições e julgo que na próxima edição esse capítulo vai deixar de fazer parte do relatório.

Porquê?

Porque não se constata alterações de peso na competitividade de Angola. O mesmo se vai passar com a diversificação da economia, porque não vemos que existam sinais que nos convençam a continuar a pesquisar sobre diversificação da economia.

Voltando à competitividade...

Voltando à questão da competitividade, já que, de facto, 2017 é depois de amanhã e há essa posição de Angola ter pedido uma adesão faseada por produtos, deixe-me fazer um bocado de história, porque representa 17 anos de tempo que perdemos. Em 1999, a senhora engenheira Albina Assis era ministra da Indústria, com toda a experiência que tem, com todo o interesse que sempre teve no bom funcionamento do país, formou um grupo de trabalho, do qual eu fazia parte, para estudar a questão da adesão de Angola ao Protocolo de Livre Comércio. A preocupação era saber: Angola adere ou não adere? O que a gente pode propor como contra-partida? O trabalho foi desenvolvido, existe, creio que estará nos ministérios da Indústria e do Planeamento.

E a que conclusão chegou a análise?

A análise conduziu à seguinte observação: que Angola, já na altura, tinha um grupo de produtos, com os quais não teria problemas em assinar o Protocolo de Livre

Comércio, porque eram produtos, de acordo com a análise feita pelo grupo de trabalho, que podiam suportar uma abertura de fronteira.

E?

E havia um segundo grupo de produtos que estariam numa zona de transição. Havia a necessidade de fazer mais qualquer coisa para que a sua competitividade fosse comparável. E depois havia outra gama de produtos, em relação aos quais Angola não apresentava vantagens, com o risco de efeitos nefastos sobre a economia. Entretanto, o grupo de trabalho tinha uma agenda definida e aparentemente nada se fez. Porque a guerra acabou e o preço do petróleo subiu e, como tal, por que razão haveria a gente de se preocupar com a competitividade, se temos receitas abundantes?

E que produtos eram?

Não me lembro agora, a minha memória também com a idade vai contribuindo... mas foram analisadas várias centenas de produtos.

Ponderar a entrada faseada na ZLC será prudente?

Não sei o que isso significa. A teoria da integração económica não permite entrada faseada. Os países ou entram totalmente ou não entram.

O que aconteceu na União Europeia, que agora está a constituir uma enorme desilusão... Para mim pessoalmente?

A Europa já não está a constituir aquilo que era apontado como o único caso verdadeiramente de sucesso de um processo de integração económica. Quando se adere adere-se, não se adere por fases. Salvo melhor explicação, não sei o que significa integração faseada.

A crise cambial e o défice orçamental caracterizam o actual cenário macro-económico do país. Que perspectiva para a alteração do quadro, à luz da estratégia do Governo que visa atenuar o impacto da crise sobre a economia?

Toda a gente sabe que já tivemos uma situação semelhante em 2009, quando o Governo fez um reajustamento ao orçamento, fruto da queda do preço do barril de petróleo de 50 por cento. E estamos todos lembrados que muitas vezes sustentaram a tese de que a crise não nos afectaria e apresentaram-se argumentos de natureza do sistema financeiro, devido à não total integração no sistema internacional. Mas o facto é que



Angola sofreu, na medida em que o Estado tinha perdido capacidade de recolha de impostos.

O país aprendeu pouco coma crise de 2009 ou os cenários diferem?

O que se passou de diferente em relação à situação actual é que logo, em 2010, o mercado internacional do petróleo apresentou uma tendência de recuperação do preço. E o que fizemos? Acreditamos que tudo voltaria a ser como dantes. Para que tenham a noção da importância do petróleo em Angola, o saldo orçamental acumulado entre 2002 e 2015, pode ser avaliado à volta dos 32 a 35 mil milhões de dólares. O que significa que o Governo conseguiu acumular poupanças graças ao preço médio do barril do petróleo. E há outros argumentos que provam que houve muito dinheiro aqui em Angola, muito dinheiro.

E o que acontece hoje?

O que acontece agora é que as receitas tributárias têm vindo a diminuir, nomeadamente as de origem petrolífera. O Governo pôs em prática um processo de reforma tributária, correctamente, mas o sistema fiscal angolano é dos menos competitivos. O grande argumento perdeu-se com a receita do petróleo. E em 2020, apesar das intenções do Governo de ter elaborado uma série de documentos, nomeadamente, estratégia de mitigação dos efeitos, elaboração de uma lista de produtos imediatamente exportáveis, enfim, o que não é possível... O que me aborrece um pouco é a expressão: "a execução do orçamento está em linha com o previsto". E o que é facto é que estamos nesta situação. Saiu uma nota de imprensa dando conta que as receitas tributárias diminuíram em relação ao que tinha sido previsto, mas as despesas diminuíram menos do que diminuíram as receitas...

Estou convencido que se essa conjuntura se mantiver, o desequilíbrio financeiro pode chegar aos

6,5 por cento, no final deste ano.

Que condições objectivas o país tem para exportar?

O CEIC conduziu um trabalho, na base de um documento do Governo que se chamava "Procura de novas fontes de exportação" e elencava 18 produtos imediatamente exportáveis. Mas nunca mais se ouviu falar nisso. Mencionava a banana, o mel... enfim.

Porquê se ri, quando se refere ao mel?

Porque tem pouco peso na balança de pagamento. Mas fizemos um exercício e a nossa intenção era ver, desses 18 produtos, qual era o comportamento do seu preço

no mercado internacional, num contexto em que todos sabemos que os preços das commodities têm estado a baixar ao longo do tempo. Tivemos acesso a uma abordagem de um economista português sobre esta matéria, que analisa os efeitos que Angola iria recolher, a curto prazo, ao exportar quantidades desses produtos e foram colocados os seguintes pressupostos: que realmente os produtos eram competitivos no mercado internacional; que havia capacidade de produção disponível; que era possível ter um forte marketing internacional - o que não se faz da noite para o dia; e contas feitas, admitindo o máximo da sua produção, a contabilidade concluiu que se essas condições fossem preenchidas, o valor da exportação desses produtos, daria a quantia de mil e 500 milhões de dólares, qualquer coisa como cinco por cento do Produto Interno Bruto. Creio que repondo perfeitamente à sua pergunta.

Como chegamos aqui e como sair?

O ambiente é de crise. Nem o Governo pretende escamotear essa realidade. O próprio Presidente da República, numa reunião do Comité Central do MPLA, apresentou um quadro complicado da situação económica e financeira do país. Julgo que uma saída desta situação só será a médio prazo, aproveitando esse tempo para se fazerem reformas estruturais que têm sido sistematicamente adiadas. Continuamos a ter um clima de negócio muito pesado que afasta o investimento quer angolano quer estrangeiro. Continuamos a ter uma situação social que não contribui para que a economia flua da melhor maneira possível.

Que itens o investidor estrangeiro analisa num determinado mercado?

O investidor não analisa apenas o retorno do seu investimento, mas tudo o que está à volta. E a questão da saúde e da educação, embora a educação os seus efeitos sejam de médio e longo prazo, mas um bom sistema de Saúde é no imediato. Para diminuir a taxa de absentismo, para aumentar a taxa de produtividade. Portanto, os desafios são enormes. E a pergunta que foi feita inicialmente é, como é que se chegou aqui.

Como foi?

Nada fazia prever. Apesar disso, algumas reformas foram feitas, porque, no fundo, os governos existem para governarem não apenas para lá estarem de pernas traçadas e a aproveitarem-se de oportunidades de negócios, já que eles têm o primeiro acesso à informação. Se algumas coisas foram feitas, é sua obrigação. Não é minha ou dos empresários.

E qual é a visão da CEAST?

Do ponto de vista da igreja católica, a primeira causa é a queda do preço do barril do petróleo. Mas a CEAST junta outras: a corrupção, a falta de transparência, o desvio de dinheiro, a falta de ética, a má definição de prioridade da parte do Governo. E, agora, a pergunta é como sair dela.

Como pensa que sairíamos dela?

Todos estamos à espera do relatório de fundamentação do Orçamento Geral do Estado de 2017. Aí, obrigatoriamente o Governo tem que nos dizer qual a sua perspectiva para atenuar as condições difíceis em que vivemos, nos diferentes aspectos.

Como recebeu a notícia sobre a desistência de Angola do "programa de financiamento ampliado" do FMI?

O FMI tem a sua doutrina. Tem a sua forma de abordagem e interpretação dos desequilíbrios, das causas dos desequilíbrios e a forma como eles podem ser resolvidos, com a preocupação de, resolvidos os desequilíbrios, os países voltarem à rota de desenvolvimento da economia.

E em que rota se encontra o país?

Estamos numa rota de desaceleração estrutural da economia. Este processo de desaceleração iniciou-se em 2009, justamente derivado da crise do subprime internacional e da crise financeira, que depois teve os seus efeitos sobre o crescimento da economia mundial.

Por que caminhos?

O CEIC entende ser difícil Angola voltar a registar taxas médias de crescimento do PIB, tal como aconteceu no período 2002/2008, que se designou pela "mini-idade de ouro da economia angolana". O FMI quando vai aos países no âmbito do Artigo IVº faz recomendações que o Governo, se entender seguir, tudo bem, se não, o FMI não fica amuado com isso.

Qual é o receio?

O receio é que o FMI pudesse chegar aqui e dizer que sector da Educação ou da Saúde tem que cortar 20 ou 30 por cento, aparentemente são receios que teríamos que testar na prática. Agora, se o FMI fizesse negociação com o Governo e chegasse à conclusão que disponibilizaria um montante de 4 mil 500 milhões de dólares, que era, em princípio, o valor divulgado pelos órgãos de comunicação social, naturalmente o FMI iria dizer D que fazer. Creio que a razão de fundo terá sido as eleições de 2017.

Se esse programa fosse acordado, evidentemente que muitas despesas o FMI teria aconselhado o contrário. Estamos a um ano das eleições e até lá há que afinar a máquina partidária. E o afinar dessa máquina passa pela disponibilidade de muito dinheiro. Porque o Governo há-de fazer algumas coisas para dizer que fez, o que é normal. Não é por aí que critico essa situação. Qualquer partido que estivesse no Governo iria fazer a mesma coisa, para no fim dizer que foi tudo por culpa do petróleo, mas inaugurámos isso ou aquilo outro. Isso na perspectiva técnica do FMI não é aceitável. Portanto, assinar um acordo com o FMI na preparação das eleições seria um risco para o MPLA. Não acredito que o Governo, que tem quadros tecnicamente bons, tenha dado a justificação de que o preço do petróleo vai aumentar, porque o Governo sabe perfeitamente que o preço do petróleo não vai aumentar na quantidade necessária para que Angola dispensasse o FMI, sobretudo na perspectiva da retoma de uma imagem nova internacional. O sistema bancário está com tremendas dificuldades e, inclusive, pode-se colocar em cima da mesa a probabilidade de alguns bancos falirem, porque não têm capacidade.

O que acontece se falir um banco agora?

Ia -lhe responder agora. Estamos recordados da falência do Lehman Brothers e os seus efeitos de contágio. O BNA está consciente dessa situação e está a fazer para que isso não venha a acontecer. Se calhar não vamos poder evitar a fusão de bancos. Porque há aí bancos que são roeras casas de câmbios, não exercendo a sua função de intermediação financeira entre quem poupa e quem investe.

Aponte cinco desafios para o país sair desse estado...

Diversificação, competitividade, corrupção, transparência e boa governação.

## 4.2 OGE revisto aumenta investimento público

*Jornal O PAÍS*

*01 De Agosto de 2016*

*Texto: Luís Faria*

A proposta de revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) para este ano, aprova-o na passada Sexta-feira pela Comissão Económica e Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros, deverá ser debatida e votada na Assembleia Nacional no próximo mês de Setembro, apurou OPAÍS junto de fontes ligadas ao processo.

De acordo com o documento 'Reprogramação Macroeconómica Executiva', elaborado pela Comissão de Coordenação das Políticas Fiscal e Monetária', a nova meta para o crescimento é fixada em 1,3%, contra os 3,3% inscritos no OGE inicial, a receita do Estado desce dos Kz 3,514 biliões para Kz 3,296 biliões (menos 5,7%) e a despesa de Kz4,295 biliões para Kz 4,146 biliões (menos 3,5%). Apesar da despesa se reduzir menos que a receita esperada o défice orçamental reduz-se de 5,5% do PIE, no Orçamento inicial, para 4,9 % do PIE, atendendo a que o PIE, denominado em kwanzas, sobe de Kz 14,218 biliões para Kz 17,406 biliões.

No capítulo da receita, salienta-se a redução da estimativa para a receita petrolífera, que desliza dos Kz 1,689 biliões inscritos no Orçamento inicial para Kz 1,512 biliões, o que se fica claramente a rever ao ajustamento, em baixa, da estimativa para o preço médio do barril de referência orçamental, que cai de USD 45 para USD 41. Também as receitas não petrolíferas emagrecem, passando de Kz 1,545 biliões para Kz 1,445 biliões. É de sublinhar, no que respeita aos cortes na despesa, que o maior incide sobre a despesa corrente, estimada inicialmente em Kz 3,48 biliões e que agora se prevê venham a atingir Kz 3,091 biliões, uma redução de 11,4%. Só nas remunerações dos empregados (leia-se salários da função pública) o Executivo prevê poupar Kz 136,2 mil milhões, descendo a estimativa inicial de Kz 1,497 biliões para Kz 1,361 biliões (uma redução superior a 9%, ainda assim inferior ao corte operado nas despesas correntes). Registe-se que, entre Setembro e Maio, de acordo com o Ministério das Finanças, foram eliminados 55.127 funcionários públicos 'fantasmas'. A eliminação de 'funcionários fantasmas' é uma das recomendações mais insistentes feita pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). De acordo com a Lusa, o Estado estava a gastar Kz 3.265.795.166 no pagamento de salários a 33.683 trabalhadores que, por diversos tipos de razões, já não prestavam serviços.

Já a estimativa para o investimento público sobe de Kz 815 mil milhões para Kz 1,054 biliões, um aumento de quase 30%, o que está em linha com os objectivos governamentais de não sacrificar investimentos em infraestruturas e áreas relevantes, o que tem um carácter reprodutivo.

Quanto ao crescimento estimado para os dois grandes sectores da economia as projecções orçamentais evidenciam que o sector não petrolífero se encontra fortemente dependente da evolução do sector petrolífero, não apresentando, por conseguinte, dinâmica própria que dispense o efeito repercutido

sobre o conjunto da economia pelo rendimento petrolífero.

Assim, prevê-se uma contracção do PIE não petrolífero da ordem de 0,01% (estimava-se que crescesse 2,7% no OGE inicial, ao passo que o sector petrolífero crescerá 4,08% (um pouco menos que os 4,8% previstos no Orçamento inicial). O sector não petrolífero que se espera venha a registar um maior crescimento é o da energia (19,9%), seguindo-se a agricultura (3,3%), as pescas (1,7%) e a construção (1,3%). Já os sectores diamantíferos, da indústria transformadora e os serviços mercantis deverão registar um crescimento negativo.

A taxa de inflação, que no OGE 2016 inicial era estimada em 11%, quadruplica, prevendo-se agora que supere 44%, uma subida que se ficará a dever à desvalorização da moeda nacional e o seu reflexo sobre as importações e à liberalização do preço dos combustíveis, os quais, deixando de ser subsidiados, aumentaram.

a stock da dívida pública (governamental), que no OGE inicial se estimava atingisse no final do ano USD 49,2 mil milhões (o correspondente a 49,7% do PIE), atingirá a final USD 67,3 mil milhões, passando o seu peso no produto interno para 71,4%.

### 4.3 Parlamento vota alteração a Lei do OGE

*Jornal de Angola*  
03 De Agosto de 2016  
Texto: Adelina Inácio

Os deputados votam na próxima semana, na generalidade o Projecto de Lei de Alteração à Lei do Orçamento Geral do Estado.

Ontem as comissões especializadas da Assembleia Nacional apreciaram o documento a ser submetido à discussão e votação no próximo dia 11. O deputado Virgílio Tchyoova, ao apresentar o diploma. Esclareceu que a proposta visa alterar, parcialmente, o artigo 63º da Lei n.º

1 5/10, de 14 de Julho, a Lei do Orçamento Geral do estado, para conformá-la ao novo regimento interno da Assembleia Nacional, que estabelece um regime diferente do previsto no referido artigo.

A ideia, disse, é alinhar a Lei do Orçamento Geral do Estado ao regimento da assembleia Nacional, viabilizando uma actuação mais harmoniosa a na regulação do regime do relacionamento entre os órgãos

de soberania O deputado explicou ainda que, na actual Lei, o balancetes e o relatório referente ao quarto trimestre do ano o incorporado na conta Geral do Estado do ano correspondente. Por isso sublinhou, não são objectivo de remissão autónoma na Assembleia Nacional, ao contrário do que ocorre com o relatório e balancetes dos mais trimestres do ano. O deputado adiantou que a revisão da Lei vai facilitar o exercício de controlo e fiscalização da Assembleia Nacional. O encontro das comissão especializada contou com a presença dos ministros das Finanças e dos Assuntos Parlamentares.

Código Penal Ainda ontem, o deputado prepararam, para a votação na generalidade, a Proposta de Lei que aprova o Código Penal. O deputado José Miúdo, da primeira comissão, disse que o novo código Penal deve substituir o de 1886, que se encontra desactualizado. Ao apresentar a proposta, o parlamentar afirmou que o novo código, proposto pelo Executivo, tem em atenção os valores e princípios consagrados na Constituição da República, que se traduzem no respeito pela dignidade humana, na garantia dos direitos e liberdades fundamentais do cidadão, os princípios e valores que informam a ordem jurídica angolana e a jurídica penal.

O diploma, adiantou, responde à necessidade de tutela penal que resulta da realidade política, económica e social do país, adequados aos padrões da doutrina e do direito penal. Os parlamentares apreciaram também a proposta de Lei do Regime Jurídico das contrapartidas.

O deputado Vunda Salocombo disse que pretende, se, com esta proposta de Lei, definir as normas, princípios e procedimentos a serem Observados na celebração de contratos de aquisição de bens e serviços em moedas estrangeiras pelos órgãos da administração pública, no âmbito da Lei dos Contratos Públicos. A intenção desta proposta, ressaltou o deputado, é compensar o impacto na economia nacional e em particular na balança

de pagamentos.

Regime da Contrapartidas Em declarações à imprensa, a jurista Florbela Araújo falou sobre a proposta de Lei que aprova o Regime Jurídico das Contrapartidas, a ser votada também no dia 11.

Florbela Araújo, que falava na qualidade de coordenadora do grupo técnico que elaborou o referido documento, disse que o mesmo é discutido num momento em que o Executivo implementa o seu programa de diversificação da economia. O diploma, disse, vai permitir a promoção do crescimento dos

níveis tecnológicos, qualitativos e da indústria nacional.

A também secretária do Presidente da República para os Assuntos Jurídicos acrescentou que, com a proposta a ser votada, pretende-se obter recursos externos para elevar a capacitação industrial e tecnológica dos sectores estratégicos e de interesse nacionais.

A proposta de Lei também deve facilitar o incentivo às parcerias locais, o desenvolvimento da indústria local, a instalação de plantas industriais, a melhoria nos sectores da educação, saúde, transporte e defesa. Ontem, foi igualmente apreciado o Regimento Interno da Assembleia Nacional e as propostas de leis que compõem o Pacote da Comunicação Social.

#### 4.4 Revisão do OGE prevê corte de 10% nas receitas petrolíferas

*Jornal O PAÍS*

*04 De Agosto de 2016*

*Texto: Hélder Caculo*

No Orçamento Geral do Estado (OGE) em vigor, o Governo estimava para todo o ano a exportação de 689 milhões de barris de petróleo e com isso a arrecadação de receitas fiscais de Kz 1.689 milhões, numa previsão inicial de USD 45 por cada barril.

Devido à forte quebra da cotação do petróleo no mercado internacional no primeiro semestre, que chegou aos USD 30 dólares por barril, o Governo iniciou o processo de revisão do OGE de 2016. O denominado documento de "Reprogramação Macroeconómica Executiva", cujas projecções servirão de base ao Orçamento rectificativo, refere que a exportação angolana deverá descer para 676 milhões de barris em 2016 e que as receitas fiscais petrolíferas totais se reduzirão para Kz 1.512 milhões. Em 2013, no ano anterior ao início da crise petrolífera, o Estado chegou a arrecadar mais de USD 3 mil milhões.

Entretanto, o Ministério das Finanças já reviu em baixa a estimativa do preço médio do barril de crude de 2016, dos 45 dólares que constam no OGE em vigor, para USD 41.

As vendas no primeiro semestre de 2016 cifraram-se, em média, nos USD 36 por barril, o que explica as dificuldades da economia angolana. Angola é actualmente o maior produtor de petróleo na África subsaariana.

Face ao que estava previsto aquando da aprovação do Orçamento em Dezembro passado, o Governo admite agora arrecadar menos Kz 177.000 milhões em receitas de impostos do petróleo em 2016. O documento que propõe a revisão do OGE em curso foi aprovado recentemente, assim como aconteceu em 2015, novamente devido à crise do petróleo, que ainda terá de ser levada à Assembleia Nacional.

O documento foi aprovado em reunião ordinária conjunta das comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, conforme comunicado divulgado no final e que justifica a actualização do cenário macroeconómico e a necessidade de ajustar os indicadores ao actual contexto económico e social do país.

O documento deverá ser apreciado pelos parlamentares. Neste momento, os deputados preparam-se para a habitual suspensão dos trabalhos parlamentares, entre 15 de Agosto e meados de Outubro.

#### 4.5 Despesa do orçamento revista para um nível “mais realista”

*Jornal Grandes Notícias*

*05 De Agosto de 2016*

*Texto: Renato da Fonseca*

O governo discutiu, em reunião do Conselho de Ministros, a proposta de revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2016, que fixa a despesa num nível "mais realista" e garante o pagamento da dívida.

Em comunicado enviado pelo secretariado do Conselho de Ministros no final da reunião extraordinária daquele órgão, refere-se que a proposta de revisão do OGE, que segue agora para a Assembleia Nacional, "tem em conta o impacto dos últimos desenvolvimentos da economia internacional nas finanças públicas" do país e procede "subsequentemente ao reajustamento da política fiscal em conformidade com as novas perspectivas da programação macroeconómica" para 2016.

"Com a revisão que se propõe, sem comprometer significativamente os objectivos preconizados pelo governo, é feita uma reavaliação da estimativa da receita face ao comportamento do preço médio do barril de petróleo no mercado internacional, é fixada a despesa num nível de cobertura mais realista, por via da revisão dos créditos orçamentais e é assegurado um maior controlo do défice e das necessidades de

financiamento, através da revisão das operações de financiamento, garantindo-se ao mesmo tempo o pagamento do serviço da dívida projectado": lê-se no comunicado.

O documento já tinha sido apreciado em reunião ordinária conjunta das comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros, realizada a 29 de Julho.

Esta revisão do OGE enquadra-se na reprogramação macroeconómica que o Ministério das Finanças revelou, em comunicado, a 11 de Julho, revendo a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), face a 2015, dos iniciais 3,3 por cento para 1,3 por cento, e estimando que o défice das contas públicas ascenda não a 5,5 por cento mas a 6,0 por cento do PIB.

O documento segue agora para a Assembleia Nacional onde vai ser apreciado e votado no dia 11, antes da suspensão dos trabalhos parlamentares, entre 15 de Agosto e meados de Outubro.

Face à evolução da cotação do petróleo no primeiro semestre do ano, o governo estimava na reprogramação de Julho, arrecadar 18 mil milhões de dólares em receitas fiscais (menos 25 por cento face ao estimado inicialmente), dos quais 8,3 mil milhões de dólares garantidos com a exportação de petróleo.

A revisão em baixa é também ao nível das despesas, que passam de 30 mil milhões de dólares para 24 mil milhões de dólares, um corte de 20 por cento.

O denominado documento de "Reprogramação Macro económica Executiva": cujas projecções servirão de base ao Orçamento rectificativo, aponta que a dívida pública atinja em 2016 os 70 por cento do PIB, furando o limite legal, e que a inflação chegue aos 45 por cento. Na proposta em cima da mesa, as despesas correntes baixam e o investimento sobe 30 por cento.

Entretanto, o Ministério das Finanças já reviu em baixa a estimativa do preço médio do barril de crude de 2016, dos 45 dólares que constam no OGE em vigor, para 41 dólares.

As vendas no primeiro semestre de 2016 cifraram-se, em média, nos USD 36 dólares, o que explica as dificuldades da economia.

## 4.6 Despesa prevista no orçamento revisto 2016 cai 25% em termos reais

*Jornal Expansão*  
05 De Agosto de 2016  
Texto: Félix Abias

A reprogramação macroeconómica executiva que serve de base à revisão do Orçamento Geral do Estado 2016 prevê despesas de 4,1 biliões Kz um aumento nominal de 19,5% face aos 3,5 biliões Kz da estimativa de execução de 2015, mas uma quebra de 25% em termos reais, já que a inflação deverá encerrar o ano nos 44,3%.

A quebra de 25% em termos reais é uma média. A boa notícia é que o investimento aumenta mesmo em termos reais. As aquisições de activos fixos" previstas para este ano ascendem a 1,1 biliões Kz que compara com os 815,1 mil milhões Kz de 2015, um aumento nominal de 66% acima dos referidos 44,35 de inflação. Menos boa é a subida de 50% dos gastos em bens e serviços, o que significa que também esta rubrica aumenta em termos reais.

Contas corrigidas em dois anos consecutivos

Aprovada a revisão do Orçamento Geral do Estado 2016, pelo Conselho de Ministros, o documento pode dar entrada a qualquer momento no Parlamento. Este, realce-se, que é o segundo ano consecutivo em que o Executivo angolano faz a correcção das contas iniciais menos boa é a subida de 50% dos gastos em bens e serviços, o que significa um aumento real do OGE, depois de tê-lo feito em 2015. Nesse ano, recorde-se, as receitas previstas inicialmente foram de 7,2 biliões Kz, sendo que, com a revisão em baixa, passaram para 5,4 biliões Kz. Na origem da revisão do OGE 2015 esteve a forte descida do preço do petróleo. O OGE inicial foi elaborado com base num preço de 81 USD o barril. Com a revisão, passou para 40USD.

A alteração do preço fiscal do petróleo é igualmente a razão para a revisão do OGE 2016. Este foi projectado com o preço do barril a 45 USD. A revisão acontece porque o Governo passou a prever um preço de 41 USD.

O preço do petróleo tem uma influência decisiva nas contas ' públicas angolanas por via dos impostos sobre o petróleo.

Com a revisão em baixa do preço do petróleo, de 45 para 41 USD o barril, a previsão das receitas baixou 6,2% de 3,5 biliões Kz para 3,3 biliões Kz. As receitas

petrolíferas caem mais do que a média ao descerem 10,5% de 1,7 biliões Kz para 1,4 biliões.

Comparando com a estimativa de execução de 2015, as receitas totais aumentam 7,9%, mas as petrolíferas baixam 4%.

O resultado de despesas maiores do que as receitas é um défice de 850 mil milhões Kz, o equivalente a 4,9% do PIB. Comparando com o OGE inicial 2016, o défice aumenta em Kz, era de 781,2 mil milhões Kz, mas diminui em percentagem do PIE, era 5,5% do PIE.

Os défices que se registam, pelo menos desde 2014, têm obrigado o Estado a endividar-se a ponto de furar os limites de endividamento.

O orçamento rectificativo aponta para uma dívida do governo de 67,3 mil milhões Kz, equivalentes a 71,4% do PIE. Recorde-se que a Lei estabelece um tecto para a dívida pública directa (governamental) e indirecta (empresas públicas, por exemplo) de 60% do PIE.

O OGE 2016 inicial previa um stock de dívida governamental de 49,2 mil milhões USD, equivalentes a 49,7% do PIE. O stock de dívida governamental de 67,3 mil milhões USD previsto no OGE revisto, é o somatório de 40,3 mil milhões USD de dívida externa com 26,9 mil milhões USD de dívida interna. O rápido aumento da dívida governamental passa de 48,6 mil milhões USD em 2015 para os referidos 67,3 mil milhões USD em 2016 - não só furou o tecto legal como pode colocar em causa a própria sustentabilidade da dívida angolana.

## 4.7 Executivo reavalia OGE 2016

*Jornal Economia e finanças*  
05 De Agosto de 2016

Conselho de Ministros apreciou na última quarta-feira, em sessão extraordinária, a Proposta de Lei de Revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2016, que reavalia a estimativa da receita face ao comportamento do preço médio do barril de petróleo 110 mercado internacional, sem comprometer, significativamente, as metas propostas pelo Executivo.

A reunião, que decorreu sob orientação do Titular do Poder Executivo, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, incluiu na agenda de trabalho o balanço de execução do OGE, relativo ao IIº trimestre do ano em curso, bem como o relatório de balanço anual das actividades do Governo de 2015.

Nesta sessão, o Conselho de Ministros apreciou a proposta de Lei de Revisão do Orçamento Geral do Estado de 2016, à qual tem em conta o impacto dos últimos desenvolvimentos da economia internacional nas finanças públicas de Angola, procedendo subsequentemente ao reajustamento da política fiscal em conformidade com as novas perspectivas da programação macroeconómica para o ano em curso.

Com a revisão que se propõe, sem comprometer significativamente os objectivos preconizados pelo Governo, é feita uma reavaliação da estimativa da receita face ao comportamento do preço médio do barril de petróleo no mercado internacional. Será fixada a despesa num nível de cobertura mais realista, por via da revisão dos créditos orçamentais e assegurado um maior controlo do défice e das necessidades de financiamento, através da revisão das operações de financiamento, garantindo-se ao mesmo tempo o pagamento do serviço da dívida projectada.

O Conselho de Ministros aprovou igualmente o Balanço da Execução do Orçamento Geral do Estado relativo ao IIº Trimestre de 2016, documento que apresenta dados sobre o grau de execução das diversas metas do orçamento, incluindo os balanços orçamental, financeiro e a demonstração das variações patrimoniais. Os documentos ora apreciados serão remetidos à Assembleia Nacional.

Durante a sessão, o Conselho de Ministros aprovou ainda o Relatório de Balanço Anual das Actividades do Governo de 2015, documento que avalia o nível de execução das principais acções projectadas pelo Governo para o referido período.

Finalmente, no âmbito do processo eleitoral, o Conselho de Ministros tomou conhecimento do Relatório de Actividades da Comissão Interministerial de Apoio ao Registo Eleitoral, por via do qual foi prestada informação sobre o estado de preparação das condições técnicas e operacionais para o início da campanha de registo eleitoral dos cidadãos.

Na mesma ocasião, o Conselho de Ministros aprovou o calendário para a realização do registo presencial e a actualização de residência dos cidadãos maiores em todo o território nacional, devendo a primeira fase deste processo decorrer de 25 de Agosto a 20 de Dezembro de 2016 e a segunda fase de 5 de Janeiro a 31 de Março de 2017.

Com efeito, o Balanço da Programação Macroeconómica Executiva referente ao I Semestre do ano em curso mereceu na passada sexta-feira, a análise da 13ª Reunião Ordinária Conjunta da

Comissão Económica e da Comissão para a Economia Real do Conselho de Ministros.

Trata-se de um documento que reporta a evolução dos indicadores macroeconómicos face às projecções contidas no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2016, bem como o grau de execução das políticas económicas.

O comunicado de imprensa da reunião, orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, refere ter sido aprovado no encontro a Proposta de Revisão do OGE de 2016, com vista a fazer face ao cenário macroeconómico vigente e a ajustar os indicadores ao actual contexto económico e social do país.

Na sessão que decorreu no Palácio Presidencial, na Cidade Alta, as comissões aprovaram os Balanços de Execução do Orçamento Geral do Estado e de Execução Financeira do Tesouro Nacional, referentes ao IIº Trimestre de 2016.

Foi igualmente aprovada o Plano de Caixa do mês de Junho, bem como analisado o Plano de Caixa do

mês de Agosto do ano corrente.

A reunião debruçou-se também sobre o memorando referente à Evolução da Notação do Risco Angola, documento que apresenta a avaliação e variação das notações feitas no período 2014 a 2016 pelas principais Agências de Nota final global as propostas de Lei de Bases do Sistema de Educação e a Proposta de Lei de Alteração à Lei do Património Público.

Para o dia 12, a agenda prevê a discussão e votação na generalidade das Propostas de Lei de Imprensa, de Lei sobre o Estatuto do Jornalista, de Lei sobre o Exercício da Actividade de Radiodifusão, de Lei sobre o Exercício da Actividade de Televisão, da Lei da Entidade Reguladora da Comunicação Social e da Lei de Protecção das Redes e Sistemas Informáticos.

A Proposta de Lei que Aprova o Código Penal vai igualmente à discussão e aprovação na generalidade, antes do fecho da IV sessão legislativa da 111 legislatura.

Parlamento

Assembleia Nacional de Angola agendou para o próximo dia 11 a discussão e aprovação do Projecto de Lei de Alteração à Lei do Orçamento Geral do Estado (OGE), antes do encerramento da actual legislatura.

O parlamento tem ainda agendado nas duas últimas sessões, marcadas para 11 e 12 de Agosto, antes do encerramento da IV sessão legislativa da III legislatura, a 15 de Agosto, a votação na generalidade a proposta de Lei que aprova o Regimento Jurídico das Contrapartidas, o Projecto de Lei Orgânica que aprova o Regimento da Assembleia Nacional. Ainda no dia 11, vão à votação ção de Risco Internacionais.

O Relatório de Balanço das Actividades do Governo do período 2013-2015, foi igualmente objecto de análise, visando avaliar o desempenho do Governo e possibilitando a tornada de medidas correctivas por forma a assegurar a realização mais eficiente e eficaz dos objectivos nacionais.

Finalmente, as Comissões aprovaram o Programa de Aquisição e Afectação de Meios e Equipamentos para o ano agrícola 2016/2017, que tem como finalidade atender as necessidades de meios e insumos para os pequenos agricultores, a fim de viabilizar a execução dos projectos em curso no domínio da agricultura.

Entretanto, o Conselho de Ministros é o órgão colegial auxiliar do Presidente da República na formulação, condução e execução da política geral do país e da administração pública.

O referido órgão colegial é presidido pelo Presidente da República, podendo delegar, nas ausências e impedimentos temporários, ao Vice-Presidente da República a faculdade de presidir às reuniões do Conselho de Ministros.

Além do Presidente e do Vice-Presidente da República, o Conselho de Ministros é também integrado por todos os Ministros

#### **4.8 Revisão do OGE corta mil milhões de dólares de receitas petrolíferas**

*Novo Jornal*

*05 de Agosto de 2016*

O Governo prevê arrecadar quase 8,2 mil milhões de euros em impostos petrolíferos com a revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2016, um corte de 10,5% face ao estimado inicialmente, avançou a Lusa.

Face ao que estava previsto aquando da aprovação do Orçamento em Dezembro passado, o Executivo admite agora arrecadar menos 177.000 milhões de kwanzas (1.077 milhões dólares) em receitas com impostos do petróleo em 2016. De acordo com dados

do Ministério da Finanças compilados pela Lusa, Angola exportou 322.487.606 barris de crude entre Janeiro e Junho, que garantiram uma receita fiscal total de 586.569 milhões de kwanzas (3,4 mil milhões de dólares) .

No OGE em vigor, o Governo estimava para todo o ano a exportação de 689.400.000 barris de petróleo e com isso a arrecadação de receitas fiscais de 1,689 biliões de kwanzas (10,1 mil milhões de dólares), numa previsão inicial de 45 dólares por cada barril.

Devido à forte quebra da cotação do petróleo no mercado internacional no primeiro semestre, que chegou aos 30 dólares por barril, o Governo iniciou entretanto o processo de revisão do OGE de 2016.

O denominado documento de "Reprogramação Macroeconómica Executiva", cujas projecções servirão de base ao Orçamento rectificativo, ao qual a Lusa teve acesso, refere que a exporta-

ção angolana deverá descer para 676.100.000 barris em 2016 e que as receitas fiscais petrolíferas totais se reduzam para 1,512 biliões de kwanzas (9,1 mil milhões de dólares).

Em 2013, no ano anterior ao início da crise petrolífera, o Estado angolano arrecadou 3,629 biliões de kwanzas (22 mil milhões de dólares, à taxa de câmbio atual). Entretanto, o Ministério das Finanças já reviu em baixa a. estimativa do preço médio do barril de crude de 2016, dos 45 dólares que constam no OGE em vigor, para 41 dólares. As vendas no primeiro semestre de 2016 cifraram-se, em média, nos 36 dólares por barril, o que explica as dificuldades da economia angolana.

O Executivo aprovou na sexta-feira a proposta de revisão do OGE de 2016, repetindo o que aconteceu em 2015, novamente devido à crise do petróleo, que ainda terá de ser levada à Assembleia Nacional.

#### **4.9 OGE revisto prioriza sector social**

*Jornal O PAÍS*

*09 De Agosto de 2016*

*Texto: Hélder Caculo*

Orçamento Geral do Estado revisto, entregue ontem ao Parlamento, após a aprovação pelo Conselho de Ministros, vai priorizar as despesas com o sector social. A informação foi avançada pelo ministro das Finanças, Armando Manuel, quando falava aos jornalistas no final de um encontro com o presidente da Assembleia



Nacional, que marcou a entrega oficial da proposta de revisão do OGE 2016.

"Relativamente aos ajustamentos, no lado da despesa e da receita, há uma adequação do OGE na perspectiva funcional. Continuamos a ter a despesa social comandando o maior peso e temos um saldo significativo na despesa de índole económica", disse Armando Manuel.

O ministro fez saber igualmente que, do lado das receitas, a proposta de revisão do OGE já apreciado pelo Conselho de Ministros, traz como pressuposto um preço mais moderado do barril de petróleo.

"Certamente esta moderação do preço do barril de petróleo de USD 48 para USD 40,9, vem dar lugar a um ajustamento da receita petrolífera para baixo e alocar o ajustamento da despesa", explicou.

De acordo com o ministro, segundo factor que constitui razão da revisão do orçamento prendeu-se com a necessidade se devolver ao país o seu crescimento económico.

"Nesta revisão estamos a abrir mais espaço fiscal para despesa do investimento público, porque entendemos ser a alavanca para economia. Este ajustamento incide essencialmente naqueles projectos que possuem financiamentos externos", frisou o ministro das Finanças.

O Governo discutiu recentemente, em reunião do Conselho de Ministros, a proposta de revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2016, que fixa a despesa num nível "mais realista" e garante o pagamento da dívida.

Em comunicado enviado pelo secretariado do Conselho de Ministros no final da reunião extraordinária daquele órgão, refere-se que a proposta de revisão do OGE "tem em conta o impacto dos últimos desenvolvimentos da economia internacional nas finanças públicas" do país e procede "subsequentemente ao reajustamento da política fiscal em conformidade com as novas perspectivas da programação macroeconómica" para 2016.

"Com a revisão que se propõe, sem comprometer significativamente os objectivos preconizados pelo Executivo, é feita uma reavaliação da estimativa da receita face ao comportamento do preço médio do barril de petróleo no mercado internacional, é fixada a despesa num nível de cobertura mais realista, por via da revisão dos créditos orçamentais e é assegurado um maior controlo do défice e das necessidades de financiamento, através da revisão das operações de

financiamento, garantindo-se ao mesmo tempo o pagamento do serviço da dívida projectado", escreve o comunicado.

O documento já tinha sido apreciado em reunião ordinária conjunta das comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros, realizada a 29 de Julho.

Esta revisão do OGE enquadrou-se na reprogramação macroeconómica que o Ministério das Finanças revelou, em comunicado, a 11 de Julho, revendo a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIE), face a 2015, dos iniciais 3,3 por cento para 1,3 por cento, e estimando que o défice das contas públicas ascenda não a 5,5 por cento mas a 6,0 por cento do PIE.

O documento será agora apreciado e votado na Assembleia Nacional no dia 11, antes da suspensão dos trabalhos parlamentares, entre 15 de Agosto e meados de Outubro.

Face à evolução da cotação do petróleo no primeiro semestre do ano, o Governo estimava na reprogramação de Julho arrecadar USD 18 mil milhões em receitas fiscais (menos 25% face ao estimado inicialmente), sendo USD 8,3 mil milhões garantidos com a exportação de petróleo.

Também o nível de despesas é revisto em baixa, que passando de USD 30 mil milhões para USD 24 mil milhões, um corte de 20%.

O denominado documento de "Reprogramação Macroeconómica Executiva", cujas projecções servirão de base ao Orçamento rectificativo aponta que a dívida pública atinja em 2016 os 70 % do PIE, furando o limite legal, e que a inflação chegue aos 45%.

Na proposta em cima da mesa, as despesas correntes baixam e o investimento sobe 30 %.

As vendas de crude no primeiro semestre de 2016 cifraram-se, em média, nos USD 36 por barril, o que explica as dificuldades da economia.

#### 4.10 Orçamento vai a debate na segunda-feira

*Jornal de Angola*

*10 De Agosto de 2016*

*Texto: Adelina Inácio*

A proposta de revisão do Orçamento Geral de Estado para este ano começa a ser discutida na generalidade

na segunda-feira, de acordo com a decisão tomada ontem na reunião dos presidentes dos grupos parlamentares.

Orientada pelo Presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, a reunião decidiu manter a agenda das sessões de quinta e sexta-feira. A porta-voz do Parlamento, Emília Carlota Dias, esclareceu que na quinta-feira os deputados votam a proposta de Lei de Bases do Sistema de Educação e a de Alteração do Património Público, além de discutirem, na generalidade, a proposta de lei que aprova o Regimento da Assembleia Nacional, a proposta de Lei de Alteração à Lei do Orçamento, a proposta de Lei orgânica obre as Eleições Gerais e a proposta de Lei sobre o Regime Jurídico das Contrapartidas.

Os deputados votam sexta-feira, na generalidade, a proposta de Lei de Imprensa, do Estatuto dos Jornalistas, a proposta de Lei sobre o exercício da actividade de Rádio difusão, a proposta de Lei da actividade de Televisão e da Entidade Reguladora da Comunicação Social, além da proposta de Lei de protecção das Redes de Sistemas Informáticos,

Os deputados discutem segunda-feira, no período da manhã, a proposta de Lei de revisão do Orçamento Geral do Estado de 2016 e à tarde os deputados encerram o ano parlamentar 2015/2016, da terceira legislatura da Assembleia Nacional. A terceira vice-presidente do grupo parlamentar do MPLA, Ruth Mendes, explicou as razões da revisão do OGE para este ano e lembrou que na proposta, o Executivo avança um preço do barril de petróleo de 40 dólares. "O preço do barril de petróleo continua baixo, por isso todos os outros pressupostos vão ser alterados em função desta nova realidade", disse.

O presidente do grupo parlamentar da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, estranhou a quantidade de trabalho e disse que, nos últimos 15 dias os deputados estão a receber leis que não se discutiram nos últimos 12 meses. Adalberto da Costa Júnior lembrou que os deputados agendaram 12 propostas de leis para discussão "Não houve tempo de preparar adequadamente a discussão", sublinhou, adiantando que os deputados da oposição fizeram propostas alternativas para permitir um agendamento mais tranquilo para um debate mais responsável.

O deputado da UNITA reconheceu que o Parlamento está a debater leis muito importantes para o país, com destaque para a Lei Geral de Eleições e o Regimento Interno da Assembleia Nacional e o Estatuto dos Jornalistas. "São questões muito relevantes com

impacto muito grande e preocupa-nos muito alguns aspectos dessas leis", disse o deputado da UNITA. O presidente do grupo parlamentar da CASA-CE André Mendes de Carvalho, disse que o cenário já era esperado, pois desde Janeiro que a CASA-CE sabia que haveria necessidade de se fazer a rectificação do Orçamento Geral do Estado.

O deputado disse que a urgência na discussão dos diplomas está a ser feita num período em que os

parlamentares têm um pacote vasto de leis, entre elas a da Comunicação Social, que não podem ser vistas sem profundidade. O presidente do grupo parlamentar do PRS, Benedito Daniel, disse que os deputados têm hoje vários diplomas importantes que devem ser preparado ao pormenor.

#### 4.11 Dívida pública colocada por Angola sobe 15% na primeira semana de Agosto

*Jornal Expansão*  
12 De Agosto de 2016

A dívida pública colocada pelo Banco Nacional de Angola (BNM subiu mais de 15% na primeira semana deste mês, para 47,1 mil milhões Kz (280.5 milhões USD), com os juros a um ano a aproximarem-se dos 19%.

Segundo dados compilados e divulgados pela Lusa com base no relatório semanal sobre a evolução dos mercados monetário e cambial do BNA, enquanto operador do Estado, o banco central colocou no mercado primário, entre 1 e 5 de Agosto, 17 mil milhões Kz (101,2 milhões USD) em Bilhetes do Tesouro (BT), e 27,9 mil milhões Kz (166,21 milhões USD) em Obrigações do Tesouro (OT).

As taxas de juro médias pela emissão de BT oscilaram entre os 13,95% na maturidade a 91 dias e os 18,51% no prazo a 364 dias (18,44% na semana anterior), enquanto as OT fecharam, uma vez mais, com taxas de juro de até 7,75%, a cinco anos.

Acrescem 500 milhões Kz (2,97 milhões USD) colocados em OT não reajustáveis. No segmento de venda directa de títulos ao público foram ainda colocados pelo BNA mais 2,2 mil milhões Kz (13 milhões USD).

O Governo angolano prevê, no Orçamento Geral do Estado de 2016, necessidades de financiamento interno e externo de 2,912 mil milhões Kz (17,27 mil milhões USD, à taxa de câmbio actual).

Angola vive, desde meados de 2014, uma crise financeira, económica e cambial decorrente da quebra das receitas da exportação de petróleo, recorrendo à emissão de dívida para garantir o funcionamento do Estado e a concretização de vários projectos públicos.

Num contexto de agravamento das quebras nas receitas da exportação de petróleo no primeiro semestre de 2016, o Governo já aprovou uma revisão do OGE deste ano, tendo avançado, em Julho, com uma revisão em baixa de indicadores macro-económico, nomeadamente a redução da previsão do crescimento da economia, de 3,3 para 1,3% e do aumento do défice das contas públicas, que passa de 5,5 para 6%.

Um documento de suporte à estratégia do Governo angolano para ultrapassar a crise financeira provocada pela quebra nas receitas do petróleo, ao qual a Lusa teve acesso, indica que o stock de dívida pública atingiu, em 2015, os 42,9 mil milhões USD, correspondendo a 48,7% do Produto Interno Bruto (PIE).

O endividamento do Estado angolano tem sido utilizado para colmatar a forte quebra nas receitas com a exportação de petróleo e só em 2015 o serviço da dívida pública ascendeu a 18 mil milhões USD.

## 4.12 Protecção social não combate desigualdade

*Jornal Expansão*  
12 De Agosto de 2016

### 1 O sector da Protecção Social em Angola

Em Angola, a Lei de Bases da Protecção Social estrutura o sistema de Protecção Social em três eixos: básica, obrigatória e complementar.

A protecção social obrigatória e a complementar assentam numa lógica de seguro social ligado ao emprego e financiado por meio das contribuições dos trabalhadores e das entidades empregadoras.

O terceiro eixo refere-se à 'protecção social não contributiva', também chamada 'protecção social básica, ou 'de base". O alvo específico da protecção social não contributiva são as famílias que se encontram em situação de precariedade económica e risco. A protecção social não contributiva tem um papel fundamental para a redução da pobreza e para a melhor redistribuição da riqueza de um país, dois importantes objectivos declarados no Plano Nacional de Desenvolvimento - PND 2013-2017.

O eixo da protecção social não contributiva está muito pouco desenvolvido em Angola, que é um dos pouquíssimos países em desenvolvimento que ainda não tem um programa consistente de transferência de renda para famílias pobres e vulneráveis. O Governo de Angola assinou uma parceria com a União Europeia para a implementação de um ambicioso programa de protecção social não contributiva, APROSOC. O projecto, que tem um valor total de cerca de 38 milhões de euros, é implementado através do Ministério da Assistência e Reintegração Social (MINARS). O Projecto APROSOC inclui a subcomponente SIMSAP, executada em parceria com a UNICEF, que inclui um programa piloto de transferência de renda dirigido às famílias com crianças vulneráveis, de idade inferior a 5 anos.

Angola não tem ainda uma política ou estratégia nacional que enderece o sector da protecção social não contributiva, resultando em intervenções pouco coordenadas. A aprovação da Política Nacional de Acção Social PNSA poderia contribuir para reforçar e racionalizar o sector da protecção social não contributiva em Angola e também servir de base para aumentar a alocação à assistência social.

Com uma atribuição de 812 mil milhões de Kz, a função Protecção Social tem um peso de 12,6% no Orçamento Geral do Estado (OGE) 2016, que se mantém em linha com o peso do ano passado e com a média dos últimos anos - Ver gráfico A Marcha dos Gastos.

Embora a atribuição total da função Protecção Social nos OGE dos últimos anos seja elevada em termos percentuais e absolutos, a porção atribuída para a protecção social não contributiva (ou 'de base') é muito limitada, sendo estimada, na base dos nossos cálculos, em menos de 5% da dotação sectorial. De facto, a grande maioria dos fundos alocados à função Protecção Social financiam a protecção social contributiva (44%) ou outro tipo de despesas.

Para aproximar a percentagem atribuída à protecção social não contributiva, ou seja, directamente dirigida às pessoas pobres e vulneráveis, cruzamos dados dos OGE dos últimos três anos. Embora os classificadores orçamentais deixem dúvidas em alguns casos específicos, a análise mostra que a protecção social não contributiva tem vindo a receber atribuições entre 5% e 6% do total alocado à função. O peso limitado da alocação à protecção social não contributiva, e também a sua relativa diminuição no OGE 2016 (5% contra 6% no ano passado), é preocupante porque num período de crise económica, como o actual, as intervenções para apoiar a pessoas mais pobres e

vulneráveis não deveriam sofrer cortes mas deveriam ser reforçadas.

### 3 Atribuição por sub-função no sector da Protecção Social

A análise por subfunções evidencia que mais de metade (51%) dos recursos do sector, ou seja 414 mil milhões de Kwanzas, são atribuídos a 'Serviços de Protecção Social Não Especificados' - Ver gráfico Para Onde Vai o kumbú.

Os classificadores orçamentais utilizados e a falta de informação sobre eles dificultam ter um quadro completo e claro do que é de facto financiado com estas verbas, mas a maioria destas verbas é classificada como 'Encargos Gerais do Estado' (324 mil milhões de Kz) sem especificar o seu destino - Ver gráfico O Mistério. Outra parte significativa desta sub-função são as 'Reservas orçamentais' (80 mil milhões de Kz). O OGE não providencia informações sobre como este montante, que corresponde a 10% do orçamento total para a Protecção Social, é utilizado.

A segunda sub-função mais importante em termos de atribuição é 'Velhice' que recebe um terço do orçamento do sector (285 mil milhões de Kz). Quase 95% da alocação para a sub-função 'Velhice' vai para os ministérios da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTESS) e da Defesa, devendo, na sua grande maioria, incluir a despesas do Estado para financiar as pensões contributivas dos pensionistas do Estado (civis e militares). No OGE 2016 a atribuição à sub-função 'Velhice' aumentou 64% face ao OGE revisto de 2015. Este aumento resultou num incremento de 65% no MAPTESS e de 52% no ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria. Entretanto, o Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), que implementa programas de assistência social não contributiva, sofreu uma diminuição de 64% na rubrica 'Velhice' face a 2015.

A sub-função 'Sobrevivência' tem uma alocação total de 100 mil milhões de Kz dos quais 73 mil milhões são atribuídos ao MAPTESS, o que indica que estes fundos provavelmente financiam a protecção social contributiva dos trabalhadores e pensionistas. Os restantes 27 mil milhões são alocados às províncias e o OGE não fornece informações sobre o destino destes fundos.

Passando para as outras subfunções, a 'Família e Infância' tem um peso de apenas 0,9% do orçamento do sector de Protecção Social. As últimas duas subfunções, 'Doença e in- capacidade' e 'Desemprego'

têm alocações extremamente baixas, de 3,8 e 0,3 mil milhões de Kz, respectivamente.

### 4 Repartição do orçamento por programa e órgão

A dotação do MINARS baixou consideravelmente nos últimos dois anos passando de 30 mil milhões de Kz, no OGE 2014, para 19 mil milhões de Kz, no OGE 2016. O MINARS é o ministério responsável pela coordenação da protecção social de base em Angola cuja maior intervenção, o Programa de Apoio Social, baixou entre 2014 e 2016 em 80% (de 11.8 mil milhões em 2014 a 2.6 mil milhões de Kwanzas em 2016).

No mesmo período 2014-2016 outras rubricas orçamentais do MINARS também receberam cortes importantes, nomeadamente: (1) Respostas a calamidades e emergências (-26%), Acções a favor de pessoas com deficiência (-26%), (3) Apoio aos ex-militares (-46%), e outros programas gerais de transferências para pessoas vulneráveis como idosos, órfãos, desempregados, e pessoas com necessidades habitacionais (-50%).

Outros programas de protecção social de base implementados por outros departamentos ministeriais também foram afectados por cortes consideráveis nos últimos dois anos. É o caso do programa Cartão Kikuia e da Merenda Escolar que receberam cortes nominais respectivamente de 10% e 17%, desde 2014.

Sem uma revisão dos classificadores do sector continuará a ser muito difícil, tanto para o Estado quanto para o cidadão, saber que fundos são de facto investidos nesta área crucial para o desenvolvimento sustentável do país. Um dos exemplos mais gritantes é que mais de metade (51%) da alocação à Protecção Social esteja numa rubrica não específica (protecção social não especificada) que não fornece indicações sobre onde os fundos foram de facto alocados. Além disso, há despesas que são classificadas no OGE como Protecção Social que não deveriam ser classificadas como tal, como por exemplo os vários subsídios energéticos. Por outro lado, há intervenções de transferências sociais do Estado que deveriam ser classificadas como Protecção Social, e que não são classificadas como tal no OGE. Por exemplo, o ministério do Comércio não tem alocações para a Protecção Social, embora esteja a implementar o programa de protecção social não contributiva Cartão Kikuia.

Outro exemplo, são os 7,5 mil milhões de Kz alocados ao programa Merenda Escolar, que é uma intervenção de protecção social de base (pois facilita o acesso escolar às crianças que vivem em famílias vulneráveis),

e que no OGE 2016 não está classificada na função Protecção Social.

5 Distribuição geográfica dos recursos no sector da Protecção Social A protecção social de base está muito dependente do nível central; as Províncias têm muito pouca autonomia para adaptar localmente as intervenções de protecção social de base às necessidades locais. A descentralização dos serviços sociais pode ter um papel importante em assegurar que as prestações oferecidas estejam alinhadas com as necessidades das comunidades locais. Para ter uma noção do nível de descentralização do sector da protecção social de base, utilizámos o OGE 2016 para uma análise das alocações provinciais. Nos orçamentos provinciais do OGE 2016 encontramos um total de 21 programas que têm como beneficiários directos pessoas pobres ou vulneráveis e que podem ser identificados como programas de protecção social de base. O valor total das atribuições a estes programas de nível provincial é de 25 mil milhões de Kz, equivalente a apenas 3,8% da função de Protecção Social no OGE 2016.

A nível provincial a atribuição média por pessoa pobre é de 2.754 Kz por ano se considerarmos todos os programas com transferências ou serviços para pessoas vulneráveis (incluindo a alfabetização, apoio agrícola, desporto e desenvolvimento comunitário).

Existem grandes diferenças entre as províncias em termos de recursos por pessoa pobre alocados para programas de protecção social de base e não há evidências de que o nível da alocação provincial esteja relacionado com algum critério claro, por exemplo, o número de pessoas pobres que vivem em cada província, como seria de esperar, uma vez que o objectivo da protecção social de base é reduzir a vulnerabilidade e a pobreza das pessoas. Por exemplo, a alocação média anual por pessoa pobre em Cuando Cubango é de 6.862 Kwanzas; na Huíla e em Benguela as alocações anuais por pessoa pobre são de 713 e 565 Kwanzas, respectivamente.

#### 4.13 OGE Revisto é debatido hoje no parlamento

*Jornal O País*

*15 De Agosto de 2016*

A proposta de revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2017 ai hoje, Segunda-feira, ser submetida a discussão e aprovação na generalidade em reunião plenária extraordinária.

A referida proposta foi entregue recentemente ao Parlamento pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República' Edlurdes Costa.

O documento procede a um ajustamento em baixa das receitas e despesas do Estado, factores fundamentais que levaram à revisão orçamental.

A alteração do preço do barril (anteriormente estimado em 45 dólares) para USD 40.9 pode dar lugar a um ajustamento da receita petrolífera para baixo.

Outro factor que motivou a revisão do OGE foi a necessidade de devolver à economia o ímpeto do crescimento económico.

Com a actual revisão orçamental, o Executivo pretende criar mais espaço fiscal para as despesas de investimento público, por ser a alavanca para a reanimação da economia, segundo declarações recentes do ministro das Finanças' Armando Manuel.

No quadro do orçamento revisto, a despesa social continuará a ter um peso fundamental.

De acordo com a Lei do OGE, Lei nº 15/10 de 14 de Julho de 2010, o OGE estima todas as receitas e fixa os limites de todas as despesas de administração do Estado e de Segurança Social para um determinado ano civil - incluindo todos os fundos e serviços autónomos e todas as instituições sem fins lucrativos financiadas maioritariamente pelo Estado e pela Segurança Social.

Compõe a proposta do OGE 2016 Revisto, o relatório de fundamentação, o projecto de Lei do OGE 2016 revisto, os resumos da receita por fonte de recurso do OGE 2016 revisto, a despesa por natureza económica do OGE 2016 revisto, por função do OGE 2016 revisto, por local do OGE 2016 revisto, por programa do OGE 2016 revisto e a dotação orçamental por órgão do OGE 2016 revisto.

Acto de encerramento do ano legislativo

No mesmo dia, no período da tarde, será feita a sessão solene de encerramento da 4ª Sessão Legislativa da III Legislatura da Assembleia Nacional (2015/2016).

#### 4.14 OGE/2016 & revisto aprovado na Assembleia Nacional

*Jornal O País*

*16 De Agosto de 2016*

*Texto: Neusa Filipe*

O Orçamento Geral do Estado revisto para o ano de 2016 foi discutido e aprovado na generalidade,

ontem, em Luanda, pelos deputados à Assembleia Nacional com 165 votos a favor por parte do partido maioritário (MPLA), 33 votos contra efectivados pela UNITA e pela CASA -CE, e duas abstenções provenientes do Partido de Renovação Social (PRS).

O encerramento da 5ª Reunião Plenária Extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa da Assembleia Nacional foi marcado pela leitura das declarações políticas dos cinco partidos políticos com assento parlamentar, nomeadamente o MPLA, a UNITA, a CASA-CE, o PRS e a FNLA que, analisaram, na ocasião, a proposta de Lei de Revisão do aGE Revisto para o ano em curso.

Segundo o Relatório/Parecer conjunto da Comissão de Economia e Finanças, dos Assuntos Constitucionais e Jurídicos, a Proposta de Lei de Revisão do aGE submetida à Assembleia Nacional para a sua aprovação, pelo Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo, tem subjacente o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017.

O Relatório refere ainda que a Proposta de Lei em causa visa ajustar as estimativas de arrecadação de receitas e os limites de realização de despesas previstos na Lei nº 28/2015 de 31 de Dezembro - Lei do aGE/2016 à nova realidade criada pela baixa acentuada do preço do principal produto de exportação e maior contributo tributário, que é o petróleo. Na ocasião, o presidente do Grupo Parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, disse que a actual situação económica que o país enfrenta desde os dois últimos anos, cujos efeitos se fazem sentir sobretudo na redução da receita fiscal, na redução do rendimento das empresas, na perda do poder de compra das famílias devido à acentuada redução do preço internacional do petróleo bruto, o Executivo angolano adoptou uma estratégia para a saída da crise económica e financeira em causa.

O deputado garantiu que a referida estratégia do Executivo está a ser implementada com consistência e rigor, visando minimizar os efeitos causados pelo

cho- que externo que, se faz sentir sobretudo na vida das famílias e do próprio Estado.

Fez saber que em Angola, o crescimento económico verificado, particularmente a partir de 2002, tem sido puxado, fundamentalmente pelos investimentos públicos, estes que, embora sejam feitos com investidas do Estado, alegou serem importantes para toda a sociedade, por melhorarem as infra-estruturas produtivas e sociais do país e por assegurarem uma maior eficiência de rentabilidade ao sector privado.

"O MPLA está convicto de que a solução para a saída da crise financeira em que nos encontramos reside na diversificação da economia nacional e no aumento rápido e sustentado da produção nacional", disse Virgílio de Fontes Pereira, defendendo que o aumento da despesa com os investimentos públicos está em linha com a orientação estratégica do Executivo.

##### Oposição contra o OGE

Com excepção da FNLA, que votou a favor da presente proposta de Lei de Revisão do OGE, e com a abstenção do PRS, os demais partidos da oposição votaram contra projecto de Lei em causa.

Adalberto da Costa Júnior, presidente do Grupo Parlamentar da UNITA, defendeu o voto contra do seu partido alegando que, no momento da aprovação do actual OGE, em Dezembro de 2015, era previsto o seu fracasso. O parlamentar disse que o mesmo devia ser revisto em Março do ano em curso e não num momento como este, em que faltam poucos meses para o final do ano, resultando num Orçamento com muita exclusão e falta de transparência e fiscalização.

"Fazer uma revisão há três meses para o fim do ano não é correcto. Sobre a questão da diversificação da economia, é preciso deixarmos de brincar, não se está a fazer a diversificação da economia, e isto é um elemento muito sério", disse. O responsável disse que o Grupo parlamentar do seu partido havia alertado a questão relativa ao montante disponibilizado para o Ministério da Agricultura, que recebeu apenas 0.39% para o sector da agricultura e das pescas, visto que a população maioritária do país se dedica principalmente ao mesmo para a sua sobrevivência.

Por seu turno, o presidente da Bancada Parlamentar da CASA-CE, André Mendes de Carvalho "Miau" justificou o voto contra alegando que a sua coligação teve acesso à proposta de Lei de Revisão do OGE com apenas cinco dias de antecedência, o que considerou tempo insuficiente para se realizar uma consulta eficiente e emitir um juízo sobre o mesmo.

Salientou que a "presente proposta de Lei está apenas a estabelecer a distribuição das verbas para os vários organismos e limita-se a conceder autorização para que o titular do Poder Executivo possa alterar o que a Assembleia Nacional tiver aprovado".

O PRS justificou que a referida proposta de Lei não apresenta novidades, trazendo apenas um reajustamento para se poder cobrir algumas despesas que o Estado pretende fazer.

"Nós já havíamos alertado para que se fizesse o reajustamento do OGE em Janeiro, infelizmente isso não aconteceu. À esta altura está-se a preparar o OGE para o ano de 2017, e faltam cerca de três meses para o final do ano, não estamos a ver qual é a cobertura que esse orçamento revisto irá fazer para o ano económico de 2016", disse Benedito Daniel, deputado do PRS.

A presente proposta de Lei comporta receitas estimadas em kz 6.959.728.851.527,00 (seis triliões, novecentos e cinquenta e nove biliões, setecentos e vinte e oito milhões, oitocentos e cinquenta e um mil e quinhentos e vinte e sete kwanzas) e despesas fixadas em igual montante.

#### 4.15 A revisão do OGE2016 e o crescimento da economia

*Jornal Expansão*

*19 De Agosto de 2016*

Foi recentemente remetido para a Assembleia Nacional o Relatório de Fundamentação do OGE 2016 Revisto, com propostas relevantes de alteração das diferentes rubricas que consequenciarão significativas implicações sobre o comportamento da economia nacional, avassalada pelo negativo contexto internacional e pelas suas crónicas insuficiências e fraquezas que seguramente irão limitar os efeitos multiplicadores que teoricamente costumam estar associados aos incrementos do investimento público (relativamente ao OGE 2016 o aumento foi de 17,8%).

A análise da Política Orçamental, também designada de Política Fiscal, permite compreender' como a classe dirigente de um país organiza e estabelece as suas prioridades. Na linguagem política comum, quem governa apresenta-as como as do país, no entendimento de que a classe dirigente interpreta correctamente as aspirações e ansiedades da população. O que evidentemente não é verdade. Seja de que partido político se tratar.

O exercício de elaboração dos orçamentos de Estado e o seu processo de execução são muito mais arenas de disputa de interesses privados, nos quais estão envolvidos políticos, parlamentares e empresários, do que espaços de conciliação e atendimento do interesse público, sob diversas formas (provenimento de bens públicos, melhoria da distribuição do rendimento nacional, promoção do crescimento e garantia da estabilidade económica).

Costumam, igualmente, constituírem-se em palcos de confrontação de modelos ideológicos, mais ou menos liberais, mais ou menos keynesianos. Em Angola, a decisão de afectação das despesas é superior, proveniente do mais alto magistrado, ainda que se simule ser o Parlamento quem tem essa prerrogativa. Foi deste modo que a opção ideológico doutrinária sobre a acumulação primitiva privada de capital em Angola (a favor da classe dirigente, política e empresarial) foi tomada, tendo os principais instrumentos para a sua concretização sido o Orçamento de Estado e a Sonangol, o aumento das despesas públicas em períodos eleitorais - uma prática também bastante utilizada e apreciada em Angola - provoca efeitos de evicção perniciosos sobre as economias, não sendo compensados pelos esperados efeitos multiplicadores, muitas vezes perdidos, numa percentagem elevada, a favor do exterior, nos casos de economias muito abertas e dependentes das relações económicas com o estrangeiro.

O défice orçamental reprogramado coloca-o, agora na revisão, em 6,8% do PIB, face aos 6,5% anunciados há uns tempos atrás numa folha informativa do Ministério das Finanças. Em termos acumulados entre 2013 e 2015 as insuficiências financeiras do Estado estão em -10,2% do Valor Agregado Nacional, que, como se sabe, tem vindo a diminuir em valores nominais titulados em dólares americanos.

Os efeitos adversos dos défices orçamentais não são imediatamente e directamente perceptíveis pelos cidadãos, como acontece com a inflação e o desemprego. Decorre desta constatação que as medidas tendentes a corrigi-los sejam geralmente impopulares a curto prazo e os Governos relutam em aplicá-las devido à interacção orçamento/política. Os Governos agem muito em função de sondagens de opinião, especialmente nas fases pré-eleitorais, conhecendo, com certeza o MPLA em quanto a situação social se encontra degradada e agitada, porquanto sabe-se que secretamente realiza este tipo de consultas pré-eleitorais.

A regrado equilíbrio orçamental é a que deve prevalecer na política orçamental. Ainda que de equilíbrio relativo e dinâmico se trate.

Os défices orçamentais podem ter efeitos positivos ou negativos sobre a economia, dependendo da sua natureza (défice corrente ou défice de capital), da sua dimensão (seguramente défices da ordem de 10% do PIE se revelam muito prejudiciais para a economia e a sociedade), do momento do ciclo económico (recessão económica, afastamento da linha potencial de crescimento, expansão económica) e da sua duração (défice estrutural, défice temporário). Um défice orçamental moderado e temporário pode ser aceitável, por razões, por exemplo, de estabilidade macroeconómica. A aceitação de défices moderados e temporários pode ser importante, ao evitar a elevação de impostos para os cobrir de imediato, com as consequências conhecidas sobre a dinâmica de crescimento da economia. Este aspecto entronca na problemática dos orçamentos plurianuais e na suavização do ciclo económico orçamental.

Défices orçamentais sistemáticos levam a um aumento da dívida pública que pode ser insustentável, levando ao break point, isto é, incapacidade/indisponibilidade de o mercado financiar o défice público. A sustentabilidade da dívida pública depende da taxa real de juro, da taxa de crescimento do

PIE e do saldo orçamental primário. Com saldo primário nulo, o rácio da dívida pública aumenta/diminui na medida em que a taxa de juro da dívida seja superior/inferior à taxa de crescimento do PIE.

No final de 2015, a dívida pública representava 46,6% do PIE, equivalente a um stock de aproximadamente 50 mil milhões de dólares. No entanto, incluindo-se as dívidas das empresas públicas, o rácio nacional da dívida do Estado chega aos 70% do PIE.

Outra matéria de relevância é a eficácia da política orçamental, quando está em causa o bom uso do dinheiro dos contribuintes. A eficácia da política orçamental, do ponto de vista da estabilização macroeconómica, pode ser avaliada através da comparação entre dois efeitos: o dos multiplicadores orçamentais e o de evicção ou esvaziamento (crowding out) da despesa privada pela despesa pública. Ou seja, em quanto o Estado pela via orçamental acrescentou à economia e em quanto o Estado retirou à economia pela diminuição da despesa privada. A medição destes efeitos não é fácil (exigindo a existência de modelos macroeconómicos detalhados) é tributária de aspectos como: a situação conjuntural, o grau de abertura da

economia (um incremento do investimento público pode ser mais benéfico externa do que internamente), a sensibilidade do investimento à taxa de juro (elasticidade investimento privado taxa de juro), a forma de financiamento do défice orçamental (criação de dívida, emissão de moeda, aumento de impostos restrição orçamental pública e equivalência ricardiana) e, por vezes, o regime cambial vigente (regime flexível pode estimular a actividade económica sem necessidade de alteração dos impostos).

A ideia do multiplicado r orçamental é simples: o incremento dos gastos públicos gera rendimento para outros agentes económicos à custa do qual aumentam as suas despesas e desencadeiam um efeito geral positivo sobre a expansão da procura agregada e da produção. Este efeito final é um múltiplo do aumento inicial dos gastos públicos (mas ainda que o não fosse -  $KY,G = 1$  - o aumento do rendimento seria sempre igual ao da despesa pública, ou seja, não há finanças públicas neutras).

Em Angola, o multiplicado r geral das despesas públicas (poderiam ser especificadas em despesas de investimento, de transferências e correntes ou de funcionamento), nas suas condições de dependência do exterior e estrutura produtiva rígida e pouco diversificada, pode ser estimado em 1,13 (bastante baixo), sendo, portanto, avisado contrapor estes efeitos multiplicadores aos de evicção para se decidir dos aumentos das despesas públicas, particularmente quando se pensa compensar os ciclos negativos de crescimento com aditamentos no consumo do Estado. Igualmente nos casos de variação dos gastos públicos centrados na admissão de novos funcionários, incrementos salariais e despesas de funcionamento manifestamente improdutivas.

Voltarei no dia 2 de Setembro com a segunda parte, mais centrada sobre a proposta de revisão orçamental Alves da Rocha escreve quinzenalmente neste espaço

#### 4.16 "O orçamento geral do estado tem falhado na governação"

*Jornal A República*

*19 De Agosto de 2016*

A quando da apresentação da sua candidatura à Presidência da Coligação Ampla de Salvação de Angola (CASA-CE), que teve lugar a 11 deste mês na sede dessa organização política, em Luanda. José Carlos Pinho disse na ocasião o seguinte: "Quero aqui reiterar o meu compromisso de que esta candidatura não é contra ninguém, antes é a favor de cada um dos militantes da CASA-CE e de todos angolanos+Tendo



também realçado as motivações que o levaram a candidatar-se a esta força política.

Qual é a ideologia de concreto do seu projecto dentro do plano estratégico e político traçado por si?

JCP: O progresso não tem lado. O progresso faz-se com intervenção de todos como cidadãos no espírito de que com a sua inteligência e a sua capacidade possam realmente realizar as suas aspirações. Como o próprio nome indica CASA- CE Convergência Ampla de Salvação de Angola congrega no seu seio diferentes sensibilidades e é nessa diversidade que se funda a nossa ideologia verdadeiramente nós somos diferentes em vários aspectos, tal qual somos na diferença e é com o diálogo já provado pela CASA- CE. Como todo mundo sabe e é tornado público quatro partido de matrizes e raízes diferentes. Foram capazes de se unir no único propósito que é a realização de Angola e dos angolanos.

Jornal AR: Onde é que o Orçamento Geral do Estado tem falhado?

JCP: O Orçamento Geral do Estado tem falhado na governação, quem o governa é quem provoca a falha do Orçamento Geral do Estado porque efectivamente o Orçamento Geral do Estado é uma proposta apresentada ao país para resolver os problemas do país. E, depois, há uma equipa governativa que não corresponde com a expectativa dos angolanos. Ora, recorrentemente temos assistido anualmente propostas que são feitas pelo elenco governativo, não são concretizadas em toda a sua extensão e, particularmente, naquilo que são as aspirações básicas dos cidadãos. E, portanto, penso que não temos dúvida principalmente naquilo que temos vindo a observar, isto é, de forma precisa a falha está na forma no modelo de governação protagonizado pelo partido que hoje sustenta governo.

Jornal AR: Quais as estratégias para que ocorra mudança em Angola em 2017?

JCP: Como referi, na minha intervenção há um conjunto de elementos que nós CASA- CE advogamos ser importante com aquilo que tem a ver com a preparação ao pleito de 2017. E, portanto, acho que depois será possível distribuir para que em detalhe possam tomar conhecimento, sobretudo o que já me refere verbalmente. A estratégia será sempre, de qualquer modo estabelecer um compromisso com os cidadãos angolanos frontal, honesto, de modo que os cidadãos angolanos possam sentir a confiança e todos militantes da CASA- CE ao longo da sua estrutura como pessoas capazes de fazer diferente no sentido

obviamente daquilo que temos vindo a assistir ao longo dos 40 anos.

Não tenho dúvida que seremos capazes de fazer, pois em 2012, surgimos há menos de quatro anos e chegamos a este estado. Perguntarei ao senhor jornalista o que seríamos capazes de fazer se já tivéssemos tido a possibilidade de governar? Penso que o desafio está lançado competirá agora aos cidadãos angolanos compreender essa leitura e perceberem se A CASA- CE tem de facto, vocação governativa. Em 2017, vamos aos escrutínio esperando que seja isento, transparente, pois nós já não temos dúvida que a maioria dos angolanos espera de nós a realização da Angola e a realização das suas aspirações.

#### 4.17 OGE revisto baixa estimativa para a produção de crude

*Jornal O PAÍS*

*19 De Agosto de 2016*

A proposta de lei de revisão do OGE 2016 aprovada na Assembleia Nacional dia 15 de gosto e submetida às Comissões de Especialidade inclui a revisão em baixa do preço do crude de 45 para 40,9 USD/barril. A proposta de revisão do OGE 2016 aprovada na generalidade na Assembleia Nacional prevê a redução da cotação do crude de 45 para 40,9 USD/barril, que justifica a redução da estimativa das receitas de 3.514 mil milhões KZ para 3.484 mil milhões KZ e a necessidade de aumento das despesas fiscais de 4.295 mil milhões KZ para 4.626 mil milhões KZ. Diante do cenário actual de restrições a expectativa de crescimento da economia reduziu de 3,3% para 1,1%, sendo que para manutenção dos projectos de desenvolvimento a alocação de recursos apresentou reestruturação, para o sector social irá reduzir de 43,2% para 40%, serviços públicos de 22,9% para 21%, defesa e segurança de 20,2% para 19%, com excepção para o sector económico que se perspectiva um aumento de 13,7% para 20% na alocação dos recursos do OGE 2016.

Espaço Internacional os EUA, taxa de inflação mensal situou-se no menor nível dos últimos 5 meses. A taxa de inflação mensal estabeleceu-se em 0% em Julho, após registo de 0,2% no mês anterior. A inflação homóloga pressionada pela mensal reduziu para 0,8%, inferior ao resultado de 1% referente a Junho. A variação da taxa de inflação contrária às expectativas da Reserva Federal (FED) reflecte a redução dos preços no sector de energia e a valorização do dólar que torna as importações mais económicas.

No Reino Unido, a taxa de inflação homóloga mantém a tendência de alta, reduz a diferença em relação a meta de 2% e cresce a um ritmo mais acelerado do que o esperado pelo Banco da Inglaterra (BoE). A taxa de inflação homóloga alcançou o nível de 0,6% em Julho, um aumento de 0,3p.p. em relação a Janeiro e de 0.1p.p. em relação a Junho do ano corrente, impulsionada pelo preço dos metais e alimentos importados, em consequência da desvalorização da libra que encarece as importações. A ascensão da taxa para níveis próximos da meta de 2% do BoE, representa um sinal positivo apesar do pessimismo gerado pelo Brexit que impulsionou a adopção da política monetária expansionista histórica do BoE.

Na Zona Euro, a balança comercial apresentou superavit inferior às expectativas em Junho. O superavit comercial situou-se em 23,4 mil milhões EUR em Junho, inferior ao registo de 24,6 mil milhões EUR relativo ao mês anterior. O resultado representa a redução das exportações em 2% e das importações em 5%.

#### 4.18 Oposição diz que O.G.E revisto "alimenta" corrupção

*Jornal Liberdade*

*19 De Agosto de 2016*

*Texto: Marcos Filho*

O documento que rege administração pública do país, foi discutido e aprovado, na generalidade de, quinta-feira numa reunião extraordinária, da Assembleia Nacional, por 165 votos favoráveis do MPLA, 33 votos contra da UNITA e CASA-CE e duas abstenções do PRS. Para a oposição, houve alguma "teimosia e insensibilidade" por parte do executivo e da banca da maioritária, "por não ouvirem os conselhos e as inúmeras críticas responsáveis e construtivas efectua das na altura", disse o líder da bancada parlamentar da UNITA Adalberto da Costa Júnior.

Numa declaração política, o parlamentar da UNITA recordou que a sua bancada várias vezes chamou atenção "para o realismo e excesso de optimismo nas previsões orçamentais". "Avisamos sempre que a enorme dependência ao petróleo traria no futuro grandes problemas à economia nacional e que a inflação galopante conduziria aumento das despesas públicas, e vezes sem conta aconselhamos da necessidade de se diversificar de facto a economia", disse.

"Tínhamos razão quando votámos contra os vossos orçamentos. A sua execução só trouxe desgraça e mais pobreza ao nosso povo e retrocesso na economia do país. O poder de compra de qualquer chefe de família degrada-se todos os dias. O desemprego cresce e os despedimentos nas empresas são diários", referiu.

Adalberto da Costa Júnior, sustentou que o seu grupo parlamentar tinha razão, quando votou contra os orçamentos aprovados pelo MPLA, que agora descobriu que já não é possível "esconder" que está "perante uma enorme derrapagem nas contas públicas": "E porquê desta derrapagem? Por causa da enorme teimosia e direi mesmo insensibilidade, por não ouvir conselhos e as inúmeras críticas responsáveis e construtivas efectuadas na altura, por nós frisou o deputado do Galo Negro.

Para o deputado da UNITA que "chumbou" a proposta do OGE Revisto para o ano económico de 2016, fez saber que, a vida difícil que a maioria dos angolanos enfrentam, "não resulta apenas da baixa do preço do petróleo no mercado internacional" aponta cenários como o "enriquecimento ilícito e nepotismo" como uma das "razões". "É preciso reconhecer que hoje os enormes problemas que temos, não são justificados essencialmente na baixa do preço

do barril de petróleo", argumentou Adalberto da Costa Júnior.

Na sua visão, "os culpados estão entre nós têm nome e rosto. Os culpados são a nossa elite predadora: que assalta os pilares da soberania; que mistura os negócios do estado com os seus negócios privados e obtém o enriquecimento do dia para a noite; que num orçamento de uma

obra pública de 100 é capaz de desviar 80 e não permite a fiscalização do que daí resulta" sustentou. Adalberto da Costa, exortou o titular do poder executivo e seus auxiliares, a "fazer muito mais, perante as potencialidades com que a natureza dotou o nosso país, que são muitas". "Pensamos que os senhores estão a fazer muito pouco, perante os orçamentos bilionários que têm tido ao dispor", disse, acrescentando que os "senhores são responsáveis por este país estar sem rumo: nem progresso e muito menos desenvolvimento à população e as empresas deste nosso país; aos olhos de toda a gente, nem produzir mais, muito menos distribuir melhor".

Para o responsável do grupo parlamentar da Convergência Ampla de Salvação de Angola (CA-

SA-CE), André Gaspar "Miau!": acentua que a sua bancada nunca entendeu bem a fixação de 45 dólares

por barril de petróleo, como base para o Orçamento Geral do Estado (OGE) deste ano

quando, no OGE de 2015, com o petróleo ainda em alta, foi adoptado o valor de referência de 40 dólares.

"Um verdadeiro contra-senso", afirmou André Gaspar contra-senso', afirmou André Gaspar "Miau", salientando que, desde Fevereiro e Março deste ano, «se impunha uma revisão do Orçamento Geral do Estado (OGE 2016), ajustando as despesas às receitas".

"Tal não aconteceu e perguntamo-nos agora sobre a pertinência de ainda se aprovar um orçamento revisto para 2016, para apenas três meses e meio, numa ocasião em que já está em curso a elaboração do OGE de 2017, sem nos esquecermos de que o titular do poder executivo se havia reservado a competência de congelar fundos destinados aos investimentos públicos, para acudir, em caso de necessidade, a situação da crise financeira que afecta o país", questionou o deputado da Coligação Eleitoral.

Virgílio de Fontes Pereira do MPLA: "Revisão do Orçamento do Estado garante estabilidade". Ao passo que o líder parlamentar dos camaradas Virgílio de Fontes Pereira, minimizou os argumentos dos deputados na oposição, ao afirmar que "a revisão do orçamento geral do estado, tendo em conta a baixa de preço do petróleo no mercado internacional, garante a

estabilidade do país". Na sua comunicação, o presidente do grupo parlamentar do MPLA, "saudou o executivo pelo aumento das despesas dos investimentos públicos, uma das razões subjacentes à revisão do Orçamento Geral do Estado de 2016, e condição indispensável para garantir o crescimento em Angola"

Virgílio de Fontes Pereira, lançou "duras" críticas aos seus colegas da oposição com particular realce à UNITA, por nunca terem votado a favor do OGE, justificado pela falta de propostas estruturadas e concretas para a solução dos problemas da economia angolana e da sociedade. O deputado manifestou a sua "gratidão" ao executivo angolano por este aumento na despesa de capital, "pois constitui uma condição indispensável para que o país não pare de crescer", mesmo em tempo de crise, provocada pela baixa do preço do petróleo.

O líder da bancada parlamentar do partido que sustenta o poder no país, "tem uma estratégia para a saída da crise económica e financeira" em que os angolanos se encontram e "está a implementá-la com

consistência e rigor, com vista à minimizar os efeitos deste choque externo

na vida das nossas empresas, das nossas famílias e do próprio Estado", garantiu Virgílio de Fontes Pereira, na sua declaração política, no decurso da quinta reunião extraordinária, do parlamento angolano, que conheceu o encerramento do terceiro ano legislativo, da terceira legislatura, a 15 de Agosto. "Todos sabemos que há outros países no mundo que estão a enfrentar o mesmo choque externo e alguns deles estão a viver dificuldades muito mais

graves do que aquelas que nós vivemos hoje no nosso país", justificou.

#### 4.19 Orçamento do Estado ajustado à realidade actual

*Jornal Economia e Finanças*

*19 De Agosto de 2016*

*Texto: Pedro Peterson*

A execução da estratégia macroeconómica do Executivo em 2016 foi, em grande parte, condicionada pelo preço do petróleo, que em média fixou-se em torno dos 37,5º dólares/barril no primeiro semestre, abaixo dos 45 previstos no OGE inicial.

O preço do barril de petróleo no mercado mundial atingiu no primeiro trimestre do ano em curso níveis negativos e que, apesar da ligeira recuperação que se tem registado, as incertezas no mercado quanto à sua recuperação continuam elevadas.

Em meados de Janeiro, o preço do petróleo desceu para 28 dólares/barril, valor considerado o mais baixo em 'uma década, para garantir a sustentabilidade da despesa pública e a manutenção das Reservas Internacionais Líquidas (RIL).

Deste modo, a moeda nacional que se mantinha estável em torno de 135 kwanzas por 1 dólar, desde meados de Setembro de 2015, depreciou-se em 15 por cento em relação à moeda americana, num único dia de Janeiro de 2016.

Assim, com o propósito de fortalecer o lado fiscal, considerado como o principal determinante para enfrentar a crise actual, quer em relação à manutenção das despesas públicas ou às expectativas dos agentes em relação à sustentabilidade fiscal, o Executivo implementou em Janeiro último a redução dos subsídios ao gásóleo, gasolina e petróleo iluminante que tiveram um impacto directo sobre a inflação.

E no sentido de promover a potenciação fiscal, foram ajustadas a programação financeira trimestral e os subsequentes planos de caixa, de maneira a adequar as despesas orçamentais previstas à realidade dos mais baixos preços do petróleo.

Assim, as novas estimativas apontam que o ano 2016 deverá fechar com um preço médio de 40 e 90 dólares/barril e uma produção de 1.793,4 milhões de barris/dia.

Novas projecções Segundo consta no relatório de fundamentação, a receita petrolífera que será arrecadada em excesso sobre o preço médio de exportação do barril de petróleo bruto de 41 dólares em decorrência de um preço efectivo superior aquele, é contabilizado na conta de Reserva do Tesouro Nacional.

O relatório enfatiza ainda que, o recurso aos fundos da Reserva do Tesouro Nacional, constituídos nos termos do OGE revisto, fica condicionado, por razões justificadas de ajustamento dos Projectos do Programa de Investimentos Públicos, nos limites e objectivos da despesa aprovada inicialmente, como o Orçamento Geral do Estado para 2016, à autorização expressa do Presidente da República, enquanto titular do Poder Executivo.

Limite da receita e despesa A proposta do Orçamento Geral do Estado Revisto para 2016 consagra um fluxo total de financiamento no montante de 6.959,73 mil milhões de kwanzas, correspondendo a um aumento em torno de 8,3 por cento face ao OGE inicial.

A despesa por província está centrada maioritariamente na província de Luanda e Cuanza Norte, Zaire, Benguela, Huambo e Huíla. Não obstante, a evolução do nível da despesa nas províncias de Malanje e Cuanza Sul, Lunda Norte, Moxico, Namibe e Cuando Cubango, Uíje e Bié espelham a dinâmica do executivo na alocação de forma gradual de um volume cada vez maior de recursos às demais províncias.

As províncias mais a norte do país, nomeadamente, Cabinda, Zaire, Uíje, Cuanza Norte e Malanje, tendem a afirmar-se como importantes pólos comerciais, industriais e petrolíferos. Por outro lado, as províncias do Cuanza Sul, Benguela, Huambo, Huíla e Bié têm promovido o desenvolvimento urbano, a agricultura empresarial e o desenvolvimento industrial.

Medidas fiscais As receitas fiscais (excluindo desembolsos de financiamentos e venda de activos) estão previstas em 3-484,6 mil milhões de kwanzas, as despesas fiscais (excluindo amortização da dívida e

constituição de activos) estão fixadas em 4-484,6 mil milhões de kwanzas, resultando num défice fiscal de Kz 1.000,0 mil milhões, equivalente a 5,9 por cento do PIB, contra o défice de 5,5 por cento previsto no aGE 2016.

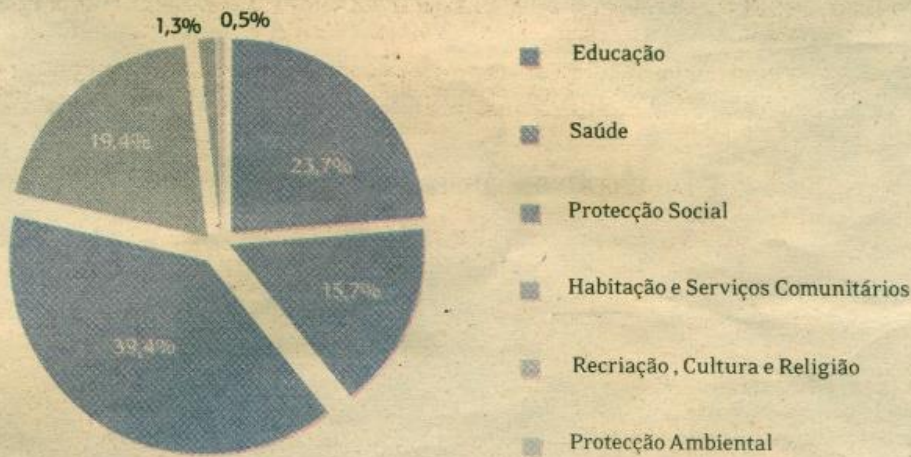
a principal objectivo é devolver o ímpeto do crescimento do PIB para níveis mais robustos, não obstante a assunção de um défice agravado.

Em resultado deste exercício de flexibilização fiscal pelo lado da despesa, as projecções fiscais actualizadas permitem antecipar uma despesa de capital na ordem dos Kz 961,1 mil milhões, reflectindo um reforço numa magnitude de 17,8 por cento face ao previsto no a GE 2016, e de 18,2 por cento face ao executado em 2015.

Em termos de percentagem do PIB, a despesa de capital é prevista em 5.7 por cento no a GE 2016 revisto.

A despesa corrente observa igualmente um ligeiro incremento, ao passar de 3-480,1 mil milhões de kwanzas (cenário fiscal a USD 45/bbl) para Kz 3.523,5 mil milhões (cenário fiscal a USD 40,90/bbl), correspondendo a um aumento de 1,2 por cento. Em termos de natureza económica da despesa, os incrementos incidiram sobre as despesas: custo com pessoal (4,4 por cento) e juros (43,7 por cento). Quanto às despesas com transferência, esta prevista ligeira redução de 1,3 por cento, em consequência da redução dos subsídios em cerca de 2,2 por cento. Com efeito, o impulso fiscal eleva a despesa total em cerca de 4.4 por cento face ao inicialmente previsto no aGE 2016, passando de 4.295.7 mil milhões de kwanzas (cenário fiscal a USD 45/bbl) para 4-484,6 mil milhões de kwanzas (cenário fiscal a USD 40,9/bbl). a GE 2016 antecipou uma despesa de capital de 5,7 por cento do PIB, ante aos níveis médios de execução de cerca de 11,95 por cento entre 2013/14, e 10,2 por cento entre 2013/15. A nova proposta de revisão orçamental centra as suas atenções no reforço da gestão da capacidade de absorção reflectida pelo défice fiscal de desembolsos externo contratados.

### Despesa por função: Anatomia do Sector Social



### Composição funcional da despesa do OGE 2016



### Alteração na composição funcional da despesa



## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Sobas contestam modalidade de pagamento das pensões

*Jornal O PAÍS*

*03 De Agosto de 2016*

*Texto: Alberto Bambi*

Pelo facto de considera em o montante como ínfimo, tendo em conta as necessidades diárias e o serviço que desempenham nas comunidades, os sobas de Icolo e Bengo gostariam de ver o valor que recebem aumentado e disponibilizado todos os meses.

"Mas, quando nós vamos ao banco, dizem-nos que o dinheiro só se dá de quatro em quatro meses e não de uma só vez, por isso, em cada vez que vamos lá, trazemos 30 e tal mil", detalhou o soba Alfredo Bernardo, da Povoação de Camwanga, tendo alegado que já reclamou muitas vezes, mas a situação não mudou. Apesar de ser pouca a quantia monetária que recebem do Estado, conforme alegaram os mesmos, as referidas verbas são levantadas de quatro em quatro meses, na ordem de menos de 50 por cento. Os sobas são unânimes em enumerar as situações que os afligem, coincidindo na falta de água e alimentação, bem como no apoio às despesas que investem nas deslocações para certos lugares do sobado e reuniões marcadas pela administração.

Alfredo Bernardo, líder tradicional da região de Bom Jesus, narrou o esforço que teve de empreender para conseguir adquirir duas canoas, de modo a facilitar a sua travessia diária, principalmente, para o Primeiro e Segundo bairros. "Daí para outros pontos do município, eu tenho de pegar num pato ou numa galinha e vender o bicho para garantir as minhas passagens", anunciou o soba, adiantando que as suas poupanças só lhe possibilitaram fazer uma pequena embarcação.

Para compensar o esforço do velho, a capitania local timbrou na embarcação do soba o seu nome, a fim de evitar o pagamento de qualquer tributo à equipa de fiscalização dessa instituição. Vale lembrar que os outros proprietários de canoas, que desenvolvem a actividade de transporte de pessoas, mercadorias e outros bens a troco de 100 ou 200 Kwanzas, são constantemente notificados por agentes da fiscalização.

"O valor retalhado nunca é o mesmo"

Na Aldeia de Caxicane, o soba grande do município do Icolo e Bengo, Andrade João Mendes, referiu -se às dificuldades pelas quais passa, desnecessariamente, como considerou o próprio, por serem resultante da falta das assistências prometidas pelo Governo, nomeadamente o abastecimento de água potável e alimentação. Andrade Mendes, que não deixou de falar do acesso privilegiado que deviam ter nos autocarros públicos' apelou às entidades de direito a envidarem esforços no sentido de diminuírem as carências dos líderes tradicionais.

Enquanto não se resolve a situação, o velho Mendes, como também é tratado no seio da sua comunidade, desejava minimizar o problema usando as suas próprias finanças. "Só que vem tarde demais e não vem a conta toda dos quatro meses, como devia ser", reclamou o soba Andrade Mendes, que deseja saber se trata de pensão, salário ou outra coisa, porque, por aquilo que disse saber, todas as modalidades que enumerou deviam ser mensais. Outra situação que preocupa o soba grande do município tem a ver com o facto de não saber se as diferenças são tidas em conta de um a outro pagamento. "Nós não sabemos se o dinheiro que nos vão dando vem certo ou não, porque eles é que sabem como repartem", detalhou Andrade Mendes, realçando que o valor retalhado não está determinado.

O ancião mostrou-se preocupado com o fenómeno, pois, segundo consentiu, quase todos os sobas do município já lhe colocaram essa situação. "E cuja informei às autoridades do município", realçou.

### 5.2 Municipalizar a vida

*Jornal O PAÍS*

*19 De Agosto de 2016*

Pertence-lhe a ideia transformada em slogan e que, vezes sem conta, se repete por aí. Parece uma recauchutada arenga política, dessas que se desenterram em hora certa para dar votos e fazer subir os níveis de popularidade.

O curioso, porém, é que a frase anda muito longe de tal propósito, sendo, tão só, um fabuloso acerto de oratória e que resume uma verdade indiscutível, como havia sucedido com Neto na célebre sentença "O mais importante é resolver os problemas do Povo".

"A vida faz-se nos municípios", a ideia genial, saiu da cartola de José Eduardo dos Santos, o líder do MPLA e Chefe de Estado, e vale por um presente e um futuro

que se devem materializar, em nome de uma harmonia distributiva para que o país não se atrofie na macrocefalia de um desenvolvimento concentracionista que privilegia um lugar e esquece outros.

"A vida faz-se nos municípios" , nas condições concretas do país que temos, representa a rejeição do modelo que insiste nas assimetrias regionais e apela ao trabalho nos lugares recônditos, com a comunidade mobilizada, para que os sonhos e as utopias não tenham sempre Luanda como meta, como ponto a atingir, como O melhor dos mundos possíveis.

Ontem, no VII congresso do MPLA, o presidente José Eduardo dos Santos recuperou esse pensamento seu de há muito, apresentando-o como um dos dez desígnios nacionais pelos quais se distribui a sua moção de estratégia enquanto candidato à liderança do seu partido.

Dos Santos defendeu, concretamente, a necessidade de se garantir o desenvolvimento harmonioso do território, promovendo a descentralização e a municipalização.

É, de resto, um olhar para Angola que tem o consenso da nação, alcançado em Abril de 2007 quando se discutiu o futuro da pátria no Encontro Nacional sobre a Agenda Nacional de Consenso com a participação de vários partidos políticos, igrejas, sindicatos, organizações socioprofissionais e associações económicas, culturais e outras.

Um grande e oportuno começo de um tempo novo, urgente, este de o país se rever no esforço da descentralização e do desenvolvimento das pequenas circunscrições, os municípios, que são na verdade os espaços territoriais onde a comunidade, os angolanos, as famílias, tentam em primeira instância a realização do ponto de vista material e espiritual. Se fracassam ali, o caminho costuma a ser aquele que todos conhecem e lamentam, mas que, quase sempre, se mostra como o único possível: a fuga para a grande cidade.

E na grande cidade, com a entendível incapacidade de se prover os habitantes em número excessivo de condições de habitabilidade e emprego, o amontoado de gente contribui para os graves problemas de deterioração do meio, do saneamento, ajudando a multiplicar as doenças às quais se expõem, depois, pequenos e graúdos, homens e mulheres, o mundo todo, com as escandalosas cifras de morbi - mortalidade que atingem famílias e deslustram a imagem externa do país.

A moção de estratégia do candidato a presidente do MPLA, que fala da municipalização da vida e que quisemos nesta coluna destacar, é um documento com muito mais do pensamento de José Eduardo dos Santos e que merece um esforço de aproximação de todos, para que se saiba que Angola se quer construir nos 5 anos contados a partir de 2017. Na previsão, claro está, da vitória nas urnas dessa força que há quase sessenta anos se assu

### 5.3 Brigadas de sensibilização para o pagamento de impostos actuam no município do Cazenga

*Jornal A República*

*26 De Agosto de 2016*

O ministério das finanças, através da administração geral tributária AGT), dará sequência aos trabalhos das brigadas de sensibilização para o pagamento de impostos, com o arranque, na terça-feira, 23 de Agosto, das actividades de sensibilização no município do Cazenga. o acto, que terá início às 9h30, contará com a presença de responsáveis da administração local, do ministério das finanças e da administração geral tributária as brigadas constituem a terceira fase da campanha de sensibilização para o pagamento de impostos (cspi), cujo objectivo é informar o público em geral sobre a importância dos impostos, orientar os contribuintes para procederem à regularização da sua situação fiscal e contribuir para a promoção do dever de cidadania.

Durante a actuação no município do Cazenga, os 90 técnicos da agt vão deslocar-se aos estabelecimentos comerciais, residências, unidades hoteleiras e similares e demais contribuintes que integram a cadeia de tributação, no sentido de sensibilizá-los para o pagamento voluntário de impostos bem como prestar esclarecimentos de forma personalizada, criando uma oportunidade para partilhar informações.

Nos dias de semana, os técnicos vão actuar nas superfícies comerciais e, aos sábados, nas áreas residenciais. saliente-se que as brigadas de sensibilização para o pagamento de impostos começaram os seus trabalhos em Outubro do ano passado em Cacucaco, tendo passado posteriormente por Viana, Talatona, samba, e pelo município de Luanda, tendo atingido até ao dia 6 de Agosto um total de 15. 626 contribuintes) .

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Programa de Redução da pobreza beneficia 500 famílias

*Jornal O PAÍS*

*01 De Agosto de 2016*

*Texto: Maria Teixeira*

O programa visa sensibilizar famílias angolanas a adoptarem novos hábitos e comportamento face ao actual contexto económico e social do país, de modo a se auto-sustentarem. Trata-se de um grupo considerado o dos "pobres dos mais pobres", que vivia em zonas consideradas de risco, nos arredores do bairro do Golfe 2, município de Belas e que agora fazem parte do Programa Experimental de Redução da Pobreza.

Segundo a presidente daquela associação de beneficência, Bebiana de Almeida, o projecto está a ajudar centenas de famílias.

"As famílias que residiam nos barrancos da lixeira do Golfe II estão a mudar as suas vidas desde o momento em que foram realojadas no Zango, onde contam com o apoio permanente da Associação de Profissionais e Amigos do Combate à Pobreza (APACP)", disse.

Uma das beneficiárias é a cidadã Luzia Dala, de 45 anos, que hoje mora com a família no Zango. Na conversa com O PAÍS, contou que sempre viveu no Golfe 2, por trás do conhecido bairro da "Lixeira", uma zona degradada e com péssimas condições para a vida humana.

"No bairro onde vivíamos, as pessoas não tinham medo de pegar numa garrafa e alvejar alguém", conta.

A família de Luzia Dala e mais outras 500, saíram do "inferno" e agora vivem em melhores condições de vida. A vida, aos poucos ganha sentido e Luzia Dala está feliz porque já é capaz de sonhar.

"Nas barocas onde vivíamos perdemos o medo, drogávamo-nos, bebíamos e fazíamos tantas coisas erradas", afirma dona Luzia.

Acrescentou que eram pessoas abandonadas pelo mundo ao seu redor, a imundície do lixo e a pobreza não os deixavam dormir. "Um dia, apareceu a senhora Bebiana, como anjo nos ajudou e mudou a nossa vida. Hoje, recebemos terrenos, mas com as condições de

construir casas de bloco e ficar na Luanda Limpa (Zango IV)", conta.

Disse ainda que vive há 10 anos no Zango IV, num terreno dado pela dona Bebiana, porque eram refugiados numa autêntica lixeira.

"Não temos dinheiro para sobreviver e saímos do bairro da lixeira no Golf II em condições piores, nesta zona, quando cai chuva entra água e muitas crianças acabam morrendo", declarou.

Já um outro morador, Mateus Rogério, disse que a dona Bebiana é a pessoa que sempre os ajudou e lhes deu terrenos para a construção de casas de blocos.

"Estou com o terreno há três anos e vivo no bairro há 10 anos, era refugiado e vivia em péssimas

condições, por causa do lixo, do fumo e dos bandidos. Hoje estou aqui graças à bondade da dona Bebiana", afirmou Mateus Rogério.

O gestor do Fundo de Apoio Social (FAS) e empreiteiro das obras, Gilberto Miranda João, disse estar no projecto desde 2002 e que quando começaram foram rejeitados pela população, que os consideravam pessoas de risco.

Actualmente, a associação trabalha com 24 jovens no FAS, 48 na construção de casas, 24 na construção da creche e 12 homens na construção de muros e da escola.

"Eles ajudam no desenvolvimento da microempresa que produz vassouras recicladas, no desenvolvimento e melhoramento das escolas e ajudam a Comunidade Piloto CPFV (Associação Força de Vontade) a avançar em alguns dos seus projectos sustentáveis", declarou.

O responsável disse ainda que eram famílias completamente abandonadas por tudo e todos, grande parte das quais pouco ou nada sabiam sobre comportamentos morais ou normas e regras de cidadania aceitáveis em sociedade e viviam dos restos de alimentos deitados na lixeira.

Como surgiu o Projecto de Combate à Pobreza

Fruto da experiência acumulada durante 14 anos, Deolinda Bebiana de Almeida, ex - funcionária das Nações Unidas, disse em exclusivo a O PAÍS, que ao regressar a Angola, em 2002, decidiu lançar um 'Programa Experimental de Redução da Pobreza'.

Bebiana de Almeida, que coordena o Programa da Associação de Profissionais e Amigos de Combate à Pobreza, tinha como propósito trabalhar com pessoas



que vivem em extrema pobreza. A responsável, que trabalhou para a maior tribuna política mundial exercendo posições de alto nível, tais como Coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas e Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a mentora do projecto.

Bebiana contou que depois de regressar ao nosso país teve que negociar com o Ministério das Relações Exteriores (MIREX) para libertá-la das actividades no gabinete e realizar essa experiência.

"Foi assim que depois de algumas negociações consegui, mas ainda sou um quadro do MIREX, emprestada a um projecto de combate à pobreza no país", disse.

Na experiência, Bebiana de Almeida seleccionou um grupo alvo que considerou sendo os "pobres dos mais pobres", que viviam no lixo e do lixo, numa das grandes lixeiras da cidade capital de Luanda, no Golf II, Município do Kilamba Kiaxi.

Para efectivar o projecto juntaram-se muitas pessoas e começaram essa experiência. "A nossa maior preocupação sempre foi encontrar populações que vivessem em extrema pobreza, porque queria lidar com famílias que estivessem nessa situação. Então foi nesta lixeira que nós trabalhámos durante três anos, de 2002 a 2005, com as famílias que viviam naquela fumaça e lixo", disse.

Segundo a responsável, os primeiros encontros com os elementos do grupo alvo foram assustadores e, em algumas ocasiões ameaçadores, tanto assim que os elementos dá sua pequena equipa de trabalho foram, nesses primeiros encontros, intensamente apedrejados por esse mesmo grupo que os consideravam intrusos, tal como tantos outros que por ali passavam.

"Escolhemos e decidimos trabalhar com 500 famílias, mas começámos com números pequenos e paulatinamente, porque o maior problema foi encontrar espaço suficientemente vasto para reassentar as tais famílias. O Governo Provincial de Luanda (GPL) iria ajudar-nos", esclareceu.

Explicou que à Associação de Profissionais e Amigos de Combate à Pobreza (APACP) ajuda a enquadrar as famílias de emergência' às quais oferecem comida e acompanham nas, na mudança de comportamento, sempre na esperança de ter um lugar para levá-las, "Numa primeira fase, fomos levados a um outro lado, onde a maioria das pessoas ainda vive em casas de chapas e outras em papelão, enquanto preparávamos o bairro piloto 'Força de Vontade' I e também o II, em

que estão já construídas 40 casas, 39 das quais já estão habitadas", explicou.

Fez saber que o projecto alberga três metas importantes de actua-o ção, sendo a primeira o espaço suficientemente amplo para residências e equipamentos sociais, a segunda a água e a luz, e, por último, casas que poderão ser construídas e entregues aos futuros utentes.

Contou também que tudo é um processo e que as famílias que saíram da lixeira para o Zango depois passarão para o bairro piloto Força de Vontade. "Quando se trata de um trabalho com a ideia de se levar pessoas bastante carentes a um desenvolvimento auto-sustentado é aconselhável fazê-lo por fases e, entre elas, a criação da auto-estima do próprio denominado pobre e depois responsabilizá-lo por aquilo que compra que é a sua vontade de querer mudar de comportamento", explicou.

Disse ainda que estão a fazer uma fábrica artesanal de vassouras recicladas a partir de garrafas de água mineral, e neste momento têm 14 casas feitas e 78 anexos na Força de Vontade I. A localidade vai albergar 460 casas porque têm 500 famílias para abrigar, para as quais 40 foram feitas e 39 já estão habitadas na Força de Vontade II, uma contribuição dada pelo Programa Combate à Pobreza.

Por essa razão, disse Bebiana de Almeida, também há o Fundo de Apoio Social (FAS) composto pelo grupo de jovens Betão Forte que veio da lixeira do Golf 2 e agora constroem as escolas. "O nosso espaço tem equipamentos sociais como escolas primárias e do segundo ciclo, áreas de lazer, centro de saúde e creches", fez saber.

## 6.2 A imagem do Kilamba

*Jornal O PAÍS*  
*02 De Agosto de 2016*

Prezado director do OPAÍS. Votos de bem-estar para todos os trabalhadores do jornal.

Escrevo porque estou triste e zangada com a imagem a cidade do Kilamba está a ganhar, de uma cidade de prostituição.

Muitos jornais escrevem notícias tristes sobre as prostitutas do Kilamba. Algumas nem aqui vivem e alugam-lhes os apartamentos. Outras, não sei como conseguiram os apartamentos. São mulheres solteiras, sem marido nem emprego. A culpa é de quem lhes vendeu os apartamentos.

Agora, parece que todas as mulheres do Kilamba são prostitutas, isso é muito triste. Acho que a Administração do Kilamba podia fazer alguma coisa. Se as pessoas de fora sabem onde estão essas moças, como é que a Administração e a Polícia não sabem? Parece ser um negócio que interessa a muitos.

Há sim senhora prostitutas no Kilamba. Mas porquê que só falam do Kilamba, se a prostituição existe em todo o mundo?

Porquê que não falam das prostitutas do Marginal, do Talatona ou do do Nova Vida? Será que lá não há prostitutas?

Acho que a nossa Administração deve fazer mais para defender a imagem do Kilamba e dos moradores. Assim vai parecer que somos todas prostitutas. Um dia teremos de dizer que moramos noutros sítios. Dor causa da vergonha.

Acho que os jornalistas também deviam falar das coisas positivas, das famílias sérias e de alguns jardins que alguns moradores fazem e que são muito bonitos. No Kilamba não há só prostitutas.

Bem haja, Sónia Santos

Cidade do Kilamba, Luanda

### 6.3 Mais casas no Cuvango

*Jornal de Angola*  
04 De Agosto de 2016

Vinte casas sociais construídas no âmbito do projecto de 200 fogos habitacionais por município foram concluídas no município do Cuvango, na província da Huíla, e serão entregues este ano aos beneficiários.

Em declarações à Angop, o administrador municipal do Lubango, Miguel Luís, salientou que as residências fazem parte da primeira fase do projecto iniciado em 2014, que contemplaria 40 casas, cifra que não atingida por questões técnicas e orçamentais.

"Estamos agora a trabalhar para a distribuição das casas que já estão prontas, cuja prioridade vai para funcionários públicos, com 70 por cento, e outros 30 por cento destinados aos jovens", explicou Habitação na Cahama Um conjunto habitacional de 100 casas sociais do tipo T3 foi inaugurado na semana finda, na Cahama, província do Cunene, pelo vice-governador para a esfera Económica, António Candeeiro.

Erguidas por oito empresas angolanas de construção civil, num período de seis meses, as habitações custaram ao Estado 543 milhões e 473 mil kwanzas.

No acto inaugural, António Candeeiro disse que a entrega destas habitações, que fazem parte da segunda fase de construção dos 200 fogos habitacionais por município, reflecte o compromisso assumido pelo Executivo em melhorar as condições de vida das populações.

As moradias foram construídas em duas comunas, sendo 72 em Cahama e 28 em Otchindjao.

### 6.4 AADIC quer punição severa contra administradores das centralidades do Kilamba e Sequele

*Jornal Manchete*  
05 De Agosto de 2016  
Texto: Orlando Hocho

A Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC), solicitou recentemente, às autoridades afins no sentido de sancionarem severamente, os administradores das Centralidades do Kilamba e Sequele, em Luanda, ou puni-los com base aos artigos 7º, 19º da Lei nº3/10 de 29 de Março - Lei da Probidade Pública, que remete para as alíneas b, d, m do art. 21º, 23º, nº 1, 3 do 39º ambos da CRA ; e outras legislações avulsas.

A intenção vem expressa na carta que esta organização endereçou à ministra do Ambiente, Fátima Jardim, na qual aborda questões inerentes ao "Desequilíbrio Ambiental na Relação do Consumo".

De acordo com o documento, a AADIC tem vindo a constatar a materialização por dolo na feitura de queimadas ou fogo posto nos espaços verdes das Centralidades do Kilamba e do Sequele, prática aceite pelos administradores das referidas cidades.

Para a organização, tal acta além de devastar a cintura verde da cidade; coloca em risco de vida os Moradores (Consumidores), visto que a prior circulam e estaciona-se viaturas todos os dias dos utentes (Consumidores).

"Ainda assim; tais queimadas têm vindo a danificar as árvores colocadas pelo Estado Angolano; que ao nosso entender as mesmas equilibram o ecossistema e o Meio Ambiente.", sublinha.

Adiante, apresenta uma argumentação jurídica, segundo a qual, todos têm direito de viver num ambiente sadio e não poluído, bem como o dever de o defender e preservar. "A Lei pune os actos que ponham em perigo ou lesem a preservação do Ambiente (ns" 1,3 do art.39º da CRA).", defende a AADIC no seu documento, no qual acrescenta que "Entendemos que o Consumidor que aderiu a este projecto, não só pagou pela moradia; mas como tal para os espaços verdes, estacionamento, áreas de lazer, etc. Sendo relevante os princípios fundamentais disposto no art. 89º aI). b nº1 da CRA que assenta: A organização e regulação das actividades económicas assentam na Garantia Geral dos Direitos e liberdades económicas em geral, na valorização do trabalho, na dignidade humana e na justiça social, em conformidade com os seguintes princípios fundamentais a defesa do Consumidor e do Ambiente."

#### Qualidade de vida precária

Ainda de acordo com a AADIC, tendo como acção a queima de capim e o abate indiscriminado de árvores (estas violações desvirtuam o plano de plantação, arborizações e jardinagem da urbanização) sem a sua substituição conforme determina a Lei de base do Ambiente Lei nº5/98 de 19 de Julho nos seus artgs. 6º,9º, 12º, 13º, 14º, 19º,21º; a qualidade de vida dos habitantes será vaiado ou mesmo precária.

Defende, por outro lado, que o meio ambiente é um recurso escasso, razão porque se deve sempre ter em conta o seu uso racional, aplicar desenvolvimento sustentável, preservar o bem, para as gerações vindouras (art. 5º ai). a, b, da Lei nº 5/98 de 19 de Junho).

Ainda no que respeita à alegada punição aos administradores das central idades acima referenciadas, a AADIC é de opinião de que haja a intervenção Direita do Ministério Público nos termos da ai). d do art. 186º da CRA, bem como o asseguramento da justiça, pelo Provedor de Justiça.

#### Proposta

Perante os actos acima mencionados, aquela organização dos direitos dos consumidores propõe no documento que temos vindo a citar, a criação de Gabinetes a nível destas Urbanizações para maior fiscalização e controlo, bem como que se faça divulgação ambiental para conhecimento público (Consumidores) e a aplicação de multas para as entidades Públicas e Privadas que praticam actos lesivos ao Meio Ambiente.

"Que ao invés de queimar o capim, optassem em cortar atempadamente solicitando apoio aos Moradores (Consumidores) no âmbito do bem-estar em comum e convocar os moradores das referidas centralidades para que se faça campanhas de plantações de árvores."

Sem desdramatizar, AADIC pensa ser um acto medíocre queima de capim - por parte de quem tem o dever, obrigação e responsabilidade em manter o espaço verde ou se assim for a cintura verde em vigor nestas Centralidades.

"Profundamente, contristar-nos senão houver uma intervenção telegrafa e urgente por parte da entidade de Direito, teremos a breve trecho Centralidades cuja aparência será de um campo de futebol (Estádio 11 de Novembro) que no caso desvirtuaria o plano arquitectónico e urbanístico, para o qual foram concebidas."

A terminar a AADIC diz não haver justificação plausível para tão Diabólico acto.

De recordar que o dossier em causa é, igualmente, do conhecimento do Procurador-Geral da República de Angola, Provedor de Justiça, Governador de Luanda, Directora Geral do INADEC, bem como os administradores das respectivas Centralidades.

Angola, o maior beneficiário da juda financeira da China e da África

*Jornal A República*  
05 De Setembro de 2016  
Texto: Lusa

O principal recetor das linhas de crédito abertas por Pequim foi o sector transporte e armazenagem, que absorveu 20% do montante global, detalha aquela pesquisa.

Logo a seguir, surge a produção e abastecimento de energia, que recebeu 18% do crédito chinês.

Governo e sociedade civil, comunicações e abastecimento de água e saneamento, que, no conjunto, acederam a 667 milhões de dólares (600 milhões de euros), surgem no fim da lista.

Depois de a guerra civil em Angola ter acabado, em 2002, a China tornou-se um dos principais atores da reconstrução do país, nomeadamente das suas estradas, caminhos-de-ferro e outras infra-estruturas.

Em troca, o país asiático "obteve condições favoráveis para a exploração de minérios" no país africano, lê-se

na pesquisa conduzida pela jornalista de investigação espanhola Eva Constantaras.

A China é hoje o maior importador do petróleo angolano, mas, devido à queda do preço daquela matéria-prima, o valor das exportações angolanas para o mercado chinês diminuiu cerca de 50%, em 2015, para 15,98 mil milhões de dólares (14,3 mil milhões de euros).

Entre as nações africanas mais beneficiadas pelos empréstimos do país asiático surgem ainda o Sudão, Gana e Etiópia.

"A maioria dos principais recetores são países ricos em recursos naturais - incluindo petróleo, diamantes e ouro e muita da ajuda chinesa serve para tornar essa riqueza acessível para exportar": aponta o estudo.

País mais populoso do mundo, com cerca de 1.375 milhões de habitantes, a China registou nas últimas três décadas um ritmo médio de crescimento económico de 10% ao ano, transformando-se no maior consumidor de quase todo o tipo de matérias-primas.

Desde 2009, o "gigante" asiático tornou-se o principal parceiro comercial do continente africano.

Moçambique surge em 11.º na lista da ChinaAid, que calcula que o país recebeu, desde o início do milénio, quase 5.800 milhões de dólares de Pequim.

Neste caso, o sector transporte e armazenagem foi o grande beneficiário, tendo absorvido 45% do montante total concedido pela China. A banca

e os serviços financeiros ficaram com 36%.

Entre as áreas menos beneficiadas surgem a saúde, comunicações e produção e abastecimento de energia.

Já na Guiné Equatorial, que em 2014 foi admitida na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), foi o segundo maior beneficiário 'per capita' do apoio financeiro chinês a África.

Nos últimos 15 anos, o terceiro maior produtor de petróleo da África subsaariana recebeu de Pequim quase 2.000 dólares por cada um dos seus 740.000 habitantes.

Este fluxo de investimento foi destinado, quase na totalidade, a projetos do sector energético, detalha a ChinaAid.

A pesquisa calcula que, desde 2000, os países africanos receberam de Pequim quase 100 mil milhões de dólares (90 mil milhões de euros).

Aquele valor coloca o país asiático lado a lado com os Estados Unidos da América, cuja assistência financeira ao continente africano, durante o mesmo período de tempo, ascendeu a quase 105 mil milhões de dólares (94,5 mil milhões de euros).

A China Aid revela ainda que muito do dinheiro chinês é investido nas cidades de origem dos chefes de Estados dos respectivos países, ou em regiões habitadas pelo grupo étnico do líder político.

Ainda assim, rejeita que Pequim tenha uma estratégia focada em tirar partido do clientelismo político no continente, atribuindo aquela tendência à competição por influência entre diferentes agentes do Governo chinês.

Em Dezembro passado, o Presidente chinês, Xi Jinping, anunciou em Joanesburgo que vai conceder 60 mil milhões de dólares (54 mil milhões de euros) em assistência e empréstimos aos países africanos, nos próximos anos.

Segundo estimativas ocidentais, vivem em África um milhão de chineses, dos quais um quarto - 250.000 - em Angola.

## 6.5 Crise em Angola afecta sector imobiliário da Namíbia

*Jornal O PAÍS*

*5 De Agosto de 2016*

*Texto: Hélder Caculo*

O actual cenário macroeconómico de Angola, fruto da baixa do preço do petróleo nos mercados internacionais, com forte impacto nos níveis de inflação no mercado interno, está a produzir efeitos agravados no sector imobiliário da Namíbia. Aquele país vizinho vem registando uma saída considerável angolanos que alegam falta de divisas para pagar despesas com o alojamento.

Segundo a imprensa local, a situação afecta sobretudo angolanos instalados na capital, Windhoek, alguns dos quais já foram forçados a desocupar apartamentos devido às rendas em atraso, enquanto outros proprietários passaram a aceitar pagamentos em kwanzas, através de depósitos em contas bancárias em Angola.

Estudantes angolanos em colégios e instituições de ensino superior são os mais afectados pela situação, segundo o jornal "The Namibian", com meses de rendas em atraso, porque as famílias não conseguem enviar divisas para o país vizinho.

Estudante numa universidade local, Silvestre de Oliveira de 24 anos, admite ter que voltar a Angola em breve porque não tem dinheiro para pagar o aluguer do seu apartamento de dois quartos, em Windhoek Ocidente, que partilha com um primo, pelo qual paga 7 mil dólares namibianos ao mês. "Ele já está há dois meses sem receber qualquer dinheiro em casa", disse ao jornal namibiano o estudante, admitindo a pressão dos proprietários para receberem as rendas.

"Os meus amigos estão a regressar Angola e acho que seguirei eu em breve", lamentou. Dorado Park, Windhoek Oeste, Norte e Windhoek Hochland Park, são algumas zonas da capital namibiana afectadas pela debandada angolana, que também passa pela procura de apartamentos a preços mais acessíveis.

"A maioria dos meus clientes eram angolanos. Tem sido muito difícil ultimamente", confirmou o agente imobiliário Esther Nicodemos.

Angola vive, desde finais de 2014, uma profunda crise financeira e económica decorrente da quebra para metade das suas receitas, que reduziu igualmente a entrada e a disponibilidade de divisas.

Essas divisas são necessárias para o pagamento dos arrendamentos na Namíbia, sendo que os inquilinos angolanos, descritos pela imprensa local como "disponíveis para pagar qualquer valor que fosse exigido pelos senhorios" antes da crise, são acusados de terem feito subir fortemente o valor das rendas, pela procura e negociação.

Em Dezembro de 2015, Angola e Namíbia retomaram o Acordo de Conversão Monetária entre os bancos Nacional de Angola (BNA) e da Namíbia (BON), que havia sido suspenso temporariamente no mesmo ano, por causa da elevada massa monetária

No acordo inicial, cada cidadão residente cambial podia viajar para o país vizinho (e efectuar transacções) com entre Kz 150.000 e Kz 500.000, entre menores e maiores de idade, respectivamente, quantias que só podiam ser trocadas nas casas de câmbio ou instituições bancárias das duas localidades namibianas.

## 6.6 Toda "Tramoia" do GPL e de Rui Cruz

*Jornal A República*

*5 De Agosto de 2016*

*Texto: João Diala*

É devido à uma pseudo expropriação, ou o tal usucapião, ou ainda a chamada requalificação como argumentação efetuada pela ré Prominvest no processo n° 793/D que decorre na 2a Secção do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda que o jornal A REPÚBLICA se debruçou na investigação de todo o processo inquinado logo a partir do Governo Provincial de Luanda (GPL), na altura, isto é, em 2006, a Governadora Provincial de Luanda, Francisca do Espírito Santo, e Augusto Inglês, como Diretor do Gabinete Jurídico do GPL, onde começou a "marosca".

Tudo indica que foi o GPL quem atribuiu e/ou vendeu os terrenos do largo Lumeji a Imogestin, num acto deliberado de trapaça, porque, de facto, nunca existiu expropriação por utilidade pública, as pessoas foram enganadas e esbulhadas, pois não receberam a devida indemnização sob procedimento judicial que devia ter como referência o pagamento de uma justa compensação. Ou seja, o GPL atribuiu ou vendeu os terrenos do largo

Lumeji a Imogestin, esta, por sua vez, terá cedido ou vendido à Prominvest. Ou seja, Rui Cruz, na qualidade de PCA da Imogestin, terá comprado os terrenos ao GPL e, mais tarde, vendeu o mesmo a ele próprio, uma vez que ele é representante da Prominvest.

Portanto, estamos perante os factos que, de alguma forma, perturbam a percepção de qualquer Angolano. Se juntarmos o facto de que Rui Cruz é o PCA da Imogestin, SA, empresa que foi designada pelo Governo Angolano para, em sua representação, proceder a gestão da construção e das vendas ou outras formas de transmissão de habitações, espaços comerciais e outros activos imobiliários, a serem integrados no plano de desenvolvimento construtivo e comercial de alguns projetos habitacionais, de acordo com o Decreto Presidencial n° 329/14, de 29 de Dezembro. É também representante da Prominvest Promoção e Investimentos Imobiliários Limitada, onde, de facto, os interesses colidem, tornando óbvia a colocação das seguintes questões: Entre a Promoveste e a Imogestin, qual é a empresa que Rui Cruz prioriza na defesa dos seus interesses?

A quem quis o Governo Angolano beneficiar, ao tornar a Imogestim numa empresa monopolista do ponto de vista de mercado? Claramente que mais

uma vez vamos assistir, não tarda, ao descalabro da Imogestim, pois não se consegue conceber, do ponto de vista funcional, que uma empresa gere todas as Centralidades habitacionais de um País! Isto é inconcebível, seja do ponto de vista funcional como económico, não tem como, será rutura total, mais tarde ou mais cedo, aliás, podemos constatar as muitas reclamações dos moradores das Centralidades do Kilamba e do Sequel, reclamações estas que a Imogestim não consegue satisfazer. Voltando ao principal assunto, o do pseudo processo de expropriação, outras vezes alegando o usucapião e requalificação quer pelo GPL quer a Imogestim bem como a ré no processo, a Prominvest, nunca foi cumprida a devida indemnização, principalmente ao beneficiário Carlos Alberto da Silva Ramos, indivíduo herdeiro legítimo das habitações que sempre debateu-se para a devida compensação, sendo que esta habilitação de herdeiros (de 1992) foi feita à cautela, pois, no ano de 1969 já haviam obtido, junto da autoridade colonial da época, uma declaração de óbitos para efeitos orfanológicos.

É mais que notório a perversidade de Rui Cruz, em não querer resolver a situação em causa, deixando correr um processo que de antemão sabe que está perdido, mas que, de facto, tenta arrastá-lo causando enormes prejuízos e danos psicológicos para o malogrado Cidadão.

## 6.7 Seminário hoje sobre as cidades

*Jornal de Angola*  
10 De Agosto de 2016  
Texto: Edna Dala

Um seminário com a finalidade de abordar as experiências intencionais sobre cidade inteligente decorre hoje, em Luanda, no anfiteatro do Instituto Nacional de Estatística (INE), para as inalar o Dia Africano da Descentralização e do Desenvolvimento Local.

A actividade conta com a presença de representante de vários dos departamentos ministerial e de instituições académicas, incluindo prelectores internacionais que vão transmitir a experiência das cidades de Barcelona (Espanha) e Moscovo (Rússia), na perspectiva do Movimento Internacional das

dades Inteligente.

O seminário, uma organização conjunta do Instituto de Formação da Administração Local e do Ministério da Administração do Território, decorre sob o lema: "Género equidade e promoção da mulher como chave para atingir as metas preconizadas pela agenda 2063 da União Africana e os objectivos de desenvolvimento sustentável".

O Dia Africano da Descentralização e do Desenvolvimento Local foi instituído pela União Africana como uma ocasião de reflexão sobre as alterações positivas que ocorrem nos países africanos, resultado da implementação de processos de descentralização e de envolvimento local.

O Ministério da Administração do Território realizou em Janeiro último um seminário idêntico, que contou com a participação do especialista em desenvolvimento de planos de negócios regionais e internacionais, Djamel Embarek. No evento, foi apresentada a experiência de Barcelona na gestão integrada e inteligente de cidades. A experiência pode ser aproveitada por outras cidades, como Luanda.

## 6.8 Venda de apartamentos e residências nos Zangos 'O' e 'I' à espera da água e da luz

*Jornal Expansão*  
12 De Agosto de 2016  
Texto: Maurício Vieira Dias

"Neste momento não há vendas no Zango O e I, embora exista habitação construída. Não há condições de habitabilidade, porque as residências não têm abastecimento de água nem energia eléctrica", avançou ao Expansão o porta-voz da Imogestim, Mário Guerra.

O interlocutor afiançou, sem avançar data, que a empresa tem a expectativa que os dois problemas serão resolvidos ainda este semestre. "Talvez agora, com a entrada em funcionamento da turbina de Cambambe, o problema da energia eléctrica para as habitações do Zango fique resolvido. Quanto à água, sabemos também que é um trabalho que já está a ser executado pela EP AL".

O porta-voz garantiu que, tão logo se tenha energia e água, a Imogestim iniciará o processo de venda de apartamentos do Zango O, também conhecido por Vida Pacífica, e das residências do Zango I

Na Vida Pacífica, há quase 3 mil apartamentos já construídos, informa Mário Guerra. Já no Zango I existem mais de oito mil habitações.

Questionado sobre os preços, o porta-voz da Imogestin respondeu: "Neste momento ainda não lhe posso adiantar os preços. É um projecto do Estado. Os apartamentos são maiores, com mais divisórias.

O que lhe posso adiantar é que no Vida Pacífica os preços dos apartamentos serão mais elevados do que os praticados no Kilamba", garantiu.

Em média, os apartamentos habitados no Vida Pacífica custaram o equivalente a 90 mil USD, com prazos de pagamento até 20 anos.

"É preciso encontrar um equilíbrio entre os objectivos sociais que se pretendem atingir com o programa de habitação do Estado e alguma sustentabilidade económica, para permitir que o programa não termine".

A Imogestin é entidade gestora dos projectos do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, responsável pela comercialização e arrendamento dos activos imobiliários criados nas diversas províncias nos últimos tempos pelo governo.

## 6.9 Dezenas de casas para pensionistas foram concluídas

*Jornal de Angola*  
13 De Agosto de 2016

Um total de 50 das 310 residências do projecto habitacional da Caixa de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas (FAA), erguidas no município de Saurimo, província da Lunda Sul, estão concluídas e devem ser entregues no final do ano em curso.

A informação foi avançada, na cidade de Saurimo, pelo director provincial da Caixa de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas (FAA), Francisco Muandumba, quando falava à Angop, a propósito dos projectos de reintegração dos ex -militares em curso naquela região do país.

Francisco Muandumba informou que a primeira fase do projecto, que contempla 50 casas do condomínio, situado no bairro Muangueji, está concluída, acrescentando que nesta altura está a se fazer a recepção dos documentos dos candidatos.

Francisco Muandumba fez saber que o projecto que abrangerá não só os pensionistas, mas também pessoas

singulares interessadas, contempla mais 50 residências da mesma tipologia, na segunda fase.

A Angop apurou que o projecto orçado em 15 milhões de dólares, teve início em Janeiro de 2014 e inclui ainda a construção de equipamentos sociais, como escola e centro médico, além de áreas de lazer e espaços verdes.

De referir que na região estão em curso diversos projectos de impacto social, para melhorar o nível de vida da população, com destaque para obras nos sectores da Saúde e da Educação, como escolas e unidades sanitárias.

## 6.10 General Wala

*Jornal O Crime*  
13 De Agosto 2016

o general Simão Carlitos 'Wala', tido e havido como um "herói", pelo facto de, em 2002, aos 33 anos, ter supostamente posto fim à vida de Jonas Savimbi, originando, dessa forma, o alcance da tão almejada paz, é apontado como o responsável das forças militares que mataram Rufino António, 14 anos, a tiro na cabeça, quando protestava contra a demolição ilegal da residência dos seus pais.

O partido do general Wala', MPLA, prometeu um milhão de casas, mas demoleu três milhões, mostrando, claramente, que não está à altura de governar este nobre país. Apela-se, já agora, às autoridades para procederem a detenção desse general responsável pelo assassinato a tiro do adolescente Rufino Marciano António, morto por ter questionado a demolição da residência onde morava com os papás.

A atitude "bandidesca" do bando de 'Wala' põe, sem sombras de dúvidas, em questão a seriedade das Forças Armadas Angolanas e, conseqüentemente, a autoridade do seu comandante-em-chefe, José Eduardo dos Santos.

Num país sério, o general a esta altura estaria apeado do cargo, despromovido e a caminho de uma cela e, preferencialmente, na CCL, mas como estamos em Angola o mesmo corre sérios riscos de passar de fininho como se nada fez. Isto é Angola, onde filho de camponês é capim.

## 6.11 José Eduardo Dos Santos

*Jornal O Crime*

*13 De Agosto de 2016*

O presidente do MPLA e também da República, José Eduardo dos Santos, discursando à margem da abertura da III Conferência do partido dos "camaradas", em 2008, prometeu-nos que o seu partido construiria cerca de um milhão de casas em todas as províncias, das quais meio milhão seriam construídas nas áreas rurais.

Essa promessa estava bem delineada no programa de governo do 'm', para o quadriénio 2009-2012, apresentado ao eleitorado durante as eleições de 2008 que valeram a maioria qualificada, mas até então o partido de José Eduardo dos Santos não cumpriu a referida promessa.

O MPLA, definitivamente, não é sério! Ainda não cumpriu a promessa de um milhão de casas e, paradoxal e incompreensivelmente, militares afectos ao partido demoliram mais de 600 residências do projecto habitacional da FOBIS, no Zango III.

Rufino António, um rapaz de 14 anos, acabou morto quando reivindicava a demolição, sem qualquer aviso prévio, da casa dos seus pais, pois receava viver ao relento.

Sinceramente, senhor presidente, ao menos finja um pouco que tenha algum sentimento por este povo "burro", que teima em se deixar ser (des) governado, enganado, humilhado por si.

## 6.12 Fórum recomenda novo impulso ao programa

*Jornal de Angola*

*15 De Agosto de 2016*

O Governo Provincial do Cuanza Norte foi aconselhado a dar maior impulso ao programa de autoconstrução dirigida, com vista a colmatar as dificuldades habitacionais com que se debatem os jovens da região, apelou a primeira conferência provincial da juventude, que decorreu em Ndalatando.

O encontro, realizado sob orientação do presidente do Conselho Provincial da Juventude (CPJ) do Cuanza Norte, Anselmo Manhó José, debateu os problemas que afligem os jovens, principalmente nas questões ligadas à habitação.

No fórum, que contou com a presença do governador provincial José Maria dos Santos, os participantes recomendaram ainda que os concursos públicos de ingresso na função pública sejam realizados nos respectivos municípios, priorizado os jovens locais, como forma de reter localmente os quadros.

A abertura de bancos nos municípios' a falta de instalações próprias para o funcionamento dos

conselhos provinciais e municipais da juventude, reabilitação de estradas que ligam as sedes municipais e o fornecimento de energia eléctrica em Banga, Bolongongo, Quiculungo e Ngonguembo foram outras das preocupações apresentadas pelos jovens no encontro.

Os 150 jovens participantes no encontro recomendaram a revisão dos currículos do ensino técnico-profissional e das categorias dos funcionários do Estado manifestaram também preocupação face à discriminação de que têm sido alvos alguns jovens, por causa de questões políticas.

Os participantes encorajam o Governo a prosseguir os programas de construção de escolas, de bibliotecas e de laboratórios escolares, de modo a descongestionar as salas de aulas e melhorar a qualidade de ensino.

Ao longo da conferência, os participantes foram unânimes em afirmar o apoio incondicional às iniciativas das autoridades locais, que assentam na governação participativa e desenvolvimento da base da produção agrícola.

A conferência, realizada sob o lema "Estrada para 2030, Erradicar a Pobreza, Alcançar a Produção e Consumo Sustentável", contou com a participação de representantes de diversas associações juvenis dos dez municípios da província.

Ontem, as delegações presentes ao fórum participaram numa campanha de doação de sangue aos hospitais provincial e municipal do Cazengo.

Centro de Reabilitação Física O Centro de Reabilitação Física do Cuanza Norte necessita de uma ambulância, para o transporte de pacientes com dificuldades fitoterapêuticas, informou, em Ndalatando, o responsável da instituição.

Edmar de Jesus adiantou que o centro de Reabilitação Física carece também de oito especialistas em fisioterapia, de forma a melhorar a qualidade no atendimento dos pacientes que afluem a unidade. "Além da falta de uma ambulância para o transporte de pacientes e do reduzido número de técnicos, o



entro carece também de obras de ampliação e modernização, com vista a proporcionar melhor serviço aos utentes", disse Edmar de Jesus, que sublinhou que a unidade, a única na região, atende diariamente perto de 30 pacientes, entre crianças, jovens e adultos, em consultas e sessões de fisioterapia, vindos dos dez municípios do Cuanza Norte e das províncias de Luanda, Malanje, Uíge e Cuanza Sul, o que clarifica a qualidade da assistência ali prestada.

Com uma capacidade de atendimento de 33 pacientes por dia, o Centro de Reabilitação Física do Cuanza Norte, inaugurado em 2013, funciona com três técnicos, entre fisioterapeutas, enfermeiros e pessoal de apoio, auxiliados por alunos finalistas do curso de fisioterapia da Escola Técnica de Saúde "Arminda Faria".

Edmar de Jesus classificou a unidade sanitária que dirige como urna referência a nível da região, quando as questões tiverem a ver com tratamento e recuperação física de vítimas de acidentes vasculares cerebrais e de viação.

### 6.13 Auto-construção com vários lotes para distribuição

*Jornal de Angola*  
17 De Agosto de 2016

O bairro São José, arredores da cidade do Cuito, dispõe de 100 lotes destinados à auto-construção dirigida, essencialmente para jovens que ainda não tenham casa própria.

Em declarações quinta-feira à Angop, no Cuito, o governador Boavida Neto disse que o terreno foi reservado para jovens com possibilidades de construir suas próprias moradias, tendo salientado que as parcelas estão sob tutela do Conselho Provincial da Juventude.

Além dos lotes e das residências erguidas no bairro São José (Cuito), a juventude vai ter igualmente apartamentos nas centralidades do Cuito e Andulo. Casas sociais para a juventude estão também reservadas nos municípios de Nharêa, Camacupa, Cata bola, Cuemba, Chinguar, Chitembo e Cunhinga, no âmbito da construção de 200 fogos habitacionais por cada localidade.

Na província do Bié 136 jovens beneficiaram esta semana de residências sociais no bairro São José, no âmbito do programa Angola Jovem, tutelado pelo Governo.

A entrega simbólica da primeira chave coube ao governador Boavida Neto, na presença do secretário de Estado da Habitação, Joaquim Silvestre.

O secretário do Conselho Provincial da Juventude no Bié, Afonso Belo, disse que a acção demonstra o desejo do Governo em ajudar os jovens a realizarem o sonho de conseguir casa própria. O presente gesto, assegurou, servirá de incentivo para a afirmação e participação da juventude na vida da região.

### 6.14 Kilamba "Village" nasce a Sul da cidade de Luanda

*Jornal Economia e Finanças*  
19 De Agosto de 2016  
texto: Adérito Velo

A esar do actual contexto económico e financeiro ser difícil, os promotores imobiliários têm estado a encontrar fórmulas para continuarem a desenvolver os seus projectos habitacionais no mercado nacional.

É o caso da empresa Gavilo Empreendimentos Su, Lda, que começou a desenvolver o projecto Kilamba "Village" (vilas), no município de Belas, em Luanda, num espaço de 69 hectares, dos quais 64 serão para a construção de cinco condomínios de alto e médio padrão, num investimento de 180 milhões de dólares norte-americanos, a serem financiados por capitais próprios e um consórcio bancário nacional. A ser erguido num período de sete anos, o projecto urbanístico e habitacional, que dista a escassos quilómetros da centralidade do Kilamba, contará com 850 habitações com diversas tipologias (T3, T3+1, T4 e T4+1). Além da Gavilo Empreendimentos, como dona da obra, a iniciativa será erguida pela construtora Gotobe, tendo como fiscal de obra a empresa Eng & Arq- consultoria e a firma Gestim (gestão imobiliária) para a comercialização das casas.

O projecto habitacional prevê espaços para a construção de instituições bancárias, escritórios, bombas de combustíveis, escolas, clínica, supermercados, lojas, campos polidesportivos, restaurantes e outros serviços.

Projecto urbanístico Em declarações ao JE, o director técnico do projecto, Gauthier Silveira, disse que, actualmente, já estão em fase conclusiva algumas casas modelos. A fonte revelou que numa primeira fase serão construídas 149 casas (de todas tipologias previstas para o projecto), num espaço de 7,8 hectares.

O aglomerado compreenderá vários condomínios, designadamente Kilamba Premium, a ser construído

numa área de seis hectares, o Prestige (7,8), Oasis do Kilamba (9.4), Cantares do Kilamba (11,6) e Brises do Kilamba (11,34).

O gestor assegurou que 800 residências serão de médio padrão e 50 destinadas para o alto.

Segundo avançou, os preços vão de 266 mil dólares a 899 mil, as mais caras, e estão a medida daqueles que se comprometerem.

Arquitecto Gauthier Silveira "O projecto não é virado para casas sociais, mas sim, com um foco muito definido que é o de médio e alto padrão", disse, depois de revelar que a aposta na região prende-se com localização estratégica do perímetro, por estar próximo à centralidade do Kilamba.

Para o gestor, nesta fase económica e financeira que se está a atravessar, a empresa pretende "mergulhar" em desafios que contribuam para que se encontre soluções para o sector imobiliário.

"Nós os operadores do sector imobiliário temos de alguma forma, ajudar o Governo angolano, a encontrar soluções. É exactamente este o nosso desafio, de encontrar fórmulas para atender os vários segmentos que procuram soluções no mero cado", destacou.

Mão-de-obra Um dos grandes desafios dos promotores do projecto urbanístico prende-se com a criação de postos de trabalho, medida que poderá ajudar várias famílias angolanas.

Na visão do também arquitecto, de 38 anos, formado pela universidade Agostinho Neto, há 11 anos, a aposta recai para força de trabalho nacional, maioritariamente jovens, nos mais variados segmentos da cadeia de construção do Kilamba Village.

O responsável revelou que para o bom andamento das obras, grande parte dos técnicos, com realce para os engenheiros civis, topógrafos e arquitectos são angolanos.

"A empresa que está na orientação construtiva da empreitada é de gestão portuguesa e de mão-de-obra chinesa, mas é também nossa filosofia que integre também nacionais, porque amanhã quem irá fazer o suporte da manutenção do projecto terão de ser os nacionais", salientou depois de precisar que "dar empregos a vários jovens é a nossa grande aposta".

## 6.15 Sequele terá casas sociais

*Jornal Economia e Finanças*  
19 De Agosto de 2016

Um total de 500 casas sociais, entre T3 e T2, serão construídas até Dezembro deste ano, numa área adjacente aos limites da centralidade do Sequele, em Luanda, num projecto do Ministério da Construção. O projecto orçado em mais de 137,3 milhões de dólares iniciou este mês, com a criação de áreas de apoio à construção e deverá ficar concluído em Fevereiro de 2018.

Até à sua fase final, em 2018, serão construídas 3 mil casas sociais, numa área de 160 hectares, para beneficiar famílias que serão retiradas da zona da Boavista, no âmbito da requalificação do município do Sambizanga.

Construção

O programa prevê a construção de 2 mil casas T3 e mil T2, rede de abastecimento de água potável e luz eléctrica, assim como sistema de drenagem de água, além da rede viária.

Estes dados foram apresentados, na semana passada, ao secretário de Estado da Construção, António Flor, durante uma visita ao local, no município de Caculo, acompanhado pelo vice-governador de Luanda para os Serviços Técnicos, Joaquim Maliche.

António Flor disse estar satisfeito com o estágio actual do projecto que envolveu o desmatamento do terreno, desminagem e construção de estaleiros.

O responsável adiantou que o centro habitacional terá uma escola com 12 salas aulas para o ensino de base e um posto médico, assim como outras infra-estruturas sociais fundamentais.

## 6.16 Técnicos projectam casas com custo máximo de 32 mil USD

*Jornal Expansão*  
19 De Agosto de 2016  
Texto: Maurício Vieira Dias

O preço por metro quadrado dos projectos vencedores da primeira edição do prémio Imogestim "Kubikuz 2015", nas categorias de "habitação social urbana" e "habitação social rural", é o equivalente a 400 e 300 USD, respectivamente, sendo que o valor máximo das casas não ultrapassa os 32 mil USD e 24 mil USD.

No caso concreto da habitação social urbana, o projecto foi concebido para ser implementado em musseques, sobretudo em zonas como Cazenga e Golf que, no entanto, são regiões de grande densidade populacional.

O arquitecto Ilídio Daio, vencedor da categoria, explicou ao Expansão que a maquete do projecto habitacional social urbano é composta por um conjunto de edifícios de baixo custo, sendo que esta racionalização de custos só será possível apostando na produção internado material de construção,

Para o efeito, segundo o arquitecto, o material para construção das moradias será obtido através das casas já existentes que serão demolidas para dar lugar a novas residências modernas com vantagens económicas, sociais e ambientais.

"Com a montagem de uma fábrica de reciclagem de entulho tudo será aproveitado. Por exemplo, uma parte do entulho será reciclado e daí sairão painéis pré-fabricados de betão armado, blocos de cimento e outros produtos.

Ou seja, a partir do entulho resolver-se-á a problemática do material de construção local e também se conseguirá algum emprego local", especificou Ilídio Daio. -

Quanto às habitações sociais rurais, o engenheiro vencedor, Angelino Quissonde declarou que a sua maquete teve em conta a forma como vivem as diversas populações rurais espalhadas por Angola, sendo que o foco essencial foi a adopção de engenharia que permita que estas vivam de forma mais confortável.

O projecto foi elaborado pensando-se numa construção faseada e evolutiva, em função da pouca disponibilidade financeira de cada morador.

"Vamos levar o conceito de latrina seca que possui vantagens, porque separará as fezes da urina. A residência possuirá um sistema simples de recolha e armazenamento das águas das chuvas e, quando necessário, o utente irá usá-lo através de uma bomba manual".

"Projectos são sustentáveis" Ilídio Daio classificou os dois projectos como sendo sustentáveis tanto do ponto de vista económico como social ou ambiental, pois, permitem que as famílias que venham a beneficiar dos apartamentos e das casas rurais façam o pagamento com mão-de-obra, desde que comprovem que não conseguem fazê-lo através da renda resolúvel.

O público-alvo do projecto são as populações mais desfavorecidas, por isso, de acordo com Ilídio Dário, foram tidos em conta os custos e a dimensão dos apartamentos. "São espaços mínimos para também economizar. Quanto mais pequeno mais acessível se torna financiamento", revela.

Os apartamentos T3, por exemplo, terão a dimensão máxima de 80 metros quadrados, os T2 possuirão um espaço limite de 51 metros quadrados, ao passo que as casas T1 terão a dimensão de 38 metros quadrados. "Os promotores imobiliários e empresas de construção civil devem apostar nos nossos projectos, porque este nicho de mercado é favorável e garante retorno do capital aplicado", declarou o arquitecto.

Angelino Quissonde, por sua vez, explicou que as casas rurais previstas no projecto vencedor permitem que se pratique agricultura familiar de forma mais organizada, lembrando que a maquete permite a sua implementação em diversas zonas rurais com o custo por metro quadrado de 300 USD. .

"Os nossos projectos apresentam as soluções que o sector privado precisa olhar com olhos de ver, porque este é um negócio que permite que haja uma oferta de habitação social para a classe social mais desfavorecida", garantiu Angelino Quissonde.

O arquitecto Ilídio Daio, vencedor na categoria da habitação social urbana, e o engenheiro Angelino Quissonde, que triunfou no segmento de casas rurais, receberam, cada um, mais de 2 milhões e 500 mil kwanzas.

O prémio "Kubikuz 2015" é uma iniciativa da Imogestim com o objectivo de incentivar os arquitectos, engenheiros e empresas de construção civil a contribuírem para a concepção de casas urbanas e rurais sustentáveis.

## 6.17 Chinesa Sinohydro recebe novas obras em Angola

*Jornal O PAÍS*

*24 De Agosto de 2016*

O grupo chinês Sinohydro foi contratado pelo governo de Angola para proceder à reparação de três troços de estrada nas províncias do Cuanza Sul, Cuanza Norte e Malanje por USD 127,7 milhões, de acordo com despachos presidenciais.

O mesmo despacho adjudicou mais cinco obras públicas a empresas chinesas por USD 163,5 milhões,

sendo todas elas financiadas pela linha de crédito aberta pela China a favor de Angola.

Duas das adjudicações foram feitas à China National Machinery Industry Corporation Group [Sinomach] para empreitadas de construção de redes de abastecimento de água nas províncias do Huambo e do Bié, com um custo de USD 35,8 milhões.

Desde Maio foram adjudicadas pelo Governo a empresas da China 74 empreitadas públicas, num montante que excede USD 3.955 milhões.

A linha de crédito da China vai financiar 155 projectos em Angola com USD 5,2 mil milhões, a executar por empresas chinesas, que terão de subcontratar empresas angolanas.

O plano operacional da linha de crédito da China, elaborado pelo Governo de Angola com as obras a realizar pelas empresas chinesas ao abrigo do financiamento concedido, inclui uma lista com 37 empresas chinesas "recomendadas para o mercado angolano." Um estudo revela que Angola beneficiou de USD 21,2 mil milhões da China nos últimos anos. Entre os países africanos de língua oficial portuguesa, Moçambique está na posição imediata com USD 1,86 mil milhões recebidos.

Angola recebeu um quarto dos empréstimos concedidos pela China a países africanos nos últimos 15 anos.

Um estudo feito por académicos norte-americanos indica que 84% do crédito concedido à indústria extractiva ficou com a Sonangol. As conclusões do estudo do China Africa Research Initiative (CARI), da universidade norte americana Johns Hopkins, foram apresentadas em Junho, ao fim de 9 anos de trabalho, pelos investigadores Jyhjong Hwang, Deborah Brautigam e Janet Eom.

## 6.18 Censo mostra habitações

*Jornal Economia e Finanças*  
26 De Agosto de 2016

Cinco milhões 544 mil e 834 é o número de unidades habitacionais registadas no país, segundo dados definitivos do Censo Geral da População e Habitação realizado em 2014, pelo Instituto Nacional de Estatística (INH)

Segundo o relatório final do estudo, cerca de 69,7 por cento das habitações estão ocupadas pelos proprietários e 19,2 são arrendadas.

O estudo realça que a proporção de agregados familiares, segundo o regime de ocupação da habitação é de 69,7 por cento construída pelo próprio, 18,5 arrendada ao privado, 4,3 cedida por privado, 3,5 totalmente paga, 2,2 em processo de compra, 7 arrendada ao Estado e dois não declarado.

### Características

Cada habitação possui, de acordo com o documento, em média três divisões, sendo o número médio de quartos para dormir, por habitação, de 1,6 e o de pessoas para o mesmo cómodo de 2,9.

Dados definitivos do Censo Geral indicam que a população angolana é estimada em 25 milhões 789 e 24 habitantes, dos quais 13 milhões e 289 são mulheres, o que representa 52 por cento, e 12 milhões e 499 são homens, equivalente a 48 por cento.

O Recenseamento Geral da população e habitação realizou-se de 16 a 31 de Maio de 2014, denominado "Censo 2014", à luz da lei 3/11 de 14 de Janeiro, da Lei do Sistema Estatístico Nacional, a nível do território nacional.

## 6.19 Empresas chinesas garantem mais cinco obras de 163,5 milhões USD

*Jornal Expansão*  
26 De Agosto de 2016  
Texto: Expansão/Lusa

O Governo adjudicou a empresas chinesas, por despachos do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, mais cinco obras públicas, no valor de 163,5 milhões USD, investimento financiado pela Linha de Crédito da China (LCC).

Desde Maio e até ao momento, foram adjudicadas pelo Governo angolano a empresas chinesas, pelo menos 74 empreitadas públicas, no âmbito da LCC, e que ascendem já a mais de 3.955 milhões USD.

Estas novas obras referem-se à contratação da China National Machinery Industry Corporation Group (Sinomach) para duas empreitadas de construção de sistemas de abastecimento de água nas províncias do Huambo e do Bié, ao todo por 35,8 milhões USD.

Outras três empreitadas, para reabilitação de estradas no Cuanza Sul, Cuanza Norte e Malanje foram contratadas à Sinohydro Group, por 127,7 milhões USD.

A informação consta de despachos presidenciais desta semana, aos quais a Lusa teve acesso, aprovando as respectivas propostas de adjudicação das empreitadas a empresas chinesas e prevendo a subcontratação de algumas empresas angolanas:

Os concursos, pode ler-se nos documentos, foram limitados "por prévia qualificação" das empresas, no âmbito desta linha de financiamento.

Já a 21 de Janeiro, a Lusa tinha noticiado que a LCC vai financiar 155 projectos em Angola com 5,2 mil milhões USD, a executar por empresas chinesas, estimando o Governo a criação de quase 365.000 empregos.

No plano operacional da LCC, elaborado pelo Governo angolano com as obras a realizar pelas empresas chinesas ao abrigo deste financiamento, o sector da energia e águas lidera, em termos dos montantes a investir, entre nove sectores, com 2.174.238.412 USD alocados para 34 projectos.

O sector da construção, incluindo a reabilitação de estradas, contará com 33 projectos, mobilizando 1.644.282.124 USD.

A educação concentra o maior número de projectos, num total de 55, sobretudo a construção de escolas, num investimento global de 373.348.412 USD.

O documento é acompanhado por uma lista com 37 empresas chinesas "recomendadas para o mercado angolano", ao abrigo da LCC.

Os pagamentos directos aos empreiteiros e aos fornecedores chineses são a forma do acordo-quadro que rege as relações financeiras entre Angola e a China.

Mesmo os trabalhos locais, ou as subcontratações que são feitas pelos empreiteiros chineses, têm de ser pagos a partir de fundos disponibilizados pelo EximBank como utilização de financiamento ao abrigo dos contratos em execução.

A dívida angolana

As relações financeiras entre Angola e a China são reguladas por um acordo-quadro rubricado em 28 de Novembro de 2003 pelos ministérios das Finanças de Angola e do Comércio Externo e da Cooperação Internacional da China. O crédito contraído por Angola nunca foi revelado oficialmente.

Dados divulgados o ano passado apontavam que o montante de empréstimos e linhas de crédito da China rondava os 15 mil milhões USD.

Sabe-se também que o MinFin assinou com o Eximbank da China três acordos de crédito. O primeiro, de 2 mil milhões USD, no dia 2 de Março de 2004; o segundo, de 500 milhões USD, a 19 de Julho de 2007; o terceiro, de 2 mil milhões USD, a 28 de Setembro de 2007.

Um quarto empréstimo, assinado em Março/Abril de 2005, no valor de 2,9 mil milhões USD, foi angariado pelo China International Fund (CIF).

Segundo o MinFin, o CIF é uma entidade privada constituída em 2005 em Hong-Kong, com o propósito específico de criar facilidades ou linhas de crédito para financiar projectos no âmbito do Gabinete de reconstrução Nacional (GRN),

## 6.20 Trabalhadores ameaçam vandalizar centralidade"

*Jornal O Novo Jornal  
26 De Agosto de 2016  
Texto: António Paulo*

Um mês depois da reportagem do Novo Jornal, o subempreiteiro e dono da empresa Anjomeco, António Cosme, reafirmou esta semana que as obras na centralidade do Cazenga continuam paradas e que a empresa Força-TEC teima em não pagar àquela construtora uma dívida estimada em quatro milhões e 150 mil kwanzas, referentes ao pagamento de 10 meses de ordenados.

A Força-TEC, empresa contratada pela dona da empreitada, a Kora-Angola, já recebeu todos os pagamentos por parte da empresa que coordena os trabalhos naquela urbanização, facto confirmado ao Novo Jornal por um responsável da Kora-Angola.

"Tenho, no total, quatro milhões e 150 mil kwanzas por receber. É pouco dinheiro, mas é meu e é com este valor que vou pagar ao pessoal que trabalhou comigo no projecto. Aparecem na televisão a dizer que as obras estão feitas, quando na realidade não foram eles que as fizeram. Paguem apenas o meu dinheiro e deixo de ter problemas com os meus colaboradores", atirou.

A falta de pagamento está a provocar a fúria entre os trabalhadores da Anjomeco. De acordo com o proprietário da empresa, os seus colaboradores tencionam praticar actos de vandalismo com vista a "destruir" as residências que foram por eles erguidas. "A minha empresa já fez 32 casas neste projecto. Nestes 12 meses em que aqui estou, recebemos apenas duas vezes. O meu pessoal está insatisfeito porque a Força- Tec não dá nenhuma explicação sobre a falta

de pagamento. Tive de tirar dinheiro do meu bolso para aguentar o pessoal até ao momento", desabafou o jovem empreiteiro.

Para António Cosme, a postura da contratante é anormal, uma vez que a Kora-Angola, a dona da obra, já pagou à Força-TEC por todos os serviços executados e os que estão em vias de execução.

O administrador da Força-TEC, segundo disse o interlocutor, há muito que deixou de frequentar a centralidade e nem atende as chamadas telefónicas. "Devido a esta situação, chegámos mesmo a barrar um dia inteiro a permanência da Kora-Angola no interior da centralidade para ver se pressionava a Força-TEC a aparecer no local, mas nem com isso tive-mos sucesso", explicou António Cosme.

«A Kora Angola não tem dívidas para connosco, mas sim a Força- Tec»

"A Kora Angola não tem dívidas para connosco, mas sim a Força- TEC, que foi contratada pela Kora Angola, empresa israelita que primeiro investe o seu capital para depois tirar dividendos. Ela vende obras ao Estado. A Força-TEC gastou todo o dinheiro que recebeu em dólares e agora não sabe como nos pagar. São, pelo menos, 72 casas que eu, mais o subempreiteiro Filipe, construímos. A Força- TEC apenas fez 16 casas, o resto foi feito pelos chineses. Dizem que as obras estão adiantadas, mas não foi a Força-TEC quem as construiu", acusou.

António Cosme, que contou ter recebido várias ameaças via telefone por parte do administrador da Força-TEC, diz temer pela sua vida, pelo facto de os seus trabalhadores também o ameaçarem por falta de salários.

“ O senhor Ilídio não atende as minhas chamadas e quando as retorna é para fazer ameaças. Isto é muito desagradável.

Tenho dinheiro investido e, por má gestão do administrador da Força-TEC, não consigo reavê-lo. Os rapazes com quem r estão sempre a chatear-me a cabeça, cobrando-me o dinheiro deles.

Há um ano, falou-se de um subempreiteiro e da sua família que foram mortos à martelada por causa de uma dívida. Se calhar, ele também estava à espera que lhe pagassem e os rapazes não quiseram entender. Agora, também estou nesta situação e posso ser vítima", denunciou, receando as consequências da dívida.

António Cosme diz estar perplexo com facto de, até ao momento, nenhuma autoridade se dignar a ajudar na resolução do conflito que opõe as duas empresas, uma vez que julga que as suas reclamações são ouvidas através da imprensa. Na empresa Força- TEC ninguém se dignou dar explicações ao Novo Jornal.

## 6.21 Trabalho & Política

*Jornal Expansão*  
26 De Agosto de 2016

É comum, em alguns países, misturar trabalho com política. Alguns governos empenham-se em realizar obras e esquecem-se da sua manutenção, "deixam para lá". Política é assim mesmo. Mas o cidadão que vota espera sempre mais. Aliás, o compromisso dos governos é verem os seus povos satisfeitos com o trabalho que desenvolvem.

Porém, o estranho é perceber que durante longos períodos todos falam dos problemas e ninguém se preocupa.

Os trabalhos que, nos últimos dias, têm vindo a ser realizados na Via Expressa parecem responder à inquietação dos luandenses.

Desde a sua construção esta importantíssima via da província de Luanda carecia de manutenção e reabilitação em todo o seu percurso. Foram várias as vezes que se levantaram. Volvidos tantos anos, os trabalhos tiveram início. Homens e máquinas têm estado efectuar a limpeza das valas, da área interior entre os dois sentidos do trânsito, das bermas, e a recolocar as barras de protecção.

Este trabalho merece elogios. Porém, coincidência ou não, nos últimos anos, estamos habituados a ver obras em ruas, passeios, lancis e jardins, principalmente no casco urbano, em períodos pré-eleitorais.

Por isso, há quem enquadre todo este trabalho nesse contexto eleitoralista. É assim, acredita-se por aí que a beleza de algumas zonas da Cidade não augura períodos áureos a seguir. Por este motivo, não se criam grandes expectativas.

Porque, passada a euforia eleitoral, tem de se esperar por uma nova eleição para se voltar à beleza das nossas ruas e jardins. Essa dinâmica da administração levamos ao empobrecimento da credibilidade das instituições.

Criam-se expectativas e elas não se realizam. Daí a necessidade de se transcender a essa lógica, estabelecendo uma dinâmica oposta, na qual o

Executivo responda de forma distinta, encaminhada para credibilizar a sua acção descolada do eleitoralismo, da lógica determinada não pela política do que é necessário, mas pela vontade política de realizar o trabalho para o bem do cidadão.

Isso faz-se com a reversão das políticas derivadas de uma prévia planificação. Isso faz-se por meio da gestão que temo bem-estar social em primeira instância. Evitando a análise das fragilidades estruturais por aquilo que se faz olhando para objectivos políticos, em troca de indicadores económicos de bem-estar e satisfação dos anseios dos cidadãos.

Por aquilo que nos é dado a ver, percebe-se claramente que as políticas de manutenção responsáveis para que, de facto, a Via Expressa ou outras estradas e infra-estruturas perdurem, deixam muito a desejar. A manutenção da Via Expressa gerou uma grande ansiedade na de manda que, não tardaria, se expressaria em degradação ainda pior e em abandono.

Os indícios de estrangulamentos do trânsito registados na época chuvosa anterior, pão poderiam transitar para a chegada da nova época. O lixo nas valas, o capim e o estado lastimável da via provavelmente transformá-la-iam num grande obstáculo à fluidez do tráfego automóvel.

Daí que o trabalho em curso, mesmo não sendo perfeito, é já uma grande reversão ao estado calamitoso em que se encontrava. Esta é a grande contribuição que o Estado pode dar à tranquilidade de quem utiliza aquela estrada. É preciso manter esta rotina e quebrar a impunidade dos que não fazem o trabalho como deviam ou dos que destroem o património colectivo.

Num momento difícil em que aperto nas contas do Estado e do cidadão deixam o ambiente político à flor da pele, isto mostra, não só a preocupação com o alívio das tensões, como também por onde orientar as acções que as desanuviavam. Elas requerem uma grande mudança, Trabalho é trabalho. E preciso alterar a visão redutora do pensamento que não permite a ex-posição de visões alternativas para lá da política para que não caminhemos de mal a pior.

## 6.22 Vias urbanas em reabilitação

*Jornal de Angola*

*30 De Agosto de 2016*

*Texto: Victor Mayala*

A segunda fase do programa de reabilitação de vias urbanas das sedes dos seis municípios da província do

Zaire começou na semana passada com uma cerimónia oficial realizada no bairro 11 de Novembro, na cidade de Mbanza Congo.

O programa, financiado pela. Espanha, deve ser concluído em oito meses. Na sede provincial, as obras envolvem cerca de 70 jovens locais. Na primeira fase, foram reabilitados mais de três quilómetros desde a Central Eléctrica de Kianganga até à zona do Nfumu, no bairro 11 de Novembro.

Iniciado em 2014, o programa contempla a reabilitação e a pavimentação de dez quilómetros de vias urbanas, dos bairros 11 de Novembro, Álvaro Buta, Martins Kidito e Sagrada Esperança.

O governador do Zaire, que orientou a cerimónia, disse orgulhar-se dos resultados obtidos, com mudanças na imagem das sedes municipais, que têm recebido aplausos da população do Zaire.

Joanes André, que realçou a "valiosa contribuição" do Presidente da República na execução do programa, disse que este vai abranger, nos próximos anos, todas as ruas dos bairros periféricos de Mbanza Congo. Uma componente importante dos projectos é a construção de redes técnicas de energia eléctrica, que, como referiu o governador, é uma garantia para o desenvolvimento dos diferentes sectores económicos.

O governante disse que o desenvolvimento do Zaire é uma certeza com a conclusão dos vários projectos em curso, dentre os quais destacou o Angola LNG, com a sua fábrica de gás liquefeito, e o arranque, em 2017, do Ciclo Combinado do Soyo, que vão incentivar os investimentos privados na agricultura, indústria, pesca e turismo.

Assistiram também à cerimónia, realizada no bairro 11 de Novembro, o bispo da Diocese de Mbanza Congo, Dom Vicente Carlos Kiaziku, o presidente da Associação dos Cristãos de Angola, Zeferino Estêvão Juliana, entidades religiosas e tradicionais, políticos, membros do Governo e da sociedade civil.

### Intervenção nas ruas

O director provincial das Obras Públicas do Zaire, Eduardo Chilembo, disse que, nesta segunda fase, vão ser reabilitadas as ruas da Igreja Kimbanguista, a cabeceira da pista do aeroporto e a rotunda do Nsongo até às 15 casas, além da via do bairro Uíge em direcção à localidade do Nfumu.

As obras incluem a construção de redes de distribuição de água potável, iluminação pública e telecomunicações, além de colectores de águas pluviais

e escoamento das residuais, passeios e lancis, sinalização vertical e horizontal. As ruas devem ter 11 metros de largura, com duas faixas de rodagem.

#### Satisfação dos munícipes

O bispo da Diocese de Mbanza Congo, Dom Vicente Kiaziku, considerou o programa de reabilitação das vias urbanas um avanço no processo de desenvolvimento de Mbanza Congo. O prelado católico disse esperar que a empresa encarregada das obras aposte na qualidade, de modo a garantir a sua durabilidade.

Miguel Ângelo, 31 anos, demonstrou satisfação com a reabilitação das vias urbanas de Mbanza Congo. O munícipe construiu uma casa no bairro 4 de Fevereiro, conhecido por Nsongo, cujas ruas vão ser asfaltadas em breve. "Estou muito satisfeito com os trabalhos de asfaltamento que o Governo está a levar a cabo aqui em Mbanza Congo e noutros municípios da província. Vão conferir maior comodidade na circulação de veículos e peões, além de acabar com a poeira no tempo do Cacimbo e a lama na época chuvosa", disse. Para ele, a iluminação pública é uma das principais valências do programa.

O jovem encorajou as autoridades a darem seguimento às acções, apesar do contexto económico, por trazerem grandes benefícios para a vida dos moradores.

Graça Violeta, 40 anos, afirmou que a reabilitação das vias urbanas de Mbanza Congo, além de trazer melhorias do ponto de vista da circulação de automóveis e peões, vai conferir um novo aspecto urbanístico à cidade, proposta pelo Executivo para património da humanidade da Unesco. "Estes trabalhos que o Governo está a realizar vão também contribuir para melhorar o saneamento básico", notou Graça Violeta, para quem as obras são uma prova da preocupação do Executivo na resolução dos principais problemas que afectam os cidadãos.

#### Homenagem póstuma

O nome do primeiro bispo da Diocese de Mbanza Congo, Dom Afonso Nteka, passou a constar da toponímia da cidade de Mbanza Congo, uma decisão do Governo Provincial do Zaire tornada pública numa homenagem a esta figura da Igreja Católica, que faleceu num acidente aéreo a 10 de Agosto de 1991, na vila fronteiriça do Nóqui.

Durante a cerimónia, em que fiéis católicos, autoridades governamentais e membros da sociedade civil relembrou a vida e obra do malogrado, o

governador do Zaire anunciou que a rua que parte da Central Eléctrica de Kianganga até à zona do Mfumu passa a designar-se Dom Afonso Nteka. O Governo do Zaire outorgou, a título póstumo, um diploma de mérito ao malogrado, considerando-o "bispo da caridade".

"Dom Afonso Nteka foi um homem de grande inteligência e defensor da sua cultura", recordou Vicente Carlos Kiaziku, ao intervir no acto, realizado no anfiteatro do edifício II do governo local.

A homenagem foi antecedida de uma missa eucarística, celebrada pelo bispo da Diocese de Mbanza Congo, Dom Afonso Carlos Kiaziku, na Sé Catedral local.

Dom Afonso Nteka nasceu no dia 13 de Março de 1940, na localidade de Kazumbi, a 20 quilómetros da sede municipal da Damba, província do Uíge e foi ordenado padre capuchinho em 1971, depois da sua formação na Itália e na Bélgica.

Foi nomeado bispo da Diocese de Mbanza Congo, em 1984, tendo exercido antes as funções de padre superior das dioceses do Uíge e de Mbanza Congo.

Dom Afonso Nteka morreu a 10 de Agosto de 1991, vítima de um acidente de aviação, quando um helicóptero da Força Aérea Nacional, que transportava uma comitiva mista (Governo/Igreja), para a vila do Nóqui, para assinar um acordo com as autoridades do Congo Democrático sobre o repatriamento dos refugiados angolanos neste país vizinho, se despenhou.



## 7. TERRA

### 7.1 Abordada construção em zonas de risco

*Jornal Angola*

*01 De Agosto de 2016*

*Texto: Nicodemus Paulo*

As autoridades tradicionais do município do Uíge foram ontem esclarecidas sobre os perigos que representam a construção de casas em zonas de risco e o abate indiscriminado de árvores e sobre as medidas urgentes em caso de emergência, numa palestra organizada pelo Comando dos Serviços Provinciais de Protecção Civil e Bombeiros (CSPPCB), em parceria com a administração municipal.

O prelector, inspector-chefe dos «Bombeiros, Joaquim Lopes Máfua, recordou que o município do Uíge se situa numa zona de fortes ventos e de grande pluviosidade, o que coloca algumas comunidades suburbanas e rurais em perigo, sobretudo aquelas cujas habitações foram construídas nas proximidades dos rios ou sobre as valas de drenagem.

Joaquim Lopes Máfua avançou que, para se evitar danos decorrentes dos fenómenos naturais, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros está a realizar campanhas de sensibilização, através dos órgãos de comunicação social, no sentido de ajudar as populações a não correrem, desnecessariamente, riscos de vida. O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros tem como missão planear e coordenar assistência às populações sinistradas por acidentes graves, calamidades naturais, incêndios e outros acidentes. "A participação e a colaboração das autoridades tradicionais, dos cidadãos e de outros actores sociais poderão ajudar a salvar e evitar situações que perigam a vida humana e bens", disse.

Durante a palestra, os participantes abordaram vários temas como "A Lei de Base da Protecção Civil e Gestão de Riscos e Desastres", "A mitigação dos perigos junto das comunidades" e "O papel das autoridades tradicionais na prevenção de riscos", entre outros.

O chefe da secção de Planeamento e Operações CSPPCB, Garcia Jacinto, que dissertou sobre "A mitigação dos perigos junto das comunidades", referiu que alguns desastres que ocorrem no seio das populações resultam da falta de cuidados ou da ignorância aos apelos feitos pelas autoridades.

"A construção de residências próximo do leito dos rios ou por cima das valas de drenagem, nas encostas das montanhas, o abate indiscriminado de árvores que suavizam a erosão eólica e a pressão dos ventos colocam em perigo a integridade das aldeias", alertou.

Dada a aproximação da época chuvosa, o técnico aconselhou os presentes no sentido de intensificarem as acções de limpeza e

de fiscalização das valas de drenagem, para que sejam evitadas muitas doenças.

Os participantes foram ainda aconselhados a melhorar as técnicas de produção agrícola, cultivando produtos resistentes às fortes enxurradas e à estiagem, para garantir um bom stock de alimentos, a conservar a água de forma eficiente, a construir latrinas acima dos níveis prováveis de enchentes e a intensificar o processo de plantação de árvores para proteger as moradias das inundações e compensar o desmatamento.

### 7.2 "Deixamos as tendas por doenças e fome"

*Jornal O PAÍS*

*02 De Agosto de 2016*

Evaristo Mateus, 28 anos, está entre as cidadãs que foram albergadas em tendas, porém acabaram por não beneficiar das casas. A Jovem, sob cuja responsabilidade tem a filha de dois anos, refere que no momento do realojamento residia em casa de uma irmã, em Caxito, dando sequência aos estudos.

Em virtude da distância de mais de cinco quilómetros que separa a capital do Bengo e a localidade do Sassa, hospedou-se na casa da irmã, alguns meses depois, por incapacidade financeira face aos preços do táxi.

A situação agudizou-se quando ficou hospitalizada com a filha, no Hospital Provincial do Bengo, que padecia de sarampo, alegadamente influenciada pelas condições locais de reassentamento. O surgimento de répteis como cobras, foi outro motivo da fuga de vários cidadãos do Sassa, segundo relatam os próprios.

"Não dava para permanecer lá tempo todo porque eu sou o pai e a mãe ao mesmo tempo e tinha de procurar formas não só de sustentá-la como também de cuidar da nossa saúde. Apesar de termos deixado as tendas por doenças e fome, regressávamos aos fins-de-semana, mas fomos excluídos da lista", justificou.

Dizem eles que os membros da Comissão de Realojamento excluíram todos os que não estavam presentes no dia da distribuição das casas, independentemente de terem permanecido fora do bairro por razões de trabalho ou familiares, aproveitando assim para nelas introduzirem pessoas da sua conveniência.

### 7.3 Sinistrados de Caxito voltam a construir no local das 'cheias

*Jornal O PAÍS*

*02 De Agosto de 2016*

*Texto: Milton Manaça*

Passados quase dois anos desde que as cheias destruíram dezenas de residências no bairro Kingombe, município do Dande, no Bengo, deixando várias famílias ao relento, os seus chefes, mesmo depois de socorridos, voltaram a construir no local, conscientes dos riscos inerentes.

O ancião Paulino Samone, 80 anos, um dos rostos dos mais visíveis entre os "regressados", conta que embora tenha passado um ano com a mulher nas tendas do Sassa povoação, situado a mais de cinco Quilómetros de Kingombe, não foi contemplado com uma das residências que o Governo construiu para os albergar definitivamente no bairro 2S de Abril, nas Mabubas.

"Os que estavam à frente do processo meteram os seus familiares e pessoas da sua conveniência nas nossas casas. Como vêem, o bairro está novamente cheio porque muita gente foi esquecida", desabafou o velho Paulino, receando que uma nova cheia volte a inundar o bairro.

Segundo ele, algum tempo depois de serem transferidos às tendas do Sassa, foram esquecidos pela Comissão de Realojamento que deixou de prestar assistência médica, alimentar e em água potável, Benesses de que desfrutaram nas primeiras semanas imediatas ao realojamento, enquanto decorriam as obras de construção das casas definitivas.

Paulino Samone disse ser esta a razão para que muitos moradores não permanecessem no bairro em tempo integral. "Na falta disso, tínhamos que sair à procura de formas de sobreviver. No meu caso, adoeci e tive de alugar-me em casa dos meus familiares, próximo à cidade e deixei a tenda sob responsabilidade da minha esposa", disse.

Para sua tristeza, segundo conta, a entrega das casas aconteceu exactamente num dia em que a mulher pernovernara na cidade em visita médica, facto que ditou

a exclusão do seu nome da lista dos beneficiários, pelo facto de a comissão ter encontrado a porta da tenda fechada.

"O estado deve fazer um inquérito"

A residir actualmente numa casa de adobe construída no mesmo espaço em que as cheias derrubaram a anterior, o velho Paulo solicitou a realização de um inquérito às autoridades locais para se apurar quem são as pessoas que beneficiaram dos imóveis do bairro 25 de Abril.

De acordo com o ancião, um eventual inquérito vai provar que algumas das pessoas que beneficiaram das residências do Estado não estavam na condição de sinistrados. Outra moradora que voltou a construir no Kingombe e reclama por uma residência é Jacinta Ângelo. Ela partilha da ideia de Paulino relativamente à necessidade de se realizar um inquérito. Aliás, Jacinta disse que os contemplados com as novas residências não passam de 80 pessoas, portanto os que saíram do bairro.

"Aqui somos muitos da lista que não recebemos casa. Temos medo que o bairro volte a inundar, mas é o único espaço que temos para ficar", enfatizou.

Casas arrendadas

Foi por intermédio de ambos que O PAÍS soube que entre os "regressados" à zona de risco, estão também pessoas que receberam algumas das residências erguidas no bairro 25 de Abril, nas Mabubas.

Na zona de risco, constatamos que alguns antigos sinistrados arrendaram as suas residências já acabadas, e outras estão em fase de conclusão.

Na tentativa de encontrar alguém nesta condição, batemos a porta de algumas residências apontadas como estando arrendadas, 0.5 seus ocupantes confirmaram que vivem nessa condição. Entretanto, recusaram dizer os nomes dos respectivos senhorios para evitar conflitos.

### 7.4 ZEE acusada de demolir mais de 600 residências no Zango 3

*Jornal O PAÍS*

*02 De Agosto de 2016*

*Texto: Domingos Bento*

Mais de 620 residências foram demolidas na madrugada de Sábado na zona do Zango-3, no município de Viana, em Luanda, por um grupo de

indivíduos alegadamente a mando da direcção da Zona Económica Especial.

Os imóveis, do tipo T-3, fazem parte de um conjunto habitacional pertencente à empresa Fobes e estavam destinados à venda ao público.

Daniel Carlos, director da Fobes, disse, em entrevista a OPAIS, não entender as motivações que estiveram na base das demolições do projecto, avaliado em mais de 1 bilião e 200 milhões de Kwanzas.

Segundo o responsável, a empresa adquiriu o terreno onde foi erguido o projecto por via de uma parceria com os camponeses que alegaram ser os donos do imóvel.

A parceria, conforme explicou, consistia na construção de 624 residências, das quais 40 por cento eram destinadas aos camponeses que receberam ainda uma indemnização pela destruição dos produtos agrícolas no valor de 2 mil kwanzas por cada plantação destruída.

De acordo com o Daniel Carlos, todo esse processo foi acompanhado e seguido pelas diferentes repartições do Governo Provincial de Luanda, por via do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana, Serviços de Fiscalização, Serviços de Investigação Criminal, Administração Municipal de Viana e da própria ZEE. Todas as instituições acima referenciadas, segundo Daniel Carlos, deram luz verde à continuidade do projecto, cujas obras iniciaram em Agosto do ano passado e a sua conclusão estava prevista para Dezembro deste ano.

Porém, no último Sábado, sem uma notificação prévia, um grupo de supostos agentes das Forças Armadas Angolanas e da Polícia Nacional invadiram o projecto pela calada da noite e demoliram-no por completo.

Segundo Daniel Carlos, o escritório da empresa, localizado no interior do demolido condomínio, também foi invadido e furtaram cerca de 30 milhões de Kwanzas que se encontravam guardados nos seus cofres.

"Inclusive já tínhamos cá moradores a viver. Muitos deles foram espancados. Os nossos guardas também foram presos, como se fossem criminosos. Foi uma cena de terror. Não entendemos até agora o porquê de tanta violência", frisou.

Daniel Carlos referiu ainda que a sua empresa não fez nada à revelia, tendo cumprido todos os procedimentos legais para o bom êxito do projecto que tinha como uma das suas finalidades ajudar os

camponeses mais carenciados por via de residências e espaços mais condignos 'para viverem.

"Se estivéssemos na ilegalidade, então que nos comunicassem. Não havia razão para tanta violência.

Cumprimos com todos os procedimentos e, inclusive, a própria ZEE acompanhou a implementação de todo o projecto. Nunca escondemos nada. Tudo foi claro", disse.

ZEE em silêncio

Contactada por O PAÍS, a direcção da Zona Economia Especial não se pronunciou sobre o assunto. Já uma outra fonte ligada à instituição disse, sob anonimato, que o projecto habitacional foi construído dentro do perímetro delimitado e que a empresa não tinha autorização para lá construir.

"Eles mentem quando dizem que houve um acompanhamento do projecto por parte da nossa empresa. O que houve' reúne-se a uma notificação, mas eles tinham que esperar por um veredicto final.

Acontece que essa orientação não foi cumprida e achou-se por bem avançar com as demolições. Mas é um assunto que ainda está em seguimento", atestou.

Camponeses desmarcam-se da ZEE

Por sua vez, os camponeses, que documentalmente asseguraram ser os proprietários do espaço, alegam nunca terem sido contactados pela direcção da Zona Económica Especial. É o caso de Paulino Barroso, 70 anos, que diz viver na zona desde 1961.

De acordo com o ancião, sempre dependeu daquele espaço para viver, até que, em 2015, decidiu dar a sua parcela à empresa FOBIS, em troca de uma casa condigna.

"Eles (a empresa) pagaram tudo que destruíram. No final do projecto dar-me-iam uma casa porque eu não tenho condições de vida. Vivíamos mal O Estado não olha para nós. Agora, não pode a ZEE chegar aqui e destruir. Antes de eles existirem nós já vivamos aqui havia muito anos. E temos documentos que comprovam que essa terra é nossa", afirmou.

Vicente Oficial, outro camponês, mostrou-se indignado com a situação, tendo assegurado que nada do que foi feito é ilegal. "Somos filhos desta terra há muitos anos e somos nós que decidimos entrega-la em troca de casa. Eles (a ZEE) não tinham nada que chegar aqui e demolir. Ninguém roubou ninguém".



## 7.5 Demolições anárquicas no Zango III

*Jornal O PAÍS*

*03 De Agosto de 2016*

Escrevo por desespero e sem saber que porta bater. Por mérito próprio, abstive-me de tantas coisas porque optei em juntar o meu humilde salário para comprar o meu terreno e levantar a minha própria casa no Zango III, coisa que consegui concretizar parcialmente este ano.

Em, sem qualquer aviso prévio, lá vieram no passado sábado 30/07/2016, militares armados com supostas ordens superiores. Derrubaram todas as casas que lá estavam. Mas, ninguém conseguiu explicar os motivos pelos quais as casas foram derrubadas.

Esta é uma zona onde só haviam obras dirigidas e nada de casa de chapa ou mal delineadas.

Como pode alguém chegar e derrubar mais de 700 casas em blocos. Será que não podemos ter algo nosso? O meu terreno foi comprado à empresa de construção FOBIS em fins de 2015, e na semana em que demoliram eu estava a terminar o cabouco. Será que tenho de calar, aceitar esta injustiça e perder todo o investimento feito? Aonde vou reivindicar os meus direitos.

No acto da compra do meu espaço, fui à administração do Zango averiguar se o espaço era reserva do Estado e também se não havia outra irregularidade.

Sinto tanto essa injustiça que as minhas palavras não conseguem exprimir a fúria que sinto por dentro.



## 7.6 Militares acusados de semear terror no Zango

*Novo Jornal*

*05 De Agosto de 2016*

*Texto: António Paulo*

Máquinas e militares armados, com supostas ordens superiores, irromperam pelas 3h00 da madrugada de sábado, no bairro Zango 3, e derrubaram todas as casas construídas pelo Fundo de Organização de Bens e Imóveis (FOBIS), Sociedade Limitada. O património estava orçado em um bilhão e 200 milhões de Kwanzas de acordo com o diretor de projetos da FOBIS, Daniel Carlos, entrevistado pelo Novo Jornal, e que, na manhã de quarta-feira, esteve no local para testemunharem um cenário desolador.

Casas deitadas abaixo, escombros, bairro isolado e desabitado, militares por todo lado. Este foi o quadro que a reportagem do Novo Jornal constatou no terreno, que fica a escassos metros de um condomínio erguido pelo Cofre de Providência da polícia Nacional.

O cenário de destinação e de homens armados fazia lembrar uma zona de "guerra". Ninguém tinha permissão para avançar sem autorização dos militares. A equipa do Novo Jornal identificou-se e chegou à

Conversa com o engenheiro Saraiva e o coronel Ndongwa, que se apresentou como comandante do Posto de Comando Unificado do Zango. Os dois responsáveis, que são acusados pelos populares de terem dirigido as ações de demolição e as operações militares, não aceitaram prestar esclarecimentos sobre as demolições, nem permitiram a obtenção de imagens. Limitaram-se a pedir os números de telemóvel aos repórteres para um contacto posterior, o que não aconteceu até ao fecho desta edição.

Enquanto ali estivemos, um pequeno grupo de populares lesados também se aproximou do quartel improvisado, para tirar satisfações, mas sem sucesso. Minutos depois, surgiu o diretor de projetos da

FOBIS, Daniel Carlos, que foi escorraçado e ameaçado pelo comandante das tropas. "Sai já daqui, foste falar o meu nome naquela rádio da UNITA", disse, com arrogância, o militar, referindo-se a notícias Sobre o assunto avançadas pela Rádio Despertar, órgão de comunicação social ligado ao maior partido da oposição.

Em conversa com o Novo Jornal, o diretor de projectos da FOBIS disse não entender as razões que levaram à destruição das moradias do empreendimento, de tipologia TI, "legalmente" construídas Desde o final de 2015. Daniel Carlos explicou que a empresa adquiriu o terreno, onde foi erguido o projeto, por meio de uma parceria com camponeses e antigos proprietários de lavras no local.

Explicou que a parceria visava a construção de 624 residências, das quais 40 por cento eram destinadas aos camponeses que beneficiaram ainda de uma indemnização pela destruição dos produtos agrícolas, no valor de dois mil kwanzas por cada plantaçaõ destruída.

Daniel Carlos assegurou que a FOBIS é uma empresa legalmente constituída e esclareceu que, durante todo o processo, a imobiliária cumpriu os processos de aquisição dos terrenos.

"Todo esse processo foi acompanhado e seguido pelas diferentes repartições do Governo provincial de Luanda, através do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana, Fiscalização, Investigação Criminal, Administração de Viana e pela própria ZEE, que mandou destruir as casas", pormenorizou a fonte.

Sem notificação, nem ordem do Tribunal Recuando no tempo, o responsável da FOBIS disse ter sido avisado pela ZEE em Dezembro passado, que a imobiliária estava a invadir a reserva fundiária do Estado, mas aclarou que o assunto ficou esclarecido depois de um encontro entre as duas instituições. "Nesse encontro, identificámo-nos, apresentámos o nosso alvará, o Diário da República e a licença de Construção. Explicámos que, em momento algum, comprámos terrenos e que a mesma era pertença dos camponeses, que, na ocasião, certificaram o assunto. A ZEE simplesmente olhou para o documento e calouse, porque, no nosso ponto de vista, reconheceu a nossa posição", rebateu.

Para espanto do interlocutor, na madrugada de sábado, homens e má-quinhas, protegidos por militares do Posto de Comando Unificado da zona, deitaram o projeto abaixo sem notificação por parte da ZEE, nem por ordem expressa do Tribunal. "Entendemos nós, como empresa, que por mais que houvesse um erro

administrativo da FOBIS, a ZEE poderia muito bem chamar-nos e corrigir possíveis infrações. Não houve possibilidade de

Negociarmos e, infelizmente, sem mandado do Tribunal, arrombaram as nossas portas e fizeram o que bem entenderam", reclamou.

Daniel Carlos acusou ainda os "demolidores" de terem furtado 30 milhões de Kwanzas que se encontravam guardados nos escritórios da FOBIS, localizado no interior do condomínio demolido.

"Foram destruídos bens comprados por funcionários públicos, muitos compraram as casas a crédito e viram tudo destruído. Muitas pessoas que já aqui viviam foram espancadas e os nossos guardas detidos", explicou a fonte, avançando que o processo já se encontra nas mãos do advogado, David Mendes, para discussão do assunto em Tribunal.

## 7.7 Concentração no GPL

*Novo Jornal*

*05 De Agosto de 2016*

*Texto: António Paulo*

Dezenas de populares, muitos deles vítimas das demolições do último final de semana no Zango 3, concentraram-se quarta-feira, 3, na zona do Governo da Província de Luanda (GPL) para exigir esclarecimentos e solução das moradias destruídas. Ali, nenhum responsável do palácio da Mutamba se dignou atendê-los. O silêncio foi total, constatou o Novo Jornal no local.

Os sinistrados solicitavam a intervenção do governador Higinio Carneiro no sentido de mandar parar as demolições que deixaram desabrigadas centenas de famílias. Cardoso Filipe, um dos moradores que com a residência destruída, disse que a administração de Viana e o GPL estão inocentes na operação porque quem está a comandar a operação são oficiais militares.

Juliana Domingos, outra residente do Zango 3, contou que se viu obrigada a dormir na rua depois da demolição da sua moradia. A entrevistada explicou que quando os militares chegaram fizeram vários tiros e ameaçaram de morte os moradores que se recusavam a abandonar as casas. "Eles demoliram as casas com as mobílias, nem eu nem os meus filhos trocámos de roupa porque tudo ficou debaixo das pedras.

Não sei quando vai terminar este sofrimento", lamentou a cidadã que vivia há quatro anos no local.

Os moradores disseram não ter recebido nenhuma notificação por parte da administração ou de qualquer instituição para abandonar as residências. "Os militares obrigaram as pessoas a abandonar as casas durante a madrugada e disseram que a residência seria demolida sobre quem voltasse para tirar as coisas", denunciou Manuel António.

Os queixosos alegaram que, após o pagamento, tiveram uma aprovação da administração de Viana para a construção das residências. "Nós estamos legais naquelas casas, se os militares

acham que o terreno é deles, ou de um deles, então que procurem entender-se com a administração. Não é correcto, depois de construirmos as nossas casas com tanto esforço, aparecerem assim do nada e destruírem tudo. Isso não é justo", reclamaram os populares aflitos.

#### Situação recorrente

Refira-se que no passado mês de Abril e Maio, o Novo Jornal retratou um episódio de demolições de residências ocorrido no bairro do Progresso, também na localidade do Zango 3, que vitimou mortalmente um menor de cinco anos. Os actos foram igualmente atribuídos aos responsáveis da Zona Económica Especial.

O corpo do menor, falecido a 21 de Abril durante as demolições, foi enterrado 15 dias depois de os restos mortais terem ficado abandonados na morgue do hospital Maria Pia, na sequência do braço-de-ferro que opunha os progenitores e a Zona Económica Especial.

Na ocasião, o pai da criança, identificado simplesmente por Baptista, informou por telefone o Novo Jornal que a família tinha sido solicitada a comparecer na administração de Viana para pro-ceder ao levantamento do caixão e alguns bens alimentares alegadamente fornecidos pela Zona Económica Especial para o funeral do menor.

A criança perdeu a vida quando forças da ordem e militares, supostamente ao serviço da Zona Económica Especial (ZEE), teriam invadido o local reivindicado pela Zona Económica Especial como seu, e impedido o pai de socorrer a criança que se encontrava no interior da residência. A família alega que foi a Acção do tractor que esmagou a cabeça do menor.

Perante a presença dos agentes da ordem e militares, que se fizeram acompanhar de um helicóptero, os pais da criança e outros moradores teriam oferecido resistência à acção dos efectivos de segurança, que

responderam com agressões físicas contra o pai do menor, que chegou a cair inconsciente e com graves lesões num dos braços, impedindo-o assim de ir a tempo de retirar da residência a criança de um ano e quatro meses.

"Pedi que me' deixassem pelo menos tirar o meu nené, mas não quiseram saber, até que a máquina partiu a casa e o pneu do tractor pisou a cabeça da criança. Encontrámos o menino com os miolos todos fora da cabeça", contou na altura o pai à Rádio Eclésia.

Nesse mesmo dia, contou a mãe do menor àquela estação radiofónica, foram alguns militares que os acompanharam até à morgue de Luanda, onde o corpo ficou desde 21 de Abril até 4 de Maio.

Uma fonte do Ministério Público disse ao NJ que o caso já era do conhecimento do Tribunal de Viana, por se tratar de um crime público, cuja resolução não passava apenas por uma "indenização arbitrária" por parte da ZEE.

## 7.8 Denúncias nas redes sociais

*Novo Jornal*

*05 De Agosto de 2016*

Os relatos das demolições começaram rapidamente a surgir na internet, onde são exibidos vários vídeos que contestam a actuação dos militares, supostamente amando de general Wala, comandante da Região Militar de Luanda, de acordo com informações publicadas na rede social Facebook.

"No local onde as casas estão a ser destruídas é onde a tropa do general Wala se encontra, prenderam dois jovens que estavam de passagem e obrigaram as famílias dos jovens a trazer 5000 kz para poderem libertá-los. (os tropas do general Wala estão a trabalhar de estômago vazio ...) Felizmente, os jovens já foram soltos, mas apresentam ferimentos graves ... ", lê-se numa das várias publicações daquela rede social.

Os internautas descreveram a situação vivida pelas populações afectadas como sendo crítica. "Eles continuam a destruir as casas do povo e até agora ninguém sai para dizer qualquer coisa, se vão dar outras casas ou se vão indemnizar o povo", desabafaram os internautas, que falaram mesmo em mortes de populares. "Dois idosos acabaram por morrer de tensão alta. A média parece estar corrupta, até agora ninguém aparece, mas sabem o que está a se passar. O povo precisa de ajuda ... ", lê-se num dos apelos.

Os relatos feitos nas redes sociais, e que o Novo Jornal reproduz mesmo com erros, tal como estão escritos, revelam ainda que, no sábado, dia 30/07/2016, apareceram no Zango 3, cinco viaturas da casa Militar, "cheio de homens armados" e acompanhado com dois tractores. "Os militares cercaram a área e os tractores começaram a destruir todas as casas. Eu cheguei no local as seis da manhã e encontrei mais de 100 casas destruídas e pânico na área, porque os militares prendiam toda gente que tentava filmar", denunciou um internauta, que certifica ter havido detenções de jornalistas durante cerca de 12 horas.

"Se alguém tentava se aproximar eles faziam tiros no ar e ao lado dos pés do povo, tudo para intimidar o povo", relatou outro internauta.

## 7.9 FAA espezinham administração do Estado?

*Jornal Manchete*

*05 De Agosto de 2016*

*Texto: Orlando Rocha*

O dia 30 de Julho de 2016, sábado, vai ficar marcado para sempre na memória dos angolanos - "sem terras" - cujas obras, nas quais depositaram a esperança do sonho da casa própria foram demolidas, por militares das Forças Armadas Angolanas (FAA), alegadamente, afectos à Região Militar Luanda, estacionados na Zona Económica Especial (ZEE), em Viana, Luanda.

O cenário de guerra se instalou na zona - Zango III, junto ao denominado condomínio da Polícia - às 3 horas da madrugada, fazendo crer que os militares foram lá colocados, na noite anterior para o cumprimento de mais uma missão, que visou deitar para baixo as construções erguidas em zonas consideradas reserva fundiária do Estado.

Os poucos moradores da zona, entraram em pânico, tendo os militares os acalmados, dizendo que estavam apenas a cumprir "ordens superiores".

Tratam-se, porém, de perto de duas centenas de obras de construção definitiva que foram demolidas, sob o olhar impávido dos proprietários, muitos dos quais se viram forçados a desfalecer. Os prejuízos são assustadores, tendo em conta a dimensão e qualidade das respectivas obras, sendo que, muitas já estavam concluídas e aguardavam apenas pelos moradores que faziam os preparativos para a mudança.

Enquanto decorria a acção militar, a zona ficou sitiada, até ao período da tarde, não tendo sido permitido a entrada e saída de pessoas ~ viaturas. Face a insistência

de alguns proprietários de abras, - indefesos - os militares fizeram vários disparas, como se o país tivesse voltado à guerra, bem como outras ameaças que poderiam resultar na violência física.

Para além das residências, muitos perderam outros bens, como telemóveis e dinheiro que terão sido confiscados pelos militares, no sentido de os impedir de fazerem contactos com o exterior da zona onde decorriam as demolições. "Não fomos permitidos que fizéssemos contactos com os nossos familiares e muitos dos telemóveis, caros, foram confiscados, enquanto os baratos foram quebrados na frente dos proprietários", contou uma fonte, acrescentando que a sua situação, no que respeita ao sonho da casa própria, esfumou-se, para além de estar endividada com uma das instituições bancárias para a qual recorreu no sentido de obter o crédito. Como ela estão na mesma situação centenas de populares que, segundo contaram, fizeram das "tripas coração" no sentido de obter urna casa.

"Nada indicava que esta situação deveria acontecer connosco, pois, as residências foram compradas a uma construtora". Esta, porém, tudo está a fazer no sentido de se chegar ao consenso com as autoridades locais para que as vítimas sejam ressarcidas. Mas, ao que tudo indica, parece que o consenso está distante de ser um facto, tendo em conta que as rondas de negociações havidas esta semana não surtiram os efeitos desejados.

Administração de Viana não foi tida nem achada

Fontes próxima da administração municipal de Viana garantiram ao Manchete que, as autoridades locais foram apanhadas de surpresa pelas demolições lavadas a cabo dia 30 de Julho último, tendo as informações chegado ao seu conhecimento através de populares que se consideram vítimas das mesmas. "Nós não temos conhecimento da realização desta acção no nosso município", disse um dos interlocutores, preferindo o anonimato, tendo acrescentado que se trata de urna acção da ZEE e, não são poucas as vezes que esta instituição age desta forma, sobrando tudo para a administração municipal.

"Sempre que a ZEE procede a demolições não contacta a administração municipal e no fim das coisas as pessoas, que se dizem vítimas, vêm ter connosco", enfatizou, sublinhando que "as FAA sobrepõe-se a administração do Estado, fazem o que bem entender numa zona onde existe a administração do Estado."

Este jornal apurou, igualmente, que as estruturas partidárias do MPLA a nível do município e não só, - partido que governa Angola desde 1975 - não foram lidas nem achadas pelos militares da FAA.

## Falta de diálogo

Os primeiros sinais indiciando que os rumores postos a circular sobre prováveis demolições na zona em referência se transformariam em realidade, acentuaram-se em Abril último, na sequência de panfletos que foram deitados por elementos da Polícia Nacional que se fizeram transportar em helicópteros da corporação. Depois veio o silêncio e, de seguida, a acção prática. "Não houve encontro entre os proprietários das obras com os senhores da FAA mandatados pela ZEE", contaram as fontes, frisando que se trata de uma zona reservada, as autoridades deveriam impedir o andamento das obras que, tal como acima referenciamos, muitas delas estavam na fase de conclusão e outras já concluídas. "O dispositivo militar mandado para o terreno hoje (30.07.2016) deveria ter estado cá quando o mesmo começou a ser limpadado para a construção de residências e outros projectos sociais, numa iniciativa da população desprovida de residência", defendem. Para si, deve haver sensibilidade por parte dos mandantes destas demolições para que as vítimas sejam ressarcidas.

"Nós só vimos os helicópteros a sobrevoarem, o último deles sobrevoou no princípio do mês passado, ninguém veio ter connosco".

Construções dirigidas

## 7.10 Insuficiência das administrações municipais

*Jornal Manchete*

*5 De Agosto de 2016*

Em Dezembro de 2014 foi realizado, em Luanda, um seminário nacional sobre a problemática da ocupação de terras, tendo os participantes ao encontro chegado a conclusão de que a demora na cedência de espaços para construção, êxodo populacional, passividade dos órgãos de justiça são algumas razões que contribuem para o crescimento do fenómeno da ocupação 'ilegal' de terras em Angola.

A esta conclusão, publicada no ano seguinte pelo Governo Província de Luanda, juntam-se às denúncias sobre o acesso "ilegal" aos serviços de arquivo e cadastro do Governo por "pessoas não autorizadas".

Uma das causas da ocupação dos terrenos, considerados reservas fundiárias, é o êxodo populacional, do interior para o litoral, sobretudo para Luanda, em que o fenómeno "constitui oportunidades de negócio para muitos".

Na altura, o então governador Graciano Domingos, havia dito que acredita que este fenómeno é o reflexo das várias "consequências deixadas pela guerra", que causou a migração à procura de "segurança", tendo admitido que, com a paz e a aprovação das leis de terras e do ordenamento do território e urbanismo, foram criadas as bases para que os órgãos do Estado assumam as responsabilidades na gestão e defesa da propriedade imobiliária, pública e privada.

Quando as primeiras pessoas começaram a adquirir parcelas de terrenos na zona, através de uma empresa, cuja titularidade é atribuída ao general Cunha, lhes foi dito que a mesma estava reservada a obras de construção dirigida, razão porque, lhes havia sido dada a respectiva planta e o croquis de localização.

Um jurista angolano, conceituado, esclareceu que, uma vez os populares adquirirem o terreno e construírem, desde que as moradias tenham porta e janelas aplicadas, já não se trata de um terreno mas, sim, de obra e caso as autoridades queira reaver o mesmo (terreno) tem que indemnizar. "Pois, o que estavam já não eram (são) terrenos mas, sim, moradias", esclareceu.

MPLA pode perder terreno

De algum tempo há esta parte, várias as demolições que têm sido levadas a cabo por militares, alegadamente, pertencentes a Região Militar Luanda, deixando milhares de famílias ao relento.

No entanto, segundo apurou o Manchete, estas acções estão a desprestigiar o MPLA, que tudo faz para se manter no poder, depois das eleições de 2017.

Inconformadas com a situação, muitas das vítimas dizem alto e bom som, que mesmo coagidos não mais irão votar para o MPLA.

"O que temos que fazer, nós, povos sofredores e desprezados, é votar na oposição, para que haja a alternância de poder", disse um jovem visivelmente desiludido, tendo sublinhado que "o MPLA continua a maltratar a população, prometeu a construção de um milhão de casas mas a maioria da população não beneficia de nada. Ainda por cima destrói aquilo que fizemos com muito sacrifício".

O perímetro

A área onde haviam sido erguidas as obras ora demolidas está localizada num perímetro que pertence ao município de Viana mas, está sob tutela da ZEE, sendo considerada parte das reservas fundiárias do



Estado, cujo limite naquela circunscrição é o Rio Kwanza.

ZEE, o que é? A Zona Económica Especial, abreviadamente designada por ZEE Luanda-Bengo, foi aprovada e criada Através do Decreto N° 50/09 de 11 de Setembro, pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

É um espaço industrial de referência concebido para o estabelecimento de actividades económicas de produção, transformação e fabrico. Está dividida em quatro quadrantes, com as infra-estruturas necessárias ao adequado funcionamento de cerca de 50 unidades fabris que aí se estão a instalar.

Dispõe ainda de um núcleo central composto por 5 edifícios destinados ao estabelecimento de actividades administrativas, com uma área total de 5.600m<sup>2</sup>.

## 7.11 Intervenção das FAA

*Jornal Manchete*  
05 De Agosto de 2016

O chefe do Estado-Maior General Forças Armadas Angolanas (F AA) afirmou, em Junho de 2014, em Luanda, que os efectivos estão prontos a colaborar com O Comando Provincial da Polícia Nacional, no combate à ocupação ilegal de terrenos.

O general Geraldo Sachipengo Nunda fez esta afirmação à Comunicação Social, no término da visita feita às instalações ao Comando da Região Militar de Luanda, onde se inteirou do seu funcionamento e do estado de prontidão da tropa.

Sublinhou que a ocupação ilegal de terrenos está relacionada com questões de ordem pública mas também, é importante a participação das F AA, tendo em conta que em muitos casos, há o envolvimento de militares nas ocupações ilegais.

A participação das FAA no combate ao crime é importante para complementar a actividade realizada pela polícia: "estamos no mesmo sistema de segurança nacional e as F AA estão prontas para intervir onde for necessário e deve prestar essa acção como um dever patriótico e não como um favor", disse, tendo de seguida manifestado a mobilização dos efectivos para fazer com que as reservas fundiárias do Estado sejam preservadas com determinação em colaboração com a Polícia Nacional.

De lá para cá, o comandante da Região Militar de Luanda, tenente general Simão Carlitos Wala, coadjuvado pelos seus inferiores hierárquicos, assim

como os demais efectivos das FAA - na sua jurisdição não poupam forças no sentido de combater a ocupação ilegal de terras.

## 7.12 Martelo demolidor de Wala deixa por baixo mais de 600 casas

*Jornal Liberdade*  
05 De Agosto de 2016  
Texto: Framanuel

Mais de 600 casas pertencentes ao projecto habitacional da construtora "FOBIS," localizado no Zango 3, município de Viana, foram demolidas por supostos elementos afectos ao Posto de Comando unificado da região Militar de Luanda.

Nas primeiras horas de sábado apareceram 5 carros da casa Militar com homens armados e acompanhado com máquilas sem dar explicações começaram a partir todas casas, inclusive os materiais de escritório que também foram levados disse Daniel Portacio, um dos responsáveis da construtora.

o gestor assegura que o espaço foi adquirido por via de uma parceria entre os camponeses que asseguram ser os legítimos donos das parcelas em causa.

O acordo revela, consistia na construção de milhares de apartamentos dos quais algumas seriam entregues aos homens que desbravavam aquele terreno que ainda receberam algum valor como indemnização pela destruição dos produtos agrícolas.

A empresa diz desconhecer as razões que terão levado as demolições dos imóveis de tipologia – 3, até, porque construtora cumpriu com todos os pressupostos para construção do projecto habitacional.

Daniel Portacio fala mesmo que Comandante da Região Militar, general Wala foi visto enumeras vezes a rondar área, mas não conseguiu aproximar-se das populações e moradores que procuravam afrontar os alegados agentes no local, apesar de que no momento estavam em punhados com armas.

Neste momento, relata que centenas de famílias encontram-se ao relento. Espalharam medo fazendo tiros no ar e ao lado dos pés do povo que foram surpreendidos com aparato de efectivos das FAA e maquinas desconhecendo as razões da Região Militar. "É dolorosa esta atitude, existe muita gente que era candidato que já sonhava com uma casa e outros desempregados que já pagaram acabam por matar o sonho da casa própria, lamentou um popular.

Os prejuízos financeiros, confidenciou a fonte está avaliado em mais de 1 bilião e 200 milhões de Kwanzas, montante que a construtora diz que vai ter dificuldades em recuperar devido as perdas com as demolições do projecto.

### 7.13 Toda “Tramoia” do GPL e de Rui Cruz

*Jornal A República*  
05 De Agosto de 2016  
Texto: João Diala

É devido à uma pseudo expropriação, ou o tal usucapião, ou ainda a chamada requalificação como argumentação efectuada pela ré Prominvest no processo n°793/D que decorre na 2a Secção do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda que o jornal A REPÚBLICA se debruçou na investigação de todo o processo inquinado logo a partir do Governo Provincial de Luanda (GPL), na altura, isto é, em 2006, a Governadora Provincial de Luanda, Francisca do Espírito Santo, e Augusto Inglês, como Diretor do Gabinete Jurídico do GPL, onde começou a "marosca".

Tudo indica que foi o GPL quem atribuiu e/ou vendeu os terrenos do largo Lumeji a Imogestin, num acto deliberado de trapaça, porque, de facto, nunca existiu expropriação por utilidade pública, as pessoas foram enganadas e esbulhadas, pois não receberam a devida indemnização sob procedimento judicial que devia ter como referência o pagamento de uma justa compensação. Ou seja, o GPL atribuiu ou vendeu os terrenos do largo Lumeji a Imogestin, esta, por sua vez, terá cedido ou vendido à Prominvest. Ou seja, Rui Cruz, na qualidade de PCA da Imogestin, terá comprado os terrenos ao GPL e, mais tarde, vendeu o mesmo a ele próprio, uma vez que ele é representante da Prominvest.

Portanto, estamos perante os factos que, de alguma forma, perturbam a percepção de qualquer Angolano. Se juntarmos o facto de que Rui Cruz é o PCA da Imogestin, SA, empresa que foi designada pelo Governo Angolano para, em sua representação, proceder a gestão da construção e das vendas ou outras formas de transmissão de habitações, espaços comerciais e outros activos imobiliários, a serem integrados no plano de desenvolvimento construtivo e comercial de alguns projetos habitacionais, de acordo com o Decreto Presidencial n° 329/14, de 29 de Dezembro. É também representante da Prominvest Promoção e Investimentos Imobiliários Limitada, onde, de facto, os interesses colidem, tornando óbvia

a colocação das seguintes questões: Entre a Promoveste e a Imogestin, qual é a empresa que Rui Cruz prioriza na defesa dos seus interesses?

A quem quis o Governo Angolano beneficiar, ao tornar a Imogestin numa empresa monopolista do ponto de vista de mercado? Claramente que mais uma vez vamos assistir, não tarda, ao descalabro da Imogestin, pois não se consegue conceber, do ponto de vista funcional, que uma empresa gerencie todas as Centralidades habitacionais de um País! Isto é inconcebível, seja do ponto de vista funcional como económico, não tem como, será rutura total, mais tarde ou mais cedo, aliás, podemos constatar as muitas reclamações dos moradores das Centralidades do Kilamba e do Sequel, reclamações estas que a Imogestin não consegue satisfazer. Voltando ao principal assunto, o do pseudo processo de expropriação, outras vezes alegando o usucapião e requalificação quer pelo GPL quer a Imogestin bem como a ré no processo, a Prominvest, nunca foi cumprida a devida indemnização, principalmente ao beneficiário Carlos Alberto da Silva Ramos, indivíduo herdeiro legítimo das habitações que sempre debateu-se para a devida compensação, sendo que esta habilitação de herdeiros (de 1992) foi feita à cautela, pois, no ano de 1969 já haviam obtido, junto da autoridade colonial da época, uma declaração de óbitos para efeitos orfanológicos.

É mais que notório a perversidade de Rui Cruz, em não querer resolver a situação em causa, deixando correr um processo que de antemão sabe que está perdido, mas que, de facto, tenta arrastá-lo causando enormes prejuízos e danos psicológicos para o malgrado Cidadão.

### 7.14 «Vou receber o meu dinheiro»

*Novo Jornal*  
05 De Agosto de 2016

A par das casas destruídas da FOBIS, cidadãos alheios ao projecto habitacional também foram afectados com as demolições. O jovem enfermeiro, David SaIo mão, disse ao Novo Jornal que erguia na circunvizinhança do condomínio, uma residência do tipo T3 que foi igualmente destruída.

Explicou que comprou um terre- no de 15/15 metros no local a uma conhecida da irmã de sua mulher, no valor de 500 mil kwanzas. "A minha casa já estava a ser levantada. Viemos aqui no sábado para ver o andamento das obras e, para meu espanto, encontrámos todas as paredes no chão. Nem o meu espaço consegui reconhecer. Havia muita confusão,

gente a chorar, pessoas a desmaiar e os militares a impedir-nos de entrar no espaço", contou o cidadão, que disse ter voltado na quarta-feira ao Zango para um possível recadastramento.

"Hoje vim porque disseram-me que estavam a fazer a lista dos lesados e, uma vez aqui, não há nada. O comandante disse para eu ir ter com a senhora que me vendeu o terreno para devolver o meu dinheiro. É isso que vou fazer, mas é outra história que terei de enfrentar", desabafou.

### 7.15 Jornalistas detidos por militares da UGP

*Jornal Folha 8*  
*06 De Agosto de 2016*

Dois jornalistas angolanos, um afecto ao semanário Terra Angolana e outro à Rádio Despertar, foram detidos por militares da Unidade de Guarda Presidencial (UGP) no dia 05, quando faziam uma reportagem no Zango 2 e 3, especificamente nas zonas onde foram demolidas mais de 4 mil residências. Os jornalistas, segundo informou Francisco Tchicundia, vítima ao serviço da emissora Despertar, aproveitavam a presença de urna comitiva de deputados da UNITA que se deslocaram àquela localidade para constatar o estado em que se encontram as famílias desalojadas forçadamente no sábado último, dia 29 de Julho.

"A intenção deles era justamente confiscarem a máquina fotográfica do colega da Terra Angolana porque, conforme nos informaram mesmo, receberam orientações para não permitirem que se fizesse fotografias das casas destruídas", contou o jornalista ao F8.

Solidários com os jornalistas, os deputados decidiram acompanhar os profissionais da comunicação social até a unidade dos militares situado na Zona Económica (ZEE). Na "guarnição da UGP", tanto os jornalistas como os deputados foram interrogados ao longo de 45 minutos seguidos, violando assim as imunidades previstas constitucionalmente aos representantes do povo na Assembleia Nacional.

"Disseram que ninguém, nem os deputados, estão autorizados a visitar aquelas pessoas", transmitiu Francisco. Depois do interrogatório, os militares realizaram uma verificação aos meios informáticos dos jornalistas e apagaram algumas fotografias feitas por ambos.

Não houve agressão física, tal como veicula em alguns órgãos de imprensa. o final da "arbitrariedade", um sargento ainda pediu desculpas aos deputados e jornalistas, alegando que apenas estava a cumprir ordens superiores. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto. Corpo do texto.

### 7.16 Vítimas do zango desabafam: "dos santos governa 50 para ele"

*Jornal Folha 8*  
*06 De Agosto de 2016*

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, está a declara sensação clara de governar somente para ele e seus próximos", desabafou ao F8, um número incalculável de cidadãos desalojados das suas residências nos Zangas I, H, m e 4, que acorreram na passada quarta-feira ao Governo da Província de Luanda para exigir a reparação dos danos.

Os referidos autóctones que viram suas residências deitadas abaixo por homens e máquinas, desceram à baixa da capital logo às primeiras horas da manhã, mantiveram-se frente ao Governo da Província de Luanda, como forma de pressionar o governador, Higino Carneiro. a tomar uma posição. M: IS foram alegadamente menosprezados.

Então desesperados, alguns deles tencionavam pernoitar no local, mas, de forma subtil. Foram repelidos pelos operativos da Polícia nacional.

Contudo, as vítimas garantem que não irão abdicar de seus direitos e prometeram mesmo. caso não sejam satisfeitas as suas exigências pela administração municipal de Viana, regressar ao Governo Provincial com cobertores, esteiras, colchões e fogareiros para quotidianamente pernoitarem frente ao Palácio da Mutamba, até verem seus direitos observados.

"O Presidente da República tem casa, os filhos dele têm casa, os membros auxiliares do executivo dele e filhos destes, todos têm casas, porquê demolirem as nossas casas? Sou pobre, fiz um esforço danado para conseguir um milhão e oitocentos mil Kwanzas (KZl.800.000) para comprar a casa. Hoje eles (Governo) partem? E o ridículo é o administrador municipal e o comandante municipal da Polícia alegarem não terem conhecimento do sucedido", lamentou a jovem Mara, acrescentando, que, "não é preciso ir ; 1 escola para saber que não é dessa forma que se governa um povo", referiu. "Se existe um povo no mundo que não merece passar por isso, é o angolano. Não exige nada, não cria rebelião, é exageradamente pacífico, o MPLA e o Presidente irão

de arrepende-se um dia destes", previu outro interlocutor.

### 7.17 Empresa construtora diz-se surpreendida

*Jornal O Crime*

*6 De Agosto de 2016*

Daniel Alves, director do Fundo de Organização de Bens e Imóveis, SL (FOBIS) e responsável pela construção do condomínio, garante que a empresa é legalmente autorizada, pelo Estado, como mandam as regras comerciais, e tem estado a fazer condomínios para ajudar o Estado, no problema de habitação social.

"Somos uma construtora que tem por objecto social a construção e venda de imóveis. Fomos surpreendidos, no último sábado, por volta das 2 horas da manhã, por homens e máquinas que, sem alguma documentação, demoliram um condomínio de 624 residências, avaliadas em 1 bilhão e 200 milhões de kwanzas, alegando que o condomínio foi construído no perímetro da ZEE".

Segundo o responsável, a FOBIS tem pressupostos que atestam a sua legalidade e, "em momento algum, compramos o terreno ou evadimos terrenos em alguma zona pública do Estado. Fizemos parceria com os proprietários dos espaços para que, no final do projecto, dividíssemos as residências. Uma parte para as camponesas e a outra para empresa, que tem fins lucrativos".

Em Dezembro do ano passado, continuou, a ZEE notificou a empresa para que provasse a sua legalidade, "reunimos a documentação dos alvarás comerciais e de construção, dos impostos pagos, dos diários da República e, inclusive, o contrato que tínhamos com os proprietários do espaço que, no final deste ano, teriam as suas residências terminadas. A ZEE, ao aperceber-se que não havia nada ilegal e que tínhamos tudo nos conformes, remeteu-se ao silêncio, dando a entender que consentiram". Engano.

'Até que sábado, sem mais nem menos, eles arrombaram os nossos escritórios, levando documentos e material informático e um valor monetário, estipulado em 30 milhões de kwanzas, que foram levados em lugar incerto".

Fala-se em interesse de terceiros

Uma vez que é uma zona de grande dimensão, albergando vários condomínios, zonas habitacionais e bairros adjacentes, os moradores crêem que há

interesses de terceiros naquele lugar. "Toda esta zona, há 10 anos, era lavra, para além do condomínio da FOBIS. Há pessoas que compraram o espaço nas mãos dos camponeses, como ficam estas pessoas? Que governo é este que não vela pelos direitos dos cidadãos? Esqueceram-se de que entre os militares também há pessoas de baixa renda? Foram estes militares que nos explicaram que este local é do interesse do governador, Higino Carneiro, do tenente-general, Wala, e do marido da Tchizé", culpavam.

Sem qualquer outro recurso, os populares acusam a Administração local, enquanto entidade superior do município, de nada fazer para, pelo menos, averiguar o que se passa naquela área. "Já fomos à Administração e eles dizem-nos que temos de ir à Zona Económica Especial (ZEE) e, quando lá vamos, dizem sempre que estão reunidos".

O director da FOBIS acredita, também, que há interesses de terceiros, "não é uma questão do Estado. Há pessoas que querem tirar dividendos neste espaço. Senão, vejamos: há mais de três condomínios erguidos no mesmo espaço, feito por empresas privadas, por que só destruíram o nosso?", perguntas que ficam por ser respondidas, uma vez que a nossa equipa de reportagem tentou contactar a Direcção da Zona Económica, mas sem sucesso.



### 7.18 Militares facturam com demolições de casas

*Jornal O Crime*

*06 De Agosto de 2016*

*Texto: Osvaldo de Nascimento*

Foi por volta das 2 horas da madrugada, quando bateram á minha porta. Perguntei quem era, responderam que eram militares e que estavam aí para cumprir uma missão. Como quem não deve não teme, saí. Quando abri a porta, de repente, retiraram-me à força e acusaram-me de invasor", conta Gil Costa, acrescentando que, mesmo alertando os tropas que no

interior da residência estavam os seus três filhos e a esposa, os brutamontes entraram, com as armas em punho, gritaram com a mulher e obrigaram-na a ficar no exterior da casa.

Sorte ou não, continuou, graças aos valores monetários que conservava para compra de mantimento, subornou os militares e conseguiu dormir aquela noite em casa. "Entreguei dez mil kwanzas ao jovem que conduzia a máquina para que, pelo menos, deixasse a minha família pernoitar aquele dia.

Todavia, foi humilhante, desumano! Nem em tempo de guerra passei por aquele terror", lamentou.

Manuel Cinquenta, outro morador, deplorou a maneira abrupta, como os militares trataram a população.

"Havia Polícia Militar (PM), da Região Militar de Luanda, Unidade da Guarda Presidencial (UGP) e todas as forças militarizadas existentes em Luanda.

Nunca vi nada assim. Quem tentasse pedir explicações era recebido com tiros. Havia um helicóptero azul e branco, do Ministério do Interior, que intimidava as pessoas, fazendo voos rasos. As crianças clamavam pelos pais e estes, impotentes, não sabiam como acudir. Já imaginou ver uma residência, na qual investimos toda uma vida, a ser demolida de repente?", questionava, amarguradamente e estupefacto.

Nelson de Oliveira aponta o coronel Honga, como co-autor das demolições. Mergulhado em lágrimas, o mesmo afirma que foi, reiteradas vezes, ameaçado pelo dito coronel, que o avisava que aquelas terras tinham dono.

"Chegaram com mais de 18 máquinas, fortemente armados, não queriam explicações, só maltratar o povo, um povo que dizem ser do partido e o partido do povo. Como é possível, em plena madrugada, velhos, crianças, famílias serem retiradas das suas casas, que é o bem mais sagrado, sem sermos notificados? São seiscentas casas. Cabe na cabeça de alguém que não tínhamos documentos? Somos malucos?", questionou. Os populares acusam ainda os militares de terem furtado vários bens nas suas residências. "Quem tentou conversar ou chamar à razão aos militares, foi maltratado. Quando eles entravam nas residências, saqueavam tudo. Há dezenas de pessoas a reclamar de desaparecimento de muitos valores", acusaram, considerando que aqueles que mostraram o dinheiro como principal foco da conversa foram poupados e, por isso, não viram as suas casas demolidas.

## 7.19 Famílias em zonas de risco recebem terrenos

*Jornal de Angola*

*07 De Agosto de 2016*

Cinquenta famílias, das duas mil previstas que construíram residências nas localidades de Lom-bo-Lombo, Amílcar Cabral, Cabassango, Chiweca, Luvassa Sul, Mbuco, 10 de Maio e Tchizo, arredores da cidade de Cabinda, estão a beneficiar de terrenos já loteados, para fomento da auto-construção dirigida, numa iniciativa da administração municipal.

O administrador municipal de Cabinda, Arnaldo Puati Tomás, disse que a cada desalojado pela calamidade vai ser dado um lote de terreno na proporção de 30 metros de comprimento por 25 de largura, na nova urbanização de Zóngolo. Em declarações à Amgop, o administrador municipal informou que com esta acção, pretende-se criar melhores condições de habitabilidade e segurança da população que vive em zonas vulneráveis.

Arnaldo Puati Tomás salientou que o governo da província de Cabinda, no seu programa de habitação social, criou as condições para resolver este problema que afecta as populações residentes em zonas de risco.

Numa mensagem lida na ocasião, os beneficiários agradeceram o gesto da administração municipal, salientando que vai contribuir para melhoria de suas condições de vida e de habitabilidade, tendo em vista a aproximação da estação das chuvas.

As chuvas têm causado muitos danos em Cabinda e noutras regiões do país. Anualmente há relatos de danos provocados pelas chuvas, daí a preocupação das autoridades em desalojar as populações das zonas de risco.

## 7.20 Famílias em zonas de risco recebem lotes de terreno

*Jornal de Angola*

*08 De Agosto de 2016*

*Texto: Bernardo Capita*

Mais de duas mil famílias que viviam em zonas de risco em bairros da cidade de Cabinda estão a receber lotes de terreno para a construção de moradias, na localidade de Zongolo.

O processo de entrega dos lotes de terreno, numa extensão de 25 metros de largura e 30 de comprimento por cada família, está a ser coordenado pela

Administração Municipal de Cabinda. Cada beneficiário recebe duas carradas de terra para a produção de adobes e fornecimento regular de água, disponibilizadas por cisternas a custo zero pelo Governo da Província, para assegurar a construção individual das casas.

Na primeira fase, a Administração Municipal de Cabinda disponibilizou trezentos lotes de terreno, num processo que deverá ter sequência nas semanas seguintes, de acordo com a evolução dos trabalhos de limpeza do perímetro.

O administrador municipal de Cabinda, Arnaldo Tomás Puati, pediu paciência às pessoas que ainda não receberam terreno, garantindo que "todas as famílias cujas casas estão em zonas de risco serão contempladas, antes do início da época chuvosa".

A maior parte da população registada pela Administração Municipal, que vive em zonas de risco e que deverá ser transferida para a área do Zongolo, não quer viver aí, alegando ser muito distante do centro da cidade e por falta de infra-estruturas básicas, como energia e água. A esse respeito, o administrador disse que o Governo está atento a essas preocupações e o mais importante, nesta primeira fase, é garantir a instalação dos beneficiários numa zona que garanta condições de segurança.

## 7.21 FOBES e Administração de Viana Negoceiam solução para demolições no Zango

*Jornal O PAÍS*

*08 De Agosto de 2016*

*Texto: Domingos Bento*

A negociação, conforme apurou OPAIS, vem na sequência de um protesto defronte o Governo Provincial de Luanda realizado na passada Quarta-feira, 03, por dezenas de populares que teriam adquirido residências naquele projecto imobiliário orçado em 1 bilião e 200 milhões de Kwanzas.

A direcção da Zona Económica Especial (ZEE), que até ao momento não se pronunciou sobre a situação, é a entidade acusada de comandar as demolições que atiraram para baixo 624 residências do tipo T -3 durante a madrugada do dia 30 de Julho.

Por sua vez, o Governo Provincial de Luanda, face ao descontentamento dos populares, orientou a Administração Municipal de Viana a iniciar um processo de negociação para apurar responsabilidades

e resolver da melhor forma o diferendo, segundo fontes de O PAÍS.

Assim, na Quinta, 04, aconteceu o primeiro encontro onde se decidiu, numa primeira fase, fazer o levantamento e o cadastramento dos moradores do demolido projecto imobiliário que já tinha mais de 40 por cento das residências habitadas.

De acordo com Daniel Carlos, director da FOBES, depois deste processo, o passo seguinte ainda é desconhecido. Contudo, indemnizar os populares e a empresa proprietária dos imóveis deve ser, "inegavelmente", a próxima etapa, que se quer que seja célere, tendo em conta as necessidades das pessoas.

"Já se avançou a ideia de indemnização. Ainda não soubemos o que será de concreto, se o Governo dará casa, terreno ou dinheiro. Contudo, continuamos confiantes de que no final as coisas vão se resolver da melhor forma. Mas para isso deve haver seriedade e respeito pelas pessoas e pelo tempo", atestou o responsável.

Daniel Carlos avançou que grande parte dos moradores não tem onde se hospedar. "As pessoas apostaram nesse projecto porque têm necessidade habitacional. Vendo as casas demolidas, fácil é imaginar o sofrimento que isso terá causado".

Ontem, em conversa com O PAÍS, Jeremias Dumbo, administrador municipal de Viana, não avançou nada de oficial, tendo prometido receber a equipa deste diário ainda nas primeiras horas de hoje.

Moradores com medo de serem "fintados"

Os populares que adquiriram residências no condomínio demolido, exigem que justiça seja feita, com vista a serem ressarcidos dos danos. Manuel Fortunato, um dos moradores, referiu que antes de comprar a casa recorreu a várias fontes estatais que asseguraram ser um projecto fiável. Inclusive, segundo o jovem, alguns técnicos da ZEE já visitaram a zona, mas em nenhum momento mostraram supostas irregularidades do projecto.

"Eu comprei a casa recentemente. Já paguei 2 milhões de Kwanzas e faltam outros dois.

Inclusive fiz algumas alterações. Nunca fui informado de algum mal porque recebi todos os documentos e informações. Agora, não podem é vir partir assim, como se fossemos criminosos", atestou.

Já Lena Jeremias, outra moradora, pede o apoio de instituições nacionais e internacionais para reaver a

casa que perdeu. A mesma manifestou-se preocupada com o silêncio da ZEE. "O meu medo é que o Governo nos finte e acabamos tipo os outros cidadãos que viram as suas casas demolidas noutras zonas de Luanda. Por isso é que estamos a pedir apoio. Nós lutamos para conseguir essas casas. Não podemos perdê-las assim no nada".

Silêncio da ZEE "irrita"

Daniel Carlos, director da FO- BES, disse ainda que o silêncio da ZEE está a irritar quer a sua empresa quer os moradores.

Segundo o responsável, há mais de uma semana, desde que ocorreram as demolições, a ZEE não fez nenhum pronunciamento. Até ao momento, frisou a fonte, continuam desconhecidos os reais motivos que estiveram na base das demolições, tendo em conta que todo o processo de construção foi acompanhado e seguido pelas diferentes repartições do Governo Provincial de Luanda, por via do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana, Serviços de Fiscalização, Serviços de Investigação Criminal, Administração Municipal de Viana e da própria ZEE.

Todas as instituições acima referenciadas, segundo Daniel Carlos, deram luz verde a continuidade do projecto, cujas obras iniciaram em Agosto do ano passado e a sua conclusão estava prevista para Dezembro deste ano.

## 7.22 ANASAMBA pretende apoiar administração na resolução de problemas

*Jornal O PAÍS*

*10 De Agosto de 2016*

O presidente da ANASAMBA, Paulo Jorge Magueijo, disse que um dos objectivos da agremiação é auxiliar a administração local a identificar e resolver os problemas que mais afectam os municípios.

Deste modo, o responsável salientou que as questões ligadas ao saneamento básico serão uma das prioridades de actuação.

" Nascemos e crescemos no distrito da Samba e conhecemos profundamente as dificuldades dos municípios", disse.

Com 1000 associados, a agremiação vai sobreviver com os fundos do negócio criado pelos seus membros, tal como afirmou o líder.

Justificou que por este motivo foi reservado um espaço na sede para a montagem de uma gráfica, no entanto, a ajuda dos parceiros será indispensável.

Concluiu que a ANASAMBA brevemente vai criar bibliotecas em três escolas do distrito e já no próximo mês será feita a doação de material didáctico e carteiras na escola 1001.

Sócia nº1 não esconde a alegria

Dona Mabunda, como é carinhosamente chamada, é membro número um da ANASAMBA. A veterana de 71 anos, em depoimento a O PAÍS, disse estar muito satisfeita com a inauguração do novo espaço.

" Hoje não fui vender para estar aqui. Estou muito feliz", disse.

Concluiu que vai-se esforçar para participar das actividades que a Associação pretenda desenvolver.

## 7.23 Provedor de justiça impedido de entrar em zona de demolições

*Jornal O PAÍS*

*10 De Agosto de 2016*

*Texto: Domingos Bento*

Era com o propósito de se inteirar e prestar apoio às famílias que viram as suas casas destruídas que o provedor de Justiça escalou a zona do Zango - III, onde foram demolidas mais de 700 residências.

Entretanto, um aparato militar montado na área das demolições "barrou" a entrada de Paulo Tchililica, que chegou nas primeiras horas da manhã.

No local foram feitas ainda uma série de contactos no sentido de facilitar o acesso do provedor de Justiça, mas a tropa recusou-se a ceder, tendo afirmado que não havia nenhuma orientação superior que orientasse a entrada de Paulo Tchililica que, sem sucesso, depois de muito esperar, abandonou o local.

Em conversa com OPAIS, os militares afectos ao Posto de Comando Unificado (PCU) disseram que a entrada de qualquer entidade na zona carece de "ordem" das Forças Armadas, da Unidade de Guarda Presidencial e da direcção da Zona Económica Especial.

"Ele (Paulo Tchililica), tinha que vir aqui somente com papel assinado destas entidades. Nós não temos nenhuma orientação neste sentido. Defender o povo

tem normas. E vir só por vir não está certo. É preciso respeitar", atestou um oficial.

Menor morre durante demolições

O PAIS constatou ontem que a vaga de demolições na zona do Zango III prosseguem, tendo até ao momento atirado abaixo mais de 700 casas. A Zona Económica Especial (ZEE), que até ao momento não se pronunciou sobre a situação, é a entidade acusada de comandar as demolições.

Os militares, de acordo com os moradores, não estão a permitir a entrada de ninguém no espaço' nem mesmo dos sinistrados.

Para afastar as populações, as fontes disseram ainda que os militares estão armados e agridem quem desobedece as suas orientações. No passado Sábado, 6, um menor de 14 anos de idade foi alvejado mortalmente na cabeça no decorrer da demolição da residência onde vivia. A família acusa os militares de serem os autores dos disparos que tiraram a vida de Rufino Marciano, que foi alvejado a meio de uma confusão entre militares e moradores que se recusavam abandonar as respectivas casas.

Maria Fernando, mãe da vítima, fez notar que, depois de matarem o menor, os tropas levaram consigo o cadáver para local incerto de formas a encobrirem o crime.

Somente Segunda-feira é que a família conseguiu encontrar o corpo do menor na morgue do hospital Maria Pia. Inconformada, Maria Fernando não percebe até ao momento a atitude dos militares que, segundo ela, agiram de forma fria e desumana ao assassinar um menor indefeso que apenas fugia da onda de violência.

Por sua vez, Mateus Rodrigues, porta-voz do Comando Provincial de Luanda, disse estar ao corrente do caso e que a corporação já trabalha no sentido de responsabilizar o autor do disparo.

As demolições no Zango III tiveram início na Madrugada do dia 30 de Julho. Grande parte das residências constam de um projecto imobiliário privado orçado em 1 bilhão e 200 milhões de Kwanzas.

## 7.24 Estado Maior das FAA reage ao incidente do Zango II

*Jornal O PAÍS*

*11 De Agosto de 2016*

Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA) informou hoje, quinta-feira, em comunicado de imprensa estar a efectuar investigações com vista a esclarecer o incidente ocorrido no Zango II, município de Viana, de que foi vítima mortal o adolescente de 14 anos Rufino Marciano António.

No documento, o Estado Maior das FAA lamenta o sucedido e informa estarem em curso medidas que evitem a ocorrência de situações semelhantes no futuro.

"O Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas tomou conhecimento do grave incidente ocorrido no passado dia 5 de Agosto no Zango Dois, município de Viana, província de Luanda, que envolveu efectivos da Região Militar Luanda e os cidadãos que ocupavam, indevidamente, o perímetro de segurança do novo Aeroporto Internacional de Luanda, em construção, em que foi atingido, mortalmente, um adolescente de 14 anos de idade, chamado Rufino Marciano António, lê-se na nota.

Por outro lado, exorta a população a evitar afrontar os militares com armas de fogo, como ocorreu nesse trágico acidente, onde foram capturadas duas armas.

"Sendo que as Forças Armadas Angolanas têm como principal missão a defesa da Nação, onde a população é um dos elementos fundamentais, que merece todo o nosso respeito, protecção e dedicação' lamentamos profundamente o sucedido. O Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas curva-se perante' a memória do malogrado Rufino Marciano António, que perdeu a vida em circunstâncias trágicas e apresentam à família os mais sentidos pêsames", frisa o documento.

## 7.25 Identificadas áreas de risco

*Jornal de Angola*

*11 De Agosto de 2016*

O Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros identificou áreas com forte risco de desabamento de terras na encosta da Boavista, localizada no município de Luanda, disse, na quarta-feira, o porta-voz na província de Luanda do órgão operativo do Ministério do Interior.



Faustino Minguês, que falava à Angop, informou que a identificação de áreas de risco foi feita em Julho, mês em que se iniciou uma campanha de sensibilização na província de Luanda, que decorre até finais deste mês de Agosto..

"A Comissão Provincial de Protecção Civil tem trabalhado com as administrações municipais para evitar desastres, principalmente durante a época chuvosa", que se avizinha, salientou Faustino Minguês.

Desde o início da campanha, acrescentou, várias zonas com risco de inundações na época chuvosa foram já identificadas nos distritos urbanos do Sambizanga, Ingombota, Kilamba Kiaxi, Maianga e Samba, pertencentes ao município de Luanda. A maior parte das áreas em risco está localizada no interior dos bairros, um problema já inserido no planeamento de contingência para a preservação de vidas humanas e bens, garantiu Faustino Minguês.

A campanha já está no município de Cacucos e deve abranger todos os bairros da municipalidade. Os efectivos do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros envolvidos na tarefa estão a interagir com moradores, que, por esta via, são informados sobre as causas e formas de prevenção de desastres. Com uma extensão de 24.651 quilómetros quadrados, a província de Luanda é integrada pelos municípios de Luanda, Cazenga, Cacucos, Viana, Belas, Icolo e Bengo e Quiçama.

## 7.26 “ Demolições legais”

*Novo Jornal*

*12 De Agosto de 2016*

Reagindo às demolições, o director do gabinete jurídico da Administração Municipal de Viana, Hamilton de Lemos, considerou legítimo o processo de demolição de casas em curso nas zonas do Zango 2 e 3. O jurista explicou que as demolições apenas afectam as obras recentemente erguidas em reservas fundiárias do Estado.

O responsável, que falava aos órgãos de comunicação social estatais, TPA e RNA, esclareceu que as demolições estão a ser feitas pela Zona Económica Especial (ZEE), que alegadamente viu o seu perímetro invadido por novas obras. Hamilton de Lemos garantiu, na ocasião, que as casas antigas já cadastradas estão devidamente preservadas e que os seus proprietários serão a seu tempo indemnizados. Por fim, disse que a ZEE não se responsabilizará pelas demolições das novas obras, erguidas "de forma

arbitrária", cujos proprietários fizeram contratos com empresas supostamente sem legitimidade.

## 7.27 Angola: família de rapaz morto em demolições pede ajuda

*Jornal A República*

*12 De Agosto de 2016*

A comunidade foi surpreendida no sábado à tarde (06.08) pelas máquinas de demolição em seu redor, segundo a organização não-governamental SOS Habitat. As autoridades "que estavam a proteger as máquinas" terão, então, disparado para dispersar a população, atingindo mortalmente o rapaz de 14 anos.

Depois, "as forças de segurança pegaram no corpo e levaram-no para lugar incerto": diz o coordenador da SOS Habitat, Rafael Morais, em entrevista à DW Africa. "Os familiares só conseguiram localizar o corpo no domingo. [ ... ] Entregámos o caso ao advogado da organização 'Mãos Livres' para avançar para a Justiça."

Família pede ajuda financeira Rui Domingos, tio da vítima, mostra-se consternado com a morte do sobrinho: "Chamava-se Rufino Fernando António. Era uma criança alegre, obediente. Era difícil fazer confusão no bairro".

Os familiares mais próximos estão abalados, incapazes de falar com a comunicação social, afirma. "Estamos a pedir ajuda. O pai é desempregado. A mãe também não trabalha. Não sabemos como enterrar o corpo": diz Domingos ao telefone.

A família aguarda pela autópsia, a realizar nesta quarta-feira e por apoios das autoridades e de populares, de que necessitam urgentemente: "Estamos aqui a apelar à sociedade no sentido de dar alguma contribuição para se poder fazer o funeral".

O coordenador da SOS Habitat, Rafael Morais, refere que as autoridades angolanas ainda não confirmaram oficialmente a ocorrência. Mas, segundo o activista, não há dúvidas sobre a autoria do disparo fatal, atribuído a um agente do Posto de Comando Unificado (PCU).

Rafael Morais: "Está confirmado, porque a população foi testemunha"

"Está confirmado, porque a população foi testemunha" afirma Morais.

"Entretanto, o comando já terá garantido que vai assumir o óbito e já comunicou aos familiares o local onde poderão ir buscar apoio!"

De acordo com Morais, até agora mais de 620 residências foram demolidas no Zango III e mais de 2.500 famílias foram afectadas no Zango II.

## 7.28 Angola: onde as demolições, a miséria e as execuções funcionam em perfeita sintonia!!!

*Jornal Manchete*  
12 De Agosto de 2016

Eles matam como querem e já nem olham para a idade das suas vítimas, pois tornou-se numa espécie de (humor) diário num país que caminha galopante para os esgotos da civilização.

Alguns assassinos patenteados de generais pronunciar seus nomes provoca em nós sentimentos de medo, angústia, vômitos, indiferença, culpa e revolta, pois a existência desta espécie rara assassina em Angola, não só perturba a nossa consciência como também nossos ideais em querermos construir um país justo.

Precisamos admitir infelizmente e definitivamente que as demolições, a miséria e as execuções hoje já fazem parte da estratégia de governação do país elaborado por JES/ MPLA, que só vai precisar sempre deste povo quando o momento lhe aconselhar a manipular o seu voto.

Não se conhece país nenhum neste mundo onde as demolições, execuções e a miséria caminharam em perfeita sintonia não só de braços dados como são parte importante de uma estratégia de governação e uma verdadeira fonte de lucros como em Angola.

Muito embora seja compreensível que esta corja de generais assassinos também qualquer dia vão morrer tal como nós, mas nada é terrivelmente doloroso do que o somarmos quase todos os dias mortes de crianças, jovens e mulheres do jeito como têm sido pelos homens fardados que deveriam ter uma missão muito especial na nossa sociedade que não fosse o de assaltar zungueiras, roubar seus dinheiros, mandar matar e deixar morrer.

Mais onde está a compaixão destes homens para com aquelas tantas famílias desalojadas, sem alimentos, sem saúde que sangram lágrimas diariamente pela dor do miúdo que foi morto.

## 7.29 Autoridades dizem que demolições no zango são legais

*Jornal A República*  
12 De Agosto de 2016  
texto: Por Agência Lusa

As autoridades consid- eram legítimo o pro- cesso de demolição de casas em curso nas zonas do Zango II e III, que afecta apenas obras recentes erguidas em reservas fundiárias do Estado.

A posição foi assumida pelo director do gabinete jurídico da administração municipal de Viana, Hamilton de Lemos, que reagia ao microfone da RNA ao polémico processo de demolições iniciado há uma se- mana. Segundo o responsável, as demolições estão a ser feitas pela Zona Económica Especial (ZEE), que alegadamente viu o seu perímetro invadido por novas obras. "A zona económica está a quebrar obras novas, está a demolir obras novas, as obras antigas, aquelas que estão no cadastro da zona económica, que são os bairros antigos que lá já existiam essas estão devidamente preservadas e a seu tempo serão indernnizadas" explicou Hamilton de Lemos.

Acrescentou que as obras erguidas "de forma arbitrária" cujos proprietários fizeram contratos com empresas supostamente sem legitimidade sobre o espaço não vai haver "qualquer responsabilidade por parte da zona económica"

Encontram-se nessa situação várias famílias e detentores de projectos habitacionais, como é o caso da construtora FOBE, que teve demolidas 624 casas, ergui das dentro do perímetro da ZEE, um investimento de Kz 1,2 mil milhões (USD 7 milhões).

O responsável da construtora disse ter adquirido os terrenos a camponeses da zona, com os quais firmou contratos para a construção de um condomínio, de que também seriam ben- eficiários.

Daniel Carlos referiu que em Dezembro foram notificados pela ZEE a apresentar documentação sobre a posse do terreno e no sábado foram "surpreendidos por homens e máquinas" de madrugada que procederam às demolições.

"Vamos escrever ( ... ) para que no mínimo essas famílias que ficaram sem os imóveis se- jam recompensadas": avançou.

Em declarações à agência Lusa, o coordenador de direcção da organização não governamental SOS Habitat, Rafael Morais, disse que estão a acompanhar a situação, que classificou como "altamente

lamentável': tendo já como consequências a morte de uma criança.

Rafael Morais disse que o director da FOBE legalizou o espaço através da administração de Viana, salientando que o projecto existe há mais de três anos e 35 por cento das habitações estavam já ocupadas pelos seus proprietários.

De acordo com o activista, trata-se de um bairro antigo e apenas na manhã de domingo os moradores da zona receberam uma notificação da ZEE, que orienta a demolição voluntária pelos moradores das obras realizadas naquele local.

A notificação entregue aos moradores em papel tirnbrado da ZEE, a que a Lusa teve acesso, refere que o prazo máximo é de 15 dias, improrrogável, para que os visados procedam à "demolição voluntária da benfeitoria ou obra realizada no referido espaço": que passa a compulsiva findo o prazo estipulado.

A SOS Habitat já contactou a direcção da ZEE para aferir as reais motivações desse procedimento e por que razão o processo está ser executado por militares, não sendo ela uma unidade militar.

Para Rafael Morais, pelo número de famílias ali presente, a ZEE deveria trabalhar com a administração de Viana no sentido de se proceder de acordo com a lei, e não "enquanto empresa utilizar militares para poder avançar para esse tipo de situações, que chega inclusive a tirar a vida de uma criança"

### 7.30 Criança morta e mulher violada

*Novo Jornal*

*12 De Agosto de 2016*

Populares falam em mais de 10 mil residências demolidas por efectivos militares, que também são acusados de, pelo menos, uma violação e do assassinato de pessoas no terreno.

A morte mais recente atribuída aos efectivos do general Wala, comandante da região militar de Luanda, ocorreu no sábado, 6 de Agosto. Um adolescente, de 14 anos, foi baleado mortalmente com um tiro na cabeça, disparado por um militar durante mais uma acção de demolições, realizada a mando da ZEE no bairro Walale, localidade do Zango. A Polícia de Luanda diz já ter aberto um processo de investigação para apurar as circunstâncias da morte de Rufino Fernando António, que hoje vai a enterrar no cemitério de Viana.

No entanto, Oliveira Domingos Cassegunda, presidente da comissão de moradores do bairro Nonguinha no Zango 1, disse ao Novo Jornal que não se trata da primeira morte em processos de demolições. "Tem havido mortes por desmaios e por maus-tratos perpetrados por militares", acusou o responsável, que reside há mais de 30 anos na zona. O também filho de camponeses, de quem herdou o espaço que habita, garantiu ter construído legalmente a sua residência.

"Temos todos os documentos, da UNAC e da administração", afirmou.

Por sua vez, António José, outra das vítimas que viu a sua casa destruída no último final de semana, no Zango 2, acusou os militares de terem violado a sua esposa e de terem "roubado" os seus pertences.

"Demoliram a minha casa por volta das 03h00, altura que começaram as demolições. Os militares vieram, não sei se estavam drogados, bateram à porta e obrigaram-me a sair. Estupraram a minha esposa, tiraram a minha botija e outras coisas e meteram no carro deles. Depois deitaram a minha casa abaixo e jovem.

### 7.31 "Demoli residências no Ramiro para distribuir aos meus colegas"

*Jornal Grandes Notícias*

*12 De Agosto de 2016*

A acusação é do popular Vieira António Domingos, que estava a construir uma humilde casa naquele bairro e ficou detido durante 24 horas. Foi ameaçado de morte pelo chefe do posto no dia 31 de Julho e explica: «Tenho um terreno no bairro Boa Esperança de 20/30 metros, adquirido em 2012 e onde tenho uma obra de construção civil. Estávamos a trabalhar num domingo' portanto no dia 31 e, de repente, apareceu uma viatura de patrulha da Região Militar Luanda sem matrículas os soldados não exibiam os seus passes de identificação e pediram-nos para que os acompanhássemos até à sua unidade e obedecemos», disse.

Prosseguindo a narrativa, avançou que o comandante lhe disse que o espaço em causa fora cedido a um militar da sua unidade, identificado apenas por "Mana Minga" «Meu camarada este espaço foi cedido por uma camponesa ao soldado "Mana Minga" e vamos prender-te por estares a efectuar obra num espaço que não te pertence», narrou o jovem, acrescentando que respondeu ao capitão que «tenho o terreno desde 2012 e tenho também a documentação passada pela dona da

lavra, pela comissão de moradores e pela administração comunal. No espaço há uma casa já erguida, com uma carrada de área e outra de burgau e nunca houve situações como esta. Porquê agora?», questionou.

Segundo o denunciante, o capitão Zequita ameaçou-o de prisão por falsas declarações. «Fui ameaçado de morte por parte do soldado "Mana Minga" na presença do seu chefe, que limitou-se apenas a ouvir.

Acredito que eles fazem tudo aquilo apenas para intimidar e depois apoderarem-se dos terrenos alheios. Também me disseram para nunca mais pisar os pés no meu terreno, porque se insistir vou morrer, incluindo os meus familiares», alertou.

Vieira António Domingos disse que quando foi detido receberam-lhe dinheiro no valor de cinco mil kwanzas que foi dividido entre os militares e o telemóvel. «Durante a noite eles estavam a conversar entre si e, o capitão Zequita, disse para o soldado "Mana Minga" para fazer esforço para ficar com o meu terreno, que eles o iriam apoiar na rectaguarda. "Mas o esforço tem ser teu. Vais ficar com o terreno deste cidadão e vamos ameaçá-lo para sentir-se intimidado e nunca mais aparecer no espaço», acusou.

Adiantou que apresentou queixa-crime ao oficial-dia da Região Militar Luanda no dia 3 do mês de curso, mas até hoje não foi contactado, nem informado como está andar o processo. Este jornal ligou para o tal capitão Zequita que respondeu: «Já me telefonaram a partir da direcção do comando da Região Militar Luanda sobre este assunto, mas lhe adianto que neste dia não estava no serviço, foi o meu dia de folga», e desligou o telefone. Insistimos, mas deixou de atender às chamadas.

### 7.32 UNITA também associada razões da morte no Zango II

*Novo Jornal*

*12 De Agosto de 2016*

A lista de razões que estiveram na base da morte do adolescente Rufino no Zango II cresce. Ontem, o comandante do Posto Comando Unificado Permanente (PCUP), pertencente à Região Militar de Luanda, acusou também a UNITA de ser responsável pelos confrontos no bairro Walale.

Entretanto, a versão do PCUP não incluiu a utilização de "armas de fogo" por parte da população, como alegou o Estado-Maior General das Forças Armadas

Angolanas num contestado comunicado divulgado na quarta-feira, 10.

Segundo o Coronel Silvano Ndongua, que comanda o PCUP, e dirige as tropas no local das demolições, a morte do menor Rufino António foi fruto da deslocação de uma delegação da UNITA, composta por dois autocarros que "incitou o ódio às populações que com paus, garrafas de gasolinas e pedras tentaram queimar máquinas que destruíam as residências".

Ndongua disse que as suas forças não sabem precisar se o tiro que atingiu Rufino António foi dado por indivíduos da UNITA ou pelas suas forças, uma vez que alega ter existido trocas de tiros. "Olha que os membros da UNITA vieram com paus, pedras e garrafas de combustível", acusa o comandante do PCUP, citado pela Voz da América.

Segundo o coronel Silvano Ndongua, três militares das suas forças encontram-se "gravemente feridos" como resultado dos confrontos.

### 7.33 Figuras públicas condenam actuação de militares e morte de menor

*Novo Jornal*

*12 De Agosto de 2016*

A morte de Rufino António está a suscitar reacções por parte de várias figuras públicas, que, através das suas páginas na rede social Facebook, condenaram o linchamento do adolescente pelas ao adolescente. "Uma vela pelo Rufino", escreveu o ex-comandante da Polícia Nacional da tropa do general wala.

O assessor de comunicação Divaldo Martins, do Gabinete de Revitalização e Comunicação (Grecima), afecto à Presidência da República, publicou na sua página a imagem de uma vela acesa dedicada Lunda-sul.

A cantora pérola desabafou a sua revolta. "Pelo Rufino. Pelos Rufinos da vida! "Amar o próximo como a si mesmo" está difícil. Mais amor ao próximo, por favor", apelou a mulher do responsável máximo da Semba Comunicação, Sérgio Neto, instituição que gere os conteúdos programáticos do canal 2, entregue ao filho do Presidente da República, José Paulino dos Santos "Coreon Du".

O músico Caló Pascoal também publicou a imagem de uma vela acesa e fez algumas citações em alusão a Rufino. "Mãe, peço perdão, mas não levei telemóvel para a rua, não levei pasta, não levei relógios ou fios de

ouro, aliás nunca tive, fui à rua de mãos a abanar por causa dos gatunos... Mãe, fui confiante porque sei que na rua há policiais, Mãe, os meus amigos disseram que lá fora tem militares das FAA, então saí porque senti que estava seguro dos assaltantes de telemóveis e outros meios... Mãe, por favor não sei quem me tirou a vida, mil desculpas, Mãe... Eu sou o Rufino como muitos me chamavam", escreveu o cantor.

Já o rapper KID MC manifestou-se envergonhado. "É nestes momentos que sinto vergonha de ser angolano. Matar um miúdo de 14 anos por não aceitar que a sua casa seja demolida é desumano. Que necessidade é que tinham de premir o gatilho contra um miúdo desarmado?", questionou o famoso rapper, clamando por justiça: "Tem de haver justiça, a morte deste rapaz não pode passar em branco como se nada tivesse acontecido. Queremos Justiça!"

O rapper MCK também mostrou indignação perante o sucedido. "Rufino é apenas mais um nome que entra na estatística das várias vítimas de repressão em Angola. A lista é longa, e a próxima vítima pode ser você. Cuidado com a cumplicidade do seu silêncio", publicou.

A actriz e cantora Helga Fety quebrou o silêncio e partilhou uma imagem que espelha uma citação de um dos progenitores do falecido: "Perdemos o filho, perdemos a casa, não temos dinheiro para dar um funeral digno ao nosso Rufino".

Figuras públicas, como Preto Show, C4 Pedro, Big Nelo e Fredy Costa, também manifestaram a sua tristeza e revolta.

### 7.34 Forças do general wala executam rapaz de 14 anos

*Jornal A República*  
12 De Agosto de 2016  
Texto: Borrvalho Ndomba  
Fonte: RA

O coordenador da SOS Habitat Acção Solidária, Rafael Morais, disse ao Rede Angola que o rapaz, identificado como Rufino Marciano António, foi morto pelo facto de ter questionado a demolição da residência onde morava com os pais. "No sábado às 17h30, um adolescente de 14 anos foi morto pelas forças do Posto de Comando Unificado (PCU).

Depois de dispararem contra o miúdo, dispersaram, e depois voltaram ao local de onde levaram compulsivamente o corpo do rapaz para parte incerta.

A informação que tivemos na comunidade é que o rapaz questionou onde podia viver enquanto as casas estavam a ser demolidas, e de repente apareceu um militar que disparou directamente na cabeça do menino': disse Rafael Morais, citando o relato dos pais do jovem.

Segundo o activista da SOS Habitat, os pais descobriram que o cadáver se encontrava na morgue do Hospital [osina Machel, informação que lhes foi facultada pela polícia de Viana. "Ontem, domingo, os familiares foram até a unidade da polícia, onde foram informados de que o corpo estaria possivelmente na morgue do Maria Pia. Os familiares foram até à Maria Pia onde encontraram o corpo': O primeiro acto de demolição na área, refere a SOS Habitat, foi no dia 30 de Julho na localidade do Zango IH. Na passada quarta-feira, os supostos efectivos do PCU iniciaram as demolições no bairro Walale que culminou com a morte do rapaz no sábado. Ainda de acordo com o coordenador da referida ONG, que defende o direito de habitação dos angolanos, a notificação que os moradores receberam tem o selo da Zona Económica Especial.

"No sábado, receberam uma notificação assinada por um primeiro-sargento, com a timbragem da Zona Económica Especial a orientar a demolição involuntária. Este bairro já está aí há mais de 30 anos, segundo o soba da comunidade, quando os moradores da Boavista foram realojados no Zango, o bairro Walale já existia" lembrou Cerca de 2500 famílias vivem aí.

Até ao momento a Policia de Luanda não confirmou ou desmentiu o incidente.

### 7.35 General Wala lamenta execução de rapaz de 14 anos pelas suas forças de segurança

*Jornal A República*  
12 De Agosto de 2016  
Texto: Coque Mukuta  
Fonte: VOA

Isto acontece numa altura de grande tensão na área devido à demolição de milhares de habitações.

Os bairros Walale, no Zango 2 e Zango 3, estão cheio de agentes das Forças Armadas Angolanas (FAA), que orientam a demolição de mais de duas mil casas.

Rofino Fernandes António, de 14 anos de idade, foi morto à queima-roupa, disse o tio Rui Domingos, que

acrescentou que a família não recebeu qualquer apoio das autoridades. "Responsabilizem os assassinos pela ocorrência. O pai e a mãe não trabalham (...) que nos ajudem' disse Domingos.

A VOA contactou o tenente-general, Simão Carlitos Wala, que comanda aquelas forças, que sem gravar a entrevista lamentou o sucedido e garantiu estarem em curso investigações.

As demolições continuam nos dois bairros.

Residentes disseram à VOA que um comandante da Polícia Nacional no Zango terá sido agredido pelas FAA, quando tentava averiguar a morte do adolescente.

Os deputados da UNITA deslocaram-se Sexta-feira última para o local das demolições, mas ainda não tomaram qualquer posição pública. Recorde-se que Salvador Freire, Presidente da Associação Mãos Livres, afirmou recentemente que apenas os tribunais têm a competência de desalojar a população

### 7.36 General Wala trava provedor de justiça

*Jornal A República*  
12 De Agosto de 2016  
Fonte: *Club-k.net*

Pontes do Club-k no local afirmam que os militares mobilizados para controlar os lotes demolidos disseram ao provedor o seguinte: "aqui não há provedor": Os militares ao serviço do Posto Comando Unificado (PCU) alegam que estão simplesmente a cumprir ordens superiores. Outras fontes afirmam ainda que os militares chegaram mesmo a apanhar armas aos integrantes da comitiva que acompanhou o provedor. Recorde-se que as demolições do sábado último, dia 6, tiveram como vítima um rapaz de 14 anos que em vida se chamou Rufino António e a destruição de mais de 600 residências.

### 7.37 “Iniciou uma verdadeira guerra contra os pobres”

*Novo Jornal*  
12 De Agosto de 2016  
Texto: *Nok Nogueira*

Angola tem um histórico de guerra que constitui provavelmente o seu maior passivo e ao mesmo tempo um exemplo de Paz muitas vezes definido como sendo

"sem par". A sua formação em gestão de conflitos ajuda-o hoje a definir Angola em que termos?

De facto, Angola acumulou, em muitas das suas dimensões humanas, familiar, socio-antropológica e política, uma enorme factura e fractura pós-traumática resultante do conflito que, para além da guerra, configurava igualmente uma ditadura marxista-leninista. Isto arredou a cultura do diálogo, destruiu em grande medida as iniciativas individuais, coibiu liberdades, excluiu muitos grupos, especialmente os minoritários, para além de traumas deixadas em órfãos, viúvas, ex-combatentes, retomados e, cimentou a cultura da desconfiança política que constitui uma das heranças mais recalcitrantes do conflito armado. Agora, que a paz conseguida não tenha "par", isso já não diria, pois da paz negativa, na visão de Johan Galtung (ausência de guerra) para outra de dimensão empenhativa, progressiva, dialogada

e construída com todos, tal constitui cada vez mais uma miragem no nosso horizonte sociopolítico.

A Paz é ainda definida em Angola como sendo "um processo" e não um facto já consumado. Teve sempre a perspectiva que seria mais fácil o calar das armas do que propriamente o pacificar dos espíritos?

Sim. Neste sentido, o Governo, os partidos políticos, a igreja e as forças da sociedade civil em geral, cometemos todos, mais ou menos, um erro de análise: os grandes movimentos e iniciativas a favor da paz, logo após a assinatura do Memorando de Entendimento do Luena, em Abril de 2002, estiolaram-se completamente e deixaram um grande vazio no processo da consolidação da paz e da construção de entendimentos e coexistências. Da parte de certos sectores da chamada comunidade internacional, havia muita pressa em consolidar posições e interesses, especialmente nos sectores petrolíferos e de outros recursos extractivos e na reconstrução nacional. Certos consulados encerraram os seus sectores de cooperação com a sociedade civil e insistiam no modelo de cooperação bilateral, fechando praticamente as suas portas à sociedade civil e aos enormes desafios para a construção da paz, preferindo o betão armado à edificação da coexistência.

É nesse contexto, na minha visão, em que o Comité Inter-eclesial para a Paz em Angola (COIEPA) é forçado a esvair-se em forças e a desaparecer. Mas ficou cada vez mais o vazio e que deve ser preenchido com urgência. Angola precisa de enfrentar os seus medos, sarar as suas feridas, incrementar um espaço de catarse nacional, abrangendo famílias, paradigmas socio culturais e religiosos, envolvendo experiências

internacionais de abordagem da verdade. Porque não falamos da cura dos efeitos traumáticos do "27 de Maio", da Revolta Activa, das desapareções no maquis, do massacre dos Bakongo na Sexta-Feira Sangrenta de 1993, do caso "Monte Sumi", de Cherokee, de Kassule e Kamulinge, de Hilberto Ganga, das vítimas mortais das demolições de 2010 na cidade do Lubango, do fresco caso "Rufino"... As feridas cumulativas criam igualmente potencial de revoltas de elevada envergadura. E, nas condições

actuais, a violência estrutural não foi "desconstruída", mas, pelo contrário, está de facto a ser fermentada de modo exponencial. Precisamos de parar para ver as fontes dessa violência e tratarmos das feridas antigas e recentes.

Quanto tempo precisará o país para ver cumprir o prazo minimamente razoável para se alcançar uma paz, não digo plena, mas uma paz que melhor faça jus a esta palavra?

Em minha visão, não deveríamos colocar prazos mensuráveis, mas antes mobilizarmos os angolanos todos para um novo pacto social, feito com maior confiança em si próprios, sobre todos os assuntos que a eles dizem respeito. A paz resultaria de uma visão construída e compartilhada por todos, desde os velhos considerados repositórios da nossa memória colectiva na luta pela independência, os que de uma ou de outra maneira participaram da luta a partir de vários ângulos e interesses, os grupos rácicos, étnicos, económicas, sociais, as minorias que sempre estiveram arredadas dos momentos considerados cruciais, os que vivem dentro e fora de Angola, todos juntos independentemente do "cartão de militante", do credo, da origem social, sem exclusão de ninguém.

O senhor padre tem sido muito crítico relativamente a uma visão de futuro que afirma não haver nas elites governantes, tendo está, lendo as suas palavras, perdido de vista o "outro". Conseguiria estabelecer um termo comparativo relativamente a um período em que esta elite governante tenha sido mais solidária?

A presente geração de políticos perdeu completamente a visão de um destino comum - aquilo a que chama de "futuro" -, pois enrodilhar-se completamente à volta de seus interesses económicos e deles se fizeram irremissíveis prisioneiros. Só contam os seus interesses, a sua visão limitada, os seus interesses estreitos e suas acções, muitas vezes violentas. Por exemplo, o cada vez mais agressivo assalto às terras, as massivas e cruéis demolições, o desbaratamento do erário público, a desmedida venda de madeira e de outros recursos florestais, o destino ignoto de tantos

recursos piscícolas. Parece-nos que agem na lógica do "Dragão Apocalíptico", parafraseando a expressão de um meu colega de sacerdócio, que tem somente mil anos para proceder à devastação porque para os outros mil anos, ele estará completamente atado às trevas e ao obívio.

O tempo de maior solidariedade aconteceu quando a geração de Agostinho Neto e Lúcio Lara estava no poder. Era tempo de guerra, mas os chamados Assuntos Sociais ainda tinham alma e coração. Não falo de pessoas e de líderes a título individual, pois há muitos que são abertos, mas têm receio de enfrentar as instituições do poder actual, com risco de perderem o pão.

Coloco a questão porque estamos a falar de praticamente de uma governação que só há 14 anos consegue fazê-lo em ambiente de paz, num ambiente em que não se ouve o ribombar dos canhões da guerra. Mas pensa que Angola teria sido ainda mais solidária do que é hoje se quisesse?

Sim, mas noutros tempos. Agora essa solidariedade de mandar dinheiro para Cabo Verde, RCA, FAO e outras paragens, às vezes com melhores pascigos, quando as estiagens no Sul de Angola não interessam ao seu conceito mas, sim, interessa focar outras agendas. No entanto, o angolano tem um coração enorme. É o que, como se fosse uma "hipóstase", assegurou a coesão social, a unidade no essencial e em situações-limite. Um dos exemplos mais acabados, é o nosso apoio, mais perto do sangue do que da pena (na visão de Pablo Neruda) à Namíbia e à África do Sul durante a luta contra o Apartheid.

Enquanto isso continua a entender que a visão que se tem do futuro em Angola é ainda míope, ou seja, é uma visão ainda aquém de um olhar mais efectivo no que à construção de valores agregados à paz diz respeito?

Não haja dúvidas. A actual elite, endinheirada e não rica (expressão emprestada de Mía Couto), tem poucas raízes fundadas em valores, mais absorvida que está no acelerado acúmulo de bens para si e para os seus. Assim, perdeu a oportunidade de absorver os valores da tolerância, da construção da coexistência, a capacidade de auscultar o "outro", a abertura de ter "os olhos de ver", sobretudo neste momento probatório em que as pessoas sentem cada vez mais o abandono, escasseiam cada vez mais esses marcos "referenciais" do ponto de vista ético.

## 7.38 Kamartelo não poupa gente sofrida

*Jornal Grandes Notícias*

*12 De Agosto de 2016*

*Texto: António André*

O presidente da Comissão de Moradores e do secretário do comité de acção do MPLA, António Francisco de Moraes, anexado ao CAP 703 do Zango-4, disse ao *Jornal Grandes Notícias* que «já fizemos reclamação na administração do Zango e de Viana e estamos a aguardar que o MPLA resolva a nossa situação, no sentido de darem - nos novos espaços para podermos erguer as nossas casas. Estamos desamparados e ao relento, queremos a ajuda do MPLA», apelou.

Segundo as informações, as primeiras demolições aconteceram no dia 30 de Julho e estenderam-se ao dia 4 de Agosto. «Quando apareceu a polícia com as máquinas, não prestaram qualquer informação e começaram a partir as nossas casas. O fiscal-chefe disse simplesmente que foram orientados a demolirem as nossas casas pela administração municipal de Viana», De acordo com o que disse, no bairro Kitundo-1 vivem 270 famílias e, desde as demolições, todas estão a dormir ao ar livre. «Estamos a remendar algumas chapas para que possamos nos cobrir do frio; desde que as nossas casas foram demolidas ninguém da administração de Viana ou qualquer membro do partido no poder apareceu na nossa zona para mostrarem solidariedade com os seus militantes que estão ao relento», lamentou.

O activista do MPLA explicou que o bairro surgiu há quatro anos e esclareceu que são acusados por parte da administração de Viana de terem ocupado o bairro ilegalmente.

«Nós não tínhamos para onde ir e a dona Lúcia Maria nos cedeu o espaço para erguermos as nossas casas. Não somos invasores conforme o administrador tem feito crer. Queremos que o governo nos aloje porque somos militantes do MPLA e também nacionalistas», sublinhou.

Dona Neid Culemba, moradora do referido bairro há nove meses, disse que eles vieram no período da manhã. Apareceram polícias, FAA e os fiscais, com os tractores. Sem nenhuma explicação e sem exibirem qualquer documentação, «começaram a demolir as casas. As casas cujos moradores estavam ausentes foram deitadas abaixo com os seus haveres e muitos perderam os seus parques móveis. Perdemos muitos bens», lamentou a lacrimejar.

Aqueles que pretendiam reagir foram espancados pelos homens das Forças Armadas e da Polícia Nacional, denunciou, acrescentando que «foram demolir uma outra zona e passados três dias vieram dar sequência ao que começaram. Estamos a dormir ao relento, apanhando frio e nevoeiro», reiterou.

Na sua humilde casa perdeu uma botija de gás butano, partiram -lhe o televisor do tipo plasma e uma máquina de lavar. «Felizmente não tínhamos dinheiro dentro de casa, porque as outras pessoas perderam mesmo dinheiro e não sabemos quem vai assumir os danos».

Os que demoliram as casas no bairro Kitundo-1 não prestaram quaisquer informações; «mas o que estamos a ouvir é que as donas das lavras estão legal e foram elas que nos passaram os terrenos para podermos construir as nossas casas.

Elas próprias não sabem o que se passa. As pessoas que vivem nesta zona compraram e pagaram os espaços às anteriores proprietárias, embora haja quem esteja a mentir e a dizer que não. Mas a verdade é que compramos os espaços. Dependendo do tamanho do terreno, uns pagaram 100 mil kwanzas e há quem pagou muito mais», referiu.

A nossa reportagem pode constatar que no meio das vítimas há diversas senhoras com parto fresco ou seja, que deram à luz muito recentemente, outras estão em estado de gestação e passam a noite ao relento com os bebês, correndo o risco de contrair outras enfermidades.

Depois das demolições na zona do Kitundo-1, a administração de Viana colocou uma placa a dizer que a área está reservada para um projecto comercial, industrial e agrícola da Zona Económica Especial Luanda-Bengo, que é um projecto, como se disse na nossa edição anterior, falido. Ora esta!

"As demolições são legítimas"

As autoridades consideram legítimo o processo de demolição de casas em curso nas zonas do Zango II e III, que, segundo eles, "afectam apenas obras recentes erguidas em reservas fundiárias do Estado". A posição foi assumida pelo director do Gabinete Jurídico da Administração Municipal de Viana, Hamilton de Lemos, que reagia aos microfones da Rádio Nacional de Angola, ao polémico processo de demolições iniciado há uma semana naquela zona.

Segundo o responsável, as demolições estão a ser feitas pela Zona Económica Especial (ZEE), que alegadamente viu o seu perímetro invadido por novas obras. «A Zona Económica está a quebrar obras



novas, está a demolir obras novas, as obras antigas, aquelas que estão no cadastro da zona económica, que são os bairros antigos que já lá existiam, essas estão devidamente preservadas e a seu tempo serão indemnizadas», explicou Hamilton de Lemos.

Em sua opinião, para as obras erguidas «de forma arbitrária», cujos proprietários fizeram contratos com empresas supostamente sem legitimidade sobre o espaço, não vai haver «qualquer responsabilidade por parte da Zona Económica». Encontram-se nessa situação várias famílias e detentores de projectos habitacionais, como é o caso da construtora FOBE, que teve demolidas 624 casas, erguidas dentro do perímetro da ZEE, num investimento de 1,2 mil milhões de Kwanzas, ou seja, 7 milhões de dólares.

O responsável da construtora disse ter adquirido os terrenos a camponeses da zona, com os quais firmou contratos para a construção de um condomínio, de que também seriam beneficiários. Daniel Carlos referiu que em Dezembro foram notificados pela ZEE para apresentar documentação sobre a posse do terreno e, no sábado, foram «surpreendidos por homens e máquinas» de madrugada que procederam às demolições. «Vamos escrever ( ... ) para que no mínimo essas famílias que ficaram sem os imóveis sejam recompensadas», avançou.

A situação está a ser considerada pelo coordenador de direcção da organização não governamental SOS Habitat, Rafael Morais, como "altamente lamentável": tendo já como consequências a morte de uma criança.

#### Tchিপilica humilhado em público

No dia da nossa reportagem, portanto na terça-feira (9), o Provedor de Justiça, Paulo Tchípilica, deslocou-se ao terreno para constatar, in loco, a realidade da situação, mas foi impedido de fazer o seu trabalho por um grupo de militares afectos à Região Militar Luanda. Paulo Tchípilica foi impedido de avançar até ao epicentro das devastadoras demolições por militares que fazem o cordão de segurança das terras. Ao que os jornalistas no local puderam depreender, um oficial alegou ter recebido ordens superiores para não permitir o acesso ao local do magistrado. Porquê? Quem não deve não teme! Desta forma, Paulo Tchípilica foi impedido de forma humilhante de exercer a sua função.

Afinal, enquanto Provedor de Justiça, ele é o defensor dos cidadãos contra alegados abusos praticados pela Administração e por outros poderes públicos, como está plasmado na Constituição da República.

Cabe ao Provedor defender os direitos, liberdades, garantias e interesses legítimos dos cidadãos. Estas situações acontecem sempre que se avizinham as eleições. Foi assim em 2008 no Kilamba Kiaxi/Camama, idem em 2012 em Cacucaco e, agora, em 2016 em Viana. Os responsáveis por estes actos não são responsabilizados juridicamente e a culpa morre sempre solteira.

As reacções face a tal acto não se fizeram esperar. O jornalista Ismael Mateus disse que «o Provedor finalmente virou o provador do que o povo passa. Enfim, o Provedor virou o provador da justiça sem pressão», disse.

### 7.39 Milhares De Casas Demolidas Por Militares Nos Arredores De Luanda

*Jornal A República*

*12 De Agosto de 2016*

*texto: Por Lusa*

A delegação da direcção do partido, que incluiu igualmente quatro deputados, pretendia constatar no terreno as reclamações de cidadãos que viram as suas casas demolidas, há cerca de uma semana, supostamente sem aviso prévio e sem justificação dada.

Alguns dos afectados contaram à agência Lusa que as demolições iniciaram na passada sexta-feira, nos bairros Walali e Floresta, onde pelo menos 4.000 casas, de vários tipos, foram demolidas por militares que informaram apenas estarem a "cumprir ordens superiores":

Segundo as vítimas, os moradores afectados recorreram à administração da zona para obterem uma explicação sobre o sucedido, mas não lhes foi dada resposta.

No decorrer da visita, dois deputados e um fotógrafo foram obrigados a acompanhar dois militares, que supostamente fazem a guarnição do local, por suspeita de estarem a ser feitas imagens do local.

Em declarações à Lusa, o secretário para os Direitos Humanos da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), Joaquim Nafóia, disse que a delegação pretendia chegar até ao local das demolições, cuja passagem está vedada ao público, e ouvir os responsáveis desses actos, quando os militares se aproximaram do grupo e exigiram que os deputados os acompanhassem.

Joaquim Nafóia disse que com a informação recolhida será feito um relatório e o assunto deverá ser levado ao parlamento angolano pela bancada parlamentar da UNITA.

"São quatro mil residências demolidas em três bairros, a população avançou -nos o número de três mortos e alguns feridos desde que começaram as demolições': disse o secretário para os Direitos Humanos da segunda maior força política no país, que classificou como "triste este tipo de situações":

O dirigente da UNITA referiu que apelaram às pessoas para terem "muita calma, prudência e inteligência" no tratamento deste caso.

A Lusa constatou no local a presença de um grupo numeroso de pessoas, que dizem ter já recorrido à administração municipal, ao Governo da Província de Luanda, mas sem solução aparente para o caso.

#### 7.40 Militares que abateram menor de 14 anos no Zango continuam a monte

*Jornal Manchete*

*12 De Agosto de 2016*

*Texto: Orlando Hocha*

Continua no seio dos mais variados segmentos da sociedade angolana e internacional o sentimento de revolta contra os actos perpetrados, recentemente, na zona do Zango II e III, em Viana (Luanda) por militares das Forças Armadas Angolanas (FAA), afectos a Região Militar Luanda, que resultaram na demolição de residências e a morte de um adolescente de 14 anos e uma criança de cinco.

As autoridades angolanas, em defesa da "sua dama", acusam os populares afectados pelas demolições, de terem invadido as terras - consideradas reservas fundiárias do Estado, sob controlo da Zona Económica Especial (ZEE) Luanda-Bengo - enquanto o Provedor de Justiça acusa-as de serem insensíveis perante a situação vigente naquelas zonas.

De acordo com Paulo Tchililica, que recentemente foi impedido pelos elementos das FAA aí estacionados, o governo angolano deve ser sensível na resolução dos problemas dos cidadãos que merecem protecção das autoridades.

"O Estado é insensível a todas estas situações", disse o provedor, salientando que "estes cidadãos merecem a sua protecção". "Portanto, é dentro deste contexto da democracia estabelecida que iremos analisar esta

situação com as entidades competentes", acrescentou Tchililica, quando se dirigiu para os órgãos de comunicação social.

De realçar que, quando o Provedor de Justiça tentou entrar para a zona onde foram demolidas as residências em referência, e outras obras de construção definitivas, foi impedido, alegadamente por não ter sido autorizado pelas estruturas superiores das FAA.

Tal como citou a Voz da América (VOA), baseando-se no jornal O País "ele (Paulo Tchililica) tinha que vir aqui somente com papel assinado por estas entidades. Não temos nenhuma orientação neste sentido. Defender o povo tem normas. Vir aqui só por vir não está certo", disse um dos oficiais das FAA não identificado.

O menor de 14 anos, morto friamente a tiro, chamava-se Rufino António, tendo o assassinato ocorrido quando a vítima tentava saber porquê estava a ser demolida a residência dos seus pais.

Já o bebé - igualmente vítima das atrocidades das FAA foi decapitado pela máquina que foi utilizada para as demolições, tal como revelou a VOA, citando os familiares e vizinhos que assistiram a cena.

De acordo com os mesmos, a criança - Baptista como se chamava - morreu quando uma pá carregadora destruiu a casa onde se encontrava, degolando-a.

Ainda de acordo com a VOA, o tenente-general, Simão Carlitos Wala, comandante da Região Militar Luanda, quando por si contactado, sem gravar a entrevista, lamentou o sucedido e garantiu estarem em curso investigações.

Por seu lado, o porta-voz da Polícia Nacional, em Luanda, Mateus Rodrigues, disse que a corporação não tinha, na altura em que foi contactada, muita informação sobre o caso, tendo garantido que somente o processo de investigação que foi instaurado poderá dar resposta.

"Não há muitas informações, dizer apenas que tomamos conhecimento e foi aberto um processo de investigação. Este processo sim poderá trazer as informações necessárias sobre o que efectivamente ocorreu e em que circunstância o jovem perdeu a vida e portanto, quem serão os culpados e a sua devida responsabilização. Posso dizer que diz-se muitas coisas, mas nenhuma destas informações é certa", afirmou Mateus Rodrigues.

De salientar que, para além do Provedor de Justiça, os deputados da UNITA foram, igualmente humilhados

pelos homens comandados pelo tenente-general Wala, tendo alguns deles sido presos.

#### Responsabilização e exoneração

Várias são as organizações dos direitos humanos e não só, que clamam para que a justiça seja feita, sendo que, o tenente-general Wala está a ser apontado como sendo o principal culpado das mortes ocorridas no Zango e nas outras zonas de Luanda onde foram levadas a cabo demolições, cujos protagonistas são militares por si comandados.

A população, tal como citada pela imprensa, exige a sua a exoneração, que terá já sido solicitada em carta endereçada ao Presidente da República, José Eduardo dos Santos, entidade que criou o Posto de Comando Unificado que protege aquelas zonas,

As vítimas são de opinião de que se assim o Comandante-em-Chefe proceder, serão evitadas outras mortes gratuitas em tempo de paz.

A organização de direitos humanos, Human Rights Watch, emitiu um comunicado condenando as demolições e pedindo a responsabilização dos autores dos disparos que mataram o jovem de 14 anos, bem como daqueles que decapitaram o bebé.

Segundo apurou o Manchete, tão logo sejam apurados os autores dos disparos, o assunto será remetido ao tribunal, no país e caso não haja decisão favorável às vítimas, deverá seguir para as instituições internacionais.

"O tenente-general Wala e os seus homens não podem continuar impunes perante assassinatos de pessoas indefesas, têm de responder em tribunal", disseram fontes do Manchete, acrescentando que não compreendem as razões que fazem com que os militares disparem contra civis desarmados.

#### Vídeo chocante

O vídeo que está a circular nas redes sociais, sobre a morte do menor Rufino António é muito chocante e demonstra o atropelo dos direitos humanos em Angola.

A vítima foi barbaramente atingida na cabeça e, como se não bastasse, os seus algozes nem sequer se dignaram prestar socorro, antes de sucumbir, "trataram-no como um cão, num país onde o Governo diz defender os direitos humanos, mormente da criança", lamentou uma fonte do Manchete, sublinhando que "Só alguém que não tem família -

filhos - pode viver tranquilamente perante este acto hediondo por si perpetrado".

Para si, estes actos devem ser condenados e os órgãos competentes não devem ficar de braços cruzados.

Defende, por outro lado, que o tenente-general Wala está em condições, perante esta realidade, de colocar o seu lugar a disposição se, na verdade é, também, um humano/ mortal que respeita a vida, "Ele está a ser usado pelos donos deste país, amanhã será ele a pagar por tudo isso, então, seria bom que se demarcasse destes assassinos".

### 7.4.1 Posição «demolidora»:

*Tchিপilica proibido de entrar no Zango*

*Jornal O novo Jornal*

*12 De Agosto de 2016*

*Texto: António Paulo*

Apesar de não ter conseguido chegar às casas demolidas, o provedor de Justiça garantiu que serão encontradas soluções para as vítimas. "Fiquem com a mesma calma e serenidade, porque o Estado está aqui para, vos proteger. Não existe Estado sem o cidadão", frisou.

O clima continua tenso nos Zangas 2 e 3, zonas onde decorrem demolições de centenas de moradias, com a protecção de militares armados, mandatados pela direcção da Zona Económica Especial (ZEE). Terça-feira, dia 9, o provedor de Justiça tentou visitar o local, mas foi impedido de o fazer pelas tropas ali destacadas. Os militares alegaram ter ordens para não permitir entradas, seja de quem for, na zona demolida.

Eram cerca de 09h00, quando uma comitiva encabeçada pelo provedor de Justiça, Paulo Tchípilica, se deslocou à zona do Zango 3, localidade onde foram demolidas 624 residências, construídas pelo Fundo de Organização de Bens e Imóveis, sociedade Lda (FOBIS), bem como outras casas erguidas por populares.

À chegada, o provedor foi recebido por populares dos Zangas 2 e 3, que o aguardavam a uma distância de cerca um quilómetro da zona protegida por militares. Após uma breve conversa com os lesados, que solicitaram a intervenção da Provedoria de justiça, Paulo Tchípilica seguiu para a zona demolida com a comitiva que o acompanhava, entre os quais funcionários do seu pelouro, jornalistas e um cordão de segurança de agentes da Polícia Nacional, chefiados pelo comandante das duas zonas, intendente Kadafi.

Ao aproximar-se da área demolida, um dos soldados dirigiu-se à caravana e interrompeu a marcha, anunciando que não estava permitida a entrada a ninguém, "seja quem for".

"Ninguém pode fazer fotos, nem gravações", avisou o militar, ladeado por outros soldados armados. Nem mesmo a presença do provedor de Justiça e as suas explicações sobre o motivo da visita fizeram os militares recuar. Paulo Tchíplica ainda tentou, por via telefónica, obter autorização do coronel Silvano Ndongwa, comandante do Posto de Comando Unificado do Zango e responsável pelas tropas no terreno, mas não foi bem-sucedido. O ombudsman (palavra de origem sueca que significa o representante do povo) ainda efectuou vários contactos que também resultaram em nada.

Obrigado a regressar, o provedor de Justiça fez a segunda paragem no mesmo local onde deixara a população, que o aguardava para saber o que viu. Paulo Tchíplica apelou à calma das vítimas, garantindo que o problema estava a ser solucionado. "Depois de tudo aquilo que vimos e depois da vossa exposição, iremos analisar essas situações com as entidades competentes. Fiquem com a mesma calma e serenidade, porque o Estado está aqui para vos proteger. Não existe Estado sem o cidadão. De modo que são esses aspectos que viemos aqui dizer e pedir para que aguardem por melhores soluções. A vossa situação será devidamente analisada e virão soluções para todas as pessoas, cujas casas foram destruídas", garantiu.

Questionado pelos jornalistas sobre o facto de ter sido impedido de entrar na zona demolida, o provedor de Justiça negou ter sido barrado pelos militares e afirmou que a sua missão estava cumprida. "Penso que não terei sido barrado. Não houve nenhuma barragem. Tivemos a oportunidade de vir aqui e, nesse aspecto, a nossa missão está cumprida. O mais importante foi contactar as populações e as suas preocupações", disse Paulo Tchíplica, esclarecendo que a sua acção se limita a propor recomendações para a solução dos conflitos.

## 7.42 A administração da Samba propõe transferência de moradores em zona de risco

*Jornal O PAÍS*

*10 De Agosto de 2016*

*Texto: Afrodite Zumba*

Os cidadãos residentes em zonas de risco no distrito urbano da Samba, nomeadamente na montanha e ao

longo da orla marítima, poderão ser transferidos para outras localidades, tal como afirmou ontem, em Luanda, a administradora adjunta para a Área Técnica, Madalena Manuel.

Segundo a responsável, a instituição já efectuou o cadastramento dos moradores e encaminhou a proposta à Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) para o devido aval.

Salientou que a medida visa assegurar a população ali residente, de modo a que não estejam expostos a perigos, citando como exemplo, os deslizamentos de terra e desabamento de casas durante o período chuvoso que se avizinha.

Entretanto, a responsável não revelou a data nem o local em que esta população será realojada, caso a proposta seja aceite pelo CACL.

Madalena Manuel, que falava à imprensa após a inauguração da Associação dos Naturais & Amigos da Samba (ANASAMBA), esclareceu que, a par desta medida, também têm sido feitos os desassoreamentos das valas do distrito pela Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda (UTGCL). "

Temos as condições mínimas preparadas", disse. Sobre o mesmo assunto, a entrevistada disse que a população tem dificultado a limpeza das valas, uma vez que continuam a deitar lixo nas mesmas.

Concluiu que a Administração do distrito vai trabalhar em parceria com a ANASAMBA de forma a garantirem melhores condições de habitabilidade e bem-estar dos munícipes.

## 7.43 Provedor da Justiça

*Jornal Manchete*

*12 De Agosto de 2016*

O Provedor de Justiça, Paulo de Tjíplica, apesar de ter sido injustiçado ao ser impedido de efectuar uma visita ao Zango, no dia 9 do corrente, a fim de constatar a realidade sobre as demolições que estão a acontecer naquela zona de Luanda, pelo menos demonstrou seu interesse em avaliar por via dos factos, os inúmeros processos de reclamações que dão entrada no seu gabinete, \$0 licitando a reposição da justiça. A sua actividade consiste em defender a ferro e fogo, todas as liberdades e os direitos dos cidadãos adquiridos por lei e repor a legalidade nos casos em que tais direitos e liberdades sejam rejeitados, tal como ocorreu com ele 110 Zango II e III, Desta vez, as Forças Armadas

podem ter ido longe demais. Esperemos "os resultados" para ver!

o Provedor de Justiça, Paulo de Tjipilica, apesar de ter sido injustiçado ao ser impedido de efectuar uma visita ao Zango, no dia 9 do corrente, a fim de constatar a realidade sobre as demolições

que estão a acontecer naquela zona de Luanda, pelo menos demonstrou, seu interesse em avaliar por via dos factos, os inúmeros processos de reclamações que dão entrada no seu gabinete, \$0 licitando a reposição da justiça. A sua actividade consiste em defender a ferro e fogo, todas as liberdades e os direitos dos cidadãos adquiridos por lei e repor a legalidade nos casos em que tais direitos e liberdades sejam rejeitados, tal como ocorreu com ele 110 Zango II e III, Desta vez, as Forças Armadas podem ter ido longe demais. Esperemos "os resultados" para ver

## 7.44 Quando mais nada resta ao Estado de Direito

*Jornal Novo Jornal*  
12 De Agosto de 2016  
Texto: Nok Nogueira

Está instalado em Angola aquilo a que poderíamos chamar, sem qualquer tipo de reservas, de caos institucional. Isto é, assiste-se neste momento à institucionalização do "Quinto Poder", que, de modo discricionário e irrepreensível, atenta contra todos os princípios democráticos consagrados na Constituição do país e universalmente entendidos como sendo a base de qualquer Estado democrático de direito contemporâneo que se preze, de facto, e que tenha como visão a construção de uma sociedade em que a pessoa humana seja o edifício sobre o qual assenta qualquer país.

O "Quinto Poder" em Angola, numa análise incisiva e simplista, equivale à face mais perversa de um certo Estado que, em pleno contexto da afirmação democrática, ou tentativa deste, age ainda com as marcas de um Estado autoritário, movido e patrocinado sobretudo por um sentimento de aquiescência, impunidade e de ausência do primado da lei perante uma espécie de "absolutismo militar", que desrespeita todos os princípios possíveis e imaginários instituídos pelo Estado democrático de direito.

Estamos a falar de um "Quinto Poder" que atropela os superiores interesses decorrentes da implantação da democracia em Angola (não "a que nos foi imposta", que esta interessa apenas às conveniências político-

partidárias), mas aquela que resulta de uma conquista e da afirmação dos fundamentos inalienáveis no entendimento doutrinário sobre o princípio da separação de poderes no campo político, que respeita precisamente qualquer um dos poderes clássicos: Executivo, Legislativo e Judicial; e o considerado Quarto Poder, tipificado nos termos doutrinários como o direito de livre expressão, de informar e de ser informado.

Este "Quinto Poder" em Angola tem a "legítima" prerrogativa de se sobrepor a qualquer um desses poderes clássicos e ao princípio da separação dos mesmos, na medida em que, não só usurpa como deturpa o princípio da convivência democrática ao instituir uma espécie de mecanismo arbitrário de legitimação, que contraria no todo qualquer norma do direito positivo que se apresente diante de si nos termos da lei. Estamos precisamente, no âmbito do exercício deste "Quinto Poder", a falar das Ordens Superiores. Uma figura que passou a substituir os tribunais e todos os outros órgãos do Estado.

As Ordens Superiores passaram a ocupar na "Constituição" do país um poder arbitrário que legítima, se for preciso, a eliminação física de qualquer sujeito de direito que se oponha ao seu

cumprimento. As Ordens Superiores passaram a ser o rosto da devassidão dos princípios mais elementares da pseudo-convivência democrática em Angola.

Ou seja, as Ordens Superiores passaram a incorporar o somatório de todos os poderes em UM SÓ e contam, para a sua estrita e devota observância, com as forças da ordem e segurança a do país, nomeadamente a Polícia Nacional e as Forças Armadas Angolanas (FAA), e um outro tipo de contingente de forças militares ou paramilitares que, no (in) cumprimento de qualquer missão, se apresentam como doutos sacerdotes deste princípio normativo do novo "ordenamento jurídico angolano".

Num Estado que leve a sério estas questões que mexem não só com a sua sobrevivência, mas com o bem essencial que é a vida humana, o direito à vida como consagra a Constituição da

República, hoje estaríamos provavelmente a questionar a natureza dessa arbitrariedade que são as Ordens Superiores, cuja emanação é vinculativamente associado ao Poder Político. Se for o caso, estamos perante um estado de coisas e de sítio em que o poder político se mostra insaciável nos seus apetites de poder pelo poder.

O que se passou na sexta-feira, 5, no Zango 3, onde o Posto de Comando Unificado local procede a demolições grosseiras sem prévio aviso às famílias visadas, é uma demonstração clara de que não há princípio legal nenhum que pare as chamadas Ordens Superiores. Aliás, razão pela qual deputados à Assembleia Nacional (que representam o Poder Legislativo), o provedor de Justiça (que representa o Poder Judicial), órgãos de comunicação (ao serviço do Quarto Poder) tenham sido humilhados por militares que lhes barraram o acesso ao local das demolições, alegando precisamente as ditas Ordens Superiores.

Olhando para o quadro nestes termos faltou ver no local um outro poder, o Executivo, a quem não interessou até aqui fiscalizar o cumprimento de um instrutivo por si mesmo imposto e daí não termos ouvido até agora a reacção ao assassinato de um adolescente de 14 anos por parte do Ministério da Família e Promoção da Mulher, do Instituto Nacional da Criança, e obviamente, do partido no poder.

Em outras paragens democráticas nenhum partido político ficaria indiferente à barbárie do Zango, nem que fosse para lamentar, em nota de imprensa, a morte do menor. Estranhamente, Angola deverá ser o único país no mundo que detém uma maioria parlamentar que não só entra surda e sai calada do hemiciclo, como, diante dos vários descasos, faz tal qual a avestruz: enterra a cabeça na areia como lídimo direito de não ver, não ouvir e calar, se for preciso.

É bom que se entenda que a morte de uma criança, aliás, o assassinato bárbaro de uma criança de 14 anos, como é o caso do menino Rufino Marciano António, por parte de forças militares (provado por um vídeo que já é vital nas redes sociais, muito embora já o tivessem tentado eliminar) é a destruição da base sobre a qual assenta a única réstia de esperança de um Estado: as pessoas.

Instituir as chamadas Ordens Superiores em substituição do primado da lei e da Constituição remete o Estado para um estágio de mendicidade moral e legal. É precisamente substituir

um Estado pelo outro, neste caso, por um Estado autoritário que, diante dos princípios democráticos, consagrados na Constituição do país, os substitui por um conjunto de arbitrariedades sem qualquer estof. Para terminar, é bom que o Estado-Maior General das FAA não tome o povo por ignorante. O seu comunicado em reacção

ao assassinato do adolescente, uma semana quase depois, é ordinário e insensível. Primeiro, porque mente descaradamente e, segundo, porque lança o

escárnio sobre a família enlutada e toma-nos a todos por parvos. Rufino é filho, neto, irmão, sobrinho, amigo de qualquer um de nós.

## 7.45 Recção “ Militares falaram em afronta das populações”

*Jornal O Novo Jornal*  
12 De Agosto de 2016

O Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas lamentou esta quinta-feira a morte do adolescente de 14 anos, Rufino António, reconhecendo, em comunicado, o envolvimento de efectivos seus, afectos à Região Militar de Luanda, destacados para as operações de demolição que ocorrem no Zango.

No documento, o Estado-Maior das FAA alerta a população para evitar afrontar os militares, com armas de fogo, "como ocorreu nesse trágico acidente, onde foram capturadas duas armas", justificando, desta forma, o uso da força.

O Estado-Maior General garantiu estar a fazer todas as investigações para o esclarecimento do grave acidente do passado dia 5 de Agosto, que envolveu efectivos da Região Militar Luanda e os cidadãos que ocupavam, indevidamente, o perímetro de segurança do novo Aeroporto Internacional de Luanda, em construção, e que vitimou mortalmente o pequeno Rufino.

Em reacção ao comunicado do Estado Maior, o jornalista Ismael Mateus desabafou na sua página do Facebook nos seguintes termos: "Canalhice, não há outro nome para chamar à sugestão de que Rufino ou pessoas ao lado dele se teriam apropriado de duas armas. Supostamente essa é a justificação para terem matado um miúdo de 14 anos. Ao contrário do que pensam, isso só agrava porque algo que em princípio teria sido accidental agora passa a premeditado porque supostamente terá sido legítima defesa dos militares. Mas alguém engole uma canalhice desta dimensão? Onde essa gente tem a cabeça? Não há ninguém nas FAA a pôr ordem nisso? Como podem as FAA terem feito aquele comunicado? Nem dá para pensar muito para um gajo não virar reaccionário", escreveu o jornalista no seu perfil.

## 7.46 ZEE

*Jornal Manchete*

*12 De Agosto de 2016*

Aquando da criação da Zona Económica Especial, o Presidente da República disse que "Angola viveu um período de guerra, durante o qual foram destruídas a maioria das infra-estruturas de produção.

Alcançado. a paz, por forma a reconstruir e modernizar a economia, garantir a

produção interna dos bens básicos para a população, criar empregos e combater pobreza, O Governo aprovou a criação da Zona Económica Especial, como uma, de muitas ferramentas para ajudar o crescimento económico de Angola, constitui propriedade do Estado. Entendemos Estado -Território, Povo e Instituições, logo a (ZEE), ao invés de combater a pobreza, está a com barrer contra o pobre, autorizando a destruição de casas por alegadamente ocuparem ilegalmente uma zona pertencente a eles.

## 7.47 As demolições vão continuar

*Jornal o Crime*

*13 De Agosto de 2016*

O primeiro acto de demolição na área, refere a SOS Habitat, foi no dia 30 de Julho na localidade do Zango III. Na passada quarta-feira, os supostos efectivos do PCU iniciaram as demolições no bairro Walale, que culminou com a morte do rapaz no sábado.

Os populares só foram notificados no domingo, 7 de Julho, um dia depois da morte do adolescente Rufino António, de 14 anos, que frequentava a 4: classe. Segundo a notificação da Sociedade de Desenvolvimento da Zona Económica Especial Luanda-Bengo a que este jornal teve acesso, os habitantes dos bairros Walale devem abandonar a zona do bairro num prazo de 13 dias.

"Considerando que o espaço em que edificou a sua residência constitui propriedade privada da Sociedade de Desenvolvimento da Zona Económica Especial Luanda-Bengo ZEE-Ep, vimos por esta via notificá-lo, para no prazo de máximo e improrrogável de 15 dias, promova a demolição voluntária benfeitoria ou obra realizada no referido espaço. Terminado o prazo acima estipulado, procederemos a demolição compulsiva", lê-se no documento assinado no dia 7 deste mês por um primeiro-sargento não identificado. Os habitantes, por sua vez, alegam que o espaço lhes pertence há longos anos, pois eram zonas de cultivo.

Uma das moradoras, que negou ser identificada, contou que algumas pessoas tiveram que pagar os militares para não perderem as casas. A senhora, de 35 anos, disse que a sua mãe pagou Kz 5000. Os soldados intimidaram a moradora, afirmando que esta deveria então lhes pagar com sexo.

"Como não tinha dinheiro, eles disseram que eu teria que manter relações sexuais com os dois, para salvar a minha casa. Neguei e eles aceitaram e, depois, pediram uma caneca de quissangua", denunciou a moradora.

No local, os populares ficaram sem acesso à água, porque os militares cavaram buracos enormes para impossibilitar a entrada das motorizadas que abastecem os bairros.

## 7.48 As histórias (algumas) do general Wala

*Jornal Folha8*

*13 De Agosto de 2016*

O Comandante da Região Militar Luanda, General Simão Carlitos Wala, aconselhou as populações das localidades de Mucula Ngola, Zango e Via Expresso (Viana), a adoptarem a via do diálogo, no tratamento do fenómeno ocupação de terras. Quando foi isso? Há um ano. Agosto de 2015.

Na altura, de acordo com o relatório de visitas às referidas localidades, a missão da Região Militar, encabeçada pelo seu Comandante, constatou a falta de coordenação de acções entre as autoridades tradicionais e do Estado, no concernente ao tratamento dos conflitos a este nível.

Não obstante, de acordo ainda com o documento, a missão da Região Militar Luanda constatou também a redução de casos de ocupação anárquica de terrenos, tendo aproveitado a ocasião para incentivar o efectivo da ordem, para continuar vigilante e manter o contínuo trabalho de patrulhamento na área.

A missão da Região Militar Luanda manteve ainda encontros com as autoridades tradicionais locais, tendo aconselhado para a contínua coordenação de acções, visando a garantia da segurança das populações e seu haveres. Relativamente à alega da presença, na área, de elementos estranhos que provocam desordem no seio das populações da região, a missão da Região Militar de Luanda aconselhou ainda as populações afectadas, no sentido de denunciarem os infractores, ainda que se tratar de militares.

A propósito, o general Simão Carlitos Wala voltou a apelar aos militares das Forças Armadas Angolanas (FAA) para se absterem das práticas de actos de apropriação de terras das populações, sob pena de serem responsabilizados criminalmente.

A então nova direcção da Região Militar de Luanda (nomeada e empossada em Maio de 2014), estava a desdobrar-se em coordenação com os órgãos policiais e de segurança, no sentido de se repor o clima de tranquilidade no seio das populações, realizando patrulhamento conjuntos na periferia da cidade de Luanda e não só.

Criada à luz dos acordos de Paz, a Região Militar de Luanda, antes denominada como Guarnição, é um órgão militarizado, encarregue em coordenação com as outras forças, garantir a segurança da capital do país.

## 7.49 Assassinato de menino de 14 anos verga o estado-maior das FAA

*Jornal Folha8*

*13 De Agosto 2016*

Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas viu-se comprometido na semana finda após o assassinato de uma criança de 14 anos de idade no Zango II por militares da região de Luanda, sob o comando do tenente general Simão Carlitos Wala.

Uma onda de descontentamento de cidadãos angolanos de vários extractos sociais, que exige justiça sobre o assassinato, obrigou a instância máxima das Forças Armadas a tomar posição quanto as ocorrências que designou como "circunstâncias trágicas".

"Sendo que as Forças Armadas Angolanas têm como principal missão a defesa da Nação, onde a população é um dos elementos fundamentais, que merece todo o nosso respeito, protecção e dedicação, lamentamos profundamente o sucedido.

Estão em curso medidas que evitem ocorrência de situações semelhantes, no futuro," lê-se no comunicado divulgado na quarta-feira, 10 de Agosto.

O rapaz de 14 anos, Rufino Marciano António, que residia com os pais na localidade do Walale, bairro Zango II, em Luanda, foi vítima de uma bala à queimadura que lhe atingiu a cabeça, na sexta-feira, 5 de Agosto, em consequência das expulsões de moradores que os efectivos das

FAA executavam, num processo de demolição forçosa de casas na mesma zona.

O menino Rufino, aluno da 3ª classe numa escola comparticipada, procurava entender as razões que levaram os militares do governo a destruírem mais de 600 casas na sua localidade.

"O maior sonho dele era de ser polícia mas foi morto a tiro", revelou o pai do rapaz.

Os desalojamentos forçados tiveram o início na madrugada de quarta-feira, 3 de Agosto, quando soldados do Posto Comando Unificado (PCU) da Região Militar de Luanda, fortemente equipados e com helicópteros e tractores, invadiram o Zango II, expulsando centenas de famílias, que até ao momento estão a viver em condições desumanas e ao relento.

O Posto Comando Unificado foi criado pelo Presidente da República para assegurar as reservas fundiárias do Estado, mas, segundo os populares, tem sido acusado também de ocupar terrenos privados.

Como se não bastasse, os militares escavaram buracos nas ruas que dão acesso ao bairro, impossibilitando a entrada de carros e motorizadas, mantendo os desalojados sem acesso a água potável e outros bens de primeira necessidade.

As críticas vindas de vários quadrantes da sociedade angolana, questionam de como é que num país que se diz estar em período de paz, os moradores do bairro do menino Rufino foram cercados e brutalmente expulsos a tiros por militares do Tenente General Simão Carlitos Wala, e suas casas injustamente demolidas, sem aviso prévio ou qualquer notificação.

Apercebendo-se do lapso, à última da hora os moradores foram notificados num dia após a morte do menino Rufino António, ordenados a abandonarem a zona no prazo de 15 dias porque as demolições injustas e forçadas iriam continuar.

O caricato em tal notificação, é a exigência para que os moradores partam as suas próprias casas e abandonem a localidade.

"Considerando que o espaço em que edificou a sua residência constitui propriedade privada da Sociedade de Desenvolvimento da Zona Económica Especial Luanda - Bengo ZEE-EP, vimos por esta via notificá-lo, para o prazo de máximo e improrrogável de 15 dias, promova a demolição voluntária benfeitoria ou obra realizada no referido espaço.



Terminado o prazo acima estipulado procederemos a demolição compulsiva", lê-se no documento assinado no dia sete deste mês por um primeiro-sargento não identificável.

Em contradição, o Estado Maior das Forças Armadas não confirmou que o espaço pertence a ZEE-PE, mas sim o "perímetro de segurança do novo Aeroporto Internacional de Luanda".

"O Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas, tomou conhecimento do grave incidente ocorrido no passado dia 5 de Agosto no Zango Dois, município de Viana, província de Luanda, que envolveu efectivos da Região Militar Luanda e os cidadãos que ocupavam, indevidamente, o perímetro de segurança do novo Aeroporto Internacional de Luanda, em construção, em que foi atingido, mortalmente, um adolescente de 14 anos de idade, chamado Rufino Marciano António", afirmou,

Este jornal constatou no terreno que muitos moradores possuíam documentos que os atribuíam a propriedade das suas residências, emitidos pelas autoridades locais e outros justificavam que as terras pertenciam-nos por muitos anos porque eram inicialmente zonas de cultivo.

Mas estando num país onde as vítimas são transformadas em agressoras, caiu-se logo o véu da falta de humildade do Estado Maior General, que deixou os angolanos estupefactos ao afirmar que o menino Rufino foi morto num confronto onde a população atacou os militares com duas armadas de fogo.

"O Estado-Maior General alerta a população para evitar afrontar os militares, com armas de fogo, como ocorreu nesse trágico acidente, onde foram capturadas duas armas", lê-se no comunicado, a desculpa que está merecendo duras críticas da sociedade.

#### Outras mortes

Uma reportagem feita pela rádio Voz da América (010A), deu-se conta da morte de um bebé de 14 meses, que foi decapitado quando uma pá carregadora destruiu a casa onde se encontrava.

"Sabe-se (também) que dois adultos morreram vitimados por ataques cardíacos ou trombozes quando viram as suas casas destruídas", reportou a VoA.

Em sequência desses acontecimentos, vários cidadãos exigem responsabilização dos perpetradores e consequentemente a exoneração do tenente-general, Simão Carlitos Wala, do cargo de comandante da

região militar de Luanda. Ele destacou-se em 2002, no combate em que tombou o líder fundador do partido UNITA, Jonas Malheiro Savimbi.

## 7.50 Cruéis

*Jornal O Crime*

*13 De Agosto de 2016*

Com profunda dor, sentimento ao qual junto a revolta própria da minoria que luta contra as injustiças, observei a imagem de um jovem assassinado no Zango III a um tiro desferido por um elemento das Forças Armadas Angolanas (FAA).

Este militar é afecto ao Posto Comando Unificado (PCU) dirigido, é bom sublinhar, pelo General Wala, o homem que um dia recebeu rasgados elogios de segmentos da sociedade que viam na morte de Jonas Savimbi o caminho para a paz em Angola.

Confesso que não consigo perceber que perigo representava o indefeso Rufino António, 14 anos, para um militar fortemente armado.

À falta de um esclarecimento plausível, arrisco avançar que só por uma questão de arrogância e pelo sentimento de impunidade que polui este sistema ditatorial o efectivo das FAA imobilizou o garoto a um tiro na cabeça.

Revoltou-me, repito, o facto de ter visto o corpo de um compatriota estatelado, já sem os calçados. O rapaz tinha uma camisola verde, de cor esperança, que, entretanto, viria a se revelar moribunda.

A estrelinha estampada do lado esquerdo bem que podia simbolizar a mesma que se encontra na bandeira do partido a que pertence o militar, que não teve dó nem piedade, quando lhe roubou a vida.

Conjecturas à parte, Rufino poderia ser filho ou irmão de qualquer um de nós. O seu único pecado, julgo, foi ter nascido pobre num país endinheirado.

O seu último acto digno de registo foi ter reivindicado a demolição, sem qualquer aviso prévio, da casa dos papás, num claro sinal de que, naturalmente, teve medo de viver ao relento.

Em companhia dos pais, reivindicava, mais do que a entrada em cena do martelo do Governo, um novo abrigo, até porque a sua moradia foi erguida de forma honesta, com recursos conseguidos graças a ginásticas atrás de ginásticas. Um acto destes, quanto mais não seja em tempo de crise, é revelado r de falta de compaixão para com um povo bastante sofredor.

Aliás, falamos de casas erguidas num projecto habitacional constituído por mais de 600 residenciais, sem que os proprietários tivessem tirado proveito da calada da noite, como muitas vezes acusam as autoridades.

Para o espanto de milhares de angolanos, surge um grupo de indivíduos, supostamente a mando da direcção da Zona Económica Especial, a quebrar as habitações construídas aos olhos de tudo e todos.

Os imóveis, do tipo T-s, fazem parte de um conjunto de casas pertencentes à empresa FOBIS e estavam destinadas à venda do público. Daniel Carlos, director da FOBIS, disse não entender as motivações para as demolições no projecto habitacional, que custou mais de 1 bilhão e 200 milhões de kwanzas.

Segundo o responsável, a empresa adquiriu o terreno por via de uma parceria com camponeses que ali se encontravam, os mesmos que receberam, ao abrigo do negócio, 40% das 624 casas erguidas. Eles receberam também, em jeito de indemnização, 2 mil kwanzas por cada plantaço destruída.

Onde está o erro? Quem vai devolver o investimento deste jovem empresário? Isto para não falar da vida do pequeno Rufino? O seu corpo terá andado em local incerto, após ter sido, conforme os relatos, recolhido 'como se de um saco de carvão se tratasse'. Foi por obra de militares das FAA, que dizem, de acordo com populares, que "não hesitarão em matar mais alguém, pois cumprem ordens superiores".

Outra imagem chocante, que me levou a lacrimejar, foi a de uma mulher que, desesperada, levantou as mãos e olhou demoradamente para o céu, à imagem de quem apela a uma intervenção divina. "Oh, meu Deus! Onde estás, Senhor?", terá dito a mulher que acabava de perder a casa.

A verdade é que Deus não faz, ajuda. Caberá a nós fazer, fazer e fazer, para que Ele nos possa ajudar. É preciso que o povo ganhe consciência e reaja, sendo certo que este regime não está com meias medidas. O que mais falta acontecer?

Rufino, o menino assassinado, não tinha pai presidente, não recebia mesada de 20 mil dólares, não fazia negócios milionários.

Temos, portanto, de parar de chorar e transformar a dor em forças para derrubar este regime que há muito deu mostras de que o ódio é o único sentimento que nutre pelo povo

## 7.51 "Demolições servem interesses particulares"

*Jornal O Crime*

*13 De Agosto de 2016*

Para o presidente do PDP-ANA, as demolições dessa índole começaram há muito tempo e nas áreas onde ocorreram houve incumprimento dos objectivos projectados. "Correm com as pessoas, mas depois o referido terreno não é usado para nada ou é usado para fins particulares", ressaltou.

Sugeriu que quando uma determina área é do interesse do Estado, este deve primeiro realojar as famílias, para depois usar a referida área para o fim a que se propõe.

Em seu entender, demolir as casas com pessoas dentro e sem aviso prévio, é crime e violação de direitos humanos. "Um governo responsável não pode agir assim", frisou.

## 7.52 FAA são forças de paz são forças de defesa da soberania

*Folha8*

*13 De Agosto de 2016*

*Texto de Walter Tondela*

O general Carlitos Wala, é um general afável e jovem, que está, tal como o Estado Maior General das FAA, a Casa de Segurança da Presidência da República e o Comandante-em-Chefe das FAA, na boca do mundo, pela morte de um menino, desarmado na inocência de acreditar que a sua candura seriam - e assim deveria, de facto ser - bastantes para conter os mais velhos militares a não brincarem com armas de fogo, disparando contra uma criança de 14 anos.

Confrontado' com a ocorrência, o comandante da Guarnição de Luanda não se mostrou, inicialmente, disponível por não "acreditar nesta triste notícia", balbuciada e multiplicada no calor dos sentimentos de revolta e pesar.

"Quem foi o 'responsável, quem foi o responsável por este disparo e como pode ter isso acontecido?" Esta pergunta atormentava a sã consciência dos angolanos de boa-fé.

A resposta trilhava as peugadas das botas dos vários militares que estavam no terreno, a supervisionar e guarnecer os trabalhadores da empresa que procedia ao derrube das mais de 600 casas, desalojando mais de 3 mil populares, votados ao relento e obrigados a vaguear nas margens da vida, sem' nada terem feito

para isso. "Como devem entender, não tenho moral para conceder uma entrevista como a pretendida, quando temos o sangue inocente de uma criança a jorrar, que poderia ser meu filho ou seu. Vergo-me à sua alma e endereço sentidos sentimentos de pesar aos pais, a família e a todos cidadãos", afirmou ao Folha 8 o general Wala, certamente num misto de angústia e impotência para poder alterar o curso deste drama. Confrontado com a existência de um alegado plano delineado para a violência, o oficial general foi peremptório na negação: "Não é lema das FAA, do chefe do Estado Maior e do Comandante-em-Chefe das FAA ordenar que os militares disparem contra civis inocentes, principalmente, sendo essas crianças. As FAA são forças de Paz, são forças de defesa da soberania".

Por outro lado, em defesa do chefe diz, aqui já não como pai ou simples cidadão, mas tão só como general e militar em estrita obediência, "o Comandante-em-Chefe e Presidente da República tem uma grande preocupação com a actividade dos militares, quando têm de intervir junto das populações e, nós encarnamos isto, quando vamos ao terreno".

Daí, acrescenta, "lamentar o sucedido, pois não havia orientação para ninguém disparar. Aquele acto, apanhou-nos a todos de surpresa. Eu ainda não quero acreditar, como foi que isso foi possível. O que levou () autor a disparar e a não se conter diante de uma criança. Eu e os demais militares fomos tomados pela dor, pela frustração de termos sido impotentes, para preservar a vida de uma criança inocente".

E esboçando um ar de cansaço e tristeza, credível mas no qual ninguém acredita em função dos factos, lança:

"Muitos podem criticar-me, criticar as FAA ou o Comandante-em-Chefe, mas todos' nós somos humanos, somos pais e sentimos como todos a dor da perda de um ente querido. Sentimos a perda de um filho com um futuro pela frente. Devemos ser serenos e admitir que se fosse uma orientação, pela reacção de muitos infiltrados, que estavam em provocação teria havido outro desfecho. Devemos cultivar o espírito da paz, do perdão e de responsabilidade, num tempo em que a sensibilidade e ponderação se impõem".

Espírito de paz, de perdão e de responsabilidade que se elogiam mas que, convenhamos, são difíceis se assimilar por quem vê um filho ser assassinado, por quem vê a sua casa ser destruída, por quem é atirado para as margens da vida, ou da subsistência, como se fosse um ser menor.

Quanto à corporação que defende, o general Wala diz serem as "FAA responsáveis na defesa das populações

e da soberania, mas não se pode esquecer serem os militares humanos, com' defeitos e virtudes. Reconhecemos ter havido uma falha humana, causadora de uma morte, mas este facto não pode colocar em cheque o bom nome das Forças Armadas. Ela tem de ser investigada, para se saber das circunstâncias".

Questionado se haveria justiça, foi peremptório: "Justiça haverá sempre! Ninguém está acima da lei e devem os órgãos competentes averiguar o que e como tudo ocorreu. Considero precipitado que muitos, se queiram substituir aos órgãos da justiça, que devem, sem pressão, fazer o seu trabalho. As FAA têm um papel importante e responsável, por isso quando os seus membros cometem erros, estes devem ser investigados no quadro legal, ao invés de serem na praça pública. Eu como comandante de uma unidade de Luanda das FAA, fico triste muito triste pelo sucedido e, mais uma vez, vergo-me a família enlutada. Peço também aos populares, aos verdadeiros patriotas, jornalistas e políticos de todos quadrantes, que não coloquem mais fogo, lá onde devemos estar serenos e lamentar a perda de uma vida humana".

O general Wala tem razão, Importa, contudo, recordar que não são os Jornalistas que lançam mais fogo. A verdade não é incendiária. A verdade dói, é certo. Mas só ela cura. E se uma criança é assassinada, cabe-nos dizer isso mesmo: uma criança foi assassinada.

, "Devemos fazer tudo para evitar, que em tempo de paz, haja invasões de reservas do Estado. Todos devemos cumprir as leis e evitar, também, que na reposição da ordem haja mortes. Temos de saber lidar melhor com os agentes provocadores, aqueles que não respeitam as forças de defesa e segurança, quando estão no seu papel de garantir a ordem e tranquilidade social", afirma o general.,

Devemos, sim senhor. Mas devemos ir mais longe dentro desse espírito de lealdade e cumprimento da lei que o general Wala defende. Ou seja, todos devemos exigir que todos cumpram a lei. Não há (será que não há, Sr. General Wala?) cidadãos de primeira e de segunda. Os angolanos fardados não podem valer mais, perante a lei, que um angolano esfarrapado pelas agruras da vida.

Não foi fácil a obtenção destas considerações do general Carlitos Wala, ainda no teatro das operações. Para além disso, o atraso na publicação deve-se, também, ao facto de, no final, haver 'uma pressão do general para a sua não publicação, alegando ser já bastante esclarecedor o posterior comunicado do Estado Maior General das FAA, mas pela pertinência

achamos que uma e outra são importantes e se complementam.

Os militares, como muito bem sabe o general Wala, têm o seu próprio código de conduta. Nós, os jornalistas, também temos o nosso. Em síntese, o nosso código diz-nos que se o jornalista não procura saber a verdade é um imbecil. E se sabe a verdade e se cala é um criminoso. Por isso, certamente que o general Wala entenderá, nós não somos nem imbecis nem críminosos e, por isso, também, agradecemos a sua frontalidade, que desde já marca uma viragem positiva de um verdadeiro oficial.

### 7.53 Militares da PCU executam menino Rufino

*Jornal O Crime*

*13 De Agosto de 2016*

O relógio marcava 15 horas de sábado, 6, quando no Zango III, bairro Walale, efectivos das Forças Armadas Angolanas, do Posto Comando Unificado (PCU), sob comando do General Simão Carlitos 'Wala', depois de assegurar com mão-de-ferro que mais de 600 residências fossem demolidas naquela zona, partem para outra aventura. Sábrios ou não, "armados até aos dentes", como se numa guerra se tratava "qual Deus qualquer", os próprios militar decidiram sobre o destino do pequeno Rufino.

Apaixonado pela bola, menino feito homem, Rufino António, o primeiro de quatro irmãos (8, 3 e 2 anos), tinha a responsabilidade de cuidar dos seus maninhos, sempre que a mãe procurasse vender algum produto conseguido da lavra e, quando o pai, desempregado, procurasse algum biscate para sustentar a família.

Moradores de um casebre de chapa de apenas um compartimento, com um colchão e cadeiras improvisadas, a fatídica tarde de sábado, 6, era para ser apenas mais uma no seio da família António. Porém, o ruído de uma máquina, Bulldozer, precipitou a curiosidade do menor, quando ouviu as primeiras residências a escassos metros da sua serem demolidas.

Os militares chegaram a fazer disparos contra a população e todo mundo ficou em pânico, como ele estava a cuidar dos irmãos sozinho, saiu para ver o que se passava. Entretanto, se mal pensou, pior o fez, pois ao questionar um dos militares, sobre o destino que seria dado às famílias desalojadas, como quem tem uma pedra de gelo no coração, disparou contra a cabeça do pequeno Rufino que teve morte imediata. Foi mesmo assim, sem mais nem menos.

Rui Domingos, tio da vítima, acrescentou que teve conhecimento da execução sobrinho por via do irmão menor do malogrado, de apenas 8 anos, que depois de acompanhar o infortúnio do irmão mais velho, para não ter o mesmo destino, correu ao encontro do tio. "Ele só tinha 14 anos, era inocente, ele só quis saber se podia ter um teto, mas, infelizmente, mataram-no sem dó nem piedade", lamentou.

Maria Fernando, a inconsolável mãe, já sem lágrimas para expressar a dor da perda irreparável do filho, olhou fixamente para nossa equipa de reportagem e fez um único pedido: justiça!

"Tiraram-me o meu filho à força, não adoeceu, era ele quem me cuidava quando estivesse doente, era ele quem cozinhava para os irmãos quando eu fosse à praça, tiraram o meu filho do sofrimento. O que foi que ele fez ao militar? Eu podia pedir desculpas", deplorou, rogando ao algoz que faça companhia durante o óbito do filho.

"Foram nove meses no meu ventre, criei-o dos zero aos 14 anos. O que foi que ele fez para ter esse fim?". São várias as interrogações daquela inconsolável mulher que, a julgar pela experiência de outros casos, pode ficar sem respostas.

Insensíveis, depois de consumada a morte do adolescente, às 17h 10, e vendo os populares revoltados, em repetidas rajadas de armas de guerra, os militares abandonaram o local, deixando o corpo exposto a tudo e todos.

Chamados ao local, a Comissão de Moradores deu a conhecer ao comandante do Zango 111 que, por sua vez, contaram os populares, ligou para o comandante municipal, tendo às 19h30 comparecido ao local com o segundo comandante municipal de Viana.

"Quando os comandantes chegaram, pediram ao Comando um carro de remoção, mas, subitamente, os militares voltaram em número maior e houve uma forte discussão entre os militares e os polícias", disseram, acrescentando que, como população estava a reagir para que os militares não levassem o corpo, "já que estávamos à espera do carro de remoção", eles (militares) dispararam contra a população e fizeram disparos (GM) contra o comandante, tendo de seguida atirado o corpo do menino no carro, como se fosse um saco, e saíram sem dar nenhuma explicação quanto ao local onde levavam o mesmo", denunciaram.

No seguinte, domingo, 7, os familiares de Rufino deslocaram-se ao Comando da Polícia de Viana e foram informados que o corpo estava na morgue do Maria Pia e lá, no registo, estava como desconhecido,

"os militares explicaram que se tratava de um delinquente".

Sim, delinquente, pois é assim que este regime trata todo cidadão que reclama da sua má governação.

Até terça-feira, 9, isto é, três dias depois de ser executado, por falta de condições (caixão e meios para fazer o funeral), os familiares permanecem de mãos estendidas à espera de uma mão caridosa, uma que vez que os assassinos de Rufino se comportaram como se tivessem matado uma formiga, isto é, simplesmente ignoram. De realçar que a família enlutada vive há 11 anos naquele bairro e, segundo sublinha-se, não são donos do terreno, ou seja, terão sido postos aí para controlar o mesmo.

### 7.54 "Ninguém tem direito de tirar a vida de outrem"

*Jornal O Crime*

*13 De Agosto de 2016*

A Aliança Patriótica Nacional (APN), através do seu presidente Quintino de Moreira, considera que as demolições do Zango representam uma violação flagrante dos direitos humanos, porque a vida é o bem mais precioso que existe e, por isso, nada pode tirar a vida de um cidadão, seja em que circunstância for.

Aliás, acrescenta, em Angola não existe a pena de morte, por isso estando a vida protegida na Constituição angolana não pode ser negada a nenhum cidadão. "Instamos o Governo de Angola para que pare com as demolições e negocie com os cidadãos, para que haja uma saída airosa para o caso das ocupações ilegais", recomendou.

A APN condena o acto que ocorreu no Zango em que o provedor da Justiça foi impedido de visitar o local onde ocorreram as demolições. "O provedor, dos termos da Constituição e da Lei, tem toda legitimidade para proceder visitas e auscultar o povo sempre que for necessário", elucidou, pedindo às autoridades mais respeito pelo Estado Democrático de Direito.

### 7.55 No Reino... militares acima da lei tratam os pretos pior que os bois

*Jornal Folha8*

*13 De Agosto de 2016*

A Human Rights Watch (H R W) pediu uma investigação "imediate e imparcial" à morte de um rapaz de 14 anos (Rufino Marciano António), atingido

a tiro em Luanda, Zango, por militares durante um "protesto pacífico" contra a demolição de centenas de casas. Em comunicado, aquela organização internacional de defesa dos direitos humanos afirma que "as autoridades angolanas devem investigar pronta e imparcialmente a morte a tiro de um rapaz de 14 anos durante uma manifestação pacífica em Luanda, a 5 de Agosto". Daniel Bekele, director da HRW para África, afirma que "as autoridades precisam investigar imediatamente porque razão os soldados abriram fogo, processar os responsáveis por qualquer irregularidade e tomar medidas para evitar derramamento de sangue no futuro", acrescentando "as autoridades angolanas devem demonstrar que estão a falar a sério sobre a redução do uso de força excessiva ao investigar aprofundadamente a morte de Rufino António e levar os responsáveis à Justiça".

Daniel Bekele diz também que "o governo deve assegurar que as forças de segurança respeitam as regras internacionais e respondem sem violência aos protestos pacíficos".

Segundo a HRW, os "soldados angolanos dispararam munições reais durante um protesto pacífico e o resultado não surpreendente é a morte de um adolescente".

No passado dia, 2, escrevemos aqui no Folha 8: No dia 30. 07.2016, no Zango 3 apareceram 5 carros da casa Militar, cheios de homens armados e acompanhado com dois tractores.

Os militares cercaram a área e os tractores começaram a destruir todas as casas. Dois jornalistas da Rádio Eclésia foram detidos por mais de 12 horas, a TV Zimbo também apareceu com a equipa de reportagem e não conseguiram fazer nada.

O general Simão Carlitos Wala chegou e começou a girar na área, não conseguiu aproximar-se do povo e explicar o porquê da demolição das casas que o povo lutou tanto para construir nesta fase de crise, se alguém tentava aproximar-se eles faziam tiros para o ar e para os pés do povo, tudo para intimidar o povo. Mais de 200 casas foram demolidas sem nenhuma explicação.

Muitas das casas pertencem às mães da OMA, velhos, jovens, senhoras e senhores que neste momento estão desempregados e com dinheiro da indemnização lutaram para ter a casa própria e sair da renda. O que o povo não conseguiu entender foi o porquê que o general Simão Carlitos Wala não permitiu nenhum tipo de reportagem, se o que ele mandou fazer era legal. O povo contactou a administração de Viana e eles não sabiam de nada, nem a polícia fiscal estava presente.

Dois agentes da Polícia DNIC apareceram no local e foram desarmados pelos militares. Os jovens que foram espancados por filmar com os seus telefones, no final, tiveram que pagar 15000kz para receber o telefone de volta.

## 7.56 O Executivo tem meios para impedir isso

*Jornal O Crime*

*13 De Agosto de 2016*

Para o Partido de Renovação Social (PRS), isso não passa de um crime, porque o Estado tem toda a possibilidade de impedir as pessoas que, de vez em quando, vão usurpando os terrenos das zonas consideradas reservas do Estado, mas isso não acontece.

Segundo o secretário-geral do Partido, Benedito Daniel, em algumas circunstâncias, primeiro são as pessoas que se alojam naquela zona, constroem as suas casas, depois aparece uma placa a declarar que o sítio ocupado é reserva fundiária do Estado.

Para o político, o Estado não pode apenas utilizar formas repreensivas; tem todos os meios de sensibilização; tem serviços comunitários e as administrações que, a princípio, deviam proibir os cidadãos de construir as suas casas nas zonas proibidas. "Mas quando a ocupação acontece, não existe nenhuma administração a proibir e os fiscais que têm a competência de impedir os cidadãos são os primeiros a autorizarem a construção de residências nas zonas supostamente afectas ao Estado e, depois de construir, aparece o Executivo a demolir", verificou.

Benedito Daniel não tem dúvidas de que se trata de um crime cometido pelo Estado, porque se pretende lutar contra a pobreza e contra a crise, numa fase em que o acesso à casa própria é dificultado pelo Executivo e este é que demole as casas construídas com bastante sacrifício, esses comportamentos têm que ser sanados.

"É crime, porque para além das paredes que caem, se mata também pessoas", sublinhou.

Referiu que se levantou a questão de que a terra é originariamente do Estado, mas hoje constatou que em vez de ser originariamente do Estado, como se diz, a terra passou a ser pertença de indivíduos que representam esse Estado.

"Se a Lei de Terras não for revista, vamos continuar com os mesmos problemas e a todos os níveis",

vaticinou, admitindo a possibilidade de o seu partido vir a propor, ao nível da Assembleia Nacional, a revisão dessa lei, porque há muita gente a perder as suas terras a favor de indivíduos afectos ao Estado.

## 7.57 Políticos apelam para o respeito dos direitos humanos

*Jornal O Crime*

*13 De Agosto de 2016*

*Texto: Domingos Júnio*

Rafael Morais, residente da Organização Não Governamental SOS Habitat, explicou à imprensa as circunstâncias da morte do adolescente Rufino e disse ter falado com os familiares directos, que confirmaram ter sido morto por um soldado afecto à unidade do Posto Comando Unificado, que assegurou a zona desde o dia 30 de Julho, quando iniciaram as demolições.

Os familiares disseram ao responsável que o rapaz estava a reclamar a forma como estava a ocorrer as demolições.

Teria questionado, à dada altura, com um tom elevado, as razões da demolição da sua casa, tendo o soldado disparado imediatamente contra a sua cabeça.

As famílias, já arrasadas com aquele acta funesto, foram surpreendidas pelas forças militares aí presentes com uma viatura que levou o corpo para parte incerta. Três dias depois, os familiares localizaram o corpo na morgue do Hospital Maria Pia, tendo sido possível proceder o registo, já que a informação colhida no local dava conta que se tratava do corpo de um miúdo desconhecido e que morreu a tiro.

## 7.58 Rufino António

*Jornal O Crime*

*13 De Agosto de 2016*

Rufino Marciano António, 14 anos, morto por ter questionado a demolição da residência onde morava com os papás é, para nós, um herói, já que tomou a liberdade de reivindicar a demolição, sem qualquer aviso prévio, da casa, mostrando receio de viver ao relento.

Trata-se, conforme dados disponíveis, de uma acção praticada por um militar do Posto Comando Unificado (PCU), comando sob alçada do general 'Wala', durante

as demolições de mais de 600 residências no bairro Walale, na zona do Zango m, em Viana.

O primeiro acto de demolição na área foi no pretérito dia 30 de Julho, no Zango III, a escassos metros do condomínio da Policia, no qual foram demolidas mais de 600 residências do projecto habitacional da FOBIS. Foi justamente às 2 horas da madrugada que os militares, de forma brusca, retiraram as famílias de suas casas, sem aviso prévio, poupando apenas quem desse 'gasosa'.

Nós, o colectivo de trabalhadores deste órgão, endereçamos os mais profundos sentimentos de pesar à família de Rufino, por essa dura perda. Compete-nos agora orar e honrar o seu nome e alma, na certeza de que os responsáveis serão duramente punidos pela justiça dos homens e de Deus.

## 7.59 Solicitada a detenção do General Wala

*Jornal O Crime*

*13 De Agosto de 2016*

Neste apelo, que publicamos na íntegra, por ser um facto actual e de grande interesse público, este jornal lembra que a activista, ligada à Fundação Open Soceity, defende que lugar de bandido é na cadeia, e não dirigir homens armados, razão pela qual considera como "assassino" esta alta patente do Exército, sob liderança do Comandante-em-Chefe, José Eduardo dos Santos.

"O General Wala é um assassino.

Militar a sério conhece ordem, disciplina e hierarquia. A atitude bandidesca deste senhor põe em questão a seriedade das Forças Armadas Angolanas e a autoridade do seu Comandante-em-Chefe, o presidente da República. Não é a primeira vez que se ouve notícias do envolvimento de militares em assassinatos de civis, em obediência a ordens superiores", escreveu a activista nas redes sociais, questionando de seguida quem era então a 'famosa' ordem superior dentro das Forças Armadas.

"Como é que o General Nunda e o presidente José Eduardo dos Santos podem explicar ao povo angolano que, em tempo de paz, se ordene a saída de militares dos quartéis para matar crianças? Não há autoridade neste Exército? Como é que se pode garantir a segurança dos angolanos e angolanas, se os próprios assassinos são das Forças Armadas e matam no cumprimento de funções?", questionou novamente, rebatendo se era para isso que o Estado investe tanto

na defesa e segurança nacional, "para que bandidos fardados andem a açambarcar os bens do povo, a desalojar famílias e matar crianças?", sustentou antes mesmo de fazer um apelo final,

"Pelo bem do país, acabem com isso e prendam o General Wala, porque lugar de bandido é na cadeia, e não dirigir homens armados. O país agradece".

## 7.60 SOS Habitat

*Jornal O Crime*

*13 De Agosto de 2016*

A SOS Habitat, uma Organização Não Governamental (ONG) que tem como foco a defesa dos direitos da habitação e a luta contra as ondas de demolições no país, promoveu, recentemente, uma campanha com o fito de arrecadar alguns valores para ajudar a família do pequeno Rufino, 14 anos, assassinado por forças militares a mando do general 'Wala', quando tentava defender a sua casa da demolição.

A família do rapaz carece de tudo, não estando mesmo, pasme-se, em condições de comprar caixão sequer.

Com mais de dez anos de experiência na defesa dos "sem tecto", a organização revela-se cada vez mais inconformada com o tratamento dado às pessoas vítimas de desalojamentos forçados e, claro, com a forma como as administrações do Estado gerem o assunto. A ONG já realizou o Fórum Nacional da Habitação, que já vai na sua segunda edição, onde foram discutidos os problemas que o sector da habitação enfrenta.

## 7.61 MPLA e UNITA trocam acusações sobre acontecimentos do Zango

*Jornal O PAÍS*

*15 De Agosto de 2016*

*Texto: José Dias*

O pinheiro secretário do Comité Provincial do MPLA de Luanda, Higinio Carneiro, acusou no fim-de-semana o empresário Daniel Pascoal de ser um dos principais instigadores dos actos de desobediência e de confusão registados no Zango II, na sequência das demolições de construções que se encontravam nos perímetros da Zona Económica Especial e também do novo aeroporto.

"Gostaria de aproveitar esta ocasião para endereçar à família do jovem que faleceu há dias e cujo nome ficamos a saber que é Rufino, as nossas sentidas condolências e fazer notar que tudo isso foi causado por uma pessoa, Daniel Pascoal, um ambicioso empresário dirigente da Rádio Despertar que quer ocupar espaço no território do aeroporto e leva os militantes lá para ocupar terreno e criar a confusão", disse num acto de massas realizado em Viana para saudar o VII Congresso do seu partido, tendo garantido que vai mandar instaurar um processo para que o mesmo responda em Tribunal. "Temos que acabar com isso e esse senhor tem que ir à Tribunal. Eu orientei o administrador Jeremias Dumbo para processá-lo a fim de evitar que haja confusão aqui", frisou.

Em causa estão as recentes demolições de mais de mil casas nas imediações da Zona Económica, na localidade do Zango II, que resultaram na morte a tiro, por militares, do adolescente de 14 anos Rufino António.

Contactado por O PAÍS, o secretário para a informação da UNITA, Alcides Sakala, refutou as acusações, referindo que o cidadão em causa não é integrante da Rádio Despertar nem da UNITA.

"Não. O cidadão em questão não está ligado a Rádio Despertar nem à UNITA. Ele fez apenas um desmentido na estação. Não tem ligações nenhuma", frisou.

Entretanto, o responsável político não deixou de considerar os acontecimentos do Zango II como um processo mal conduzido desde o início. "É verdade que está errado. Nós temos dito e até na Assembleia Nacional fizemos uma abordagem sobre esta problemática dos desalojamentos. Se há necessidade de se desalojar uma população, primeiro é preciso estabelecer uma ponte de diálogo com as populações", frisou.

Questionado sobre uma eventual possibilidade de a UNITA estar por detrás dos incitamentos como se cogita, Sakala considera a acusação "tendenciosa" e "infundada".

"Acusar a UNITA de ser culpada da situação é tendencioso. Nós não temos nada a ver com a situação.

Nós é que destruimos aquilo? Então destroem e as pessoas não podem reclamar? Não fomos nós que fizemos as demolições. Nós não temos nenhuma responsabilidade sobre isto.

A UNITA não tem nenhum interesse em incitar as populações", frisou. A seu ver, o que se passa é que a prática das demolições está a ganhar uma dimensão nacional em que os grandes latifundiários procuram espaços e o Estado não toma posições claras como árbitro para mediar estes conflitos de terras.

## 7.62 Ainda a maka do Zango

*Jornal O PAÍS*

*16 De Agosto de 2016*

Prezado senhores; É com muita amargura que digo que os nossos governantes não estão a defender os interesses do Povo!!!, porque o Sr. Higino Carneiro disse somos "INVASORES" Eu pergunto, qual é o Deputado ou Ministro que deslocou-se para aquela área com boas intenções e conversar com povo e averiguar o que realmente se passa? Quem? Ninguém. Apenas ouviram ou leram o que lhes foi revelado. Senhores leitores alguém, mesmo sendo cego pode construir onde está vedado? Ou onde haja uma placa que diga "PROPRIEDADE DO GOVERNO OU DA ZEE" Meu Deus, o povo não é louco, porque com certeza os PM nos teriam matado há muito tempo, se o que o CARNEIRO disse fosse verdade.

Senhores deputados, vão ao terreno e verifiquem a realidade no local. Onde o próprio partido do MPLA tem lá plantado um CAP, como foi colocada! Se somos invasores? Há pessoas que vivem ali há mais de 30 anos, antes mesmo de existir a ZEE, antes mesmo do Aeroporto, e tem uma grande distancia entre o bairro Walale (onde mataram o jovem Rufino) até ao aeroporto. Meus senhores pensem primeiro!!! Alguém que constrói uma casa com tanto sacrifício durante 3 anos para ser demolido em 3 segundos, e depois com as grandes dificuldades de hoje em Angola?

Senhor Presidente da República, José Eduardo dos Santos, senhor governador de Luanda Higino Carneiro, desloquem-se ao bairro Walale. O povo espera por vós. Não mandem militares canibais que estão a vender os blocos da mulheres perante as suas crianças. Por favor, isto é triste!! Muito triste ver as crianças chorando e dizer "mãe onde vamos morar sendo rebentada. A cair ...



## 7.63 Cruéis

*Jornal O Crime*

*16 De Agosto de 2016*

Com profunda dor, sentimento ao qual junto a revolta própria da minoria que luta contra as injustiças, observei a imagem de um jovem assassinado no Zango III a um tiro desferido por um elemento das Forças Armadas Angolanas (FAA).

Este militar é afecto ao Posto Comando Unificado (PCU) dirigido, é bom sublinhar, pelo General Wala, o homem que um dia recebeu rasgados elogios de segmentos da sociedade que viam na morte de Jonas Savimbi o caminho para a paz em Angola.

Confesso que não consigo perceber que perigo representava o indefeso Rufino António, 14 anitos, para um militar fortemente armado.

À falta de um esclarecimento plausível, arrisco avançar que só por uma questão de arrogância e pelo sentimento de impunidade que polui este sistema ditatorial os efectivos das FAA imobilizou o garoto a um tiro na cabeça.

Revoltou-me, repito, o facto de ter visto o corpo de um compatriota estatelado, já sem os calçados. O rapaz tinha uma camisola verde, de cor esperança, que, entretanto, viria a se revelar moribunda.

A estrelinha estampada do lado esquerdo bem que podia simbolizar a mesma que se encontra na bandeira do partido a que pertence o militar, que não teve dó nem piedade, quando lhe roubou a vida.

Conjeturas à parte, Rufino poderia ser filho ou irmão de qualquer um de nós. O seu único pecado, julgo, foi ter nascido pobre num país endinheirado.

O seu último acto digno de registo foi ter reivindicado a demolição, sem qualquer aviso prévio, da casa dos papás, num claro sinal de que, naturalmente, teve medo de viver ao relento.

Em companhia dos pais, reivindicava, mais do que a entrada em cena do martelo do Governo, um novo abrigo, até porque a sua moradia foi erguida de forma honesta, com recursos conseguidos graças a ginásticas atrás de ginásticas. Um acto destes, quanto mais não seja em tempo de crise, é revelador de falta de compaixão para com um povo bastante sofredor.

Aliás, falamos de casas erguidas num projeto habitacional constituído por mais de 600 residenciais, sem que os proprietários tivessem tirado proveito da

calada da noite, como muitas vezes acusam as autoridades.

Para o espanto de milhares de angolanos, surge um grupo de indivíduos, supostamente a mando da direcção da Zona Económica Especial, a quebrar as habitações construídas aos olhos de tudo e todos.

Os imóveis, do tipo T-3 fazem parte de um conjunto de ca as pertencentes à empresa FOBIS e estavam destinadas à venda do público. Daniel Carlos, diretor da FOBIS, disse não entender as motivações para as demolições no projeto habitacional, que custou mais de 1 bilhão e 200 milhões de kwanzas.

Segundo o responsável, a empresa adquiriu o terreno por via de uma parceria com camponeses que ali se encontravam, os mesmos que receberam, ao abrigo do negócio, 40% das 624 casas erguidas. Eles receberam também, em jeito de indemnização, 2mil kwanzas por cada plantação destruída.

Onde está o erro? Quem vai devolver o investimento deste jovem empresário? Isto para não falar da vida do pequeno Rufino? O seu corpo terá andado em local incerto, após ter sido, conforme os relatos, recolhido 'como se de um saco de carvão se tratasse'. Foi por obra de militares das FAA, que dizem, de acordo com populares, que "não hesitarão em matar mais alguém, pois cumprem ordens superiores".

Outra imagem chocante, que me levou a lacrimejar, foi a de uma mulher que, desesperada, levantou as mãos e olhou demoradamente para o céu, à imagem de quem apela a uma intervenção divina. "Oh, meu Deus! Onde estás, Senhor?", terá dito a mulher que acabava de perder a casa.

A verdade é que Deus não faz, ajuda.

Caberá a nós fazer, fazer e fazer, para que Ele nos possa ajudar. É preciso que o povo ganhe consciência e reaja, sendo certo que este regime não está com meias medidas. O que mais falta acontecer?

Rufino, o menino assassinado, não tinha pai presidente, não recebia mesada de 20 mil dólares, não fazia negócios milionários.

Temos, portanto, de parar de chorar e transformar a dor em forças para derrubar este regime que há muito deu mostras de que o ódio é o único sentimento que nutre pelo povo.

## 7.64 O sonho do 'direito à casa própria' volta a ruir em Benguela

*Jornal O PAÍS*

*16 De Agosto de 2016*

*Texto: Zuleide de Carvalho*

As obras de construção de uma vivenda de tipo T7, rés-do-chão e primeiro andar, avançadas em cerca de 80%, na Baía de Santo António, município de Benguela, foram recentemente demolidas pela Administração Municipal de Benguela (A.M.B.), por volta das 7h da noite de um Domingo, 3 de Julho de 2016.

O terreno de 500m2 onde estava a ser edificada a obra foi cedido pela Capitania do Porto do Lobito em 2011, a Gerson dos Santos, de 33 anos, segundo este afirma.

A construção da casa de praia, à qual Gerson chamou "a casa dos meus sonhos", iniciou-se em 2012, com previsão de conclusão no final deste ano.

O arrendamento anual do terreno tem sido pago à Capitania desde 2011. Entretanto, a 20 de Maio último, o jovem foi surpreendido por um mandato passado pela A.M.B., onde consta a acusação de "ocupação ilegal de terreno na orla marítima, tendo iniciado a obra de construção sem a prévia autorização da Administração, nem apresentação do projecto aprovado pela Comissão de Estética. No mesmo documento, foi determinado o embargo da obra até que a regularização da situação se efectivasse e que fosse efectuado o pagamento da multa correspondente às transgressões.

Terá prosseguido a construção após embargo? "Parou-se. Obra embargada tem de se parar. Respeitámos, para regularizar a situação, conforme diz no documento", até porque, acrescentou Gerson, "estou com a obra parada desde Janeiro de 2016."

Às 5h30 da manhã de 28 de Junho, conta o lesado, que funcionários da A.M.B., surgiram no terreno e iniciaram a demolição parcial da sua casa. Supostamente, quando solicitou a ordem oficial, os demolidores não apresentaram qualquer documento.

E a história repetiu-se, desta vez com estragos que deitaram abaixo a vivenda em construção, numa noite de Domingo. E, de novo, segundo o queixoso, sem que lhe fosse apresentada a competente ordem de demolição.

De acordo com Gerson dos Santos, após a primeira demolição, reuniu-se com o administrador municipal de Benguela, Leopoldo Muhongo, que supostamente

lhe terá dito que não poderia construir naquele terreno, pois "tem dono", e que, em contrapartida, lhe seria cedida uma parcela de terra noutra localidade.

Outro problema levantado foi a ausência de Licença de Construção. Em sua defesa, Gerson garantiu: "Tivemos um parecer da Administração da Zona B", e que pagou a Licença de Construção, ficando o documento formal por ser levantado numa outra altura, o que, segundo diz, nunca chegou a acontecer. Porém, datado de 29 de Julho de 2015, Gerson dos Santos apresentou a OPAÍS o croquis do terreno, passado em seu nome, que alega ter recebido da A.M.B., o documento sob designação "Legalização de Terreno."

Pode a Capitania ceder terrenos?

"A Administração diz que há um novo despacho, passado pelo Sr. Governador, em Novembro de 2015" que retira tais direitos à Capitania, atribuindo-os à Administração. "Mas nós já temos os terrenos desde 2012", refutou Luís Miguel.

Não tendo aceite prestar declarações oficiais sobre a problemática, o delegado marítimo municipal, Mário Kana, declarou que "A Capitania cede terrenos, mas não passa Licença de Construção, isso é com a A.M.B." Tendo tomado conhecimento das demolições, enunciou: "Nós não temos nada a ver com o assunto, dirijam-se à Administração."

Dupla demolição

Trata-se de outro terreno, 400m2 concedidos a 29 de Junho de 2012 pela Capitania, a Luís Miguel, o cidadão de 30 anos que sofreu demolição da casa em construção, na mesma época que Gerson.

Luís Miguel diz ter sido notificado para comparecer na A.M.B. a 10 de Junho e, por trabalhar em Itália, não se encontrava em Angola na data em que foi notificado, mas sim na Europa, a trabalhar, "a representar o nosso país, e é dessa forma que o país me agradece?", indagou. Regressou a Angola para resolver a questão. Da notificação resultou um encontro na A.M.B. a 14 de Junho, onde foram abordados assuntos relativos ao domínio territorial da Capitania.

O lesado contou que várias têm sido as versões apresentadas para que abandone o terreno que lhe foi cedido, "Já não se fala das salinas, já se alegou o ambiente, argumentaram de muitas formas. Agora dizem que é área de risco".

Luís Miguel regressou à Itália e, na manhã de 28 de Junho, terá recebido uma chamada telefónica que lhe

constou que a sua futura casa estaria prestes a ser demolida. E de facto, por volta das Sh30 dessa mesma manhã, foi deitada abaixo. "Nós somos, nós mandamos e nós partimos e acabou!"

Questionado em relação a quem se referia disse ser "à Administração. É o mandatário da demolição. Sem embargo de obra, sem nada. ( ... ) Já partiram, agora querem dar terrenos num sítio onde não há luz, nem água, nem acesso pedestre ... Eu vivo na cidade. Não me vão tirar da cidade para ir viver no mato". E quanto a propostas de reembolso pela demolição, "a Administração diz que não paga. Já gastei cerca de 10.000.000,00 de kwanzas", declarou Luís Miguel.

Luís Miguel e Gerson dos Santos são primos e contrataram advogados para que levem o caso até onde a lei permitir, de forma a resolver a questão favoravelmente.

Emanuel da Costa, um dos advogados, disse que, na conversa com o administrador Muhongo, "infelizmente" obtiveram "alguns fundamentos que não condizem com as provas que temos. ( ... ) São casos diferentes, mas as demolições ocorreram em simultâneo. O que não se percebe."

## 7.65 Auto-construção com vários lotes para distribuição

*Jornal de Angola*

*17 De Agosto de 2016*

O bairro São José, arredores da cidade do Cuito, dispõe de 100 lotes destinados à auto-construção dirigida, essencialmente para jovens que ainda não tenham casa própria.

Em declarações quinta-feira à Angop, no Cuito, o governador Boavida Neto disse que o terreno foi reservado para jovens com possibilidades de construir suas próprias moradias, tendo salientado que as parcelas estão sob tutela do Conselho Provincial da Juventude.

Além dos lotes e das residências erguidas no bairro São José (Cuito), a juventude vai ter igualmente apartamentos nas centralidades do Cuito e Andulo. Casas sociais para a juventude estão também reservadas nos municípios de Nharêa, Camacupa, Cata bola, Cuemba, Chinguar, Chitembo e Cunhinga, no âmbito da construção de 200 fogos habitacionais por cada localidade.

Na província do Bié 136 jovens beneficiaram esta semana de residências sociais no bairro São José, no

âmbito do programa Angola Jovem, tutelado pelo Governo.

A entrega simbólica da primeira chave coube ao governador Boavida Neto, na presença do secretário de Estado da Habitação, Joaquim Silvestre.

O secretário do Conselho Provincial da Juventude no Bié, Afonso Belo, disse que a acção demonstra o desejo do Governo em ajudar os jovens a realizarem o sonho de conseguir casa própria. O presente gesto, assegurou, servirá de incentivo para a afirmação e participação da juventude na vida da região.

## 7.66 Luís do Nascimento defende caso "Rufino"

*Jornal O PAÍS*

*17 De Agosto de 2016*

O advogado angolano Luís Nascimento, que defendeu a maioria dos 17 activistas levados a tribunal, vai representar a família do adolescente de 14 anos morto por militares das Forças Armadas Angolanas (FAA) durante a demolição de casas em Luanda.

O advogado disse ontem à agência Lusa que já se reuniu na Segunda-feira com o pai e um tio da vítima, a quem apresentou a minuta da procuração para que esteja habilitado a representar a família do rapaz, morto a tiro na sequência das demolições de residências no bairro Walale, no Zango II, em Luanda.

O incidente ocorreu a 05 de Agosto, quando Rufino António e outros moradores do bairro se juntaram a contestar as demolições - que já deixaram milhares de pessoas desalojadas e que afectariam também a casa dos pais do jovem rapaz - perante o avanço dos militares.

Segundo Luís Nascimento, o primeiro passo será descobrir o número do processo, onde está a ser instruído e por quem.

"São esses os passos que nós vamos ter de dar e, sobretudo, constituirmo-nos como assistentes do processo, porque a acusação em princípio é do Ministério Público. O processo está em instrução preparatória e nós, como assistentes, vamos acompanhar os passos e agir no sentido de o processo ter continuidade, não haver despronúncia, enfim, o nosso papel é manter o processo em andamento", disse o advogado.

## 7.67 "Em Angola a diversificação da economia está a criar e conflitos graves"

*Jornal Manchete*

19 De Agosto de 20

A afirmação é de Domingos Fingo, director Executivo da ACC, que dissertou em Ondjiva, a 11 de Agosto, no "Quintas de Debate" sobre "O uso consuetudinário das terras pelas comunidades rurais e os impactos pela sua expropriação coerciva em Angola".

Perante uma assistência de pouco mais de 50 pessoas, entre membros de partidos políticos, representantes do governo, das igrejas, da sociedade civil e das comunidades, falou dos preceitos jurídicos e sociológicos do direito à terra e do seu uso pelas comunidades autóctones.

O evento, organizado pela ACC e a OMUNGA, representando o GTMDH, enquadrou-se numa série de actividades que o grupo de monitoria decidiu desenvolver no Cunene para acompanhar a implementação das decisões saídas do encontro de 25 de Julho, realizado no Curoca, entre as comunidades e os representantes da Casa Civil da Presidência da República, em relação ao conflito que opõe o projecto privado agro-industrial "Horizonte 2020" e as comunidades.

## 7.68 Governo angolano é sui generis permite a construção de casas e depois as destrói

*Jornal A República*

19 De Agosto de 2016

Texto: João Diala

Destruir para melhor construir recordam os mais velhos que este slogan existiu logo antes e pós independência, 1974, 1975, 1976, 1977 em muitas localidades da nossa terra eram os procedimentos de muitos Angolanos eufóricos com a libertinagem e o espírito anticolonial da altura, partiam-se e destruíam-se tudo (lojas, casas, bares, zonas agrícolas, etc.), porque era do Colono. No centro, bem como em alguns bairros, destruíam e queimavam as lojas dos antigos Colonos.

Na zona do Kuanza Norte, propriamente no antigo Salazar, hoje Ndalatando, as lojas dos "brancos" eram incendiadas, por estas serem dos Colonos, na presunção que de facto se iria construir outras

melhores, próprias para o Povo Angolano principalmente Negro.

Claramente que tudo aquilo era uma utopia, havia um entusiasmo eufórico, próprio de um povo terceiro mundista, em que a liberdade se confundia com a vontade do Povo com pouca instrução de substituir o Colono que do ponto de vista de desenvolvimento humano era superior ao Negro.

Ou seja, quer queiramos quer não, é importante reconhecer as nossas fraquezas, só assim poderemos corrigir os nossos erros. Devido primeiramente à escravatura, a repressão Colonial e a estratégia do Colono de sempre subalternizar principalmente o homem negro e outros pressupostos, o homem branco se tornou com maior instrução do ponto de vista científico comparado ao homem negro, daí este nosso subdesenvolvimento humano e social.

Passado 30 anos, afinal, tudo continua na mesma, ainda destroem as casas, como agora aconteceu no Zango, o Governo Angolano manda destruir mais de 600 casas construídas pelo povo, algumas até com documentos das respectivas administrações quer Comunitárias como Municipais. Está aqui o reflexo da brutalidade, do pouco desenvolvimento de um Estado falhado.

Sinceramente, tudo isso ultrapassou os limites, como é possível um Governo permitir que as pessoas construam casas com blocos de cimento e argamassas e a seguir manda destruí-las sem uma única estratégia de ressarcimento às populações. Tudo isto faz-nos lembrar a Cisjordânia, onde os Israelitas com outras motivações alheias as nossas, aparentemente, constroem Colonatos, destruindo casas dos Palestinianos.

Como é possível o Governo Angolano permitir que se construam casas e, de seguida, destrói as mesmas, um bem público cuja destruição torna muito mais pobre o nosso País. Não podemos perceber o quão este Governo é sui generis e imperioso.

Ou seja, esperemos mesmo que os destinos dos terrenos sejam públicos e não privados como tem acontecido. Reparem que os terrenos feitos "Reserva Fundiária do Estado": ao longo da via expressa foram construídos com projectos privados, desde oficinas, estações de serviços, stands de carros, condomínios privados, etc.

Os Governos de qualquer Estado, sobretudo ditos democráticos têm sempre a priori o dever de cumprir a Constituição. Artigo 85.0 (Direito à habitação e à

qualidade de vida) Todo o cidadão tem direito à habitação e à qualidade de vida.

## 7.69 Morte de Rufino atribuída a UNITA

*Jornal Liberdade*

*19 De Agosto de 2016*

*Texto: Framanuel*

O primeiro secretário do MPLA em Luanda que discursava num acto político de massas realizado, sábado último, em Viana, endereçou à família do menor que foi atingido com um tiro a cabeça por alegados militares do Posto de Comando Unificado (força de elite das FAA

demolidores de moradias de humildes), condolências.

O político acentua que alguém identificado por Daniel Pascoal, ambicioso empresário dirigente da Rádio Despertar que teve um projecto habitacional no local com intenções de ocupar espaço nas imediações do novo aeroporto e da Zona Económica e Especial que e leva os militantes lá para ocupar terreno e construir casas. Deu a conhecer que já orientou o administrador e primeiro secretário do MPLA em Viana para processar o alegado empresário. "Esse senhor tem que ir à Tribunal. Eu orientei o administrador Jeremias Dumbo para abrir um processo-crime contra esse indivíduo causador dos tumultos e demolição de milhares de gentes.

O também governador de Luanda chamou atenção aos munícipes para não lutarem por um espaço de terra, enfatizando que somos poucos para preencher o território.

Aconselhando que quem quer construir solicite um terreno ao administrador municipal.

Num comunicado em que o "LIBERDADE" teve acesso, Emanuel Malaquias, director da Rádio Despertar, afirmou que único responsável que faz parte da direcção do órgão que dirige chama-se Daniel Pascoal Saviemba não tem nenhum projecto habitacional e muito menos ligações com os moradores da zona em causa. O jornalista afirmou que desconhece no seu órgão de direcção o nome referido por Higinio Carneiro e que a Despertar nunca esteve envolvida em desacato ou incitamento de populares à ocupação de terrenos, Esclarece.

## 7.70 Morte de Rufino leva Gen. Wala ao Tribunal

*Jornal Manchete*

*19 De Agosto de 2016*

O caso da morte de Rufino António, adolescente de 14 anos, alegadamente assassinado a tiro por militares das FAA, afecto à Guarnição Militar de Luanda, durante as demolições no Zango II, já está em fase de instrução preparatória.

Esta informação foi avançada, esta semana, pelo advogado, Luís Nascimento, contactado pelos familiares para fazer a defesa de mais um caso que deixou chocado os angolanos e não só.

De acordo com o causídico, que falava ao portal Rede Angola "o processo está em instrução preparatória, portanto, vamos aguardar pelo trabalho do serviço de instrução, pois pode não ter todos os dados neste momento para constituir o processo".

Disse adiante que "tenho uma procuração que vai ser reconhecida e que me dá poder para poder representar os interesses da família. Apesar da acção penal ser acção do Ministério Público, a família vai constituir-se em assistente no processo", conclui.

O adolescente Rufino António, foi morto a tiro, no dia 5 de Agosto, no bairro Walale, arredores do Zango II, em Luanda, quando militares afectos a PCU, efectuavam a demolição de várias residências naquela localidade.

O malgrado foi enterrado no Cemitério de Viana na passada sexta-feira, 12, numa cerimónia em que participaram centenas de populares e activistas cívicos que clamavam por justiça.

De realçar que o Estado-maior General das FAA, ao tomar conhecimento do infausto acontecimento disse numa nota de imprensa que "o Estado-Maior General alerta a população para evitar afrontar os militares, com armas de fogo, como ocorreu nesse trágico acidente, onde foram capturadas duas armas". Esta posição não terá caído bem aos populares que entenderam haver alguma insinuação de que o pequeno terá enfrentado as autoridades com arma de fogo, o que não é verdade.

## 7.71 Novas acusações contra militares no zango: “estupraram a minha esposa, tiraram a minha botija e meteram no carro deles”

*Jornal A República*  
19 De Agosto de 2016  
Texto: NJ

Enquanto a Polícia de Luanda diz já ter aberto um processo de investigação para apurar as circunstâncias da morte de Rufino António, que foi a enterrar na passada sexta-feira, 12, no cemitério de Viana, surgem novas acusações contra os militares.

Oliveira Domingos Cassegunda, presidente da comissão de moradores do bairro Nonguinha no Zango I, disse ao Novo Jornal que a morte do jovem não foi a primeira em processos de demolições.

"Tem havido mortes por desmaios e por maus-tratos perpetrados por militares! acusou o responsável, que reside há mais de 30 anos na zona. O também filho de camponeses, de quem herdou o espaço que habita, garantiu ter construído legalmente a sua residência.

"Temos todos os documentos, da UNAC e da administração! afirmou.

Por sua vez, António José, outra das vítimas que viu a sua casa destruída no último final de semana, no Zango 2, acusou os militares de terem violado a sua esposa e de terem "roubado" os seus pertences.

"Demoliram a minha casa por volta das 03h00, altura que começaram as demolições. Os militares vieram, não sei se estavam drogados, bateram à porta e obrigaram-me a sair.

Estupraram a minha esposa, tiraram a minha a botija e outras coisas e meteram no carro deles. Depois deitaram a minha casa abaixo!:

## 7.72 Todos têm medo do Wala

*Jornal A República*  
19 De Agosto de 2016  
Texto: Osvaldo Van-Dúnen Dias Dos Santos

Quem nunca perspectivou este desfecho infortúnio no assassinato de uma criança de 14 anos, por militares afectos ao tenente-general, Simão Carlitos "Wala" Comandante da Região Militar de Luanda, claramente

que sempre esteve a leste dos reais problemas da Província de Luanda.

Nós, Jornal A REPÚBLICA sempre denunciámos práticas do ponto de vista comportamental e procedimentais destes indivíduos, feitos donos do poder castrenses, na Província de Luanda.

É estranho como é possível, em Angola, um Estado de direito, ter militares a demolirem habitações de Cidadãos Nacionais?

Claramente que aqui encontramos a devida resposta, existe um certo "Temor" das grandes figuras institucionais da República e as suas respectivas instituições, líderes da Nação, em pôr termo à estas práticas abusivas e criminais Castrenses, principalmente 'na zona do Zango.

O deixa andar é outro imperativo que reflecte a falta na tomada de decisão das devidas investigações pelos órgãos de justiça quer militar como pública, na imputação de responsabilidades destes constantes actos criminais, muitos denunciados pelo povo em geral, sem as devidas respostas, quer das instituições afins como das lideranças deste País. A morte de Rufino, de 14 anos, sempre esteve anunciada, porque nenhuma autoridade conseguiu atempadamente realizar o devido freio, que sempre tardou a ser imputado aos efectivos e as chefias do Comandante da Região Militar de Luanda.

Matéria que o Jornal A REPUBLICA trouxe nas antigas edições

WALA "PEDRA NO SAPATO" DO TODO TERRENO

"Ver para crer" como "4x4" irá derrubar Wala

Por Osvaldo Van-Dúnen Dias Dos Santos

Estamos lembrados que o antigo Governador e ex - Primeiro-Secretário do MPLA, em Luanda, Bento Bento, obsequiou os luandeses com aquele discurso arrojado, denunciando as suas mágoas durante a III-Conferência Provincial extraordinária do MPLA, que elegeu o Todo Terreno "4X4" como o homem forte do MPLA, a partir da Vila Alice, afirmando que Higino Carneiro iria percorrer um caminho espinhoso, devido aos problemas conjunturais existentes na Capital, acrescentando que Luanda "tem muitos chefes, toda a gente manda em Luanda" e que, por isso, Higino Carneiro "tem que disciplinar essa gente!:

'Aqui, todo mundo manda em Luanda, todo mundo fecha a água, tira a água, todo mundo é general': disse Bento Bento, reiterando apoio a Higino Carneiro.

De facto, Bento Bento estava a referir-se principalmente aos Generais José Tavares e Simão Carlitos Wala, sendo este último comandante da Região Militar de Luanda, tenente-general, uma vez que são as principais forças de contrapoder que Luanda tem.

Com a exoneração de José Tavares, antigo Presidente da Cidade de Luanda, O "Todo Terreno" tem meia batalha ganha, faltando retirar a "pedra no sapato: o contrapoder Simão Carlitos Wala. Os luandenses questionam-se a quem o General Carlitos

Wala se subordina? Quais são as atribuições legais que conferem actuação dos efectivos de Wala?

Porque vejamos: as queixas são enormes por parte dos luandenses sobre a actuação dos efectivos comandados pelo General Wala, em que tropas de protecção tornaram-se tropas invasoras de terrenos dos cidadãos, usurpando terrenos de cidadãos indefesos, pobres, angolanos camponeses sem recursos ou outros meios de subsistência. Pior mesmo é não haver instituições do Estado onde estes cidadãos podem se queixar, porque existe o medo dos responsáveis destes órgãos assumirem a responsabilidade da tramitação deste tipo de procedimento criminal, constando efectivos do General Wala. Todos têm medo de se pronunciar, quando sabem que consta o nome do General Wala. O medo consiste no facto de haver rumores de que, de facto, o General Wala poderá ter um grau familiar com Sua Excelência Presidente da República e, principalmente, pelo facto de ter participado na perseguição a Jonas Malheiro Savimbi, morto em 22 de Fevereiro de 2002, nas proximidades de Cassamba, na província do Moxico.

Mas, todos sabemos que Sua Excelência Presidente da República é contra estes desmandos, defendendo unicamente a Lei. Claramente que estas atitudes podem prejudicar toda boa opinião pública e a boa reputação que existe relativamente à Sua Excelência. General Higino Carneiro, aquando da sua visita ao município de Viana, terá recebido várias queixas de populares que se sentem limitados, por não saberem onde se dirigir para formularem as suas denúncias, por usurpação dos seus terrenos. Higino Carneiro terá defendido unicamente a conformidade da lei.

O Jornal A REPÚBLICA tem recebido várias denúncias presenciais e anónimas sobre usurpação de

terrenos e de casas sociais no Zango, por parte de efectivos do General Simão Carlitos Wala.

A última denúncia pesa sobre o Tenente Coronel Alfredo, utente do número de telemóvel 927003478, que tem tentado desalojar uma família no Zango 3 com a presença de homens armados' intimidando a família de Dona Francisca Feliciano "Tia Chiminha" de 65 anos de idade, sem nenhum mandado judicial.

Outros casos vão acontecendo no Zango, várias famílias são desalojadas, posteriormente as referidas casas são vendidas no valor de 3 a 4 milhões de kwanzas a outras famílias. Vários são os casos que o Jornal A REPÚBLICA noticiou, ficando sem acontecer absolutamente nada aos efectivos de Wala.

A província de Luanda, propriamente a zona do Zango, está como se fosse um "outro país": sem lei, onde reina a força da farda e das armas.

O Jornal A REPÚBLICA está expectante, aguardando como Higino Carneiro irá acabar com estes desmandos dos militares do General WALA.

## 7.73 Carta para um bajulador

*Jornal Folha 8*

*20 De Agosto de 2016*

*Texto: Sedrick de Carvalho*

A pós Gildo Matias José ter dito que a morte do adolescente Rufino António, ocorrida a 6 de Agosto no zango 3, "foi um acidente", o site Central Angola 7311 publicou uma carta onde repudia as declarações daquele "pseudo-analista" feitas à televisão Zimbo semana passada.

Na carta aberta, os membros do site afirmam que Gildo Matias "deve estar muito equivocado", mas garantem saber as reais motivações do mesmo: "queres atingir grandes'

patamares e promoções tal como "os que te antecederam naquela cadeira [da mesa de debates] onde senta hoje".

Para ir "com calma" é o que lhe pedem na carta, pois "se o Rufino te ouvisse; não gostaria nada dessas tuas palavras tal como não gostamos". Várias perguntas foram feitas na carta endereçada a "marionete mal ensaiada", como é chamado Gildo Matias, como: "quando o general Wala mandou aquele, exército' todo armado até aos dentes foi por acidente?", e ainda "por acaso as armas foram feitas por acidente?". Mas

nenhuma até agora teve resposta da parte do destinatário.

Entretanto, os jovens vão mais longe ao dizer que Gildo "nem sequer imagina a dor daqueles pais" e que "por isso andas de barriga cheia".

"Pessoas como tu, com declarações iguais às tuas, é que estão a matar Angola. Estão a nos acabar aos poucos. Aliás, desafiamos-te a procurar os pais do menino e a dizer-lhe com a tua boca que foi um acidente", recomendam ao comentarista.

É necessário, nos termos da carta "parar de ajudar a matar pessoas com a tua boca", e sugerem ao jovem: "concentra-te e vais ganhar respeito", porque "és uma vergonha nacional".

Mfuca Muzemba, jovem deputado à Assembleia Nacional pela bancada parlamentar UNITA, também em reacção ao comentário do visado, disse: "alguém tem de dizer ao Gildo Matias que a lista para membros do comité Central do MPLA já está fechada. Ouvir Gildo está a enjoar". No final da missiva, se exige a responsabilização criminal pelo assassinato de Rufino António, 14 anos de idade, assim como se pede punição aos assassinos de Cassulo e Kamulingue, Hilbert Ganga e Mfulupinga.

## 7.74 Zango envergonha Angola mas não o MPLA

*Jornal Folha 8*

*20 De Agosto de 2016*

São injustas, ilegais e inaceitáveis as expropriações e demolições de casas na zona do Zango II e III no Município de Viana em Luanda, Mas, para o regime, o que conta é a razão da força.

Os despejos em larga escala perpetrados pelo Governo tiveram o seu ponto mais alto em 2002

e continuam sendo uma prática reiterada até a presente data. A SOS Habitat registou de 200 até 2016 mais de 15,000 casas foram destruídas e muitos terrenos cultivados de pequena dimensão foram confiscados, afectando cerca de 56,202 famílias correspondem a 66 comunidades num universo de mais de 337,212 pessoas, destes números 80% é da província de Luanda.

As desocupações forçadas representam um padrão de conduta abusiva por parte do Governo

angolano que não se alterou significativamente nos últimos anos nem nunca foi plenamente solucionado.

Angola antes de ser um país independente as comunidades já habitavam nestas localidades, no entanto em 2007, foram definidas as reservas fundiárias e demarcadas em 2010. Durante todos estes anos o Governo angolano não criou mecanismos de gestão e resolução de conflitos de terras até a presente data.

Existindo várias áreas de cultivo e residencial que ficaram sob o cerco de terrenos demarcadas sem contudo os seus ocupantes terem sido dado qualquer alternativa ou uma indemnização justa de acordo com a Constituição e a Lei.

Tendo em conta as constantes violações dos direitos humanos resultantes de expropriações, demolições injustas e ilegais, a Assembleia Nacional aprovou em 2009, a Resolução nº 37/09, de 3 de Setembro que define como os Governos provinciais e municipais devem agir, sempre que confrontados com os planos de requalificação das zonas sobre sua jurisdição, mediante a justa compensação e indemnização.

No entanto, não tem havido fiscalização por parte da AN na implementação desta resolução sobre desalojamento forçado. Os casos registados de violações de direitos humanos, os seus executantes tem sempre justificado estarem a cumprir Ordem Superiores.

Apesar dos apelos das organizações nacionais e internacionais e das vítimas, o Governo de Angola nunca tomou as medidas necessárias para acabar com as desocupações forçadas nem

assegurou a responsabilização pelos abusos associados a estas desocupações e uma indemnização adequada a vasta maioria das pessoas despejadas, como é obrigado a fazer de acordo com a legislação angolana e o direito internacional.

As expulsões forçadas em massa na área de Luanda são tipicamente executadas sem aviso prévio e sem consulta das comunidades.

### FACTOS MAIS-RECENTES

No dia 30 de Julho de 2016, quando eram 3h00 de madrugada as comunidades do Zango III, município de Viana, foram surpreendidos com cerco de aparato de forças militares do PCU-Posto de Comando Unificado, fortemente armadas que se fizeram transportar por 5 viaturas militares todas sem matrícula.



Levaram consigo também cinco (5) Maquinas Caterpillar (retroescavadora) e sem aviso prévio demoliram mais 600 casas entre 3h00 da madrugada até 18h00. As demolições forçadas foram feitas a mando da empresa pública, a Sociedade de Desenvolvimento da Zona Económico Especial E.P (ZEE).

Esta despejou coercivamente e de forma violenta milhares de pessoas que viviam em áreas habitacionais e informais em violação das próprias leis de Angola e das suas obrigações internacionais de direitos humanos. O Governo destruiu casas, bens pessoais dos moradores em um processo justo e não concedeu indemnização.

Os despejos (desocupações forçadas) ocorreram na zona do Zango III, construída por uma empresa privada FOBIS, um projecto habitacional 624 casa.

## 7.75 Distribuídos lotes à população local

*Jornal de Angola*  
22 De Agosto de 2016

Cerca de 500 lotes de terreno foram distribuídos à população desde o princípio do ano, no município do Chitembo, na província do Bié, pela administração local, no âmbito do programa de auto-construção dirigida, informou Lucas Baptista Sete, funcionário da Administração Municipal.

Referiu que cada beneficiário recebeu um espaço de 30 metros de comprimento e 20 de largura. A administração dispõe de 900 hectares na reserva fundiária de Vinhundo (arredores da sede municipal), que serão brevemente entregues de forma gratuita. A entrega de lotes de terreno, segundo a fonte, vai estimular a construção orientada e melhorar as condições de vida das populações, em termos habitacionais.

O município do Chitembo tem 581 habitantes, maioritariamente camponeses.

Aldeia Muenembala A população da aldeia Muenembala, na comuna de Kiluanje, no Cuanza Norte, carece de um posto de saúde, para a assistência médica e medicamentosa dos cerca de mil habitantes. A necessidade foi manifestada em entrevista à Angop pelo sob a da aldeia, Francisco Sebastião Neto.

Disse que a população desloca-se pé até à sede comunal à procura dos serviços de saúde. Os doentes são transportados de motorizadas ou de tipóia ate à

sede comunal, onde se encontra a unidade sanitária mais próxima da aldeia, um trajecto de muito sacrifício e dificuldades, em função do mau estado das via.

## 7.76 Ttie Economist aprova venda de 53 unidades na Zee Luanda-Bengo

*Jornal O PAÍS*  
23 De Agosto de 2016

Economist Intelligence Unit (Em) considera que a venda de S3 unidades industriais na Zona Económica Especial Luanda-Bengo (ZEELB) vai gerar dinheiro a curto prazo e diminuir as despesas, mas afectará as receitas dos arrendamentos de longa duração.

"A venda vai ajudar as autoridades a gerarem dinheiro a curto prazo, e cortar na manutenção e noutros custos, apesar de as receitas dos arrendamentos a longo prazo serem perdidas", lê-se numa nota divulgada aos investidores pela unidade de análise económica da revista britânica The Economist. Na análise, citada pela Lusa, os peritos da Economist manifestam concordância com a privatização das S3 unidades industriais e consideram que a medida "está em linha com a resposta política do Governo à crise do preço do petróleo, que é aproveitar a experiência e o capital do sector privado para ajudar a aumentar a produção não petrolífera e criar mais empregos".

Criada "parcialmente com recurso a linhas de crédito da China", a ZEELB está localizada a 30 quilómetros do centro de Luanda, e era um projecto até agora gerido pelo Estado angolano, através

da Sonangol, que envolveu um investimento público de quase USD 80 milhões para instalar 73 fábricas e compreende sete reservas industriais, seis reservas agrícolas e oito reservas mineiras, numa área total de 8.300 hectares entre os municípios de Viana, Cacuaco, Icolo e Bengo (Luanda), Dande e Ambriz (Bengo). "Como tantos outros grandes projectos liderados pelo Governo em Angola, a ZEELB não correspondeu às expectativas; apesar de algumas companhias produtoras se terem estabelecido

lá, muitas das 73 unidades continuam vazias ou só parcialmente usadas", escreve a EIU, notando que "a continuada quebra nos preços do petróleo e o efeito que teve no kwanza e no poder de importação, significa que muitas firmas na zona estão a debater-se para conseguirem importar as matérias-primas, e as linhas de produção estão paradas".

No princípio do mês, a Lusa noticiou que a petrolífera estatal angolana Sonangol e três ministérios vão gerir o processo de venda das S3 unidades industriais instaladas na ZEELB, que deverá estar concluído até final do mês.

O objectivo da comissão criada em Julho passa ainda por garantir que os "adjudicatários" façam o "pagamento efectivo e integral do valor da alienação patrimonial" e outras responsabilidades, após a homologação das respectivas vendas, lê-se no documento.

A Lusa noticiou em Junho que o Estado angolano pretende vender a privados, até Agosto, S3 unidades industriais instaladas na ZEELB para poupar nos custos de manutenção e otimizar a geração de postos de trabalho.

A medida consta de um despacho presidencial de 26 de Maio, a que a Lusa teve acesso, autorizando a "transferência da totalidade das quotas representativas do capital social" destas unidades industriais para "entidades empresariais privadas detentoras de capital 'know-how' e tecnologia suficiente" para as "alavancar".

Estas vendas, cujo preço será determinado "com base na avaliação patrimonial actualizada" e com "critérios técnicos", são justificadas com a necessidade de "garantir" a exploração por parte do sector privado, "de otimizar sobremaneira a eficiência nos aspectos produtivo, financeiro e comercial" e de postos de trabalho, assim como garantir maior receita fiscal e "cessando o custo de manutenção levado a' cabo pelo Estado angolano". No despacho assinado pelo Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, recorda-se que o Esta:" do "investiu na montagem, operacionalização e financiamento da actividade de exploração" destas unidades e que o país possui actualmente uma economia de mercado "assente na livre iniciativa dos vários agentes económicos".

"Com intervenção e participação mínima do Estado nas actividades económicas produtivas, nomeadamente nos sectores da Indústria, Comércio e Serviços", lê-se no mesmo documento, que reconhece a "necessidade de estimular a intervenção da iniciativa privada no segmento industrial nacional", para "fazer crescer os investimentos originalmente feitos pelo Estado e fomentar a cultura industrial em Angola".

Nos terrenos infra-estruturados e equipados da ZEELB continuam a instalar-se várias empresas, ao abrigo, até agora, de contratos com o Estado angolano, nomeadamente fábricas de cabos eléctricos, acessórios de plásticos, ferragens, panificação, vidro, embalagens

metálicas, alumínio, cobre, carpintaria e até de bolachas e confeitaria, entre outras.

## 7.77 Demolições em Viana: o lobo na pele de cordeiro

*Jornal Liberdade*

*26 De Agosto de 2016*

*A versão do ministro de Estado*

O advogado de Edeltrudes Costa, Eurico Paz Costa, reitera ao Maka Angola que "a concessionária [do terreno] é a D. Maria da Conceição, que é nossa constituinte e, por acaso, é parente do ministro'.

A 16 de Junho de 2016, o escritório de advogados ACPC, em nome do seu constituinte Edeltrudes Costa, solicitou ao procurador-geral da República (PGR), general João Maria de Sousa, que se investigasse a informação preliminar recolhida pelo Maka Angola. Em resposta formal à alegação de envolvimento do ministro, o advogado Eurico Costa, sócio da ACPC, autoriza o Maka Angola a revelar o conteúdo da correspondência enviada ao PGR.

"Não obstante, a situação fáctica exposta pelos relatores acima mencionados, repercute um conjunto de acções, praticadas por supostos malfeitores, que nos termos do ordenamento jurídico angolano são considerados crimes graves contra a ordem pública, que envolvem o bom nome do nosso constituinte na qualidade de ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, que não tem qualquer envolvimento com as questões expostas': lê-se na carta.

"As acções ou factos narrados prefiguram actos criminosos, que devem ser devidamente investigados e cujos agentes devem ser devidamente responsabilizados", continua.

O advogado do ministro nota ainda que "tomasse [toma-se] pertinente, desde já, aludir o total interesse do nosso constituinte na busca da verdade, sendo que o mesmo não detém qualquer conhecimento dos factos narrados, não obstante que os supostos infractores atentam contra o seu bom nome e a sua reputação:'

A carta prossegue: "E nesta perspectiva foi realizado um encontro com o relator da mensagem, o jornalista Sr. Rafael Marques, que nos deu nota de que as supostas acções criminosas ocorreram em 2012 sob comando da Comandante Bety [então comandante provincial da Polícia Nacional em Luanda]:' "Evidenciamos desde já que tomamos a liberdade de contactar a proprietária do terreno, Sra. Maria da

Conceição e de Brito Cruz Gouveia, com o intuito de esclarecer a real situação do terreno e saber se a mesma se encontrava ao corrente dos factos descritos na mensagem, alegando a mesma que nunca tomou conhecimento de mortes e agressões, nem qualquer violação de direitos, por parte dos oficiais da Polícia Nacional!

#### A Reacção

"Não sei quem é essa Maria da Conceição. Isso é mentira. Estão a usar essa senhora para proteger o ministro. É essa senhora que tem poderes para mandar tropas aqui?": insurge-se Helena Teka.

"Roubaram a vida dos meus filhos, tiraram-me tudo e ainda me querem acusar de difamação e burla? Sou maltratada pelas vizinhas, que me chamam de 'mbaca' [mulher estéril] 'lamenta, lavada em lágrimas, Helena Teka.

"Estou disposta a enfrentar a justiça. Estou como uma andorinha que não tem poiso. É assim que esse governo trabalha com as leis? A assassinar? A mandar que me sequestrarem?": questiona.

Há meses que o Maka Angola tem tentado encontrar-se com o general Wala, mas, apesar de este sempre se ter manifestado disponível, tal não chegou a acontecer.

Todavia, uma fonte anónima da Região Militar de Luanda partilhou alguma informação que ajuda a esclarecer o caso.

"É pura e verdadeira mentira. O ministro de Estado e chefe da Casa Civil [do Presidente da República], Edeltrudes Costa, fez uma queixa ao chefe da Casa de Segurança do PR, general Kopelipa, segundo a qual o seu terreno estava a ser invadido por militares": refere a fonte.

"O general Kopelipa falou com o chefe do Estado-Maior General, o general Nunda, que chamou o general Wala e lhe deu instruções para verificar o que se passava no suposto terreno do ministro", continua.

"No terreno, o general Wala deu conta de que não era nada do que o ministro descrevia e de que o seu terreno não estava a ser invadido por militares. O general apercebeu-se de que o ministro não tinha dito a verdade": assegura a fonte.

A comprovar a sua versão, a referida fonte afirma que "o general Wala enviou uma mensagem ao ministro a pedir-lhe para negociar pacificamente com as camponesas proprietárias do terreno. Essa é a verdade. Mas agora quem ouve os insultos é o general Wala:

"Temos de nos sentar todos, os advogados, os generais, a administração municipal de Viana, para sabermos como esse terreno foi parar às mãos da família do ministro": sugere o soba Moisés Kahungo, coordenador para a resolução de conflitos da área do Bita Sapú, que congrega o Mukula Ngola.

#### O historial do terreno

Por que razão insiste Helena Teka no terreno que já levou as autoridades a matarem os seus filhos, irmão e primo? Pelo qual já foi violada e pelo qual arrisca perder a vida? Segundo nos conta Helena,

o terreno é na verdade do seu irmão mais velho, Garcia Firmino João Camangumba, que trabalhou na

administração de Viana até enlouquecer. Antes de ser afectado gravemente pela doença, esse irmão passou-lhe uma procuração que lhe conferia plenos poderes sobre o terreno. Helena assumiu também a guarda dos seis filhos de Camangumba, que ora vivem consigo. Está desempregada e alojada por graça de uma boa samaritana, que lhe cedeu gratuitamente a sua casa na área vizinha ao terreno até Setembro próximo.

A 13 de Junho de 1989, ao tempo do partido único e do marxismo-leninismo, a União das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-Pecuárias (UNACA) emitiu uma declaração de reconhecimento do direito de posse do referido terreno, de 15 hectares, a favor de Garcia Firmino João Camangumba.

Com a paz podre que se observava no início de 1998, o cidadão Camangumba iniciou um novo processo de legalização do seu terreno, com croqui de localização incluído. Em 2000, solicitou ao administrador de Viana que lhe fosse concedido o "contrato de concessão":

Tendo cumprido todos os trâmites legais, o seu direito de superfície sobre o terreno foi inscrito na Repartição Municipal da Agricultura de Viana sob o n=115/2010. Foi com base nesse direito de superfície que, a 14 de Dezembro de 2012, quase seis meses após o assalto policial ao terreno, a referida repartição emitiu duas declarações a favor de Garcia Camangumba, ambas sob n° 38312012, uma para o pagamento do imposto industrial e outra "para efeito de comprovação":

O soba Moisés Kahungo confirma o facto de Camangumba e sua família terem cultivado sempre o terreno até à expansão dos bairros, que os levou a construir também.

### Trafulhas dos militares

Desesperada, com falta de meios para conseguir nova acomodação, Helena Teka voltou a erguer no terreno um "bate-chapas".

No início de 2014, Helena Teka pensou ter encontrado no exército um aliado para se manter no seu terreno. "O [vice-] almirante Pedra [Chicaia] apareceu por intermédio de um jovem Cobra, para ajudar-me a proteger o terreno. Ele ajudou-me a correr com os invasores militares [tendo organizado uma milícia para o efeito], em troca de uma parcela de 50 x 100 metros. Depois aliou-se aos invasores, ocupou uma grande parte do terreno e começou a vendê-lo a retalho. Agora persegue-me", denuncia.

"Essa senhora [Helena Teka] é bandida. O terreno dela é junto do terreno do ministro. Já nos queixou muito. Ela recuperou uma parte do terreno do ministro e outra parte da tropa", reage o vice-almirante Chicaia, conselheiro do comandante da Marinha de Guerra de Angola, ao ser interpelado pelo Maka Angola.

Segundo o vice-almirante, o terreno é dos militares: "Não sei quem mandou demolir. Já reunimos recentemente. Até a pessoa [representante] do ministro esteve lá. Deu-se razão aos militares. Os que trabalham com o ministro [Edeltrudes Costa] é que usam sempre o nome dele. Um deles pediu-nos, há dias, mais 30 metros quadrados:"

"Eu estou a defender as tropas que estavam dispersas depois das demolições. Nós somos grandes soldados: advoga o vice-almirante. E, revela: "O coronel Ndongua chamou-me há dias. Mostrou-me como já se dividiu bem o terreno, qual é a sua parte, a do tenente-general Nelito [conselheiro do comandante da Força Aérea Nacional], a parte do ministro. Ele disse-me que, em troca da protecção dos terrenos pela minha tropa, ele vai passar um documento para regularizar a situação [dos terrenos]:"

Helena Teka não se recorda do dia exacto do mês de Agosto de 2014, quando foi chamada por um suposto representante da entidade interessada no terreno.

'Apareceu o Falcão, que me pediu para passar com a minha família para sermos indemnizados. O Falcão é um dos funcionários do ministro [Edeltrudes Costa]. Fui com a minha família. Conversámos junto ao portão da casa do sr. Ministro': explica.

Segundo Helena Teka, estavam presentes no encontro "o general [vice-almirante] Pedro Chicaia, da Marinha de Guerra, o brigadeiro Afonso e o próprio Rodrigo [chefe da Comissão de Moradores]:"

Na conclusão do encontro, foi proibida de regressar ao terreno, conta.

Insatisfeita, Helena Teka decidiu, mais uma vez erguer uma casa definitiva no terreno. A 27 de Novembro de 2014, efectivos militares do Posto de Comando Unificado deslocaram-se de manhã ao terreno para proteger a máquina que demoliu a sua obra. "Os militares eram comandados pelo coronel Ndongua e apoderaram-se dos materiais de construção que encontraram": afirma Helena.

Mais tarde, acompanhado por uma coluna de cerca de 20 viaturas com militares, ao are ceu no local o general Simão Carlitos Wala. O que então se passou está descrito na queixa que a cidadã remeteu, a 5 de Novembro de 2015, ao procurador-geral da República, com cópias para o chefe do Estado Maior-General das FAA e o procurador militar. Todas essas entidades ignoraram pura e simplesmente a petição de Helena. Mas o documento prova que as autoridades estavam informadas sobre o caso e nada fizeram.

"( ... ) no ano de 2014 passou no referido espaço [terreno] proferindo palavras obscenas e ameaças de morte o Senhor Comandante da Região Militar de Luanda a Sua Excelência Tenente General Wala, conhecido apenas por este nome, este e os seus homens deteram [detiveram] a proprietária do espaço [Helena João Teka] onde permaneci durante três dias ( ... r: lê-se na queixa.

A cidadã refere também que, quando a libertaram, o general Wala foi ter com ela e reconheceu "que sou legítima proprietária do espaço, e aconselho [u] -nos que os sobas tratassem do resto":

Na queixa dirigida ao general João Maria de Sousa, a cidadã relata ainda um outro episódio protagonizado pelo general Wala:

"Sinto-me surpresa [surpreendida] com a presença de uma coluna de viaturas militar[es] dirigindo-me e estacionando dentro da minha parcela de terra, coluna esta comandada pela Sua Excelência Tenente General Comandante da Região Luanda, coadjuvado pelo coronel Silvano Ndongua, actual comandante do PCU [Posto de Comando Unificado] e na presença do tenente-coronel Nguinamau, conhecido apenas por este nome, o referido comandante da Região Militar de Luanda alegava que proprietário tinha que sair dali imediatamente pois que este terreno não é seu e se continuasse a insistir teria me posto nos calabouços ou então serei morta:"

Ainda segundo as denúncias enviadas por Helena Teka ao PGR, o general Wala havia proposto um negócio

com o referido terreno, como forma de resolver a pressão a que estava sujeita: "(...) não sei

se é por ser comandante e chefe das tropas e eu ser simplesmente camponesa, o mesmo antes tínhamos confiança de que esta[va] ali para dar solução nos problemas de terras em litígios dos camponeses, agora torna-se inimigo dos camponeses e um çaça fortuna.

Ao Maka Angola, Helena Teka revela mais pormenores sobre o que se passou: "Ele [general Wala] disse-me que o terreno era do Sr. Ministro [Edeltrudes Costa] e apresentou-me o enviado do ministro. Eu atirei-me ao chão. O coronel França [chefe de Repartição do Serviço de Inteligência e Segurança Militar da RML] disse-me: 'filha, não chora. Nós vamos resolver a situação. Eu e a família ficámos ali a chorar. Ficámos sem força:'

E Helena lamenta: "O general Wala disse-me que já tinha falado com o ministro para poder indemnizar-me e que, no sábado [seguinte] eu me encontraria com o ministro. Ficámos à espera e o ministro nunca apareceu.' Por sua vez, o soba Moisés Kahungo revela que "no dia 5 de Agosto de 2015, eu promovi um encontro com o general Wala, na presença da D. Helena. Ele pediu os documentos do terreno, lista das populações e disse-me que faria uma carta ao ministro para saber como resolveria o problema' revela.

De acordo com o soba, "o tal gabinete devia apresentar um documento a explicar quem da família do ministro, que eu nunca vi, alguma vez veio cultivar nesses terrenos, ou quem são os camponeses que lhe venderam essa propriedade:'

Na sequência de mais algumas diligências, em Setembro de 2015, Helena Teka encontrou-se com o general Simão Carlitos "Wala" por iniciativa do soba Moisés Kahungo.

"O general apareceu [no local], conversámos e apresentei os documentos. Ele disse-me que eu tinha direitos e podia ocupar o terreno': afirma Helena. Mas o diálogo ficou por aí. General Higinio Carneiro Intervém

Sem cruzar os braços perante o silêncio da PGR, Helena Teka decidiu escrever ao governador de Luanda, general Higinio Carneiro.

Nessa carta refere que, por via do seu advogado, conseguiu contactar o ministro de Estado Edeltrudes Costa, o qual alegou desconhecer a disputa sobre o terreno. "Dias depois [o ministro] mandou o seu advogado com o meu que foram ao local constatando

as limitações do mesmo': lê-se na carta enviada ao governador.

De forma expedita, Higinio Carneiro exarou a 13 de Maio um despacho (Ref- 1481 I G A B. G O V. 120 16) , remetendo a carta de Helena João Teka à Região Militar de Luanda, para "pronunciamento": "Convocar para segunda-feira dia 18-05-16, os sgts [seguintes] membros: v-almirante Pedro [Chicaia]; TGen. [tenente-general Nelito; Senhora Helena TeKa, Cor. [coronel] Dongua; sr. Miguel; Cor. França; Capo [capitão] Luís Pedro"

O governador exigiu também que, após a reunião, os convocados se deslocassem ao terreno para "produzir informação certa':

Por sua vez, a Associação Mãos Livres, que patrocina a defesa legal de Helena João Teka, recorreu novamente ao governador a 23 de Maio, para o informar de que a reunião nunca se realizou porque a petiçãoária se fazia acompanhar de advogados. "Lamentavelmente, a forma como foram acolhidos os causídicos mandatários da Sra. Helena não foi a mais urbana e viável.

(...) O comportamento dos oficiais da Região Militar de Luanda demonstrou que algo estavam ocultando no sentido de inviabilizar a decisão do referido caso:'

"São donos do país. Já não respeitam os pobres porquê?': questiona Helena Teka.

## 7.78 Governantes: Demolições de Vidas, Nenhum Remorso - Parte

I

*Jornal Manchete*

*26 De Agosto de 2016*

*Texto: Rafael Marques*

Há dias, centenas de cidadãos reuniram-se em Viana para enterrar Rufino António, de 14 anos, assassinado a tiro por um soldado no passado dia 5 de Agosto, enquanto efectivos das FAA coordenavam demolições em massa no Bairro Walale. As autoridades angolanas têm recorrido sistematicamente ao uso da força militar para realizar demolições em bairros pobres, como se tratasse de operações contra inimigos armados. As autoridades não têm manifestado qualquer preocupação ou sensibilidade em relação aos enormes prejuízos económicos e psicossociais que criam entre as famílias afectadas, e nem sequer em relação às próprias vidas humanas, não hesitando em assassinar cidadãos de forma indiscriminada.

Helena João Teka, de 38 anos, luta há mais de três anos pelo direito a construir e a viver no seu terreno, situado na área do Mucula Ngola, Bairro Vila Flor, na zona do Bita Sapú, município de Viana. Na primeira demolição de que foi vítima, em 2012, um oficial da Polícia Nacional alvejou um irmão seu, que vivia numa casa vizinha. Em 2013, Helena reergueu a sua casa, a qual foi novamente demolida, desta vez com os dois filhos menores lá dentro, enquanto estes dormiam. Outro irmão, ao protestar, foi morto a tiro no local. Porque não desiste de lutar para reaver a parcela de terreno de que reclama o direito de superfície, Helena Teka foi violada por militares, ameaçada de morte e recentemente informada de que será processada criminalmente por "burla". O caso envolve o nome do ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente, Edeltrudes Costa, o comandante da Região Militar de Luanda, general Simão Carlitos "Wala", o conselheiro do comandante da Marinha de Guerra de Angola, vice-almirante Pedro Chicaia, e outras altas patentes militares interessadas no terreno.

Para exemplificar a perseguição a que diz estar regularmente sujeita, Helena Teka recorda a ameaça mais recente: a 17 de Agosto, por volta das 15h00, terá" recebido uma chamada telefónica, supostamente pelo vice-almirante Pedro Chicaia, que ficou também com uma parcela do terreno em disputa. "Insultou-me, chamou-me de bruxa, porque eu insisti em denunciar o caso, e avisou que vou sofrer muito até acabar com a minha vida", relata a cidadã.

Antes, a 17 de Junho passado, por volta das 4h00 da madrugada, uma composição de militares em número não determinado bateu à porta da residência onde Helena Teka vive temporariamente com seis sobrinhos e a mãe, para lhe ordenar que comparecesse na Região Militar de Luanda no mesmo dia, onde deveria reunir com o general Wala.

"À minha sobrinha, que abriu a porta, disseram que se eu faltasse seria presa, por ter ofendido os generais. Não é a primeira vez que os militares me vêm ameaçar de madrugada", conta Helena Teka.

Nesse dia, o general Simão Carlitos "Wala" promoveu um encontro com o' advogado do ministro Edeltrudes Costa, Eurico Paz Costa, ao qual Helena Teka não compareceu, apesar das ameaças da madrugada. Como se notará adiante, em ocasião anterior, a Região Militar recusou-se a dialogar com Helena Teka quando esta compareceu acompanhada por advogados da Associação Mãos Livres.

Segundo o Maka Angola apurou junto dos participantes na referida reunião, "uma das conclusões

mais importantes a que [se] chegou na reunião foi que a Sra. Teka ou Milena faz acusações falsas, burlou os militares e deve ser processada criminalmente", lê-se na mensagem em posse deste portal.

Frente ao terreno em disputa, separado por uma rua asfaltada que liga à Via Expresso, está a extensa propriedade murada do ministro de Estado Edeltrudes Maurício Fernandes Gaspar da Costa. "É uma quinta com quadras desportivas, cavalos, muito luxo e muita coisa", diz a vizinha Helena João Teka. Desde há meses, o Maka Angola tem investigado esta tragédia, contactando com as partes intervenientes. Eis o que conseguimos apurar.

#### A primeira demolição

A 7 de Novembro de 2012, por volta das 4h00, o soldado José Samuel, que vivia numa casa de três quartos e sala ao lado da irmã Helena, despertou com o movimento das demolições e recusou-se a acatar a ordem policial para abandonar a residência. Tinha recebido um crédito bancário para construir a residência. Era soldado da I" Companhia, do 2º Batalhão da Brigada de Forças Especiais (Comandos).

"Eu tranquei-me dentro de casa. Quatro polícias arrombaram a porta, mas não tiveram força suficiente para me tirar de lá. Um oficial de uma estrela entrou e disse-me que se eu resistisse matar-me-ia. Eu pensei que ele estava apenas a ameaçar-me. Tirou a pistola [do coldre] e deu-me um tiro na perna esquerda", recorda José Samuel. "Quando me viu a sangrar muito, arrastou-me lá para fora, e então partiram a casa."

Nesse dia, a polícia desalojou mais de 400 famílias, incluindo a de Helena Teka.

Depois de receber, a suas expensas, os primeiros socorros num posto médico local, o soldado foi levado para a unidade militar no Cabo Ledo, onde servia. Daí o transferiram, dois dias depois, para o Hospital Militar Central, acompanhado pela guia de evacuação dos Serviços de Saúde das FAA nº622/2012.

#### A segunda demolição

Ciosa dos seus direitos, Helena João Teka voltou a construir no mesmo terreno. Muitos vizinhos também o fizeram, alguns montando apenas tendas e outros erguendo casas precárias em chapas de zinco, a que chamam "bate-chapas". Helena Teka encontrava-se a caminho do Uíge, sua terra natal. Os seus filhos - Hélio Sebastião Gomes, de sete anos, e Cátia Sebastião Gomes, de três anos - dormiam quando uma operação relâmpago deitou abaixo a casa onde viviam. Eram' peito das duas horas da madrugada de 26 de Abril de

2013 quando as máquinas chegaram ao local, apoiadas por um forte aparato policial, envolvendo helicópteros, Polícia de Intervenção Rápida, Polícia Montada e Brigada Canina, assim como o Corpo de Bombeiros.

Baptista João, de 26 anos, servira na 2ª Companhia do 1º Batalhão da Brigada das Forças Especiais (Comandos). Convivia com os amigos a poucos metros de casa. Não teve tempo de retirar as crianças, porque a demolição foi demasiado rápida. "Revoltado, dirigiu-se aos comandantes da Polícia que dirigiam a operação para falar com eles. Estes não queriam ouvi-lo e um deles disparou", explica o vizinho Salvador Manuel Francisco, testemunha da tragédia.

A fotografia em posse deste portal mostra como a vítima foi atingida fatalmente pelas costas, com um tiro na coluna. "Eu próprio vi a comandante Bety [Comissária Elisabeth Rank Frank] a dirigir a operação. Todos aqui a conhecem. Estava também o comandante Ribas e muitos outros chefes", afirma o mecânico Nascimento Domingos, de 41 anos, que teve duas residências demolidas.

Nascimento Domingos foi dos primeiros a tomar conhecimento da demolição da casa de Helena Teka. Com um grupo de vizinhos, tentou interceder junto da Polícia para que esta os deixasse socorrer as crianças. "Os comandantes da polícia não permitiam que nós retirássemos as crianças dos escombros. Tínhamos o número do general Laborinho Lúcio [secretário de Estado do Interior], ligámos e foi ele quem ordenou aos bombeiros para que retirassem os meninos", conta.

"O meu filho José, de um ano, morreu no dia da demolição. Estávamos no óbito [velório] quando a polícia apareceu, até com helicópteros, em estado de guerra, e diziam que havia [no bairro] UNIT A's e comandos." "Eu participei da remoção das crianças dos escombros, ainda estavam com vida. A menina estava sem dentes", conta Salvador Francisco. A testemunha denuncia como um dos comandantes da Polícia envolvidos na operação, cujo nome desconhece, o retirou da sua viatura, que deveria transportar as crianças para receberem assistência médica. "Deu-me uma chapada e o outro veio e recebeu-me os documentos para não sair dali", enfatiza. Sabendo do seu infortúnio, a Polícia concedeu-lhe, depois, algum tempo para se retirar de casa e transferir ordeiramente o velório para casa de familiares noutro bairro, A sua residência foi demolida a seguir.

"Nós levámos as crianças ao Hospital Geral de Luanda, ainda estavam vivas, mas todas machucadas. Não tinham salvação", lamenta o mecânico. Nascimento Domingos alega que vários jovens foram detidos, espancados e que a alguns deles foram administradas injeções. "Todos os que receberam injeções da Polícia na Brigada Anti-Crime, em Viana, ficaram um tempo detidos na Comarca Central de Luanda e, depois de serem libertados, acabaram por morrer", denúncia.

Após o funeral dos filhos, Helena João Teka regressou ao terreno onde os perdera. Helena diz-me que quis estar ali, onde eles morreram. Denuncia como vários efectivos da Polícia da Intervenção Rápida, que cuidavam do terreno, aprisionaram-na e revezaram-se a violá-la, para definitivamente a expulsarem de lá.

Quando Helena começa a contar a brutalidade com que a violaram, tem um ar pesaroso, mas de quem quer expulsar todo o mal que lhe têm causado, sem ódio, sem vergonha e com toda a dignidade, Paro-a. Faça-lhe uma pergunta para desviar a conversa, Não tenho coragem de ouvir mais,

O olhar de Helena João Teka é profundo e triste

Leia, a segunda parte deste dossier onde serão reveladas as versões do ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes Costa, por via do seu advogado. De fonte próxima do general Simão Carlitos "Wala", do vice-almirante Pedro Chicaia, o historial do terreno e a terceira demolição, As queixas remetidas à Procuradoria-Geral da República por Helena Teka que nunca obtiveram resposta, bem como a recente participação do ministro a este órgão, também serão abordadas. O governador de Luanda, general Higinio Carneiro, intervém no caso para exigir esclarecimentos, e o Maka Angola descreve o resultado: confuso.

## 7.79 Invasores de terrenos comandam na ZEE

*Jornal Grandes Notícias*

*26 De Agosto de 2016*

*Texto: António André*

A informação foi avançada por uma fonte ligada a ZEE, alegando que a extensão das ocupações e construções ilegais só foi possível graças a conjunto de factores relacionados com a falta de profissionalismo e ética dos responsáveis da extinta direcção de acompanhamento às reservas territoriais, afecta a esta instituição e que tinham a obrigação de proceder à

vigilância e patrulhamento da reserva industrial de Viana.

A fonte garantiu ao Jornal Grandes Notícias que, estes elementos estavam imbuídos da apetência pelo lucro fácil, participaram e promoveram a venda de terrenos e ocultação de informações ao Conselho de Administração sobre as novas construções de casas, seitas, condomínios e outras estruturas na reserva industrial de Viana.

Assegurou que, nesta trama estão também envolvidos fiscais da administração municipal de Viana que dentro do território da ZEE também embargavam obras para depois autorizarem sem que para tal estivessem mandatos. A fonte adianta que neste crime estão envolvidos os coordenadores da comissão de moradores, como são os casos de João Fernando, Firmino Alberto, Alberto João, do bairro Santa Paciência, Adilson Avelino Pombal, Nogueira Clemente do bairro Kikuxi II, Manuel Domingos Manuel do bairro Walalé, Adão José da Costa do bairro Cajueiro, Oliveira Cassegunda e Domingos Luís do bairro Nguimbi, que contam com a colaboração dos fiscais da administração municipal de Viana, como são os casos de Capalo e Dos Santos, que venderam centenas de lotes aos interessados, dando-lhes garantias de que não teriam quaisquer tipo de problemas, nem com a administração local, nem com a ZEE.

A sociedade de desenvolvimento da Zona Económica Especial Luanda - Bengo esclarece que, antes das demolições efectuaram trabalhos de campanha de sensibilização a população e que durou nove meses, com a distribuição aérea de panfletos, reuniões com os coordenadores dos bairros e cooperativas de camponeses no sentido de não comprar, construir ou vender terrenos na reserva industrial de Viana, após notificação às autoridades competentes, teve início no dia 30 de Julho uma vasta operação de demolição das novas construções naquela zona.

Segundo os responsáveis a operação de demolições incidiu sobre as construções não habitadas e em fase de construção e para o efeito foi antecipadamente feito por técnicos da ZEE, um minucioso levantamento de quais e onde se localizavam essas construções ilegais não habitadas. «Nós apenas demolimos as casas inabitadas. E 99 por cento das casas demolidas não estavam habitadas, e as que se acham ocupadas os populares continuam nas mesmas residências a espera de negociações com aquela direcção. À acção, contou com o apoio de forças da Região Militar Luanda, nomeadamente do posto de Comando Unificado Permanente para o asseguramento do equipamento

utilizado, um buldózer, duas giratórias e duas portamáquinas e de oito técnicos que decorreu em regime non stop. A operação teve o seu término no dia 15 de Agosto», realça.

#### Casas demolidas

A nossa reportagem apurou que, desta acção resultou a demolição de 1.438 residências e similares em fase de construção, nas envolventes dos bairros Walalé, Henda, Santa Paciência e Ti Mingo todos inseridos na comuna de Calumbo. Deste número de construções que se diz ilegais e demolidas, 247 faziam parte de condomínios de construção dirigidas, ergui das segundo as autoridades de Luanda, a revelia nomeadamente o condomínio da empresa Forbes (fundo de organização de bens imóveis e sociedade Lda), com 148 construções destruídas, cujo administrador diz-se ser também director da Rádio Despertar.

Foi demolido igualmente um aglomerado de moradias em fase de construção, conhecido por «condomínio do Ronaldinho» composto por 48 habitações localizado nas imediações do bairro Walalé, diz-se que o promotor, identificado apenas de Ronaldo, no período de sensibilização proferiu ameaças verbais aos técnicos da ZEE, chegando mesmo de apontar uma arma de fogo. Demoliu-se o condomínio de 25 casas, em fase de construção do promotor Pedro Zacarias Miguel, que se localizava nas imediações do condomínio do Cofre de Providência Social da Polícia Nacional, e também 26 residências em fase de construção das quais 14 em fase de acabamento e 12 estavam em sapata da promotora Maria de Fátima Simão.

A fonte refere ainda que, as restantes residências num total de 1.261 estavam em construções não dirigidas e erguidas em vários espaços com diferentes tipologias e áreas de ocupação, tal número, segundo os afectados que não aceitaram ser identificados, dizem que isto só foi possível, graças a conivência de funcionários da ZEE que, após receberam um valor pecuniário em forma de multa no valor de 130 mil kwanzas em alguns casos e noutros cujo o valor poderia atingir 500 mil kwanzas, dependendo do tipo de residência conforme declaram os lesado.

#### Esquema de polícias e fiscais

Apuramos que este esquema passava pela localização da obra sobretudo as de maior envergadura por parte dos colaboradores da ZEE, responsáveis pelos serviços de patrulhamento e vigilância fundamentalmente e os mais visados nas denúncias é o Virgílio Miranda e Adérito Agostinho, acompanhados permanentemente pelo corpo de



asseguramento da polícia nacional na zona, que depois de contactarem o proprietário da obra solicitavam que comparecessem nos escritórios da direcção de acompanhamento às reservas territoriais.

No local, eram convidados a pagar uma multa pecuniária cujo valor mínimo era de 130 mil kwanzas sob pena de demolirem, e para desviar as atenções' era usado uma nota de entrega com o timbre da administração municipal de Viana mas, sem qualquer carimbo por forma a parecer ser um acto administrativo praticado por aquele órgão do governo provincial de Luanda quando na realidade era praticado pela ZEE, cujo funcionário de serviço no gabinete procedia a recepção dos valores.

O promotor de venda, ou seja o proprietário de um condomínio Pedro Zacarias Miguel disse que, Adérito Agostinho, Miguel Veloso, Virgílio Miranda e Raul Jacinto, todos funcionários da ZEE recebiam os valores pagos pelos promotores de venda de terrenos, para a instalação de moradias no preço de 20 milhões de kwanzas repartidos entre estes e os elementos do corpo de polícia nacional para o asseguramento da zona, entre eles destaca-se o conhecido Mazanza e Pazito ambos oficiais da ordem pública. Acusou que o Adérito Agostinho, lhe foi oferecida uma viatura para uso particular em troca de aceitação da instalação de algumas moradias na zona traseira do Cofre da Providência da polícia nacional agora demolidas.

O tenente da Polícia Militar das Forças Armadas Angola- nas Wilson Fernandes Neto disse que, investiu no seu empreendimento cerca de um milhão de dólares norte americanos, virados para o lazer e diversão nocturna, e segundo ele, só foi avante porque recebeu garantias por parte de Tito Menezes de que lhe enquadrava dentro do plano director da reserva industrial de Viana.

Já Celestino Vemba representante da fábrica de carteiras reclama, que lhe cobrado valores para um lote de quatro hectares junto do Cofre de Providência da Polícia Nacional feita pelo Raul Jacinto e mais tarde por Miguel Veloso, que por não ter correspondido a solicitação o processo foi interrompido e ficou arquivado desde 2013.

#### Constrangimento na operação de demolições

A fonte que temos vindo a citar esclarece que, durante a acção de demolições, vários foram os constrangimentos ocorridos com realce para a tentativa de intimidação por parte de oficiais da polícia nacional, com principal incidência para os dos Serviços de Investigação Criminal (SIC), alguns dos quais pertencentes ao corpo de asseguramento dos homens

da ordem de segurança pública naquela zona, que detinham residências na área demolida como é o caso do superintendente Caetano Sebastião, agora colocado no município do Cazenga e que também se diz que até ao momento não procedeu a devolução do veículo de marca Toyota com a chapa de matrícula LD-03-69-ED de cor branca. Veículo este que lhe havia sido entregue pelo Conselho de Administração da ZEE para apoio do SIC naquela zona.

Também participaram nos constrangimentos oficiais gerais das Forças Armadas Angolanas, como é o caso do tenente-general Nelito e do suposto brigadeiro Cunjuca, mas o que se diz não ostenta esta patente e trabalha na sede do partido MPLA, aproveita-se dos vários contactos que em com as pessoas para usar este título. Vem também associado neste rol, um oficial de contra inteligência militar, o major José dos Santos Janeiro, do capitão Hermenegildo César Baião, e de um outro oficial dos serviços de inteligência e segurança do Estado, identificado apenas de Alan, colocado como chefe adjunto no Zango, no primeiro dia da operação, ou seja no dia 30 de Julho, surgiu para colher informações a nível oficial, e mas tarde começou a insurgir-se constantemente com a equipa das demolições. Diz-se que o tal de Alan veio acompanhado pelo soba Cabinda do bairro Iraque/Bagdad para intervir a favor destes o que leva os responsáveis da ZEE, a crer que deve ser um promotor de venda e ocupação de terrenos naquela parcela.

O subchefe José Tomás Canzele, oficial do COPOE e colocado no aeroporto internacional 4 de Fevereiro, tomou posições com mais três elementos munidos de uma pistola e duas caçadeiras, segundo a fonte já entregues à Polícia Judiciária Militar ao que se presume tratava-se de uma emboscada para a equipa em serviço no corte das vias que transitam e permitem aos invasores escapar e entrar onde e quando querem na reserva industrial de Viana. Outro constrangimento segundo a sociedade de desenvolvimento da Zona e Económica Especial Luanda-Bengo, foi a constante presença de membros do partido UNITA, no dia 4 de Agosto, tentaram visitar o local sem prévio aviso ou conhecimento do Conselho de Administração da ZEE, do Comando da Região Militar Luanda, ou da administração municipal de Viana, com uma delegação composta por altos quadros deste partido político, na qual estavam presentes alguns deputados da Assembleia Nacional, e tentaram promover uma acção de manifestação.

### A morte estranha do «puto» Rufino

No dia 6 de Agosto, por volta das 16h30, enquanto se procedia a demolição de residências em construção, segundo a fonte, um grupo de cidadãos moradores na sua maioria no bairro Henda, protagonizou uma violenta acção de agressão aos militares em serviço para a protecção dos técnicos e equipamentos da ZEE, envolvidos na acção de destruição das residências ilegais, que culminou com uma troca de tiros entre manifestantes e forças em serviço, da qual resultou na morte de um adolescente de 14 anos de idade, de nome Rufino Marciano António, sem que até ao momento se saiba de que lado partiu o tiro que o matou. Realçou que os órgãos competentes de justiça estão no local para apurar os factos, tanto da Polícia Judiciária Militar, dos Serviços de Investigação Criminal e assim como dos serviços secretos angolanos.

### A participação dos homens do Wala

Especulou-se muito que as demolições eram comandadas por homens da Região Militar Luanda, mas isto não é a verdade, segundo fonte deste semanário, colocado no Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas disse que, «no passado dia 28 de Julho a direcção da sociedade de desenvolvimento da Zona Económica Especial Luanda - Bengo, solicitou a intervenção desta unidade para o asseguramento das demolições que iriam efectuar. E estas acções foram do conhecimento do Comandante em Chefe das Forças Armadas Angolanas José Eduardo dos Santos», disse. A fonte revela ainda que, no documento daquela instituição pública, «tendo-se constatado o aumento substancial de ocupação de terrenos para fins comerciais na reserva industrial de Viana, considerando que essas ocupações estão a atingir níveis insustentáveis e que perigam os interesses do estado angolano na criação de condições para a cedência de lotes para a implementação de unidades industriais, projectadas no plano director elaborado e aprovado pelas autoridades governamentais, bem como obstaculizam a abertura da vala de drenagem de águas pluviais provenientes do parque industrial da reserva de Viana e que escoarão no rio Kwanza para além de comprometerem a instalação de algumas infraestruturas de apoio à navegação aérea, e também a execução da via AI que ligará a via expresso ao novo aeroporto internacional de Luanda», alerta. «Afinal não é o general Wala quem mandou demolir as casas na ZEE, e esta campanha difamatória contra o comandante da Região Militar Luanda é um embuste que persegue outros objectivos políticos e eleitoralistas. E foi o general Wala que estancou a criminalidade violenta em Luanda por um certo tempo, e também parou com as construções

ilegais de casas, e isto cria estabilidade o que certos políticos na oposição não pretendem», refere.

«Não vamos recuar com as nossas atribuições»

Em conversa com o Jornal Grandes Notícias o general Simão Carlitos Wala garantiu-nos que, «a Região Militar Luanda, sendo uma componente operacional do Estado-Maior General que tem a missão de proteger dentre outros objectivos, as reservas fundiárias do Estado, não pode de forma cúmplice aceitar que cidadãos antipatriotas e delinquentes inviabilizem acções prioritárias e inadiáveis do Executivo a troco de benesses e contrapartidas financeiras ilícitas», disse. Revelou ainda que, «nesta senda não recuamos com as nossas atribuições de protecção e defesa do pessoal e máquinas ao serviço da ZEE - Luanda e Bengo que efectuaram esta tarefa. Reiteramos a nossa firme determinação em continuar o apoio às acções do Executivo e realçar que onde a autoridade do Estado na capital estiver a ser desafiada ou não acatada a Região Militar ~ Luanda se fará presente para mais uma vez defendê-la», assegura. Contactamos o porta-voz do comando provincial da polícia em Luanda inspector-chefe Mateus Rodrigues, os nossos esforços foram gorados.

## 7.80 Governantes: demolições de vidas, nenhum remorso - parte I

*Jornal O Crime*  
27 De Agosto de 2016

Há dias, centenas de cidadãos reuniram-se em Viana para enterrar Rufino António, de 14 anos, assassinado a tiro por um soldado no passado dia 5 de Agosto, enquanto efectivos das FAA coordenavam demolições em massa no Bairro Walale.

As autoridades angolanas têm recorrido sistematicamente ao uso da força militar para realizar demolições em bairros pobres, como se tratasse de operações contra inimigos armados.

As autoridades não têm manifestado qualquer preocupação ou sensibilidade em relação aos enormes prejuízos económicos e psicossociais que criam entre as famílias afectadas, e nem sequer em relação às próprias vidas humanas, não hesitando em assassinar cidadãos

de forma indiscriminada.

Helena João Teka, de 38 anos, luta há mais de três anos pelo direito a construir e a viver no seu terreno, situado na área do Mucula Ngola, Bairro Vila Flor, na zona do

Bitá Sapú, município de Viana. Na primeira demolição de que foi vítima, em 2012, um oficial da Polícia Nacional alvejou um irmão seu, que vivia numa casa vizinha. Em 2013, Helena reergueu a sua casa, a qual foi novamente demolida, desta vez com os dois filhos menores lá dentro, enquanto estes dormiam. Outro irmão, ao protestar, foi morto a tiro no local.

Porque não desiste de lutar para reaver a parcela de terreno de que reclama o direito de superfície, Helena Teka foi violada por militares, ameaçada de morte e recentemente informada de que será processada criminalmente por "burla". O caso envolve o nome do ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente, Edeltrudes Costa, o comandante da Região Militar de Luanda, general Simão Carlitos "Wala", o conselheiro do comandante da Marinha de Guerra de Angola, vice-almirante Pedro Chicaia, e outras altas patentes militares interessadas no terreno.

Para exemplificar a perseguição a que diz estar regularmente sujeita, Helena Teka recorda a ameaça mais recente: a 17 de Agosto, por volta das 15h00, terá recebido uma chamada telefónica, supostamente pelo vice-almirante Pedro Chicaia, que ficou também com uma parcela do terreno em disputa.

"Insultou-me, chamou-me de bruxa, porque eu insisti em denunciar o caso, e avisou que vou sofrer muito até acabar com a minha vida", relata a cidadã.

Antes, a 17 de Junho passado, por volta das 4h00 da madrugada, uma composição de militares em número não determinado bateu à porta da residência onde Helena Teka vive temporariamente com seis sobrinhos e a mãe, para lhe ordenar que comparecesse na Região Militar de Luanda no mesmo dia, onde deveria reunir com o general Wala. "A minha sobrinha, que abriu a porta, disse que se eu faltasse seria presa, por ter ofendido os generais. Não é a primeira vez que os militares me vêm ameaçar de madrugada", conta Helena Teka.

Nesse dia, o general Simão Carlitos "Wala" promoveu um encontro com o advogado do ministro Edeltrudes Costa, Eurico Paz Costa, ao qual Helena Teka não compareceu, apesar das ameaças da madrugada. Como se notará adiante, em ocasião anterior, a Região Militar recusou-se a dialogar com Helena Teka quando esta compareceu acompanhada por advogados da Associação Mãos Livres.

Segundo o Maka Angola apurou junto dos participantes na referida reunião, "uma das conclusões mais importantes a que [se] chegou na reunião foi que a Sra. Teka ou Milena faz acusações falsas, burlou os

militares e deve ser processada criminalmente", lê-se na mensagem em posse deste portal.

Frente ao terreno em disputa, separado por uma rua asfaltada que liga à Via Expresso, está a extensa propriedade murada do ministro de Estado Edeltrudes Maurício Fernandes Gaspar da Costa. "É uma quinta com quadras desportivas, cavalos, muito luxo e muita coisa", diz a vizinha Helena João Teka.

Desde há meses, o Maka Angola tem investigado esta tragédia, contactando com as partes intervenientes. Eis o que conseguimos apurar. A primeira demolição A 7 de Novembro de 2012, por volta das 4h00, o soldado José Samuel, que vivia numa casa de três quartos e sala ao lado da irmã Helena, despertou com o movimento das demolições e recusou-se a acatar a ordem policial para abandonar a residência. Tinha recebido um crédito bancário para construir a residência.

Era soldado da 1ª Companhia, do 2º Batalhão da Brigada de Forças Especiais (Comandos).

"Eu tranquei-me dentro de casa. Quatro polícias arrombaram a porta, mas não tiveram força suficiente para me tirar de lá. Um oficial de uma estrela entrou e disse-me que se eu resistisse matar-me-ia. Eu pensei que ele estava apenas a ameaçar-me. Tirou a pistola [do coldre] e deu-me um tiro na perna esquerda", recorda José Samuel. "Quando me viu a sangrar muito, arrastou-me lá para fora, e então partiram a casa."

Nesse dia, a polícia desalojou mais de 400 famílias, incluindo a de Helena Teka.

Depois de receber, a suas expensas, os primeiros socorros num posto médico local, o soldado foi levado para a unidade militar no Cabo Ledo, onde servia. Daí o transferiram, dois dias depois, para o Hospital Militar Central, acompanha Pela guia de evacuação dos Serviços de Saúde das FAA nº 622/2012.

A segunda demolição

Ciosa dos seus direitos, Helena João Teka voltou a construir no mesmo terreno. Muitos vizinhos também o fizeram, alguns montando apenas tendas e outros erguendo casas precárias em chapas de zinco, a que chamam "bate-chapas".

Helena Teka encontrava-se a caminho do Uíge, sua terra natal. Os seus filhos - Hélio Sebastião Gomes, de sete anos, e Cátia Sebastião Gomes, de três anos dormiam quando uma operação relâmpago deitou abaixo a casa onde viviam. Eram perto das duas horas da madrugada de 26 de Abril de 2013 quando as máquinas chegaram ao local, apoiadas por um forte

aparato policial, envolvendo helicópteros, Polícia de Intervenção Rápida, Polícia

Montada e Brigada Canina, assim como o Corpo de Bombeiros. Baptista João, de 26 anos, servira na 2ª Companhia do 1º Batalhão da Brigada das Forças Especiais (Comandos). Convivia com os amigos a poucos metros de casa. Não teve tempo de retirar as crianças, porque a demolição foi demasiado rápida.

"Revoltado, dirigiu-se aos comandantes da Polícia que dirigiam a operação para falar com eles. Estes não queriam ouvi-lo e um deles disparou", explica o vizinho Salvador Manuel Francisco, testemunha da tragédia. A fotografia em posse deste portal mostra como a vítima foi atingida fatalmente pelas costas, com um tiro na coluna.

"Eu próprio vi a comandante Bety [Comissária Elisabeth Rank Frank] a dirigir a operação. Todos aqui a conhecem. Estava também o comandante Ribas e muitos outros chefes", afirma o mecânico Nascimento Domingos, de 41 anos, que teve duas residências demolidas.

Nascimento Domingos foi dos primeiros a tomar conhecimento da demolição da casa de Helena Teka. Com um grupo de vizinhos, tentou interceder junto da Polícia para que esta os deixasse socorrer as crianças. "Os comandantes da polícia não permitiam que nós retirássemos as crianças dos escombros. Tínhamos o número do general Laborinho Lúcio [secretário de Estado do Interior], ligámos e foi ele quem ordenou aos bombeiros para que retirassem os meninos", conta.

"O meu filho José, de um ano, morreu no dia da demolição. Estávamos no óbito [velório] quando a polícia apareceu, até com helicópteros, em estado de guerra, e diziam que havia [no bairro] UNITA e comandos." "Eu participei da remoção das crianças dos escombros, ainda estavam com vida.

A menina estava sem dentes", conta Salvador Francisco. A testemunha denuncia como um dos comandantes da Polícia envolvidos na operação, cujo nome desconhece, o retirou da sua viatura, que deveria transportar as crianças para receberem assistência médica. "Deu-me uma chapada e o outro veio e recebeu-me os documentos para não sair dali", enfatiza. Sabendo do seu infortúnio, a Polícia concedeu-lhe, depois, algum tempo para se retirar de casa e transferir ordeiramente o velório para casa de familiares noutra bairro. A sua residência foi demolida a seguir.

"Nós levámos as crianças ao Hospital Geral de Luanda, ainda estavam vivas, mas todas machucadas. Não tinham salvação", lamenta o mecânico. Nascimento Domingos alega que vários jovens foram detidos, espancados e que a alguns deles foram administradas injeções. "Todos os que receberam injeções da Polícia na Brigada Anti-Crime, em Viana, ficaram um tempo detidos na Comarca Central de Luanda e, depois de serem libertados, acabaram por morrer", denuncia.

Após o funeral dos filhos, Helena João Teka regressou ao terreno onde os perdera. Helena diz-me que quis estar ali, onde eles morreram. Denuncia como vários efectivos da Polícia da Intervenção Rápida, que cuidavam do terreno, aprisionaram-na e revezaram-se a violá-la, para definitivamente a expulsarem de lá.

Quando Helena começa a contar a brutalidade com que a violaram, tem um ar pesaroso, mas de quem quer expulsar todo o mal que lhe têm causado, sem ódio, sem vergonha e com toda a dignidade. Paro-a. Faça-lhe uma pergunta para desviar a conversa. Não tenho coragem de ouvir mais o olhar de Helena João Teka é profundo e triste.

Leia, na quarta-feira próxima, 24 de Agosto, a segunda parte. Serão reveladas as versões do ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Edeltrudes Costa, por via do seu advogado. De fonte próxima do general Simão Carlitos "Wala", do vice-almirante Pedro Chicaia, o historial do terreno e a terceira demolição. As queixas remetidas à Procuradoria-geral da República por Helena Teka que nunca obtiveram resposta, bem como a recente participação do ministro a este órgão, também serão abordadas.

O governador de Luanda, general Higinio Carneiro, intervém no caso para exigir esclarecimentos, e o Maka Angola descreve o resultado: confuso.

## 7.81 Cuanza Norte dá cartas na produção de citrinos

*Jornal de Angola*

*29 De Agosto de 2016*

*Texto: André Dos Anjos*

A província do Cuanza Norte viu aumentar, nos últimos anos, a produção de citrinos e hortícolas, em decorrência de uma bem-sucedida execução do Programa de Extensão e Desenvolvimento Rural (PEDR), que a coloca agora no topo da lista das principais fornecedoras de hortofrutícolas

comercializadas na chamada Praça do 30, um dos maiores mercados a céu aberto de produtos do campo em Luanda.

O potencial para a produção de citrinos e hortícolas na província está patente em quintais e pequenas hortas, em quase todos os municípios do Cuanza Norte, onde é frequente divisar laranjeiras, tangerineiras, limoeiros e alfaces, couves e leguminosas. Mas é de Cambambe e Golungo Alto que sai a maior parte dos produtos vendidos nos mercados de Luanda.

Paulo Bungo, engenheiro agrónomo que dirige o Departamento do Instituto de Desenvolvimento Agrário no Cuanza Norte, calcula que a colheita de citrinos tenha rondado este ano 100 mil toneladas e só não eleva a fasquia e nem dá por encerrado a conta, pelo facto de ainda estarem a decorrer a recolha de limão.

Cuidadoso com os números, Paulo Bungo diz que, mesmos nivelando os cálculos por baixo, é possível afirmar que a "maior parte das hortofrutícolas comercializadas na Praça 30 são provenientes do Cuanza Norte".

Impedidos por décadas de conflito armado de tirar maior proveito das potencialidades da terra, os agricultores retomam agora às suas culturas tradicionais, que vão da mandioca à ginguba e dos citrinos às hortaliças. E aqui onde o PEDR joga um papel crucial.

Instituído pelo Executivo, o PEDR destina-se fundamentalmente: a ajudar pequenos produtores, a maioria dos quais organizados em associações e cooperativas. E com este instrumento que o Instituto de Desenvolvimento Agrário no Cuanza Norte tem vindo a estimular o fomento da agricultura e de pomares.

A instituição recenseou 75.226 produtores, que se dedicam essencialmente ao cultivo de tubérculos, como mandioca, batata-doce e rena e leguminosas, como feijão manteiga e macunde. São esses agricultores que se empenham agora na produção de citrinos, uma das marcas do Cuanza norte, quando se fala de produção agrícola.

"Os citrinos são para Cuanza Norte o que os bananais são para a província do Bengo", lembra o engenheiro agrónomo, sem esconder o desencanto pela falta de iniciativas empresarias no sector.

Contrariando a expectativa do aumento das colheitas de citrinos a partir de novas plantações, salvo raras excepções, a produção é feita em antigas plantações,

que são submetidas a processos de regeneração, através de podas.

Mesmo aqui, o PEDR joga um papel decisivo, porque é ao abrigo deste instrumento que o Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) canaliza meios para os produtores que, além de contribuírem para o fomento de outras culturas, permitem desbravar terrenos nas antigas fazendas de citrinos, tomadas durante décadas por arbustos e ervas nocivas às culturas.

O aumento da procura de citrinos, sobretudo o limão, numa altura em que existem restrições à importação de bens que podem ser produzidos no país, é apontado como outro factor impulsionador da actividade na província.

"Temos vindo a aconselhar o recurso a variedades geneticamente melhoradas, que permitam várias colheitas ao longo do ano, com ajuda de regas", ressalta o chefe do IDA no Cuanza Norte, para quem é urgente evoluir das técnicas tradicionais de cultivo para novos métodos.

Como em praticamente todas as culturas, a de citrinos também está sujeita à pragas, uma situação que preocupa o IDA no Cuanza Norte, sobretudo devido ao número reduzido de técnicos.

A instituição conta com 30 técnicos para o acompanhamento de 75.226 produtores, número muito aquém do recomendado. As boas práticas nessa área recomendam pelo menos um especialista para o aconselhamento de 500 camponeses, reconhece o responsável do IDA. O défice de pessoal é mais preocupante em casos de pragas, cujo combate requer competências técnicas, que a maior parte dos camponeses não tem. Entre as pragas mais frequentes na província, segundo o agrónomo, está o cancro cítrico, causado por uma bactéria, que provoca lesões nas folhas, nos ramos e nos frutos e, conseqüentemente, a sua queda.

Mas existem pragas que atacam especificamente os citrinos, como são os casos dos ácaros e do aranhaço vermelho, que alteram a aparência externa do fruto e reduzem o seu peso, com repercussões negativas para o seu valor nutricional e comercial.

Para prevenir essas pragas e combatê-las, quando surgem, a maior parte dos produtores necessita de ajuda especializada do Departamento do Instituto de Desenvolvimento Agrário. Paulo Bungo calcula que, para melhor exercer o seu papel nessa matéria, a instituição necessita de, pelo menos, 150 técnicos.

Nos últimos anos, a província viu surgir novas plantações ao longo das margens dos rios Cuanza e Lucala. É aqui, a seis quilómetros da cidade do Dondo, sede do município de Cambambe, onde está localizado o perímetro irrigado do Mucoso, um imponente complexo agrário com tecnologia de ponta, destinado à produção de hortofrutícolas, com destaque para os citrinos.

Contrariamente a outros projectos do género que reservam maiores parcelas para a produção de outras culturas, o perímetro irrigado do Mucoso tem a maior parte da superfície destinada ao cultivo de laranja, limão, tangerina e toranja. É esta particularidade que distingue dos demais.

Das 160 parcelas de três hectares cada em que está dividido o perímetro agrícola de 500 hectares, 54 são destinadas à produção de citrinos, 36 para mangas, igual porção para ananás e 34 para os hortícolas.

A selecção das culturas teve em conta a qualidade dos solos e do clima da província, mas também à necessidade de tirar maior proveito dos seus abundantes recursos hídricos, diz Walter Demba, coordenador do Núcleo de Gestão do Perímetro Irrigado do Mucoso.

A fazenda, que em 2010 beneficiou de um investimento público então avaliado em 1,3 mil milhões de kwanzas, o equivalente na altura a 12,5 milhões de dólares, foi reabilitada no intuito de aumentar a produção agrícola na região, atrair investidores e gerar empregos para a comunidade envolvente e não só.

Se do ponto de vista das metas preconizadas a fazenda ainda está em fase incipiente, a verdade é que, um ano depois da sua inauguração, é já um pólo de atracção para quem vai à comuna de Massangano, passando pelo Centro de Larvicultura de Tilápia, outro empreendimento criado com fundos públicos, separados por dois quilómetros apenas.

O verde das laranjeiras, dos limoeiros, das tangerineiras ou da alface, a partir das fileiras onde são ordeiramente plantadas, é revelador dos cuidados técnicos que envolvem o processo de produção. A componente tecnológica também chama a atenção de quem visita a fazenda pela primeira vez. Logo à entrada, a escassos metros do rio Cuanza, desponta um sistema de captação, bombeamento e distribuição de água, com quatro bombas de 90 kw, que conduzem a água a dois reservatórios com capacidade para 1.500 m<sup>3</sup> cada. Todo o processo de irrigação começa aqui, mas essa é apenas a parte visível do sistema, que inclui uma extensa rede de canalização subterrânea que

conduz a água de baixo para cima até ao pé da planta, num sistema de rega "inteligente" gota a gota, que fornece igual quantidade do líquido a cada árvore.

Entre o centro de captação de água e as parcelas destinadas ao cultivo, sobressai um complexo de frio, com duas câmaras de conservação e uma de congelação, com capacidade para 780 m<sup>3</sup> cada. Daí é possível divisar uma estufa para a multiplicação de plantas.

Uma zona residencial com oito casas, um escritório, um jango para refeições dos trabalhadores e um parque de máquinas completam o cenário. Mas o projecto de reabilitação abrangeu ainda o melhoramento de 22 quilómetros de estradas circundantes, que facilitam a circulação de pessoas e máquinas.

Um ano depois de ser inaugurado e entregue à gestão da Sociedade de Desenvolvimento de Perímetros Irrigados (SOPIR), a maior parte do perímetro irrigado ainda está por ocupar. Das 160 parcelas disponíveis pouco mais de 40 estão a ser exploradas.

Feliciano Sandambongo, chefe da secção de Recursos Humanos, onde são assinados os contratos de concessão de parcelas, revela que o processo está interrompido por falta de plantas, que, no arranque do projecto, eram maioritariamente importadas do Brasil.

O Jornal de Angola apurou que a adesão passa pela assinatura de um contrato, com a duração de 20 anos, que obriga os gestores do empreendimento a procederem à instalação do sistema de rega e plantio das espécies previamente acordadas. No arranque do projecto, o contrato de adesão rondava aos 700 mil kwanzas, mas devido à inflação, o valor tem vindo a ser revisto periodicamente.

Walter Demba, coordenador do Perímetro Irrigado do Mucoso, garante que o projecto é sustentável e que mesmo nas actuais condições consegue suprir parte das suas necessidades, através das receitas resultantes dos serviços que presta aos produtores. Além dos valores do contrato, os detentores das parcelas pagam uma taxa anual de beneficiação de terra e outra mensal de consumo de água, mais a assistência técnica de que possam vir a necessitar.

## 7.82 Desalojados dizem-se esquecidos na Ilha Dourada

*Jornal O PAÍS*

*31 De Agosto de 2016*

*Texto: Milton Manaça*

Quase três anos depois dos habitantes da Ilha o Cabo, em Luanda, terem sido realojados em casotas de chapas na região do Caululu, na Cabala, continuam sem saber a sua sorte.

Dezenas de desalojados fugiram do bairro e regressaram à procedência para exercerem o seu antigo ofício, a pesca, enquanto outros resistem como podem às adversidades da vida. No centro de reassentamento, que passou a ser chamado de Ilha Dourada, o cenário é de desolação e onde tudo escasseia, incluindo a água para saciar a sede.

Quando foram instalados no local pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), há 25 de Janeiro de 2014, havia abastecimento regular de água por via de camiões-cisterna que se abasteciam no centro de captação da Muxima, no município da Quiçama.

João Bala, de 42 anos, aguçava a ponta de um ferro com o qual corta garrafas então usadas como copos pela comunidade. O que para muitos é apenas um objecto a jogar no lixo, para ele é uma matéria-prima preciosa, fonte de sustento para as suas duas filhas e esposa.

"Aqui, a principal dificuldade é a água que às vezes fazem dois meses sem trazer. Fomos retirados dos nossos locais de trabalho e abandonados aqui", lamentou João Bala: Por cada unidade ganha 50 Kwanzas, valores usados para comprar alimentação e medicamentos para a filha que padece de uma enfermidade que não revelou.

Os reservatórios de água vazios são expostos nas portas das residências' mas para não morrerem de sede, os antigos ilhéus vêm-se obrigados a transporem montanhas com bidons ou bacias na cabeça e caminharem mais de quatro quilómetros até à margem do Rio Kwanza.

Aos desalojados, o CACL disponibilizara também dois geradores e quatro telas que haviam sido instalados numa sala que servia como centro comunitário a partir do qual todos acompanham a informação e/ou fazem entretenimento, pois os dois geradores não fornecia energia às casotas.

Para tristeza dos habitantes, os geradores deixaram de ser abastecidos e os "os chefes do bairro levaram os televisores às suas casas", relata Luís Jacinto de 42 anos.

Contudo, nos primeiros meses do reassentamento foram beneficiados com transportes, através de uma frota de autocarros da TCUL que os levava para a cidade e os trazia de volta. Esses meios também lhes foi retirado por razões que alegam desconhecer.

"Aqui não há lugar para as pessoas viverem com cobras dentro de casa. Como podem ver, o bairro está vazio porque muita gente começou a fugir", disse outro morador. Domingos Josefino, tendo realçado que são sempre retaliados pelos responsáveis do bairro quando às delegações visitantes revelam as vicissitudes por que passam.

Para garantir sustento para a família, Josefino dirige-se mata dentro para retirar a múcua dos embondeiros e comercializá-la, entre os constrangimentos vividos, os antigos ilhéus apontam o eminente perigo representado por animais selvagens como macacos e cobras, que ainda fazem morada no local. Tanto que ironicamente, passaram a denominar uma das áreas do acampamento como bairro dos Macacos.

"Quando chove as crianças vão descalças à escola"

O espaço em que foram erguidas as casotas da Ilha Dourada é muito acidentada, montanhosa e com uma ravina que a divide pelo meio.

O terreno, argiloso, dificulta a mobilidade das pessoas sempre que São Pedro abre as torneiras.

"Sempre que chove, as crianças vão descalças à escola porque é difícil andar aqui quando está molhado", frisou Luís Jacinto, argumentando que, desta forma, os petizes conseguem manter o equilíbrio e contornar obstáculos, Alguns alunos levam mesmo o calçado nas mochilas e utilizam-nos apenas na escola. Refira-se que o bairro passou a ser chamado Ilha Dourada em virtude do brilho das chapas de zinco com as quais as casotas foram cobertas.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Saneamento básico constitui prioridade das autoridades

*Jornal de Angola*

*01 De Agosto de 2016*

*Texto: Armando Sapalo*

O reduzido número de contentores para o depósito do lixo e a falta de um aterro sanitário apropriado na cidade do Dundo estão a pôr em causa a limpeza e o saneamento básico da zona urbana e da periferia da capital da província da Lunda Norte, disse quarta-feira, ao *Jornal de Angola*, o responsável do sector de Saneamento Básico e Espaços Verdes.

Alfredo Cafanda acrescentou que as três empresas que trabalham no sistema de saneamento básico a nível da cidade do Dundo são incapazes de absorver a quantidade de lixo produzida todos os dias, por possuírem equipamentos obsoletos e apontou a necessidade de reajustar-se os métodos de gestão dos resíduos sólidos, com o envolvimento da população e outros agentes comunitários.

"Verificámos um aumento substancial da produção do lixo e a nossa capacidade de intervenção é muito diminuta, devido ao estado obsoleto dos equipamentos usados pelas empresas operadoras na área do saneamento básico da cidade", afirmou Alfredo Cafanda, que manifestou também a sua preocupação com o crescimento desordenado de bairros na periferia da cidade e a falta de educação da população para adopção de práticas recomendáveis à gestão de lixo e resíduos sólidos.

O director municipal do Saneamento Básico e Espaços Verdes disse que a cidade do Dundo, que é também a sede do município do Chitato, precisa de pelo menos 150 contentores metálicos de maior capacidade de armazenamento do lixo, contra os actuais 70 existentes, dos quais 40 são pequenos.

Alfredo Cafanda declarou que há zonas da cidade, fundamentalmente as de maior aglomeração

populacional, que têm apenas um contentor, enquanto deviam ter mais de um depósito de lixo. Reconheceu as limitações financeiras das empresas que intervêm no processo de saneamento básico, ao mesmo tempo que ressaltou a necessidade de fazer-se esforços para combater os grandes focos de lixo e manter a limpeza e higiene da cidade, de forma a devolver-se a dignidade aos seus habitantes.

Pagamentos dos serviços Falou sobre a necessidade de as autoridades locais assumirem a regularização do pagamento dos serviços prestados pelas empresas de saneamento básico e reconheceu que este problema retira, de alguma forma, a capacidade financeira das empresas e reduz os esforços de melhorar-se o saneamento básico da cidade do Dundo.

"Devido à crise que assola o país, as empresas de saneamento básico estão com dificuldades de adquirir novos equipamentos, porque a administração também não consegue efectuar pagamentos em tempo real", afirmou. Não obstante o reduzido número de contentores e outras dificuldades, Alfredo Cafanda garantiu que a Direcção de Saneamento e Espaços Verdes tem desenvolvido esforços para evitar grandes focos de lixo nas principais artérias da cidade do Dundo e zonas periféricas.

O responsável do Saneamento Básico e Espaços Verdes defende a construção de um novo aterro sanitário, para se dar melhor tratamento e destino adequado aos resíduos sólidos.

O único aterro sanitário existente na cidade do Dundo, localizado no distrito urbano do Mussungue, é inadequado, uma vez que fica muito próximo das residências e as pessoas que habitam naquela zona correm o risco de estar expostas à contaminação, sinalizou Alfredo Cafanda.

Justificou que o maior risco de contaminação das pessoas reside no facto de as autoridades locais não conseguirem dar um tratamento específico ao lixo e muito menos à separação entre os resíduos domésticos e tóxicos.

Para resolver este problema, a administração está a projectar, para os próximos dias, a construção de um novo aterro sanitário. O administrador queixou-se da falta de recursos financeiros, que podem inviabilizar este ambicioso programa, que prevê, igualmente, a implantação de uma colecta selectiva de resíduos.

Alfredo Cafanda disse que, além da contratação de empresas especializadas na recolha e tratamento do lixo, com capacidade técnica, financeira e humana comprovada, uma das soluções para o problema tem a ver com a necessidade de envolver-se a população nas campanhas de limpeza.



## 8.2 Empresas portuguesas reabilitam abastecimento de água em Luanda

*Jornal O PAÍS*

*02 De Agosto de 2016*

*Texto: Brenda Sambo*

A DTS e Centro Cerro, empresas de origem portuguesa, foram contratadas pelo Governo para cinco novas obras públicas, envolvendo USD 53 milhões, no âmbito da ampliação e renovação da rede de abastecimento de água nos bairros da Mulemba e Luanda Sul, município de Viana, em Luanda.

A informação consta de cinco despachos assinados pelo Presidente da República, José Eduardo

dos Santos. A Centro Cerro é contratada para a reabilitação das estações de tratamento de água de Luanda Sudeste e Luanda Sul, a construção do centro de distribuição de água do aeroporto e a implementação de um projecto de telegestão destes equipamentos, obras avaliadas em USD 36,7 milhões

o grupo DTS vai tratar de ampliar a capacidade de armazenamento do sistema de reserva de água do centro de distribuição da Mulemba, obra que envolve USD 21 milhões. Todas estas empreitadas estão incluídas no plano de acção 2016/2017, para projectos prioritários de abastecimento de água à província de Luanda.

Angola prevê investir, até 2025, no sector da energia e águas, cerca de USD 29 mil milhões.

## 8.3 Vila de Quibaxe melhora distribuição

*Jornal de Angola*

*03 De Agosto de 2016*

*Texto: Alfredo Ferreira*

O acesso à água potável pela população da vila de Quibaxe, no município dos Dembos, conhece melhorias significativas, desde segunda-feira, com a Inauguração de um centro de captação, tratamento e distribuição pelo governador em exercício do Bengo, Domingos Guilherme.

O director nacional das Águas, Lucrecio Cota, referiu que a rede de distribuição é de 30 quilómetros,

que permitiu a realização de 1.053 ligações em diferentes partes daquela vila, além da existência de dez chafarizes.

As obras de construção do centro de captação, tratamento e distribuição, que tem uma capacidade para bombear 70 litro de água por dia, ficaram orçadas em 55.807.421 kwanzas. Lucrecio Costa adiantou que o centro foi construído no âmbito do programa "Água para Todos", para intervenção nas capitais provincial e sedes municipais, numa iniciativa do Gabinete da Presidência da República, devendo beneficiar 9.318 habitantes da região.

Explicou que o projecto prevê, igualmente, a construção de outros centros nos municípios de Bula Atumba e Pango Aloquem, com o objectivo de suprir as dificuldades das populações das referidas zonas da província do Bengo.

O director nacional das Águas considerou o programa um desafio que vai ser implementado a nível

de todo o território nacional, tendo já abrangido a província do Cuando Cubango, além da do Bengo.

Acrescentou que a execução do programa vai permitir que se leve água tratada para J 32 sedes municipais, tendo apelado a comunidades para garantirem a sustentabilidade do equipamento .

O governador em exercício do Bengo, Domingos Guilherme, apelou à população da vila de Quibaxe para preservar as infra-estruturas do centro, para que o mesmo possa funcionar de forma plena e garantir se a sua durabilidade.

Domingos Guilherme referiu ainda que, para se efectuar a manutenção do sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável, é necessário que cada habitante da região contribua com o pagamento do consumo, numa altura em que a província tem já aprovada uma tarifa de pagamento.

A inauguração da infra-estrutura faz parte do leque de actividades que marcam as festividades do município dos Dembos, que completou 95 anos, quinta-feira última, desde que foi elevado à categoria de vila.

Casos de malária

Pelo menos, oito pessoas morreram no primeiro semestre deste ano, contra duas do mesmo período do ano anterior, no município dos Dembos, província do Bengo, revelou ontem, em entrevista ao Jornal de Angola, o director municipal da Saúde.

Sabino Laurindo Fernando disse que houve um aumento de seis casos, por causa do aumento de mosquitos, capim alto e deficiente saneamento básico na circunscrição.

Acrescentou que foram testadas no período em referência 58.268 pessoas no Programa de Luta contra a Malária, com 51.006 casos positivos. O responsável garantiu que os técnicos do Programa de Luta contra a Malária no município dos Dembos vão continuar a intensificar as palestras de sensibilização e capacitação do pessoal de saúde, de forma a atender as mulheres grávidas e crianças que ocorrem às unidades hospitalares existentes.

A partir deste semestre, serão distribuídos mosquiteiros impregnados, destinados a crianças e mulheres grávidas. Sabino Laurindo Fernando adiantou que o sector conta no seu stock com reagentes, material gastável, mosquiteiros tratados com insecticida de longa duração, assim como anti-palúdicos para o tratamento de casos simples e graves.

Para a redução dos casos e mortes por malária, outros mecanismos, como a pulverização nas zonas urbanas e o tratamento intra-domiciliar nas áreas periféricas serão implementados, garantiu o director municipal da Saúde.

O responsável lamentou a falta de técnicos de oftalmologia, radiologia e de imagiologia no Hospital Regional dos Dembos, o que faz com que os pacientes sejam forçados a procurar tratamento noutras paragens.

Além da malária, as unidades sanitárias da região têm registado outras doenças como hipertensão arterial, diarreias agudas e anemia.

#### Gravidez precoce

O director municipal da Saúde mostrou-se preocupado com o aumento de casos de gravidez precoce, que dão entrada diariamente na unidade sanitária.

Segundo o responsável, são atendidos diariamente 15 a 30 casos de menores com idades compreendidas entre os 14 e os 16 anos e sem condições físicas para suportar uma gravidez, o que tem originado muitos partos prematuros e o recurso a cesarianas.

Sabino Fernando apontou a falta de diálogo entre pais e filhos como sendo a causa do aumento de gravidez precoce no município dos Dembos, uma realidade que pode acarretar sérios riscos às mães e bebés, pelo facto

de o canal uterino não apresentar a dimensão suficiente para um parto normal.

## 8.4 ELISAL dispensa 400 colaboradores

*Jornal O PAÍS*

*04 De Agosto de 2016*

*Texto: Milton Manaça*

Mais de 400 colaboradores da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda, ELISAL, foram dispensados para casa esta semana, após um ano vinculados à empresa, segundo a comissão sindical local.

A fonte sindical alegou que os trabalhadores estavam ligados a empresa em regime de contrato por tempo determinado, contudo suspeita que os despedimentos têm como causa específica um défice financeiro.

Segundo a fonte, os seus ex-colegas começaram a prestar serviços à empresa em meados de 2015. "Não nos comunicaram. A direcção da ELISAL optou pela rescisão contratual sem nos ouvir" lamenta a fonte sindical.

O sindicalista receia também que a redução de pessoal se estenda aos funcionários efectivos, alegando que nos últimos dias circulam rumores de alguns responsáveis da empresa apontando neste sentido.

OPAÍS sabe que, na Terça-feira, 2, dezenas de trabalhadores dispensados dirigiram-se à sede do Governo Provincial de Luanda (GPL) com o propósito de apelarem ao socorro do seu titular, Higinio Carneiro, porém sem êxito.

A fonte ligada aos trabalhadores receia que com tais despedimentos venha a aumentar a carga de trabalho da operadora contratada pelo GPL para a limpeza do município do Cazenga, por Higinio Carneiro considerado, recentemente, como sendo o mais limpo de Luanda.

"Eles sabiam que o contrato tinha limite"

O responsável pela inspecção da ELISAL, António Neto, confirmou o fim dos contratos, sem, no entanto, precisar números, alegando que os funcionários terão sido contratados pela direcção anterior, encabeçada por Hermelindo Pereira, sendo que a actual comissão de gestão optou por dispensar os seus préstimos. "Na altura estávamos aflitos e o antigo director assinou um contrato com uma empresa para reforçar o pessoal.

Neste momento acabou o contrato e eles sabiam que isso tinha limite", frisou António Neto.

Questionado sobre as razões que levaram à não renovação contratual, António Neto manteve-se reservado, garantindo apenas que se ELISAL vier a reduzir funcionários efectivos entrará em contacto com outras empresas para integrá-los.

Refira-se que o anúncio da entrada em vigor do novo modelo de limpeza que esteve rodeado de polémica, em virtude das primeiras taxas propostas avançadas pelo Governo Provincial de Luanda, aconteceu no passado mês de Maio.

A cobrança de lixo é feita conjuntamente, na mesma factura, ao fornecimento de electricidade.

Nos principais bairros de Luanda, no centro da cidade ou nos arredores, como a Maianga, Alvalade, São Paulo, Vila Alice, Maculusso, Miramar, Mutamba, Ingombota, Bairro Azul, Bairro Popular, Talatona, Urbanização Nova Vida, Bairro Benfica, Morro Bento ou Futungo, entre outros, está a ser paga uma taxa mensal de Kz 2.500.

Em municípios periféricos como o Cazenga, Belas, Viana e Cacucaco, a taxa mensal ficou estipulada em Kz 1.500 e nos municípios da Kissama e de Icolo e Bengo, Kz 500. A taxa atribuída às empresas, tendo o factor extensão como referência, varia entre os Kz 12.500 e os Kz 164.000.

Para as casas sem electricidade, a cobrança será feita pelas empresas concessionárias de limpeza ou empresas cobradoras, cabendo às administrações municipais a fiscalização do pagamento dessa taxa com o apoio das comissões de moradores.

O pagamento da taxa é mensal, mas poderá ser feito trimestral, semestral ou anualmente, sendo essa receita global destinada a suportar os encargos com os serviços de limpeza.

## 8.5 Garimpo De Água

*Jornal A República*  
05 De Agosto de 2016

O porta-voz da Empresa Provincial de Água de Luanda (EPAL), Domingos Paciência, falando à imprensa apelou em Maio de 2015, aos proprietários dos espaços a nível do perímetro do Kikuxi, como dos bairros da circunscrição, a desistirem da prática do garimpo de água. O responsável lançou o apelo durante uma actividade na mesma zona, para desaconselhar a população, já que a prática é ilegal.

"A água é para ser consumida por todos e não para ser comercializada por terceiros, que só provocam a sua irregularidade para o consumo": disse. Domingos Paciência deu a conhecer que estas actividades de campo tiveram a finalidade de descativar uma fábrica ilegal de produção, tratamento e venda de água por uma orientação do Procurador-geral da Republica, junto da Polícia Económica.

A ação visou orientar ao proprietário, para remover todas as máquinas instaladas e pôr termo a actividades de captação, transporte e venda ilegal de água em camiões cisternas. No recinto da fábrica foram descativados, entre outros instrumentos, o ponto de captação de água a partir do canal, a bomba de captação de água do canal aos tanques, um negócio que por semana rendia cerca de um milhão de kwanzas.

## 8.6 Pânico no Cazenga

*Jornal Liberdade*  
05 De Agosto de 2016  
Texto: Kalunga Dos Santos

O estado das estradas do município do Cazenga, quando chove é lastimável, os bairros ficam todos inundados, não há por onde escorrer as águas, o que nós vivemos é um esforço para nos deslocarmos, Disse o município Alberto Domingos.

Alberto salientou ainda que as consequências das chuvas são muito grave, tanta gente abandona as suas casas por causa das cheias, surgem cobras depois de alguns dias e outros insectos, portanto este seria o melhor tempo para resolverem a situação das valas de drenagem para não remediarem na época chuvosa.

Por sua vez, Pedro Miguel morador do bairro da Cuca, afirmou, que os acidentes na rua directa da Nocal "Siga": tem sido constante por falta de iluminação pública e o mau estado da via.

Há quatro meses, um jovem caiu de noite com uma motorizada, num buraco. Isso só ocorreu por falta de iluminação na via que liga Cuca e a Nocal, avançou.

Miguel acrescentou, que as empresas que têm trabalhado na reabilitação das estradas do município do Cazenga têm pecado bastante, escavam as ruas e não tapam os buracos retiram -se e não põem quaisquer sinalizações por cima a fiscalização é incompetente.

Jornal LIBERDADE - a remoção das viaturas na via pública, não é da responsabilidade da fiscalização?

Pedro Miguel, respondeu que "a fiscalização só fica esperta a levar carros que estão bons, porque eles sabem que o dono ao ir receber a viatura vai ter que pagar dinheiro, por isso é que eles não removem as sucatas, espalhadas em todas as ruas do Cazenga"

Miguel acrescentou ainda que "a requalificação do município do Cazenga, que está a ser feita nos arredores da administração, não está ser feita de maneira adequada. Nós moradores dos bairros, não estamos a ver nada daquilo que é a verdadeira requalificação.

Morrem pessoas nas estradas todos os dias por falta de pontes aéreas, iluminação pública, passadeiras por cima das curvas e o governo provincial de Luanda que é responsável pela colocação das pontes estão a olhar impavidamente a situação, acrescentou Pedro Miguel.

Gostaríamos de apelar ao administrador, Victor Nataniel Narciso ou as entidades de direito que velam pela construção das infra-estruturas do município do Cazenga para fortificarem à fiscalização das obras para que as mesmas sejam de qualidade aos residentes e não só, afirmaram os munícipes.

Caso isso não aconteça o governador Higinio Lopes Carneiro, havia dito que os administradores que não merecerem a confiança dele e do povo serão substituídos, então que substitua já aqueles que até no tempo seco não conseguem terraplenar as vias e criar valas de drenagem para a população, disse.

## 8.7 Quando o “perigo” vem das torneiras

*Jornal O PAÍS*

*05 De Agosto de 2016*

*Texto: Domingos Bento*

Veneno, é assim que Cristina Francisco, moradora num dos edifícios da centralidade do Sequele, considera a água que jorra da torneira do seu

apartamento. A água, conforme fez questão de mostrar, é amarelada e cheira a barro. Conta a senhora que, mesmo que ferva ou desinfecte, o líquido fornecido pela EPAL causa-lhe enormes problemas de saúde com destaque para febre tifóide, diarreia e vômitos. Por isso, nem ela, nem a família se atrevem a beber água da rede pública. Esta serve apenas para lavar, cozinhar e limpar a casa.

"Até para banhar não é recomendável. Das vezes que banhei com esta água, sem desinfectar, apanhei infecções urinárias. Agora, antes de ir ao banho,

procuro sempre pôr algumas gotas de lixívia ou ferver", explicou.

Porém, quando a sede aperta, Cristina Francisco disse que ela e a família recorrem a água engarrafada. Diariamente, são cerca de 10 litros que o agregado de seis pessoas gasta. Cada litro custa 300 kwanzas. "Andámos nesta vida. Diariamente gastámos perto de 3mil kwanzas para dar de beber à família. Mas é mais saudável do que beber o veneno que sai da torneira de casa".

Assim como Cristina, centenas de cidadãos estão a "fugir" do consumo de água fornecida pela EPAL. O líquido da rede pública, que chega aos consumidores por via das torneiras e cisternas, está a levantar desconfiança por causa do nível excessivo de turvação. A alternativa tem sido, para muitos, as diferentes marcas de águas engarrafada. Para a grande maioria destas pessoas, a água da rede pública não convém que entre no estômago nem mesmo recorrendo ao uso de produtos químicos.

Também em casa de Eugénia Tomás, ainda na centralidade de Cacucaco, a água que jorra da torneira não tem outra finalidade senão para lavar, banho e higienizar a casa. De acordo com a senhora, todas as vezes que consumiu a água da rede pública teve dissabores. "É incrível. A água que nos dão não é boa. É muito acastanhada e é suja".

Por seu lado, Miguel Samuel, residente no distrito urbano da Maianga, município de Luanda, diz que a água que jorra em casa não tem cor. Mas sai com muitas impurezas, situação que o tem remetido a uma permanente desconfiança.

A família toda consome o líquido, mas ele, por uma questão de saúde, prefere todos os dias recorrer à água engarrafada "Toda a gente em casa bebe água da EPAL. Eu não posso: Faz-me mal. Já tentei, mas tive problemas intestinais", frisou.

Já no bairro onde vive Felismina António, nos Mulenvos, município de Viana, a cor da água é variável. Afirma a senhora que há semanas que ela sai completamente turva, mas também há dias em que jorra um pouco mais límpida. Dar fervura e algumas gotas de lixívia tem sido a opção. "E até ao momento não tivemos nenhum problema. A família consome normalmente. Mesmo até a bebé de dois anos consome essa água. É que andar também a encher a dispensa com água engarrafada não é muito seguro".

Se a água tem cor, gosto e cheiro, ela não serve para o consumo humano.

Baseando-se nas queixas dos consumidores da água fornecida pela EPAL, a engenheira civil e ambiental Dilma Costa e Silva fez saber que a água da empresa pública não cumpre com os padrões recomendados porque não corresponde aos padrões de potabilidade exigidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Segundo a especialista, os padrões universais recomendam que a água própria para o consumo humano deve ter um nível de PH (potencial hidrogeniônico) num intervalo de 7 a 10. Deve ser incolor (apresentando aspecto límpido e transparente), inodora e insípida (sem cheiro nem gosto).

Porém, se a água que jorra das torneiras está a apresentar cor, cheiro e gosto, Dilma Costa e Silva aconselha as pessoas a absterem-se dela devido às complicações de saúde que pode acarretar.

"A água imprópria para o consumo humano pode causar doenças como diarreia, febre tifoide, hepatite, infecção intestinal e outras patologias. Se a água é amarelada, como dizem os consumidores, o ideal é não consumi-la", frisou.

Sobre o uso de produtos químicos para desinfetar o precioso líquido-a, a especialista alertou que estes podem constituir igualmente um perigo. Tal como esclareceu, o cloro usado para desinfecção da água é altamente cancerígeno e pode prejudicar o organismo, causando doenças letais, se mal aplicado.

Água engarrafada sim, mas com cuidado

Dilma Costa e Silva esclareceu ainda que, para quem foge da água fornecida pela rede pública, devido à excessiva turvação, a água engarrafada pode sim ser uma alternativa, mas a sua viabilidade depende das suas características físico-químicas estáveis. Segundo a engenheira, é preciso, antes de consumi-la, aferir, através do rótulo, sobre a qualidade da água nas questões que se prendem com a quantidade dos minerais, sódio, cloreto, vanádio, sulfato, bário, nitrato, zinco, lítio e o PH.

"Nem toda a água engarrafada é mineral ou natural. Por exemplo, a água natural é retirada da fonte sem sofrer nenhum tipo de modificação. Em alguns casos é apenas desinfetada e engarrafada. Já a água mineral é uma solução de pelo menos 500 mg de minerais dissolvidos por litro de água ou mistura com várias espécies químicas", explicou.

De acordo ainda com Dilma Costa e Silva, para além de representar um custo para muitos agregados, a água engarrafada pode constituir um eminente perigo devido ao seu processo de fabricação que é do desconhecimento da maioria da população. "Há

muitas marcas de água no mercado. E muitas delas são produzidas localmente. Será que todas elas têm merecido o acompanhamento e a fiscalização das entidades competentes? São estas questões que os cidadãos devem fazer antes de a consumirem. Se por um lado evitam a água da EPAL devido à turvação, por outro podem estar a comprar doenças", atestou.

## 8.8 Administração leva empreiteira à barra do tribunal

*Jornal de Angola*

*06 De Agosto de 2016*

*Texto: Venancio Victor*

A Administração Municipal do Kunda-dya-Base, na província de Malanje, decidiu levar à barra do tribunal a empresa Sondagens de Água, responsável pela construção dos sistemas de captação, tratamento e distribuição. De água e da abertura de seis furos nas comunas de Lemba e Milando, por Incumprimento das cláusulas contratuais, Informou ontem, o administrador daquela circunscrição.

João Tutu Magikigiki disse terem sido pagos, até ao momento à Sondagens, 52 por cento do montante estipulado no contrato, das obras de construção do sistemas de captação, tratamento e distribuição, que fazem parte do programa "Água Para Todos" e de Come bate à Pobreza, referente ao exercício económico 2014/2015.

a administrador municipal explicou que, no quadro do contrato com a empresa Sondagens, está igualmente prevista a abertura de seis furos de água para as localidades de Kicenzele e Kizenga, na comuna do Lemba, e ainda nas aldeias de Ngombe, Máquina e Bango. Com base no atraso que se verifica na execução das obras, a administração instaurou um processo à referida empresa que foi remetido ao tribunal.

"Dada a gravidade da situação, não aceitamos falsas desculpas apresentadas pela empresa "Sondagens de Água", que relaciona o atraso com o mau estado das vias, sobretudo na época de chuva. Portanto, se o problema é este, porquê que não concluíram a obra neste período seco? Isto demonstra' claramente a violação dos contratos firmados, quando até sabem que a água é um bem indispensável na vida das comunidades", ironizou.

a município do Kunda-dya-Base conta com um posto emissão de bilhetes de identidade e uma loja de Registo Civil, que já registou cerca de 1.648 cidadãos.

Aprendizagem. O projecto merenda escolar está a beneficiar 7.696 alunos. A sector da Saúde conta com sete técnicos, dos quais dois médicos coreanos e cinco enfermeiros.

A rede sanitária conta com sete postos de saúde e um hospital municipal, além de quatro salas de parto.

No domínio da Agricultura, estão inscritos no sector 13 associações de camponeses e três cooperativas. Em relação ao sector da Educação, o município dispõe de oito escolas do II e 11 ciclos do ensino secundário, que perfazem um total de 69 salas de aula, além de 33 outras de carácter provisório.

As aulas são asseguradas por 116 professores. No presente ano lectivo, foram matriculados no município 8.

Os 16 alunos, enquanto 1.750 estão fora do sistema normal de ensino e agrícolas, que praticam uma agricultura de subsistência. Durante a primeira fase da campanha agrícola no município, foram preparados e entregues 130 hectares de terra aos camponeses das comunas de Milando e Lemba. Destes, 75 foram lavrados manualmente graças à distribuição de Inputs agrícolas, no âmbito do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e de Combate à Fome e à Pobreza na região.

Foram entregues igualmente 25 hectares de terras para 830 famílias desfavorecidas, das quais quatro mecanizadas para a multiplicação de mandioqueiras melhoradas.

. Projectos de impacto social No âmbito do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento

Rural e de Combate à Pobreza, foram construídas várias infra-estruturas de impacto social, com realce para a sede da administração municipal, onde funciona vários sectores, e 60 residências do tipo T2 e T3 para os técnicos. Também foram executados 200 fogos habitacionais, dos quais 75 entregues e 54 estão por concluir.

a município do Kunda-dya-Base, que integra a vasta região da Baixa de Cassanje, de que fazem também parte os municípios do Aquela, Marimbae Massango, dista 172 quilómetros, a noroeste, dá sede capital da província de Malanje. Tem uma superfície de 5.058 quilómetros quadrados e uma população estimada em 13.651 habitantes, maioritariamente camponesa.

## 8.9 Projectos de energia e águas em avaliação

*Jornal de Angola*

*08 De Agosto de 2016*

O Ministério de Energia e Água realiza hoje e amanhã o sexto conselho consultivo alargado na cidade do Sumbe, Cuanza Sul.

Uma nota de imprensa chegada Redacção do Jornal de Angola 'refere que, entre os temas a serem de batidos, consta os desafios do Instituto Regulador os Serviços de Electricidade e 'aguas, a apresentação das perspectivas do sector eléctrico para» período 2016/2017, assim como do sector de Águas, O grau de cumprimento das recomendações saídas do último conselho consultivo vai, também, ser analisado. O Ministério da Energia e Aguas definiu como prioridade investimentos em projectos estruturantes. Recentemente, o ministro João Baptista Borges garantiu que os investimentos vão prosseguir em direcção à meta de 2025, mas vai exigir e ajustes e redefinição de focos. O sector consta do topo das prioridades do Executivo, já que dele depende o desenvolvimento económico e industrial do país e da qualidade de vida dos seus cidadãos. O esforço financeiro do Estado para a realização dos projectos estruturantes exige um pacote financeiro na ordem dos 29 Mil milhões de dólares.

O investimento do Estado deve. Ser complementado com uma forte captação de investimento privado criação de condições necessárias para que o investidor veja o retorno do seu investimento realizado. "A 'revisão da Lei da Electricidade pretendeu atingir esse objectivo. O 'fortalecimento da entidade reguladora do sector eléctrico, que neste momento congrega a regulação das águas e o sector eléctrico, é também parte desse objectivo", sublinhou o ministro numa recente conferência de imprensa sobre os investimentos no sector. O ministro lembrou a partir de 2012 o sector entrou para uma fase voltada ao desenvolvimento com a elaboração de um plano centrado no aumento da capacidade de produção de energia, transporte e distribuição, atendendo à projecção do crescimento da população para metas que se estendem até 2025.

Fruto do plano, estão em construção projectos estruturantes que utilizam energia hídrica e gás natural, o que vai permitir incremento energético de cerca de cinco mil megawatts com custos reduzidos. Com este nível de produção, vai ser possível atender às necessidades de consumo que se registam actualmente. Entre as grandes obras está Cambambe, um projecto

de expansão. Da central que já existia. Actualmente produz 180 megawats. Com a sua ampliação, vai passar a produzir 960 megawats. "Comparando, vai ser duas vezes aquilo que Capanda produz.

Cambambe vai atender cerca de quatro vezes mais famílias do que atende' até agora", explicou.

O projecto Laúca, na província de Malanje, vai ser a maior central hidroeléctrica que o país vai ter, até construir-se Caculo Cabaça, pois tem uma capacidade instalada de cerca de 21 00 megawats, quatro vezes Capanda e vai atender oito milhões de pessoas. Outro projecto estruturante é a Central do Ciclo Combinado do Soyo que utiliza gás natural, que é menos poluente e mais barato, a seguir ao vapor de água, e que vai ter uma capacidade total de 750 megawats. O Conselho de Ministros aprovou a extensão do ciclo Combinado do Soyo, para permitir potência total de 1800 megawats.

## 8.10 Perímetro irrigado com mais água para lavoura

*Jornal de Angola*

*11 De Agosto de 2016*

*Texto: Estanislau Costa*

Os pequenos e grandes agricultores que exploram o perímetro Irrigado da Matala, a 190 quilómetros a leste da cidade do Lubango, consideraram, ontem, uma mais-valia as obras de remodelação efectuadas nas Infra-estruturas da barragem hidroeléctrica, por regularizar o abastecimento de água às áreas de cultivo.

Fernando Colombo, filiado na cooperativa agrícola 1.0 de Maio e que explora cinco hectares do perímetro, explicou ao *Jornal de Angola* que antes da remodelação das estruturas físicas da barragem hidroeléctrica da Matala a água corria no canal por um período máximo de três horas.

"Este período de fornecimento de água criava muitos embaraços à lavoura, principalmente nas zonas de sequeiro ou nos momentos em que as chuvas serem irregulares", disse, para salientar que agora a água está a escorrer canal 24 sobre 24 horas.

Madalena Jambela pertencente a mesma cooperativa e informou que já aumentou o cultivo de batata, hortícolas e legumes, por não haver receio de escassez de água para irrigar

As culturas. "Com a água do canal podemos produzir sem ter que depender totalmente das chuvas".

Presidente do Conselho de Administração da Sociedade de Desenvolvimento da Matala (SODEMAT),

Cipriano Ndulumba, destaca a conclusão das obras, que requalificaram a barragem hidroeléctrica da Matala, como um valor acrescido na actividade dos camponeses que dependem apenas do perímetro irrigado.

Cipriano Ndulumba disse pretender que sejam superadas, com maior brevidade, as anomalias dos sistemas secundários de abastecimento de água dos lotes de produção, de modo que os agricultores tenham a possibilidade de fazer chegar a água às áreas de lavoura mais distantes.

Cipriano Ndulumba salientou que o restauro da barragem hidroeléctrica da Matala potenciou ainda o canal de irrigação, com performances que permitem ter água todo o ano para suportar a actividade agrícola na região.

O perímetro possui um canal com 42.6 quilómetros de extensão, sendo que a área produtiva é estimada em 6.831 hectares de terras, O conselho de administração

Desenvolveu acções para instalação de motobombas no Km 19.7, Km Cinco e Km 32, Cipriano Ndulumba disse que "o coração do perímetro é o canal de irrigação. Após isso, existem os silos com capacidade para 12 mil toneladas de cereais, o complexo de frio projectado para conservar 2.200 toneladas de batata", Novos espaços

As autoridades da administração municipal da Matala 'puseram à disposição dos investidores acima de 20 mil hectares para a produção de diversos produtos a escala industrial, que permitam contribuir para a auto-sustentabilidade e promover a exportação.

O administrador municipal, Miguel de Paiva Vicente, explicou que os técnicos já efectuaram um levantamento aos espaços definidos para a agricultura, tendo apurado haver condições favoráveis e água em quantidade a ser fornecida a partir do canal de irrigação.

"Estamos a desenvolver acções com o propósito de relançar a produção em quantidade e qualidade, assim como diversificar a produção de alimentos, de modo a servir a população da província e do país", afirmou, para acrescentar que o incremento do cultivo de cereais conta com dois silos e uma moagem.

## 8.11 Uso e abuso na lavagem de carros

*Jornal O PAIS*

*11 De Agosto de 2016*

Bom dia ilustre director. Estimo que esteja bem na companhia da família e colegas. A presente carta serve para denunciar e solicitar a intervenção das autoridades de direito num mal que diariamente irrita os cidadãos de bem.

Trata-se do uso e abuso da água potável em diversos bairros de Luanda, inclusivamente em condomínios, na lavagem de viaturas.

O bairro Nova Vida está entre os piores, assim como o Condomínio Vila Chinesa, em Viana, degradado da cabeça aos pés.

Nestas zonas residenciais, todos os santos dias assistimos viaturas a serem lavadas nas ruas e nos quintais. São Enormes quantidades de água que se perde e o asfalto vai desaparecendo e dando lugar a buracos que mais tarde se tomam gigantes.

É horrível e doloroso ver viaturas a gastarem mais água do que seres humanos. Se me permitirem a expressão, há carros que tomam mais banho do que pessoas. Vejo viaturas a serem lavadas de manhã, à tarde e à noite. É verdade, há carros que são lavados três vezes ao dia.

Isto acontece sob o olhar de dirigentes e responsáveis que moram em tais bairros. Alguns são funcionários do Governo Provincial de Luanda, das administrações municipais e comunais. Outros são dos próprios Serviços de Fiscalização.

Não consigo entender que gente com tamanha responsabilidade de salvar Luanda use e abuse da própria água e vão trabalhar enfatados e engravatados com aspecto de chefes exemplares. É muita ganga, até parecem ministros de poises desenvolvidos.

Eu me pergunto todos os dias como é possível que gente bem apresentada conviva com atitudes e procedimentos errados. Me parece ser, como já dizia o outro, sem querer ofender, "macacos fardados de gente". O GPL pode arrecadar muito dinheiro com as multas aplicadas aos proprietários das viaturas que são lavadas em locais impróprios. Os fiscais não devem estar só preocupados com os terrenos e as obras erguidas sem licença. Senão, vão ficar como alguns policiaes que só mandam parar o candongueiro e carros com mercadorias, à procura da gasosa. Nas atribuições da fiscalização há muito por se fazer. O combate

cerrado à lavagem de viaturas é prioridade permanente.

Por isso, meus senhores, coloquem um ponto final no uso e abuso da água potável utilizada na lavagem anárquica de carros em sítios proibidos.

Caro Director, feliz semana. Que seja repleta de paz, trabalho e harmonia. Forte Abraço.

## 8.12 Abastecimento de água potável reforçado na Uia

*Jornal de Angola*

*12 De Agosto de 2016*

*Texto: Domingos Caluciça*

O abastecimento de água à população da localidade de Uia, a cerca de 35 quilómetros da sede municipal da Cahama, na província do Cunene, foi reforçado, desde ontem, com a instalação de quatro reservatórios plásticos de maior capacidade, no quadro da estratégia do Serviço Provincial de Protecção Civil que visa minimizar os afeitos da seca na vida das comunidades, anunciou o segundo-comandante deste órgão.

Paulo Calunga disse que numa primeira fase estão disponíveis 24 tanques plásticos de dez mil litros cada, para serem distribuídos em zonas críticas, e que substituirão os anteriores de cinco mil litros, distribuídos em diferentes pontos, há quatro anos.

O segundo comandante do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros referiu que o objectivo da colocação dos reservatórios nessas zonas é aumentar a capacidade no fornecimento de água às populações. "Começamos no município da Cahama e na próxima semana estaremos a colocar tanques no intervalo entre as localidades de Anhangá e Evale, no município do Cuanhama", adiantou. Os recipientes, garantiu Paulo Calunga, são reabastecidos duas vezes por semana, como forma de mantê-los sempre com água.

O soba da localidade de Uia, José Vitorino e pediu a reabilitação dos furos de água inoperantes. "O abastecimento regular dos reservatórios vai aliviar o sofrimento da população nesta altura de escassez de água".



### 8.13 Campanha

*Limpar Luanda em 45 dias*  
*Jornal O Novo Jornal*  
*12 De Agosto de 2016*

A campanha de recolha de lixo que foi lançada no mês de Março foi uma iniciativa da Comissão para a Limpeza e Recolha de Resíduos Sólidos, que tinha como objectivo acabar com o lixo acumulado nas ruas, fonte de doenças como a diarreia, febre-amarela e a malária.

A campanha, que contou com o apoio da Polícia Nacional, serviços de Protecção Civil e Bombeiros, associações, igrejas e a população, terminou, mas o lixo continua nas ruas.

Pagar pelo lixo produzido

Abril deste ano, foi apresentada a proposta de regulamento, que prevê o pagamento de Em uma taxa dos serviços de limpeza e saneamento para a cidade de Luanda. A proposta fixava pagamentos entre os 1.500 e os 10 mil kwanzas, nos distritos e municípios da capital. O documento foi apresentado na reunião ordinária conjunta das comissões económicas e para a economia real do Conselho de Ministros e incluía a construção de mais três aterros sanitários para Luanda.



### 8.14 Fornecimento de energia e água está a melhorar no cuanza sul

*Jornal Economia e Finanças*  
*12 De Agosto de 2016*

Os investimentos no sector da energia e águas, na província do Cuanza Sul, têm sido notórios e diversificado, com a expansão da rede de distribuição para as zonas mais afastadas das sedes municipais, bem como a construção e reabilitação de furos artesanais para garantir o

abastecimento de água.

A informação foi prestada pelo vice-governador da província do Cuanza Sul, Franklin Fortunato, que fazia as honras da casa, na abertura do Conselho Consultivo Alargado do Ministério de Energia e Águas, realizado naquela província.

Constam na carteira de execução, o aumento da potência da subestação do Alto Chingo, construção da linha de transporte da Gabela/Waco Kungo, edificação da linha entre o Alto Chingo e a futura centralidade do Sumbe.

Prevê-se igualmente a construção das linhas Binga/Conda, Conda/Uku/Seles, Gabela/Quilenda, Gabela/ Conda/Quibala/Catofe.

Foram concluídas as obras das subestações do Binga e Condji, e está em fase de conclusão a linha de média tensão para alimentar o projecto agroindustrial algodoeiro do Sumbe.

Sobre os programas de âmbito local adjudicadas às administrações municipais referentes às zonas isoladas, o governante referiu que os municípios de Cassongue, Conda e Ebo beneficiaram de vários projectos de ampliação da rede eléctrica.

Mais água

O governo da província executou um conjunto de acções relacionadas com a construção e reabilitação de sistemas de abastecimento de água, sendo que estão em curso 21 projectos de responsabilidade Central e 31 de responsabilidade provincial.

Referiu que, no município do Sumbe, verificou-se uma evolução física da obra de 92 por cento, com início da montagem dos equipamentos electrónicos na Estação de Tratamento de Água (ETA) e nos reservatórios. Prosseguiu que o governo provincial efectuou intervenções profundas no quadro do

Plano de Contingência sobre os efeitos da seca, através da inserção de estudos e projectos das represas na Wamba, Quiué entre outras, situadas ao longo do perímetro da bacia hidrográfica do Longa, no município do Porto Amboim.

## 8.15 Gestão rigorosa dos sistemas melhora oferta

*Jornal Economia e Finanças*

*12 De Agosto de 2016*

*Texto: Xavier António*

O VI Conselho Consultivo Alargado do Ministério da Energia e Águas (Minea), realizado esta semana, na cidade do Sumbe, capital da província do Cuanza do Sul, sob o lema "Energia e Águas, os Desafios em Actualidade", concluiu ser imperioso o planeamento dos sistemas de abastecimento de água para garantir o uso e gestão eficiente dos recursos das bacias hidrográficas.

Segundo o comunicado, os participantes consideram que a implementação dos diferentes projectos contribuíram para a execução do Programa Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, definidos para o subsector das águas, com reflexos na melhoria dos serviços, principalmente na distribuição e abastecimento de água às populações nas zonas urbanas, suburbanas e rurais, através da construção de pequenos sistemas e pontos de água.

O comunicado a que o JE teve acesso refere ainda que no domínio dos novos sistemas de abastecimento de águas às sedes municipais, os progressos alcançados resultaram na conclusão dos sistemas das regiões de Calai, Cuito Cuanavale (Cuando Cubango), Kibaxe (Bengo) e Bocoio (Benguela).

A fonte destaca ainda que há necessidade de se disponibilizar recursos financeiros para que se dê início as obras dos sistemas de tratamento existentes e a elaboração de um manual de referência e o dimensionamento, assim como as operações das Estações de Tratamento de Água (ETA).

O Conselho Consultivo considera que no âmbito dos recursos humanos e institucionais existe uma "gritante falta de quadros qualificados", sendo necessário dar prioridade à conclusão e apetrechamento do Centro de Formação "Onga Zanga", localizado em Icolo e Bengo (Luanda).

No que concerne à Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), o comunicado destaca que parte considerável da população de Luanda ainda depende de cisternas para o abastecimento de água, criando à empresa um desafio na rede de distribuição, assim como o reforço das acções de fiscalização.

### Massificar o licenciamento

O Conselho Consultivo do Minea concluiu ser premente massificar o licenciamento de instalações eléctricas, sendo que no domínio da produção de redes de distribuição e electrificação rural constata-se várias manifestações de interesse por parte de investidores privados.

O comunicado refere que deve o Instituto dos Recursos Hídricos submeter o relatório final do Plano Nacional de Águas, a uma discussão ampla antes do seu envio para apreciação do Conselho de Ministros para a sua aprovação final, bem como considerar para os novos sistemas de abastecimento de água soluções que passem pelo estabelecimento de parcerias público-privadas, a fim de garantir a sua operação, manutenção e gestão.

### Qualidade da água

Constam também das conclusões a optimização do funcionamento dos laboratórios concluídos, com vista a garantir a disponibilidade dos reagentes em quantidades suficientes para os testes de laboratórios de controlo da qualidade da água, sendo de aconselhar os governos provinciais a disponibilizar recursos para a sua gestão.

O documento esclarece ainda que as empresas públicas de águas devem criar ou apoiar o surgimento de cooperativas ou associações que sirvam de interlocutores dos detentores de camiões cisternas, devendo, para o efeito, emitir o componente certificado, com vista ao combate ao garimpo de água.

"Que se envidem esforços com vista à implementação dos investimentos em toda a cadeia de valores, nomeadamente, a produção, transporte, distribuição e comercialização de energia eléctrica para aumentar a sua disponibilidade.

### Aumento de energia

Em relação ao aumento de receitas para o sector, o Conselho Consultivo decidiu dar uma atenção especial aos serviços de licenciamento e a fiscalização das instalações eléctricas, no sentido de criar e reforçar os mecanismos indispensáveis.

No domínio do fornecimento de energia eléctrica, a operação e manutenção dos sistemas e equipamentos deverão ser melhorados, com o propósito de permitir uma maior eficiência e racionalidade.

Deverão ser igualmente aumentadas as taxas de acesso e novas ligações incluindo as instalações produtivas e

sociais, além de expandir e melhorar o fornecimento às zonas rurais, no âmbito da electrificação rural com maior incidência para as regiões produtivas.

## 8.16 Luanda quase limpa

*Jornal Novo Jornal*

*12 De Agosto de 2016*

*Texto: Dulcineia Lufua*

Até aos primeiros meses do ano, o lixo na capital angolana continuava a ser a maior prova à capacidade de gestão dos governantes. Novos modelos de recolha foram testados e fracassaram. A cobrança de verbas aos consumidores foi proposta, mas permanece em análise. O Novo Jornal foi verificar o que mudou até hoje, desde que o novo governador da província de Luanda, Higinio Carneiro, declarou guerra ao lixo. E o que pensam os luandeses do estado dos bairros e das suas ruas. As opiniões divergem, mas o descontentamento continua a dominar, com poucas excepções, como é o caso do município do Cazenga, como constatou o Novo Jornal na Travessa do Funchal, Comuna do Hoji-Ya-Henda.

Na edição 413, o Novo Jornal relatou o estado de nervos em que se encontravam os moradores daquela zona por causa do lixo. Pilhas de entulho tinham interditado as vias de acesso ao bairro. Por causa disso, muitos munícipes foram obrigados a abandonar as suas casas. Oito meses depois, já se respira de alívio e os moradores regressaram às suas residências.

Mateus Armindo, mecânico e morador do bairro há mais de 12 anos, explica que foi graças ao esforço incansável da população que conseguiram pôr fim aos amontoados de lixo que, outrora, transformaram o local numa autêntica lixeira. "Primeiro recorremos à administração. Esta, por sua vez, prometeu-nos que resolveria o problema. Mas, como já estávamos cansados das promessas, insistimos todos os dias até que nos livrámos do lixo", resumiu.

Mobilizar homens e máquinas

Pressionada pela população, a administração "mobilizou homens e máquinas". Juntos tiraram o lixo numa semana. "Minha irmã, era um grande trabalho, mas com o impulso da população terminou", atirou Mateus, visivelmente satisfeito.

De acordo com o mecânico, as famílias que tiveram de abandonar as suas residências regressaram. Ele próprio estava nessa situação. "Tive de mandar as minhas filhas para a casa do meu irmão, mas assim que terminou este processo elas regressaram."

Não foi só a vida familiar de Mateus que melhorou. Com a retirada do lixo, os clientes já não têm dificuldade em levar as viaturas para serem reparadas naquela oficina, e a sua esposa encontrou um cantinho onde "todas as manhãs confecciona bolinhos de chuva (mícates)".

Mateus apelou aos homens responsáveis pela limpeza do município para que "tirem as carcaças que ficaram por aí", pois podem constituir um problema amanhã. Pede também que os carros de recolha voltem a circular com frequência no bairro para que "os populares não acumulem lixo nas residências e depois tenham a tentação de o voltar a deitar na rua".

Ao contrário do município do Cazenga, o distrito do Sambizanga ainda necessita de cuidados no que toca ao saneamento básico. Aqui o cenário é completamente diferente, para desânimo de quem ali reside. Em vários locais, os cidadãos confrontam-se com pilhas de resíduos, que tornam o ambiente insalubre e põem em causa a saúde pública.

No distrito do Sambizanga, na rua comandante Kima Kienda, em frente à Comarca Central de Luanda, a equipa de reportagem do NJ constatou que ainda existe um monte de lixo que tem desesperado os moradores, como é o caso de Maria Domingas, residente no bairro há mais de 15 anos. A mulher mostrou-se descontente com a situação, alegando que "antigamente as coisas eram melhores" porque "não havia tanto lixo como agora".

A moradora contou que tiveram de fazer o uso da força para travar a situação. "É algo terrível. Aqui já lutámos com os outros vizinhos por causa do lixo, tudo porque alguns gostam de colocar sujeira na porta dos outros e é terrível. Isso não é bom". Revoltada, continuou: "Esse lixo está a trazer-nos inimizades".

Chapas para travar o lixo

Temendo que o lixo chegasse às suas residências, alguns moradores resolveram fazer uma contribuição e comprar chapas para erguerem barreiras, confirmou ao Novo Jornal uma das pessoas abordadas. "No tempo da chuva, ninguém conseguia ficar na rua e nem nos quintais por causa do mau cheiro. Quando se trata de lixo, os resíduos devem ser separados, mas aqui,

minha filha, os vizinhos não querem saber. Escamas de peixe, urina, fezes e outras coisas, que prefiro não citar, deitadas ao ar livre", criticou, explicando que os moradores compraram chapas para evitar que a lixeira chegasse às suas residências. "Também já alugámos tractores, mas sabemos que isso não é suficiente", aprofundou.

"Pelo menos neste bairro não houve melhorias, em termos de limpeza. Não sabemos qual é a empresa responsável pela recolha do lixo no Sambizanga. Como a jornalista vê, a situação continua igual, o lixo continua aqui bem na frente dos nossos portões e à beira da estrada", concluiu.

Enquanto alguns moradores iam depositando resíduos na lixeira do outro lado da rua, Madalena Gomes tentava abrir caminho para que as águas da vala não parassem na sua porta.

"Minha filha, eu faço isso todas as manhãs para evitar o pior", contou a moradora, de 63 anos de idade, chamando a atenção para o problema do escoamento de águas que passa nos seus quintais. Madalena quis mostrar o que acabava de dizer e as condições em que os moradores vivem. Enquanto caminhávamos, a mulher explicou que quando chove ninguém consegue ficar

fora de casa por causa do mau cheiro e dos dejectos que se encontram nessas águas. "Temos de tapar tudo por causa das moscas porque, se não tivermos cuidado, ainda confundimos uma mosca com a comida", rematou, deixando o apelo à administração para que faça alguma coisa pelo bem das populações.

No município de Viana, a reportagem do NJ constatou que as lixeiras deixam de fazer morada em muitos bairros tal como testemunham alguns munícipes na zona do Gamek junto a centralidade do Cazenga, ali o lixo que já tomava conta da estrada desapareceu para a alegria dos moradores. Naquele ponto foi visível notar a existência de contentores onde são depositados os detritos. "Melhorou muito, por acaso estão mesmo a limpar a cidade", testemunhou uma moradora da zona.

Cenário semelhante também foi observado na zona dos Mulenvos de cima onde muitas ruas estavam bloqueadas e intransitáveis devido aos amontoados de lixo que ali se encontravam. A opinião na melhoria da limpeza também é partilhada por moradores das zonas do Grafanil, Quilómetro 9, Vila de Viana, Zango e tantos outros.

## 8.17 Muito lixo e areia no canal... do Kikuxi

*Jornal O PAÍS*

*12 De Agosto de 2016*

*Texto: Djabna Lopes*

Caríssimo, José Kaliengue, Director do Jornal o País; Deste lado, vai um forte abraço a todo elenco do Diário da Nova Angola.

A situação do canal do Kikuxi inspira sérios cuidados. Antigamente, a preocupação maior era a

estrada super esburacada que até agora reza e ora por dias melhores. Mas, actualmente o péssimo estado do interior do próprio canal, tomou o primeiro lugar.

Numa passagem pelo canal pude ver com os meus próprios olhos que o caso é sério. O aspecto da própria água diz que as coisas vão de mal a pior. O caso é de arrepiar qualquer amante do ambiente e que nutre amor pela qualidade de vida.

A EPAL, Empresa Provincial de Agua de Luanda, está aflita com a situação. Por essa razão foi pedir socorro a Refriango para apoiar com meios e fazer a limpeza de menos de meio quilómetro do canal que tem 17 Km de ponta a ponta.

O gesto da EPAL é de aceitar.

Quem não tem cão caça com gato e busca ajuda a todo o lado. A Refriango está lá a operar com uma retroescavadora e não imaginemos que está a sair do canal.

Todo o tipo de lixo, inclusivamente colchões podres e de casal. Estão a sair também garrafas de vidro e de plástico. E bacias, baldes, latas, sacos de cimento e de outro género, ferros, tubos, madeiras, etc., etc.

Fiquei arrepiado só de saber que a água do canal, apesar de passar pela estação de tratamento da EPAL é consumida por milhares e milhares de famílias residentes em Luanda. Oh santo Deus.

Deixou-se construir moradias, barracas, fábricas, quintas de diversão à margem do canal e agora são elas. A isto juntam-se os lavadores de carros em alguns pontos e a população que vende plantas, lava a roupa e toma banho no canal.

Há poucos anos, a água do canal era transparente, incolor e não tinha cheiro. Hoje ninguém acredita. É uma bagunça difícil de erradicar e controlar. Mas, algo tem de ser feito. O arranque da EPAL com a Refriango é bom, e deve ser aproveitado pelo Governo Provincial de Luanda, Administração Municipal de Viana, e, quem sabe pelo próprio Governo Central, porque o trabalho é para quem tem barba rija.

Enquanto isso, podem fazer uma visita profunda e o levantamento que o momento impõe. Útil também será que os Serviços de Fiscalização e a Polícia façam a sua parte, porque, caso contrario, o pior vai apoderar-se do canal.

Vêm aí as chuvas e, certamente, as coisas vão se agravar, com muito mais areia a poisar no seu interior.

E preciso cuidar do canal do Kikuxi. Olha que quem avisa, amigo é.

## 8.18 O motor do progresso

*Jornal Economia e Finanças*  
12 De Agosto de 2016

Se considerarmos a energia como a capacidade de realizar trabalho chegamos a conclusão de que, tudo é feito com base na força gerada pela energia, independentemente das "suas fontes.

Em Casa, no serviço, na escola, na lavra ou em qualquer outro centro de produção, é necessário a presença da energia para desenvolver qualquer actividade, que vai desde a energia hidroeléctrica, química, cinética, mecânica, térmica, solar e outras fontes de que a sociedade necessita.

Em Angola, use-se com mais frequência a energia hidráulica, ou seja, a energia proveniente da força da água, ou barragens, que tem movido as máquinas nas fábricas, iluminado as nossas Casas, alimentados os aparelhos electrónicos e outros complicados mecanismos.

Apesar de existir em Angola várias barragens, a produção de energia ainda não é proporcional ao número de habitantes, ou seja, o consumo ainda não é satisfatório a julgar pela escassez da rede de distribuição e da falta de equipamentos sofisticados.

Com vista a garantir uma produção suficiente e um fornecimento à escala nacional, o Executivo angolano, através do Ministério da Energia e Águas, tem M desdobrado em várias programas e projectos com vista a garantir uma qualidade de vida ao"ó cidadãos.

O VI Conselho Consultivo sobre energia realizada no Instituto Nacional dos Petróleos, no Sumbe, província do Cuanza Sul, serviu para avaliar O"ó projectos definidos no Programa Nacional de Desenvolvimento que passam pela melhoria do fornecimento da energia e água às populações.

O fornecimento eficiente de energia e da água é um factor importante de desenvolvimento, pois o valor da taxa de electrificação é um indicador válido para o índice do desenvolvimento humano.

No entanto, O"ó números que se tem apresentado apontam para a necessidade de se apoiar a estratégia de diversificação da economia, com vista a atingir O"ó

objectivos fixados do programa "Água para Todos ": com a conclusão dos projectos em curso, e garantir acesso ao precioso líquido nas zonas rurais a mais de 785 mil pessoas.

Apesar dos avanços que se tem registados no sector de energia e águas, muito ainda tem que se fazer, sobretudo os programas de sensibilização à população para que todos possam participar no COrL6umo com vista a gerar mais receitas para os cofres do Estado.

Nessa fase de diversificação da economia nacional, é necessário que as empresas públicas gerem mais receitas, para que as mesmas não venham a depender na sua totalidade dos dinheiros provenientes do Orçamento Geral do Estado.

Aliás, ao intervir no acto de abertura do VI Conselho Consultivo Alargado, o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, referiu que as empresas do sector devem encetar, continuamente, planos de elevação das cobranças, estabelecendo também objectivos individuais para os seus agentes"ó e colaboradores. O ministro acredita em dias melhores tendo em conta O"ó vários projectos em execução no país.

## 8.19 Programas estruturantes do sector cumprem metas fixadas pelo executivo

*Jornal Economia e Finanças*  
12 De Agosto de 2016  
Texto: Xavier António

O subsector das águas conta, actualmente, com 14 empresas públicas, seis das quais foram criadas recentemente. Trata-se das empresas de águas da Huíla, Cabinda, Bengo, Moxico, Cuanza Sul e Luanda Norte, cuja vocação será o abastecimento de água e saneamento.

O facto foi revelado esta semana, na província do Cuanza Sul, pelo titular da pasta, João Baptista Borges, durante o seu discurso de abertura do VI Conselho Consultivo Alargado do Ministério da Energia e Águas.

O governante reforçou a aposta contínua na execução do programa "Água para Todos", que atinge, actualmente, 66 por cento da população rural, ou seja, mais de quatro milhões e 600 mil pessoas, graças à conclusão de pequenos sistemas e furos de água, quer com recursos aos projectos de coordenação Central,

como local, não obstante o programa ter sofrido uma "forte retracção" na sua materialização, por condicionalismo de ordem orçamental.

Na visão do titular da pasta, a meta é atingir os objectivos fixados com a conclusão dos projectos em curso e garantir o acesso a água às populações nas zonas rurais, num universo de 785 mil pessoas, numa cobertura que prevê chegar aos T1. por cento.

#### Prioridades

No subsector das águas, constam ainda das prioridades, o aumento da capacidade de captação e abastecimento de água para a província de Luanda, em 500 mil metros cúbicos por dia (mj), assim como a execução dos projectos de reabilitação dos sistemas de águas das cidades do Cuito (Bié), Cabinda, Mbanza Congo (Zaire), Malanje, Huambo e em 42 das sedes municipais.

A nível de Luanda, esforços estão a ser empreendidos para a conclusão dos projectos de reabilitação parcial ou total a Estação de Tratamento Água (ETA) Kifangondo, Kalumbo e Kilamba, bem como os Centros de Distribuição da Maianga, Marçal e Cazenga.

O ministro assegurou que a conclusão do sistema de abastecimento de água da cidade de Menongue e Cuito Cuanavale (Cuando Cubango), assim como a continuidade de execução e reabilitação dos sistemas abastecimento de água do Sumbe (Cuanza Sul) e Namibe acontecerão no decurso do presente ano.

#### Preocupação

O ministro mostrou-se preocupado com o estado de deterioração do sistema de abastecimento de água para a cidade de Ondjiva (Cunene), por força de actos de vandalismo e falta de capacidade local para a sua manutenção, situação que pode colocar em risco o abastecimento de água a várias regiões do Cunene, que "são ciclicamente afectadas pela seca".

Com a recente criação do regulador para o sector das águas, espera-se que em breve se possa ver estabelecida as tarifas de água em cada uma das províncias, medida que poderá contribuir para a melhoria e promoção do desenvolvimento sustentável do sector e a qualidade dos serviços.

Estão em fase de conclusão a reabilitação dos aproveitamentos hidroeléctricos da Matala e do Calueque, no rio Cunene, o que permitirá ampliar a capacidade de regulação dessa importante bacia, na perspectiva de melhorar a utilização da água para

irrigação de milhares de hectares nas províncias da Huíla e Cunene.

#### Rigor na gestão

João Baptista Borges disse que as empresas públicas do sector não podem ser "crónicas dependentes dos subsídios orçamentais do Estado", tendo defendido que os preços praticados na cobrança da água devem reflectir os custos, não descorando a possibilidade de proteger os consumidores mais vulneráveis.

A reposição da rede hidrométrica nacional é outra vertente do investimento em curso, que permitirá a curto prazo, recolher e tratar de toda a informação estatística que ajudará a dimensionar obras hidráulicas em conformidade com Plano Nacional das Águas.

#### Parcerias

O ministro assegurou que as parcerias público-privadas no actual contexto de escassez de recursos financeiros assumem elevada importância, sendo que o Ministério e as empresas públicas deverão procurar alargar a participação do sector privado, quer no domínio da electricidade como nas águas.

Defendeu um papel mais acutilante das estruturas das administrações municipais e comunais na gestão das infra-estruturas e prestação de serviços.

"Deverão ser estudados mecanismos capazes de assegurar um nível mínimo de organização e estrutura dos serviços de manutenção em articulação com o Ministério da Administração do Território garantindo a capacitação dos agentes ou colaboradores", acrescentou.

#### Formação contínua

João Baptista Borges destacou a formação como sendo um investimento intangível e de grande relevância para a obtenção dos resultados pretendidos.

Por essa razão, disse " não poupemos esforços para a remodelação ou modernização do centro de Formação de Quadros de Electricidade Hoji Ya Henda, bem como a entrada e funcionamento dos novos centros de formação de Laúca, Soyo e de Onga Zanga para o sector de águas".

O que se espera, sublinhou, é a crescente capacidade técnica e operacional para prestar um serviço de qualidade aceitável e ao mesmo tempo um incremento das receitas provenientes das cobranças, capazes de suportar os custos de exploração diária.

## Projectos

João Baptista Borges destacou igualmente a continuidade de execução dos principais projectos estruturantes energéticos, cuja conclusão se perspectiva poder ocorrer ao longo do próximo ano, não obstante os constrangimentos de natureza orçamental registados, nomeadamente na construção da segunda central de Cambambe, construção do Aproveitamento Hídrico de Laúca e do Ciclo Combinado do Soyo, bem como os sistemas de transportes associados.

"O programa permitirá igualmente pela primeira vez, ligarmos as províncias de Luanda, Zaire, Cuanza Sul, com Benguela, Malanje, Huambo levando, assim, mais energia eléctrica para o Norte e Centro do país e proporcionar um desenvolvimento mais equilibrado do país", frisou.

A produção de energia eléctrica deverá ser elevada, com a execução dos três grandes projectos estruturantes no domínio hídrico e gás natural, com o reforço da capacidade de geração térmica no Huambo e Cuito, Lubango e Namibe, Benguela, Luena e Saurimo.

## 8.20 Financiamentos garantem execução de várias obras

*Jornal Economia e Finanças*

*12 De Agosto de 2016*

*Texto: Xavier António*

Cerca de 400 milhões de dólares estão a ser empregues para a construção de 27 sistemas urbanos de abastecimento de água, em sedes municipais, segundo fez saber o director Nacional das Águas, Lucrecio Costa.

Em entrevista ao JE, o responsável disse que o financiamento resulta de uma linha de crédito da China, cujas obras estão enquadradas no âmbito do reforço dos vários sistemas para a melhoria na distribuição, com realce para as províncias de Cabinda, Luanda, Bié, Bengo, Cuanza Sul, Huambo, Huíla, Luanda Norte, Malanje e Namibe.

Ainda no quadro do reforço dos sistemas urbanos de abastecimento de água às sedes municipais, decorre um concurso no âmbito dos "Eurobonds", para a execução de obras em 16 localidades.

Acrescentou que em matéria de abastecimento de água para o horizonte temporal 2016- 2017, o projecto contempla, entre outras prioridades, a melhoria dos

serviços, construção de pequenos sistemas de distribuição no meio rural e suburbano, assegurar a gestão dos meios dos vários sistemas que intervêm para o seu cumprimento.

### Construção de laboratórios

Referiu que a estratégia do sector prevê a construção e apetrechamento de laboratórios para o controlo de qualidade da água, nas províncias Benguela, Cuanza Norte, Huíla, Lunda Sul e Uíge. Foram ainda elaborados contratos para a execução de obras no Bié, Huambo, Malanje, Cabinda, Namibe e Lunda Norte.

No futuro, prevê-se igualmente a construção de outros laboratórios no Bengo, Cuando Cubango, Cunene, Cuanza Sul, Moxico e Zaire. Parte destes laboratórios regionais terá o apoio do Fundo Europeu para o Desenvolvimento.

Quanto à base de dados para auferir a qualidade da água, Lucrecio Costa disse que está funcional, embora algumas províncias ainda não estejam a introduzir de forma sistemática os dados, uns por dificuldade na operação da respectiva base e outros por não terem dados para introduzir.

Deu a conhecer que a sua instituição tem inserido no sistema, as províncias de Cabinda, Lunda Sul, Uíge, Zaire, Huíla, Benguela, Cuando Cubango, Cunene, Moxico, Namibe, Benguela, Huíla, Lunda Sul, Malanje e Zaire.

### Constrangimentos

Sublinhou que os principais constrangimentos prendem-se com a deficiente capacidade de operação e o asseguramento de manutenção preventiva dos sistemas.

Os constrangimentos envolvem também a capacidade de importação de bens e serviços, desvalorização cambial, aumento generalizado do custo dos bens e serviços, com realce para os combustíveis.

### Operacionalidade

Por seu turno, o secretário de Estado das Águas, Luís Filipe, acrescentou que nas abordagens sobre o subsector contam entre as prioridades, a operacionalidade dos sistemas de água e a sua manutenção.

Explicou que por via de muitas diligências que foram feitas junto do Executivo angolano foi possível a aprovação do princípio de afectação aos municípios de recursos orçamentais para garantir o bom funcionamento dos projectos construídos.

"São recursos que estão consignados e que devem ser disponibilizados para este fim, sendo que no mês de Julho, foram disponibilizadas quotas financeiras aos municípios e que devem ser aplicados", informou.

Revelou também que estão a ser desenvolvidos esforços para que ao nível dos Programas de Investimentos Públicos sejam garantidas verbas aos governos provinciais que poderão ser canalizados para a construção de novos sistemas de água, com o objectivo de até 2017, atingir a taxa de cobertura preconizada.

Mais electricidade

O secretário de Estado de Energia, Joaquim Ventura, destacou que o principal desafio ao nível de electricidade é permitir que até finais de 2016/2017, se possa ter grande parte dos projectos concluídos.

O governante realçou que a aposta recai na melhoria da prestação de serviços as populações, quer ao nível das cidades capitais como dos municípios, tendo acrescentado que a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (END"E) possa desempenhar uma, função importante, para a concretização destes objectivos.

Disse ainda que outra grande preocupação tem a ver com a melhoria dos serviços e o programa de instalação de contadores pré-pagos, que a empresa pública tem levado a cabo um pouco por todo o país.

## 8.21 Lançado projecto-piloto Huambo cidade limpa

*Jornal de Angola*

*13 De Agosto de 2016*

*Texto: Juliana Domingos*

Um projecto-piloto de limpeza, denominado "Huambo cidade limpa", foi apresentado aos municípios pelo governo, durante a campanha de limpeza que decorreu na avenida Amílcar Cabral.

O projecto-piloto, sem fins lucrativos, foi concebido pela Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher, com o objectivo de promover a mobilização geral das famílias e dos seus membros, com vista à sua participação activa nas questões de natureza comunitária, com destaque para o saneamento básico e cuidados primários de saúde.

A primeira fase do referido projecto visa a limpeza de artérias seleccionadas e a segunda tem uma componente de formação profissional de mulheres,

sobre técnicas de fabrico de sabão artesanal, confecção de alimentos derivados da soja, corte e costura, culinária e gestão de pequenos negócios.

Para a limpeza das principais ruas da cidade, a directora provincial da Família e Promoção da Mulher, Frutuosa de Jesus, disse que serão utilizados mecanismos e soluções simples e eficientes para se retirar e eliminar os amontoados de lixo.

Frutuosa de Jesus acrescentou que, com este projecto, o Governo do Huambo, particularmente a Direcção Provincial da Família, pretende também aumentar o rendimento familiar e as oportunidades de emprego para os jovens, incentivar a Lançado projecto-piloto, "Huambo cidade limpa" adesão à formação profissional e baixar o índice de doenças diarreicas agudas, febre-amarela, tétano, doenças respiratórias agudas, cólera e paludismo.

"O governo quer higienizar todas as ruas da cidade e sensibilizar os munícipes sobre as regras de convivência e conservação ambiental", disse Frutuosa de Jesus, acrescentando que se espera, com a implementação do projecto na cidade que muitas mulheres encontrem oportunidades de negócio que possam criar melhores condições de vida para as suas famílias,

O projecto tem valores estipulados em 13.669.200.00 kz e conta ainda com a parceria da empresa Rui Paiva & Filhos na recolha de lixo. Para a sua execução, foram disponibilizados equipamentos técnicos, como meios rolantes, um camião, duas máquinas, carrinhos de mão, vassouras, pás, sacos plásticos e vários outros.

O vice-governador do Huambo para o sector Político e Social, Guilherme Tuluca, reconheceu que este projecto-piloto, além de livrar as comunidades do lixo, vai permitir que algumas senhoras e famílias que enfrentam dificuldades, por serem vítimas de maus-tratos e de violência doméstica, tenham oportunidade de ter algum dinheiro.

O administrador municipal do Huambo, Irineu Sacaala, disse que as autoridades locais vão envidar esforços para melhorar o saneamento básico da cidade.



## 8.22 A sujeira que ficou do Programa 'Luanda Limpa'

*Jornal O PAÍS*

15 De Agosto de 2016

Texto: Romão Brandão

O seu lançamento foi feito a 23 Agosto de 2012, pelo então governador de Luanda, Bento Bento, e o ambicioso programa consistia em comprar o lixo da comunidade nos Pontos de Transferência.

Todos os PT's estavam equipados com uma agência do banco BPC de modo a facilitar a transacção comercial.

Hoje, volvidos aproximadamente quatro anos desde o seu lançamento no município do Cazenga, o Programa Luanda Limpa (PLL) foi abandonado pelos seus responsáveis e alguns dos PT's deixam enfurecidos os moradores circunvizinhos.

No Cazenga, o PLL está no bairro Kalawenda e é usado para depósito de lixo. De um tempo a esta parte, disse Mário Manuel, as pessoas que estavam em frente começaram a sabotar o projecto.

"O lixo tinha um preço, eles depois tiveram de baixar(...) e depois pararam de pagar. Por isso, o povo deixou de vender o lixo e passou a depositar", conta, acrescentando que só agora a situação está controlada, pois antes o local tinha sido engolido pelo lixo.

Muitos dos moradores do local tinham o PT como a lixeira do bairro, pelo que os que têm as suas casas próximas foram os mais prejudicados, principalmente em época de chuva.

Felismino Kilai tem a sua residência colada ao Ponto de Transferência do Kalawenda e disse que o insuportável é o cheiro nauseabundo que provém do local, apesar da quantidade de lixo ter reduzido.

"Neste momento as pessoas depositam e a empresa de limpeza, às vezes, recolhe. Não tem tido muito lixo, mas, como vê, leva algum tempo para ser retirado, a nossa maior preocupação é quando começarem as chuvas", sublinhou.

Diferente do ponto de Transferência do Cazenga, o do Distrito do Kilamba Kiáxi, no bairro Malanjino está completamente abandonado. O lixo não perdeu sequer o local onde fica o gerador industrial que abastece a agência bancária.

Na comuna do Ramiro, o Ponto de Transferência está completamente limpo, os transportes motorizados

degradam-se. Segundo os moradores, o projecto naquela zona nem sequer foi implementado e, hoje, no quintal ainda está o gerador industrial novo, oito motorizadas e a agência contentorizada do BPC.

Já no bairro Dangereaux, município de Belas, o PT teve de ser vedado, dada a quantidade de lixo que ali foi depositado.

## 8.23 'Governo deve retomar o programa'

*Jornal O PAÍS*

15 De Agosto de 2016

No dia da nossa reportagem encontramos António Gonçalves, responsável do PT Zango N, que está parado desde 2013, a orientar aos trabalhadores da Nova Ambiental para que se fizesse a recolha do lixo que estava nos contentores desde 2013.

Enquanto coordenava o... programa naquela localidade, recorda-se, o Governo dava sacos à população, um total de 20 sacos por casa ao custo de 50Kz. No final do mês todos faziam contas com o banco arrecadando sustento para as suas famílias. "Na altura tínhamos 700 trabalhadores, 30 brigadistas, dez motorizadas - uma para cada dois brigadistas" disse a fonte.

Os brigadistas eram funcionários do PT e tinham a obrigação de recolher o lixo nas ruas, com as motorizadas. Perguntado sobre onde andam as motorizadas, o responsável respondeu que boa parte delas já estavam velhas e estragadas. "Como o programa ficou a dever dois meses de salário aos trabalhadores e, por conseguinte, à população que vendia o lixo, achamos por bem dar as motorizadas aos brigadistas para que garantissem o seu sustento".

Como responsável, tem estado todos os dias naquelas instalações de modo a garantir a segurança dos poucos materiais que ficaram no espaço. Lamentou o facto de o programa ter durado menos de um ano e recomenda a sua retomada, pois é benéfico para a população.

## 8.24 Saneamento débil nas escolas

*Jornal de Angola*

17 De Agosto de 2016

O saneamento débil nas escolas primárias deve-se, principalmente, a falta de financiamento, conclui um relatório a ser apresentado hoje em Luanda.

O estudo "Água e Saneamento" analisa os possíveis obstáculos ou áreas de estrangulamento ao programa de água, saneamento e higiene nas escolas em Angola.

Esta avaliação serve para abrir caminho a um debate sobre o acesso à água, saneamento e higiene, bem como no planeamento e orçamento adequada para escolas primárias.

O estudo "Água e Saneamento", realizado em 600 escolas primárias públicas das províncias de Luanda, Cunene, Bié, Huíla, Namibe e Huambo, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pela Direcção Nacional do Ensino Geral, mostra que a situação do saneamento nas escolas deve merecer muita atenção das autoridades.

Cada uma das escolas visitadas nos municípios de cada província carece de um ambiente higiénico sanitário favorável. Por exemplo, a média de acesso pelos alunos a casas de banho é de 58 por cento, sendo o uso de latrinas de 29 por cento, e a prática de defecação ao ar livre é de cerca de 45 por cento. Um total de 44 por cento das crianças defecam ao lado da escola e 45 por cento no mato.

O estudo refere que em média cerca de 310 alunos partilham um cubículo, o que se transforma num factor inibidor para o acesso aos quartos de banho ou latrinas.

Outro factor é o acesso a água potável, pois somente 35 por cento das escolas tem água para beber disponível e 62 por cento não possuem qualquer fonte adstrita. Comparativamente ao tratamento, 24 por cento das escolas inquiridas responderam que davam algum tratamento à água para consumo, 76 por cento não tratavam a água e tinham problemas de saúde com os alunos. Estes números demonstram que as escolas podem ser um espaço pouco favorável para a promoção da saúde das crianças, visto que as doenças diarreicas, causadas na maior parte das vezes pela falta de saneamento e fraco acesso a água potável, são responsáveis por 18 por cento das mortes de menores de cinco anos, sendo muito comuns em crianças em idade escolar.

Uma das razões apontadas para o agravamento situação é a falta de investimentos públicos quer a nível das escolas quer das Administrações Municipais para que se possa manter as operações e a manutenção diariamente.

Algumas escolas do ensino primário carecem de adjudicação directa de fundos e estão impossibilitadas de fazer gastos constantes.

Diferentes estudos efectuados pela OMS e UNICEF concluíram que a aposta na construção de instalações de água e saneamento nas escolas têm um forte impacto positivo na redução dos riscos de ocorrências de diarreias e outras doenças causadas pela falta de higiene. Pode ainda influenciar o aumento de matrículas por parte das raparigas, bem como as taxas de retenção e conclusão.

## 8.25 AGUA E SANEAMENTO Níveis de cobertura da população não melhoraram nos últimos oito anos

*Jornal Expansão*

*19 De Agosto de 21016*

### 1 O Sector de Água e Saneamento em Angola

O consumo de água imprópria e a falta de saneamento básico e de boas práticas de higiene são as principais causas de doenças infecciosas como diarreia, cólera, infecções respiratórias ou sarampo que, por sua vez, constituem as principais causas de doença e mortalidade em crianças. A taxa de mortalidade em crianças em Angola é muito elevada, estimando-se que 157 crianças por cada 1.000 nascidas vivas, morrem antes de cumprir os 5 anos. Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2015), 27% dessas mortes estão relacionadas com a falta de acesso a serviços apropriados de água e saneamento, contribuindo para elevadas taxas de mortalidade das crianças.

N a última década, o executivo angolano promoveu fortemente o desenvolvimento do contexto legal, institucional e regulatório do sector de Água e Saneamento, assim como a criação e execução de diversos programas e planos de acção sectoriais. A Estratégia Nacional de Desenvolvimento a Longo Prazo (Angola 2025) e o Plano Nacional de Desenvolvimento a Médio Prazo (PND, 2013-2017) apresentam o sector de Água e Saneamento como um dos sectores chave para o desenvolvimento socio-economico do país.

Numerosos projectos de infra-estruturas foram levados a cabo ao nível das capitais das províncias, sedes municipais e localidades rurais, financiados principalmente por fundos internos do Estado, mas também com recursos de doadores internacionais tais como a União Europeia, as Nações Unidas e diversas ONGs, ou através de linhas de crédito outorgadas pelo Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento.

## 2 Principais avanços e desafios no sector de Água e Saneamento e compromissos do Estado

Desde 2002, o sector da Água e Saneamento em Angola tem visto uma evolução significativa com financiamentos planificados de mais de 5.800 milhões de USD para o período 2013-2017. Há evidências de que fundos importantes terão sido gastos através de diversos programas, principalmente para a construção de redes de abastecimento de água nos principais centros urbanos e em medida menor para a construção de sistemas de abastecimento de água ao nível das sedes comunais, localidades rurais e bairros peri-urbanos.

Apesar dos grandes investimentos em infra-estruturas, o Censo 2014 mostra que os níveis de cobertura de água e saneamento não melhoraram ao longo dos últimos oito anos. Apenas 44% dos agregados familiares têm acesso à água potável - Ver gráfico Quantos têm água potável, colocando Angola como o país com a segunda taxa de cobertura mais baixa do mundo.

A falta de progressos registados nos últimos anos torna inalcançáveis os objectivos estabelecidos pelo Governo no sector da Água. Por exemplo, no acesso à água no meio rural, o objectivo do Governo era chegar a 80% de cobertura até 2017; no entanto, observa-se que o acesso à água potável nas zonas rurais diminuiu de 38% em 2006, para 22% em 2014.

No que diz respeito ao saneamento básico, a situação é muito similar, com uma falta de progressos substanciais nos últimos anos que tornam os objectivos sectoriais do Governo inalcançáveis, especialmente na área rural, para a qual o PND tem um alvo de 70%, sendo a cobertura actual (Censo 2014) de 26% - Ver gráfico Quantos têm saneamento básico.

## 3 Tendências de atribuição de verbas ao sector de Água e Saneamento

A alocação ao sector de Água e Saneamento representa, no conjunto, 2,1% do total do OGE 2016. Esse valor está ainda muito abaixo do nível de 3,5% estabelecido internacionalmente para que os países da África subsaariana possam alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030 - Ver gráfico A fatia da água e saneamento.

Olhando especificamente para a atribuição ao subsector de saneamento básico e do meio, nota-se que a alocação é de apenas 0,2% do total do OGE. O peso do subsector do saneamento no OGE foi cortado para metade em 2015 e mais uma vez para

metade em 2016, chegando a ter em 2016 apenas um terço do peso que tinha em 2014.

As estimativas realizadas pelo Diagnóstico de Infra-estruturas dos Países de África (AICD), do Banco Mundial, propunham aos países subsaarianos que investissem no mínimo 0,9% do PIB para saneamento e 3,5% do PIE para o sector de águas e saneamento no seu conjunto. Igualmente, a Declaração de Ngor, realizada recentemente pelo Conselho dos Ministros Africanos de Água (AMCOW), em Maio de 2015, em Dakar, recomendou aos países africanos alocar no mínimo 0,5% do seu PIE ao sector de saneamento e higiene, por forma a alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) até 2030.

Em termos de montante absoluto, o valor atribuído ao sector de abastecimento de água e saneamento básico no OGE 2016 foi de 133 mil milhões de Kz. Nos últimos três anos, a atribuição ao sector tem sofrido cortes nominais de quase um quarto (23%). Se considerarmos que a taxa de inflação do Kz acumulada entre Janeiro 2014 e Fevereiro 2016 foi de 46%, a diminuição em termos reais da alocação ao sector foi muito mais elevada.

Neste contexto de recursos limitados, é fundamental que os fundos existentes sejam investidos de maneira que se maximize a eficiência do investimento. A análise do sector e do OGE evidencia que a eficiência do investimento no sector poderia ser aumentada acrescendo a alocação para a operação e manutenção das infra-estruturas existentes e tendo um enfoque muito mais forte nas áreas rurais do país.

O financiamento do sector tem sido focalizado na construção de grandes infra-estruturas com pouquíssima atenção às operações necessárias para manter estas infra-estruturas em funcionamento. De facto, as verbas destinadas à operação e manutenção de infra-estruturas construídas e à capacitação de recursos humanos são muito baixas tornando a operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água existentes num dos grandes desafios do sector. Serve como exemplo a dotação orçamental do Ministério da Energia e das Águas no OGE 2016, que apenas alocou 35 milhões de Kz para capacitação e formação para sustentabilidade de novos sistemas de água construídos pelo PAT, enquanto que 3.865 milhões de Kz foram destinados à construção de novas infra-estruturas,

## 4 Repartição do orçamento por programa e órgão

Todos os programas relativos ao abastecimento de água têm sofrido reduções orçamentais significativas ao longo dos últimos anos. O Programa Água para

Todos (PAT), que é o único programa do executivo angolano para levar água potável às zonas rurais' sofreu uma redução de 70% no período 2014- 2016, passando de uma inversão total de 31 mil milhões para 9 mil milhões de Kz - Ver gráfico Quanto leva o campo. O financiamento ao programa Reabilitação dos Sistemas Urbanos de Água e Saneamento foi cortado em quase um terço (31%) entre 2014 e 2016, passando de 120 mil milhões de Kz em 2014 para 83 mil milhões de Kz em 2016.

Os programas de saneamento têm igualmente sofrido importantes cortes nos últimos anos. A nível nacional, a verba alocada para a gestão de resíduos sólidos passou de 37 mil milhões de Kz, em 2014, para 9 mil milhões de Kz, em 2016 (uma redução de 76%). Na província de Luanda, a Unidade Técnica de Gestão de Saneamento sofreu uma redução orçamental de 60% no período 2014-2016. A acumulação de lixo nas vias públicas em várias cidades grandes do País, particularmente em Luanda, junto com os alagamentos e a falta de redes de esgotos para as águas negras e pluviais, estão entre os factores, principais que contribuem para a criação de um ambiente favorável à transmissão de doenças como febre-amarela, dengue, chikungunya e malária.

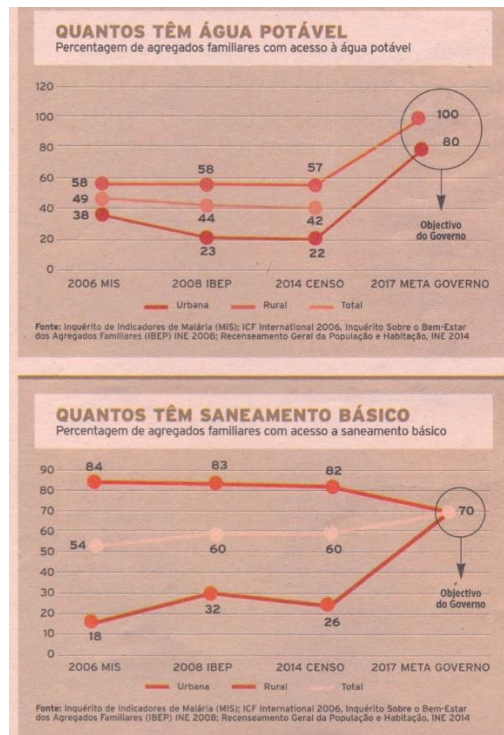
O programa de Saneamento Total Liderado pelas Comunidades (STLC) é o único programa do Estado que tem como objectivo aumentar o acesso ao saneamento básico nas zonas rurais, e tem no OGE de 2016 um financiamento de apenas 96 milhões de Kz. Isto é extremamente baixo em relação às necessidades, considerando que o Censo 2014 mostra que três em cada quatro angolanos que vivem nas zonas rurais (74%) não têm acesso a uma instalação sanitária adequada, e que mais do que dois em cada três agregados familiares (69%) defecam no capim, mato, ou ao ar livre.

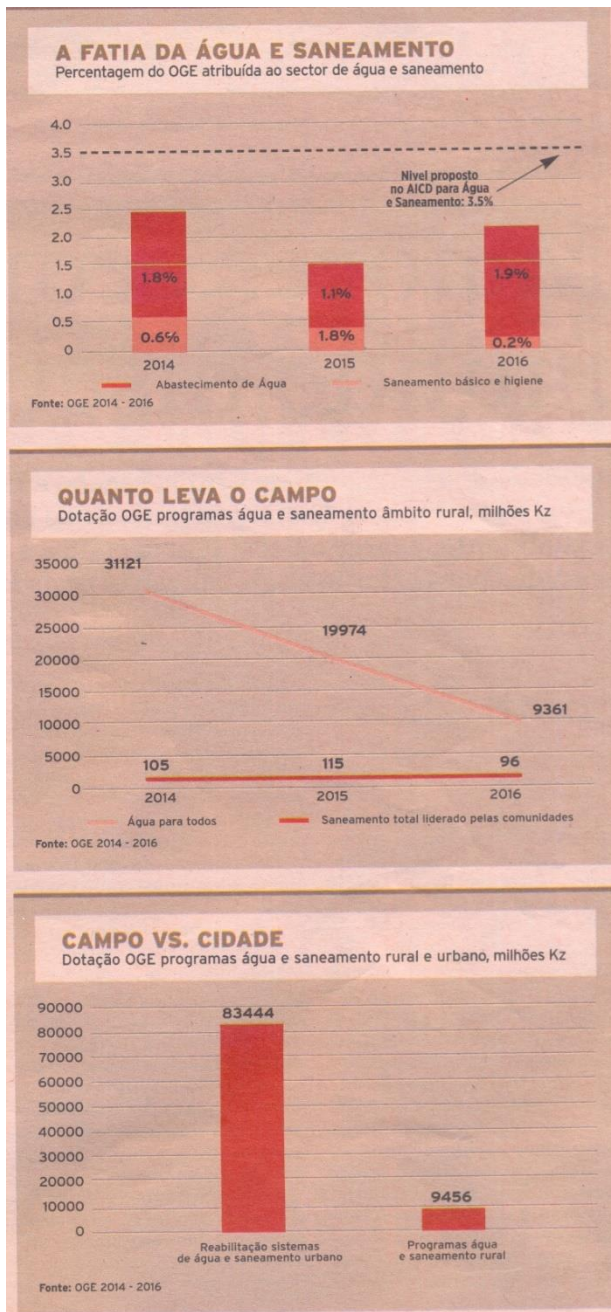
## 5 Assimetrias na alocação de recursos no sector de Água e Saneamento

O financiamento do sector apresenta grandes assimetrias na alocação dos recursos financeiros, com a maioria dos recursos alocados a nível central, e com um forte enfoque nas áreas urbanas. No OGE 2016, 87% das verbas para o abastecimento de água são alocadas ao nível central (Ministérios); apenas os restantes 13% vão para os órgãos provinciais e municipais. Mesmo no próprio Programa Água para Todos (PAT), que é um programa de gestão descentralizada, 42% da alocação é para o nível central.

A assimetria mais macroscópica existente no sector tem a ver com a alocação da grande maioria das verbas

para as áreas urbanas, com montantes muito limitados destinados às áreas rurais. Considerando que os principais programas existentes para as áreas urbanas e rurais, respectivamente a Reabilitação dos sistemas de água e saneamento no âmbito urbano e os Programas para água e saneamento rural e STLC que têm o seu principal foco no âmbito rural, observa-se que as verbas disponibilizadas para as zonas urbanas são nove vezes superiores às verbas atribuídas para as áreas rurais. Isto está em contradição com o facto de que o número de pessoas sem acesso à água potável e saneamento seguro é muito maior nas zonas rurais que nas zonas urbanas do país e, além disso, não tem em consideração que providenciar água e saneamento nas zonas rurais tem custos mais elevados que nas zonas urbanas.





## 8.26 Cidade do Huambo quer ser mais limpa

*Jornal Economia e Finanças*

*19 De Agosto de 2016*

*Texto: Iustino Vitorino*

Um novo projecto-piloto de limpeza, denominado

"Huambo

Cidade Limpa", foi apresentado, recentemente, aos municípios, pelo governo provincial, durante a

campanha de saneamento que decorreu na Avenida Amílcar Cabral, nesta cidade.

a projecto-piloto sem fins lucrativos foi concebido pela direcção provincial da Família e Promoção da Mulher, com o objectivo de promover a mobilização geral das famílias e dos seus membros, com vista à sua participação activa nas questões de natureza comunitária, com destaque para o saneamento básico e eu os primários de saúde.

O projecto-piloto tem duas Fases, primeira visa a limpeza das áreas seleccionadas e a seguir tem uma componente de formação profissional de mulheres e técnicas de fabrico de artesanato, confecção de alimentos derivados da soja, corte e costura, culinária e gestão de produtos de negócios.

Elis amontoados de lixo para limpeza das principais ruas da cidade, a directora provincial da Família e Promoção da Mulher, Frutuosa de Jesus, disse que serão utilizados mecanismos e soluções simples e eficientes para retirar e eliminar os pequenos amontoados que se encontram nas artérias.

Acrescentou que, com este projecto, o governo do Huambo, particularmente a Direcção Provincial da Família, pretendem também aumentar a renda familiar, diversificar a economia, aumentar a oportunidade de emprego para os jovens, incentivar a adesão à formação profissional e baixar o índice de doenças diarreicas agudas, febre-amarela, tétano, doenças respiratórias agudas, cólera e paludismo.

O governo provincial quer higienizar todas as ruas da cidade e sensibilizar os municípios sobre as regras de convivência e conservação ambiental.

Frutuosa de Jesus disse e esperar que com a implementação do projecto na cidade, muitas mulheres encontrem oportunidade de empoderamento e criar melhores condições de vida para as suas famílias. o projecto tem valores estipulados em 13,6 milhões de kwanzas e conta ainda com a parceria da empresa Rui Paiva e filhos na recolha de lixo. Para a sua execução, foram disponibilizados equipamentos técnicos como meios rolantes, um camião, duas máquinas, carrinhos de mão, vassouras, pás, sacos plásticos e vários outros.

Ganhos a vice-governador da província para o sector político e social, Guilherme Tuluca, reconheceu que este projecto-piloto, além de livrar as comunidades do lixo, vai permitir que algumas senhoras e famílias que hoje enfrentam dificuldades por serem vítimas de maus-tratos e da violência doméstica tenham oportunidade de ter algum dinheiro para a sua

vivência. a administrador municipal do Huambo, Irineu Sacaala, disse que as autoridades locais vão envidar esforços para reforçar o saneamento da cidade com acompanhamento técnico.

#### Fórum sobre ambiente

A directora provincial do ardenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, Ana Paula de Carvalho, defendeu que é dever de todo o cidadão condenar actos que periguem ou lesem o meio ambiente, acrescentando que os danos ambientais causados pelo homem devem ser intoleráveis. Apelou à sociedade em geral para reflectir sobre as questões ligadas ao ambiente, sensibilizar-se e contribuir para melhorar o crescimento do meio, com uma única finalidade melhorar as condições de vida das populações.

## 8.27 Esgotos do KK 5000 transformados em lavandaria comunitário

*Jornal O PAÍS*

*19 De Agosto de 2016*

Os moradores dos bairros situados nos arredores do projecto habitacional KK 5000, na Centralidade do Kilamba, transformaram desde 2015, um canal de retenção de água numa autêntica lavandaria comunitária para, essencialmente, tratarem da sua higiene corporal.

Nem a poluição do lugar, a travessia da estrada e animais como cobras associadas à profundidade da própria fonte de água (de cinco metros) impedem as senhoras e algumas jovens de utilizarem a água sempre que preciso.

A jovem Adelaide, moradora no KK 5000, contou que diariamente assiste muitas pessoas a retirarem água do local para usarem no próprio recinto ou levarem-na para casa. "Crianças, jovens e adultos são utilizadores dessa água, e, mesmo sabendo dos riscos que representa, as mães nada fazem para evitar isso", revela a jovem.

Segundo fontes, muitas são as senhoras residentes nas imediações que têm as valas como um meio que contribui para a angariação do lucro e garantir a higiene das suas casas. "Também usam a água na limpeza da casa e lavam a roupa de terceiros no local, em troca de dinheiro para garantirem o sustento de suas famílias", contam as fontes.

A senhora Laurinda José, que é utente do recinto há mais de um ano, contou que a quantidade de

pessoas que para lá acorrem cresceu consideravelmente nos últimos tempos.

"Uso a água desta fonte desde o ano passado e já vi muita coisa.

Apesar de ser um local com muito lixo, presenciei pessoas saindo de zonas mais distantes à procura de água porque a informação foi passando de pessoa em pessoa", lamentou a senhora.

A moradora no bairro circunvizinho ao KK 5000, explicou ainda que quando chega a época chuvosa, a água transborda e o local, também tido como lavandaria, fica inundado e, logo, lamacento, mas nem isso afasta a concorrência.

"Para economizar a água que compramos nos tanques, acorremos a este local. Compramos apenas o sabão e às vezes o orno que também ficaram muito caros, pegamos nas nossas bacias e tâbuas e viemos aqui, como se fosse um rio, aproveitar a água", contou.

Acrescentou de seguida que "mesmo não conhecendo a origem da água, se é do (esgoto ou de um cano quebrado), o certo é que serve para lavar a roupa e usamos para a nossa higiene corporal".

Segundo ela, essa é a forma que encontraram para economizar o dinheiro e manter a roupa sempre limpa, principalmente das crianças. "Nunca foi nossa vontade sair do nosso bairro para vir até aqui do outro lado, atravessar essa estrada perigosa, só para lavar. É mesmo a carência que obriga. Muitas vezes, a água para beber também pegamos dentro do KKSOOO, no Kilamba", acentuou.

"Pedimos ao nosso Governo que veja a nossa situação, porque somos pessoas iguais às que vivem no Kilamba. Vivemos tão próximos deles e não beneficiamos dos mesmos serviços. Os nossos vizinhos da Centralidade têm água e luz e nós nada, como é possível?" Questionou uma das nossas entrevistadas.

Por sua vez, Ana Maria Suzi garante que a água é boa para lavar a roupa, tomar banho e até tratar da casa. E, para comprová-lo, contou que os seus filhos há muito tempo usam-na para a higiene pessoal e nunca tiveram problema algum de saúde:

"Só não deixamos é beber, porque não sabemos qual é a sua origem", frisou. Contou ainda que durante o fim-de-semana, a quantidade de pessoas que frequentam o local cresce. As pessoas que não têm possibilidade de realizar as suas tarefas nos dias de

semana fazem-nas aos Sábado, por isso é o dia com mais enchente.

Por outro lado, na qualidade de moradora do bairro Santo António, situado próximo ao Kilamba, sublinha que sofre muito com a escassez de água para beber.

Numa ronda feita pelo jornal O PAÍS no interior da Centralidade, constatamos, diante das autoridades competentes (a própria Administração), que também desconhecem a origem da água e o facto de a mesma estar a ser utilizada pela população.

A directora do gabinete do administrador, contactada pela nossa equipa, afirmou também desconhecer a prática por parte dos moradores dos bairros circunvizinhos ao KK 5000. Face a essa realidade, recomendou-nos que contactássemos a Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) para apuramento de detalhes técnicos sobre a origem concreta do líquido ao qual as populações acedem através dos esgotos locais.

Nas instalações da EPAL também não obtivemos explicação consentânea, porquanto o responsável não se encontrava no respectivo gabinete.

Interessados em apurar esse quadro na íntegra, insistimos junto da Administração da cidade do Kilamba. O administrador, ausente da circunscrição por razões de agenda, também revelou, via telefone, o seu desconhecimento sobre a origem do precioso líquido.

Fazendo fé na inscrição cravada nas tampas das sarjetas, presume-se que seja alguma água de origem pluvial.

O seu uso para fins domésticos sem tratamento prévio pode representar riscos diversos à saúde humana, além do perigo eminente de afogamento implícito, particularmente de crianças que também frequentam o local.

## 8.28 IGT questiona despedimento colectivo

*Jornal Grandes Notícias*  
19 De Agosto de 2016  
Texto: Tchilau

De acordo com a informação, 15 trabalhadores da referida empresa no Bocoio, 10 no Balombo e 33 no Lobito terão recebido a 11 de Julho, "Pré-avisos de Rescisão de Contrato de Trabalho a Termo Certo": dando-lhes apenas mais 7 dias a serviço da empresa.

Os referidos trabalhadores que contactaram a OMUN- GA, entraram ao serviço da empresa a 17 de Novembro de 2011 com um contrato válido até 28 de Maio de 2012. Desde essa altura, nunca mais assinaram nenhum outro contrato. De acordo com a Lei Geral do Trabalho (LGT), nessas circunstâncias, fica subentendido haver renovações contratuais por iguais períodos de tempo, durante 5 anos, passando ao fim deste prazo a serem considerados como trabalhadores com contratos por tempo indeterminado (ponto 1 do artigo 17º da LGT). Assim, os 5 anos de contrato por tempo determinado com estes trabalhadores deveria terminar em Novembro de 2016.

Embora o contrato inicial garantisse a estes trabalhadores um salário mensal de Kz 35.008,91, realmente, com os subsídios e outras contrapartidas, era depositado nas suas contas bancárias o valor mensal Kz 59.900,00 (embora nunca os mesmos tivessem assinado qualquer comprovativo de recebimento salarial nem recebido qualquer informação sobre os subsídios ou outras regalias que recebiam).

A partir de Novembro de 2015, coincidindo com a mudança do Presidente do Conselho de Administração da empresa (PCA), os mesmos saram a receber nas suas contas bancárias apenas o valor de 52 mil Kwanzas, sem no entanto terem qualquer informação prévia nem esclarecimento posterior. O mesmo aconteceu com outras regalias, tais como com os subsídios de férias que passaram de 35 mil para 15 mil, também sem esclarecimentos ou negociação e mesmo o que designam por "subsídio de produtividade anual" que recebiam em Dezembro de todos os anos (35 mil Kwanzas) e que deixaram de receber, como o cabaz de Natal.

Por vários momentos, os trabalhadores receberam verbalmente, através de visitas de várias comissões vindas de Luanda, garantias de que faziam parte do quadro efectivo da empresa. Surpreendentemente, a 11 de Julho de 2016, estes trabalhadores receberam "Pré-avisos de Rescisão de Contrato de Trabalho a Termo Certo": dando 7 dias para a Rescisão de Contrato. A 18 de Julho de 2016 foi entregue então os comprovativos de "Rescisão de Contrato de Trabalho a Tempo Certo":

A EASL apresentou como motivo de rescisão de contrato, ou seja, de despedimento dos trabalhadores, "as razões económicas e a situação financeira da empresa" Nos pré-avisos, essa empresa realça que tal decisão é "decorrente da actual conjuntura económica e financeira que o

país no geral e a EASL no particular vive:'

A EASL garante que haverá "compensação" conforme descrito nos documentos de Rescisão de Contrato de Trabalho a Termo Certo, sem no entanto especificar quando, quanto e como. Ao mesmo tempo, a EASL garante que tais despedimentos ou rescisão de contratos de trabalho são efectuados "nos termos da Lei 7/15 de 15 de Junho":

A OMUNGA pôde perceber que não se deveria considerar como rescisão de contrato a "termo certo": como se de casos individuais se tratasse, mas de um despedimento colectivo já que, e de acordo ao artigo 2160 da LGT, passa a ser considerado como despedimento colectivo sempre que sejam despedidos simultaneamente mais de 20 trabalhadores.

Por outro lado, a LGT estabelece modalidades e argumentações plausíveis, para que se efectuem este tipo de despedimento. Lembrar que tais despedimentos devem merecer um aviso prévio de 60 dias, de acordo com o seu ponto 1 do artigo 2190. Devem ainda uma comunicação por parte do empregador, dirigida à Inspecção Geral do Trabalho que no prazo de 22 dias deve tomar as devidas diligências (artigo 2170). Durante este período, deve haver consultas aos representantes dos trabalhadores e/ou a uma comissão "indicada para a troca de informações".

No seguimento deste processo, a OMUNGA solicitou os devidos esclarecimentos do PCA da empresa com conhecimento à Inspecção Geral do Trabalho em Benguela, ao Sindicato Provincial dos Trabalhadores da Saúde, Administração Pública e Serviços (SPTSAPS) em Benguela e ao Governador Provincial de Benguela.

De acordo ao ofício 243/INSP/ SPBI16 de 10 de Agosto de 2016, os Serviços Provinciais de Inspecção do Trabalho em Benguela não foram, em algum deste processo, informados pelo que concluem que possa ter sido desrespeitado o artigo 2160 e seguintes da LGT.

Em resposta a esta informação, a OMUNGA já solicitou encontros com o PCA da empresa, a intervenção da Inspecção Geral do Trabalho e esclarecimentos do SPTSAPS, considerando que os referidos trabalhadores foram coercivamente obrigados a filiar-se ao referido sindicato, sofrendo descontos directos a partir dos seus salários mensais.

Os trabalhadores reclamantes pretendem desenvolver um processo pacífico de negociação com o propósito de verem revogada a decisão dos seus despedimentos.

## 8.29 Lixo "abunda" no mercado Mabunda

*Jornal Manchete*

*19 De Agosto de 2016*

Os vendedores do Mercado da Mabunda, no distrito urbano da Samba, em Luanda, queixam-se que diariamente pagam uma fixa no valor de 500 kwanzas à fiscalização, que alega servir para remunerar o pessoal que realiza a limpeza do espaço.

Mas ainda assim, são visíveis as enormes quantidades de lixo, o que leva os vendedores a suspeitarem que tem sido dado um destino incerto aos respectivos valores.

Uma fonte da fiscalização do mercado diz que diariamente são realizados trabalhos de limpeza duas vezes ao dia, isto é, de manhã e de tarde. A mesma acusa que os vendedores não se esforçam em conservar o mercado, pois atiram o lixo por todos os cantos.

Por sua vez, os vendedores justificam à falta de contentares para se depositar o lixo, como estando na base desse comportamento.

O Mercado da Mabunda é dos que mais beneficia de campanha de limpeza aos fins-de-semana, realizadas por brigadas de jovens pertencente as associações. Mas, este acta parece que não tem sido suficiente, para manter limpo o local por muito tempo.

A praça junto, à praia da Mabunda, foi eliminada e no seu lugar foi construído um novo mercado do peixe, com todas as condições de higiene.

Conceição Álvaro, mais conhecida por "velha Mabunda", teve a iniciativa de construir o mercado, com o apoio da Administração da Samba, para acabar com os amontoados de lixo na praia, resultante da venda naquele local.

O novo mercado com 460 lugares de venda, abriu as portas aos clientes no início de Dezembro em 2013.

MM



### 8.30 Modelo pré-pago vai ser alargado ao fornecimento de água

*Jornal A República*  
19 De Agosto de 2016  
Fonte: VE

Um despacho presidencial de 08 de Agosto, citado pela Lusa, autoriza a Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL) a celebrar um memorando de entendimento com a empresa turca denominada Elek:tromed Elek:tronik Sanayi ve Saglik Hizmetleri, para a instalação, em Angola, de uma unidade industrial de equipamentos de pré-pagamento de água.

O acordo com a empresa da Turquia prevê ainda a "implementação de um sistema integrado de gestão de contagem" para a EPAL. Aquela empresa pública de Luanda, refere o despacho assinado pelo Presidente José Eduardo dos Santos, já efectuou um estudo para implementar contadores de pré-pagamento do consumo de água na província, para antecipar receitas e eliminar "serviços intermédios": como facturação e leitura de contadores ou envio de facturas, entre outros.

O documento refere que este modelo de pré-pagamento que já é praticado há vários anos em Luanda na rede eléctrica e que está a ser alargado a outras cidades do país - é uma "resposta eficaz para incrementar as receitas do sector e reduzir as perdas comerciais" na distribuição de água da rede pública.

Com este despacho, a EPAL é ainda autorizada a negociar com a banca local os "financiamentos necessários" para a implementação deste projecto, devendo para o efeito o Ministério das Finanças de Angola emitir as "garantias soberanas":

Através daquela empresa estatal, o Governo tem em curso projectos para aumentar o fornecimento de água à capital, aplicando entre 2014 e 2017 perto de seis mil milhões de dólares em obras públicas.

Segundo informações disponibilizadas pela EPAL, esses investimentos vão permitir triplicar o volume de água fornecida a Luanda para 1,2 milhões de metros cúbicos e quintuplicar o número de consumidores ligados à rede pública, que se estima em 200.000 até 2017.

### 8.31 Saneamento básico da cidade de Luanda continua deficiente

*Jornal Manchete*  
19 De Agosto de 2016  
Texto: Moreira Mário

O início da época chuvosa, a vigorar desde o passado dia 15 do mês em curso, já preocupa os habitantes da província de Luanda, principalmente os moradores da periferia, devido aos recorrentes constrangimentos causados pelas inundações, focos de lixo e doenças, entre outras calamidades.

Há quem diga que os estragos causados pelas chuvas que caíram no princípio do ano, foi pior que nos anos anteriores. Segundo consta, entre Fevereiro a Abril as quedas pluviais provocaram a morte de mais de duas dezenas de pessoas, bem como a queda de árvores e inundações de avenidas e residências na capital do país. A conhecida Lagoa do Coelho, em Viana, foi o quebra-cabeças do governo de Higinio Carneiro, que nessa altura beneficia de trabalhos de manutenção.

Segundo apurou o Manchete, os trabalhos que estão a ser executados por especialistas nacionais e estrangeiros, vão permitir o desassoreamento da bacia e impedir que a mesma volte a transbordar tão logo as chuvas comecem a cair.

Desse modo, as autoridades garantem que ainda que neste ano voltar a chover muito, os transtornos do passado já não voltarão a acontecer, como inundações de casas e estradas.

Mas os populares residentes na zona mostram-se pouco crentes que o referido trabalho venha a resolver o problema do "Coelho" - Bacia de Retenção de Águas Pluviais.

De acordo com os mesmos, a solução passa pela recuperação do antigo canal de escoamento das águas pluviais, actualmente impedido por construções anárquicas.

O Manchete constatou ainda noutros pontos da capital, algumas evidências do rasto de destruições causadas pelas enxurradas. Por exemplo, a nível dos bairros Popular e Boavista notam-se, o mau estado das estradas.

Nas ruas entre a Machado Saldanha e Avô Cumbi, no distrito do Kilamba Kiaxi, facilmente se pode constatar que as chuvas poderão outra vez tornar difícil a circulação no troço. Até agora as autoridades locais não moveram uma palha, não aproveitaram o

tempo seco, para a realização de trabalhos de manutenção da mesma.

Por enquanto, a circulação nesta via é lenta e sofrível, Não só devido ao mau estado da via, mas, também, pelas águas residuais que se acumulam nos buracos e o amontoado de lixo.

O cenário não é diferente no troço entre o Porto de Luanda/Rotunda da Boavista, onde além da existência de focos de lixo ao longo da berma da estrada de terra batida, grandes quantidades de nuvens de poeira levantadas pela circulação dos carros, pintam os imóveis.

Na zona da Vidrul, em Cacucaco, verifica-se também amontoado de lixos junto à estrada principal. Curiosamente, há escassos metros existe um centro de transferências de resíduos sólidos que "nunca funcionou desde que foi construído", tal como garantiram os moradores.

Na rua Ngola Kiluanje, no município do Cazenga, mais concretamente entre a zona da Sipal e a Cuca, constata-se igualmente um caso dramático com a proximidade da estação chuvosa. Os buracos na via, dividem o espaço com águas residuais provenientes dos esgotos das residências dos arredores, o que tem provocado muitos engarrafamentos no trânsito rodoviário.

### 8.32 Sem investimentos, escolas ficam «órfãs) de saneamento

*Novo Jornal*

*19 De Agosto de 2016*

*Texto: Hortêncio Sebastião*

Um diagnóstico sobre o saneamento, água e higiene nas escolas angolanas revela que o saneamento débil deve-se principalmente à ausência de investimentos.

A conclusão consta de um estudo realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) lançado quarta-feira, 17, em Luanda, envolvendo 200 escolas públicas do ensino primário de seis províncias, nomeadamente Luanda, Cunene, Bié, Huíla, Namibe e Huambo.

Por exemplo, a média de acesso pelos alunos a casas de banho é de 58%, sendo o uso de latrinas de 29% e a prática de defecação ao ar livre de cerca de 45%. Nesta situação 44% defecam ao lado da escola e 45% no mato, indica o documento do UNICEF.

"Uma das escolas visitadas nos municípios de certa forma carece de um ambiente higiénico sanitário favorável", frisa o relatório que aponta que em média cerca de 310 alunos partilham o mesmo cubículo, o que se transforma num factor inibido r para acesso aos quartos de banho ou latrinas.

Outro factor é o acesso a água para beber, pois somente 35% das escolas têm água disponível e 62% das escolas inquiridas responderam que davam algum tratamento a água para consumo, 76% não tratavam a água, mas tinham imensos problemas de saúde com os alunos segundo os directores refere o documento,

Estes números demonstram que as escolas podem ser um espaço pouco favorável para a promoção da saúde das crianças visto que as doenças diarreicas, causadas na maior parte das vezes pela falta de saneamento e fraco acesso à água potável, são responsáveis por 18% das mortes de menores de cinco anos, sendo muito comuns de crianças em idade escolar.

Segundo o relatório do UNICEF, uma das razões apontadas para agravamento da situação é a falta de investimentos públicos quer a nível das escolas como das administrações municipais para que se possa manter as operações e a manutenção diariamente. Algumas escolas do ensino primário carecem de adjudicação directa de fundos e estão impossibilitadas de fazer gastos constantes.

Refere ainda que diferentes estudos efectuados pela OMS/UNICEF concluíram que a aposta na construção de instalações de água e saneamento nas escolas tem um forte impacto positivo na redução dos riscos de ocorrência de diarreias e outras doenças causadas pela falta de higiene e pode ainda influenciar o aumento de matrículas por parte das raparigas, bem como nas taxas de retenção e conclusão.

Para além disso, as intervenções na água e saneamento reforçam a apropriação das comunidades na gestão escolar, conclui o documento apresentado pelo oficial de água e saneamento do UNICEF, Edson Monteiro.

### 8.33 Água reforçada em breve na região

*Jornal de Angola*

*20 De Agosto de 2016*

*Texto: Luísa Victoriano*

Mais de 4.200 ligações domiciliárias são feitas, nos próximos meses, pela Empresa de Agua e Saneamento de Malanje (EASM) nos bairros Campo de Viação, Carreira de Tito e Cangambo, com aplicação de novas

condutas de distribuição, com capacidade de produção de 570 metros cúbicos por hora.

O administrador para a área técnica da EASM, Óscar Tavares ferreira, disse que a instalação de novas condutas consta do programa de melhoria da rede de distribuição e fornecimento de água potável à cidade de Malanje, executado pela empresa "Calçada e Poentes". Óscar Tavares Ferreira referiu que os trabalhos de instalação de novas condutas são parte de projectos contemplados pelo Governo Provincial, no ano 2015, que, por razões financeiras, não foram executados.

A EASM conta actualmente com um total de 8.600 ligações domiciliárias e a província de Malanje vai dispor, nos próximos tempos, de uma nova central de distribuição de água potável, construída na localidade do Cuije, com capacidade de 160 litros por segundo, informou Óscar Ferreira.

### 8.34 Chinesa Sinohydro recebe novas obras em Angola

*Jornal O PAÍS*

*24 De Agosto de 2016*

O grupo chinês Sinohydro foi contratado pelo governo de Angola para proceder à reparação de três troços de estrada nas províncias do Cuanza Sul, Cuanza Norte e Malanje por USD 127,7 milhões, de acordo com despachos presidenciais.

O mesmo despacho adjudicou mais cinco obras públicas a empresas chinesas por USD 163,5 milhões, sendo todas elas financiadas pela linha de crédito aberta pela China a favor de Angola.

Das adjudicações foram feitas à China National Machinery Industry Corporation Group [Sinomach] para empreitadas de construção de redes de abastecimento de água nas províncias do Huambo e do Bié, com um custo de USD 35,8 milhões.

Desde Maio foram adjudicadas pelo Governo a empresas da China 74 empreitadas públicas, num montante que excede USD 3.955 milhões.

A linha de crédito da China vai financiar 155 projectos em Angola com USD 5,2 mil milhões, a executar por empresas chinesas, que terão de subcontratar empresas angolanas.

O plano operacional da linha de crédito da China, elaborado pelo Governo de Angola com as obras a realizar pelas empresas chinesas ao abrigo do

financiamento concedido, inclui uma lista com 37 empresas chinesas "recomendadas para o mercado angolano." Um estudo revela que Angola beneficiou de USD 21,2 mil milhões da China nos últimos anos. Entre os países africanos de língua oficial portuguesa, Moçambique está na posição imediata com USD 1,86 mil milhões recebidos.

Angola recebeu um quarto dos empréstimos concedidos pela China a países africanos nos últimos 15 anos.

Um estudo feito por académicos norte-americanos indica que 84% do crédito concedido à indústria extractiva ficou com a Sonangol. As conclusões do estudo do China Africa Research Initiative (CARI), da universidade norte americana Johns Hopkins, foram apresentadas em Junho, ao fim de 9 anos de trabalho, pelos investigadores Jyhjong Hwang, Deborah Brautigam e Janet Eom.

### 8.35 Empresas chinesas garantem mais cinco obras de 163,5 milhões USD

*Jornal Expansão*

*26 De Agosto de 2016*

*Texto: Expansão/Lusa*

O Governo adjudicou a empresas chinesas, por despachos do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, mais cinco obras públicas, no valor de 163,5 milhões USD, investimento financiado pela Linha de Crédito da China (LCC).

Desde Maio e até ao momento, foram adjudicadas pelo Governo angolano a empresas chinesas, pelo menos 74 empreitadas públicas, no âmbito da LCC, e que ascendem já a mais de 3.955 milhões USD.

Estas novas obras referem-se à contratação da China National Machinery Industry Corporation Group (Sinomach) para duas empreitadas de construção de sistemas de abastecimento de água nas províncias do Huambo e do Bié, ao todo por 35,8 milhões USD.

Outras três empreitadas, para reabilitação de estradas no Cuanza Sul, Cuanza Norte e Malanje foram contratadas à Sinohydro Group, por 127,7 milhões USD.

A informação consta de despachos presidenciais desta semana, aos quais a Lusa teve acesso, aprovando as respectivas propostas de adjudicação das empreitadas a empresas chinesas e prevendo a subcontratação de algumas empresas angolanas:

Os concursos, pode ler-se nos documentos, foram limitados "por prévia qualificação" das empresas, no âmbito desta linha de financiamento.

Já a 21 de Janeiro, a L usa tinha noticiado que a LCC vai financiar 155 projectos em Angola com 5,2 mil milhões USD, a executar por empresas chinesas, estimando o Governo a criação de quase 365.000 empregos.

No plano operacional da LCC, elaborado pelo Governo angolano com as obras a realizar pelas empresas chinesas ao abrigo deste financiamento, o sector da energia e águas lidera, em termos dos montantes a investir, entre nove sectores, com 2.174.238.412 USD alocados para 34 projectos.

O sector da construção, incluindo a reabilitação de estradas, contará com 33 projectos, mobilizando 1.644.282.124 USD.

A educação concentra o maior número de projectos, num total de 55, sobretudo a construção de escolas, num investimento global de 373.348.412 USD.

O documento é acompanhado por uma lista com 37 em- presas chinesas "recomendadas para o mercado angolano", ao abrigo da LCC.

Os pagamentos directos aos empreiteiros e aos fornecedores chineses são a forma do acordo-quadro que rege as relações financeiras entre Angola e a China.

Mesmo os trabalhos locais, ou as subcontratações que são feitas pelos empreiteiros chineses, têm de ser pagos a partir de fundos disponibilizados pelo EximBank como utilização de financiamento ao abrigo dos contratos em execução.

A dívida angolana

As relações financeiras entre Angola e a China são reguladas por um acordo-quadro rubricado em 28 de Novembro de 2003 pelos ministérios das Finanças de Angola e do Comércio Externo e da Cooperação Internacional da China. O crédito contraído por Angola nunca foi revelado oficialmente.

Dados divulgados o ano passado apontavam que o montante de empréstimos e linhas de crédito da China rondava os 15 mil milhões USD.

Sabe-se também que o MinFin assinou com o Eximbank da China três acordos de crédito. O primeiro, de 2 mil milhões USD, no dia 2 de Março de 2004; o segundo, de 500 milhões USD, a 19 de Julho de 2007; o terceiro, de 2 mil milhões USD, a 28 de Setembro de 2007.

Um quarto empréstimo, assinado em Março/Abril de 2005, no valor de 2,9 mil milhões USD, foi angariado pelo China International Fund (CIF).

Segundo o MinFin, o CIF é uma entidade privada constituída em 2005 em Hong-Kong, com o propósito específico de criar facilidades ou linhas de crédito para financiar projectos no âmbito do Gabinete de reconstrução Nacional (GRN).

## 8.36 Desalojados dizem-se esquecidos na Ilha Dourada

*Jornal O PAÍS*

*31 De Agosto de 2016*

*Texto: Milton Manaça*

Quase três anos depois dos habitantes da Ilha o Cabo, em Luanda, 'terem sido realojados em casotas de chapas na região do Caululu, na Cabala, continuam sem saber a sua sorte.

Dezenas de desalojados fugiram do bairro e regressaram à procedência para exercerem o seu antigo ofício, a pesca, enquanto outros resistem como podem às adversidades da vida. No centro de reassentamento, que passou a ser chamado de Ilha Dourada, o cenário é de desolação e onde tudo escasseia, incluindo a água para saciar a sede.

Quando foram instalados no local pela Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), há 25

de Janeiro de 2014, havia abastecimento regular de água por via de camiões-cisterna que se abasteciam no centro de captação da Muxima, no município da Quiçama.

João Bala, de 42 anos, aguçava a ponta de um ferro com o qual corta garrafas então usadas como copos pela comunidade. O que para muitos é apenas um objecto a jogar no lixo, para ele é uma matéria-prima preciosa, fonte de sustento para as suas duas filhas e esposa.

"Aqui, a principal dificuldade é a água que às vezes fazem dois meses sem trazer. Fomos retirados dos nossos locais de trabalho e abandonados aqui", lamentou João Bala: Por cada unidade ganha 50 Kwanzas, valores usados para comprar alimentação e medicamentos para a filha que padece de uma enfermidade que não revelou.

Os reservatórios de água vazios são expostos nas portas das residências' mas para não morrerem de sede, os antigos ilhéus vêm-se obrigados a transporem

montanhas com bidons ou bacias na cabeça e caminharem mais de quatro quilómetros até à margem do Rio Kwanza.

Aos desalojados, o CACL disponibilizara também dois geradores e quatro telas que haviam sido instalados numa sala que servia como centro comunitário a partir do qual todos acompanham a informação e/ou fazem entretenimento, pois os dois geradores não fornecia energia às casotas.

Para tristeza dos habitantes, os geradores deixaram de ser abastecidos e os "os chefes do bairro levaram os televisores às suas casas", relata Luís Jacinto de 42 anos.

Contudo, nos primeiros meses do reassentamento foram beneficiados com transportes, através de uma frota de autocarros da TCUL que os levava para a cidade e os trazia de volta. Esses meios também lhes foi retirado por razões que alegam desconhecer.

"Aqui não há lugar para as pessoas viverem com cobras dentro de casa. Como podem ver, o bairro está vazio porque muita gente começou a fugir", disse outro morador. Domingos Josefino, tendo realçado que são sempre retaliados pelos responsáveis do bairro quando às delegações visitantes revelam as vicissitudes por que passam.

Para garantir sustento para a família, Josefino dirige-se mata dentro para retirar a múcua dos embondeiros e comercializá-la, entre os constrangimentos vividos, os antigos ilhéus apontam o eminente perigo representado por animais selvagens como macacos e cobras, que ainda fazem morada no local. Tanto que ironicamente, passaram a denominar uma das áreas do acampamento como bairro dos Macacos.

"Quando chove as crianças vão descalças à escola"

O espaço em que foram erguidas as casotas da Ilha Dourada é muito acidentada, montanhosa e com uma ravina que a divide pelo meio.

O terreno, argiloso, dificulta a mobilidade das pessoas sempre que São Pedro abre as torneiras.

"Sempre que chove, as crianças vão descalças à escola porque é difícil andar aqui quando está molhado", frisou Luís Jacinto, argumentando que, desta forma, os petizes conseguem manter o equilíbrio e contornar obstáculos, Alguns alunos levam mesmo o calçado nas mochilas e utilizam-nos apenas na escola. Refira-se que o bairro passou a ser chamado Ilha Dourada em virtude do brilho das chapas de zinco com as quais as casotas foram cobertas.

## 8.37 Moradores do bairro Belo Horizonte

*17 De Agosto de 2016*

*Texto: Stela Cambamba*

Morador do bairro há 12 anos, Daniel Manzambi é presidente da comissão de moradores e explica que a comunidade vive vários problemas, entre os quais a falta de água, pelo que a população consome água imprópria. Os camionistas retiram água da vala e iludem os habitantes que é água potável, quando não é. "Estamos carentes de água potável".

Daniel Manzambi disse que existe um número elevado de crianças que estão a urinar sangue, facto que levou a comissão de moradores a enviar cartas para a Administração Municipal, assim como para a direcção de Saúde. Pelo que, "recebemos visita duma equipa da Saúde, onde informamos que a população padece de diarreia aguda, infecções de pele, e as crianças estão a urinar sangue".

O presidente da comissão de moradores disse que "uns bebem inocentemente, outros bebem por não ter alternativa. A água vem do canal do Kikuxi.

Algumas empresas colocaram as suas tubagens na vala e acredita-se que têm contribuído para as várias infecções que afectam as populações".

Segundo o representante da comissão de moradores, têm informado a população de que a água é imprópria para o consumo, mas, por motivo de carência, a população consome, os camionistas e os motoqueiros que comercializam o líquido precioso na localidade aldrabam a comunidade dizendo que a água é tratada.

Daniel Manzambi conta que no período chuvoso regista-se um caos na comunidade, porque a água da vala transborda e ninguém passa da comuna do Pantanal para o Belo Horizonte e vice-versa. Os problemas são extensivos ao bairro Bita Vacaria e outra comunidade cuja população fica isolada.

Outro problema é a criminalidade, a comuna do Pantanal depende da esquadra 46 e as intervenções chegam tarde, o Bita Sapu tem e extensão de 25 km<sup>2</sup> e não dispõe de nenhuma esquadra, Muitos assaltos ocorrem na área, nomeadamente roubos de viaturas e assalto a mão armada à residências.

Ilda Alexandrino, moradora da comuna do Pantanal desde 2012, conta que a água tem provocado muitas doenças, entre infecção urinária e alergias. Contam que tem recorrido ao local para lavar a roupa, mas depois de algum tempo sente picadas no corpo. Adelaide

Chilombo explica que tem três filhos a urinar sangue. Já recorreu ao hospital do Luanda Sul para ver o problema resolvido, mas teme que a situação prevaleça porque continua a usar a mesma água para diversos fins.

Compra o bidon de 20 litros de água por 75 kwanzas e a bacia de água bruta por 70 kz.

Massequela Maculo explica que o seu filho de 12 anos de idade está a urinar sangue desde o ano passado, já procurou a unidade sanitária mas ainda não viu melhorias.

Camionistas retiram água da vala para comercializar

Na vala, deparamo-nos com diversas manguueiras de electro-bombas que alguns moradores utilizam para retirar água da vala para comercializar em diversos pontos da cidade de Luanda.

Victorino Augusto Sousa, um dos responsáveis pelo abastecimento dos camiões, ou seja, dono de electrobombas, que tira água da vala para os camiões, explica que o preço varia em função da capacidade do veículo. Os preços oscilam entre 1500 a 4000 kwanzas, o "comerciante" revelou que anda no negocio desde 2007.

"A população do bairro consome a água da vala e desconheço de algum mal que causa à saúde", minimizou Victorino Sousa.

Os camionistas alegam que a água retirada da vala é para comercializar nas obras de construção civil e estações de serviço. Explicam que não vão ao Kikuxi (estação oficial) por causa do tempo que levam para encher o camião. "Demora-se muito, antes tinha seis girafas, agora tem apenas três".

Contam que recorrem ao local todos os dias, o preço que pagam depende da capacidade do camião. "Pago 1500 kwanzas para encher o camião de 20 mil litros e comercializo-o a um preço que varia entre 18 e 20 mil kwanzas.

O factor distância tem implicação no preço a praticar", disse um dos camionistas.

Salvar Vidas

Teresa Epako, responsável de acções comunitárias do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, explica que as acções que desenvolvem na área têm como finalidade prevenir a população das consequências da época chuvosa. A mega campanha teve início no dia 4 de Julho, com o lema "Protecção

civil e as comunidades juntos na redução de riscos e desastres".

A abertura da jornada ocorreu no distrito urbano do Sambizanga e o seu termo está apazado num evento previsto para amanhã' no município de Viana.

De acordo com Teresa Epako, a Protecção Civil e Bombeiros vai ao encontro das comunidades no sentido de "prevenir e capacitá-las a estarem melhor preparados para responderem aos acidentes que podem ocorrer durante a época chuvosa. No bairro Belo Horizonte foram identificadas algumas preocupações como cidadãos que construíram as suas residências por cima da vala e consumo de água imprópria.

"Apesar dos esforços que temos feito a alertar as comunidades dos perigos que correm, acredito que se por agora cair chuva, aquelas populações que vivem na margem das valas estão em situação de alto risco", frisou Teresa Epako.

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA

### 9.1 Emigrantes ilegais tentam na Lunda Sul obter documentos

*Jornal de Angola*  
04 De Agosto de 2016

O chefe do departamento de Identificação Civil da Delegação Provincial da Justiça e Direitos Humanos na Lunda Sul, Alberto Caleno, denunciou em Saurimo a existência de funcionários do sector que facilitam o registo ilegal de estrangeiros, com fins lucrativos.

Em declarações à Angop, Alberto Caleno disse que mensalmente entre dez a 15 estrangeiros que tentam obter registos nacionais ilegalmente são detidos e encaminhados para o Serviço de Emigração Estrangeira, a fim de serem repatriados.

"O maior problema é a prática e auxílio e a facilitação na obtenção de documentos, por parte de funcionários, fazendo com que muitos ilegais, na maioria já detidos, tentem obter identidade angolana ilegalmente", realçou. Alberto Caleno ordenou aos funcionários a absterem-se desta prática, combatendo a imigração ilegal.

"Mensalmente são detectados e detidos entre dez a 15 estrangeiros, que vêm 'tratar' o Bilhete de Identidade com influência de algum funcionário. A Conservatória agora está rigorosa, sobretudo com os funcionários dos postos municipais, a fim de combatermos esta prática", garantiu.

Irmão mata gémeo

Um cidadão de 18 anos matou à facada, no bairro Candembe, arredores da cidade de Saurimo, o seu irmão gémeo, depois de um desentendimento.

Munda Paulino, detido ontem pela Polícia Nacional, disse à imprensa que matou o irmão com duas facadas no pescoço, porque não tinha boa conduta no seio familiar" e que o desentendimento já durava há seis meses. "Matei o meu irmão gémeo, porque ele não estava a portar-se bem em casa e eu queria proteger os meus pais, porque a atitude dele metia em perigo a vida dos nossos progenitores", confessou Munda Paulino.

### 9.2 Comerciantes no Huambo tranquilizados

*Jornal de Angola*  
11 De Agosto de 2016  
Texto: Marcelino Dumbo

O delegado do Ministério do Interior na província do Huambo manifestou ontem, na cidade do Huambo, a sua preocupação com a falta de segurança na maioria dos estabelecimentos comerciais e com o elevado número de armas de fogo ainda em posse da população civil.

O comissário Elias Dumbo Livulu falava num encontro com representantes das comunidades estrangeiras residentes no Huambo, que serviu, entre outros objectivos, para avaliar o estado da segurança em estabelecimentos comerciais, para que seja reforçada a tranquilidade e a ordem pública.

No encontro, o também comandante provincial do Huambo da Polícia Nacional alertou os agentes económicos para a necessidade de reforçarem a segurança com a instalação de câmaras de videovigilância e celebrarem contratos com empresas de segurança.

"O crime não escolhe cor e nem tão pouco nacionalidade", salientou o comandante provincial do Huambo, recomendando às empresas de segurança privada para empregarem cidadãos com formação específica na área, ou que tenham cumprido o serviço militar obrigatório, ou ainda ex-agentes da Polícia Nacional, para a garantia da prestação de um serviço de qualidade.

O comissário afirmou que a maior parte dos crimes cometidos nos estabelecimentos comerciais na província do Huambo é facilitado por funcionários, alguns dos quais demitidos das suas funções por diversas razões.

Desarmamento da população O oficial comissário afirmou que "muitas armas de fogo ainda estão na posse da população", um problema que continua a preocupar as autoridades de defesa e segurança. Apesar de uma relativa redução de crimes na província do Huambo, a Polícia Nacional, de acordo com o comissário, continua a registar alguns homicídios, roubos, VIOLAÇÕES e assaltos com recurso a armas de fogo em estabelecimentos comerciais, sobretudo os que funcionam até altas horas da noite.

O comandante provincial do Huambo disse ser missão de cada cidadão nacional e estrangeiro ajudar os órgãos de defesa e segurança com denúncias e pediu à população que se mantenha calma. Na província do Huambo, a Direcção do Serviço de Migração e Estrangeiros (SEF) controla 3.251 cidadãos estrangeiros.



## 10. AMBIENTE

### 10.1 Abordada construção em zonas de risco

*Jornal Angola*

*01 De Agosto de 2016*

*Texto: Nicodemus Paulo*

As autoridades tradicionais do município do Uíge foram ontem esclarecidas sobre os perigos que representam a construção de casas em zonas de risco e o abate indiscriminado de árvores e sobre as medidas urgentes em caso de emergência, numa palestra organizada pelo Comando dos Serviços Provinciais de Protecção Civil e Bombeiros (CSPPCB), em parceria com a administração municipal.

O prelector, inspector-chefe dos «Bombeiros, Joaquim Lopes Máfua, recordou que o município do Uíge se situa numa zona de fortes ventos e de grande pluviosidade, o que coloca algumas comunidades suburbanas e rurais em perigo, sobretudo aquelas cujas habitações foram construídas nas proximidades dos rios ou sobre as valas de drenagem.

Joaquim Lopes Máfua avançou que, para se evitar danos decorrentes dos fenómenos naturais, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros está a realizar campanhas de sensibilização, através dos órgãos de comunicação social, no sentido de ajudar as populações a não correrem, desnecessariamente, riscos de vida. O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros tem como missão planear e coordenar assistência às populações sinistradas por acidentes graves, calamidades naturais, incêndios e outros acidentes. "A participação e a colaboração das autoridades tradicionais, dos cidadãos e de outros actores sociais poderão ajudar a salvar e evitar situações que perigam a vida humana e bens", disse.

Durante a palestra, os participantes abordaram vários temas como "A Lei de Base da Protecção Civil e Gestão de Riscos e Desastres", "A mitigação dos perigos junto das comunidades" e "O papel das autoridades tradicionais na prevenção de riscos", entre outros.

O chefe da secção de Planeamento e Operações CSPPCB, Garcia Jacinto, que dissertou sobre "A mitigação dos perigos junto das comunidades", referiu que alguns desastres que ocorrem no seio das populações resultam da falta de cuidados ou da ignorância aos apelos feitos pelas autoridades.

"A construção de residências próximo do leito dos rios ou por cima das valas de drenagem, nas encostas das montanhas, o abate indiscriminado de árvores que suavizam a erosão eólica e a pressão dos ventos colocam em perigo a integridade das aldeias", alertou.

Dada a aproximação da época chuvosa, o técnico aconselhou os presentes no sentido de intensificarem as acções de limpeza e de fiscalização das valas de drenagem, para que sejam evitadas muitas doenças.

Os participantes foram ainda aconselhados a melhorar as técnicas de produção agrícola, cultivando produtos resistentes às fortes enxurradas e à estiagem, para garantir um bom stock de alimentos, a conservar a água de forma eficiente, a construir latrinas acima dos níveis prováveis de enchentes e a intensificar o processo de plantação de árvores para proteger as moradias das inundações e compensar o desmatamento.

### 10.2 Sinistrados de Caxito voltam a construir no local das 'cheias

*Jornal O PAÍS*

*02 De Agosto de 2016*

*Texto: Milton Manaça*

Passados quase dois anos desde que as cheias destruíram dezenas de residências no bairro Kingombe, município do Dande, no Bengo, deixando várias famílias ao relento, os seus chefes, mesmo depois de socorridos, voltaram a construir no local, conscientes dos riscos inerentes.

O ancião Paulino Samone, 80 anos, um dos rostos dos mais visíveis entre os "regressados", conta que embora tenha passado um ano com a mulher nas tendas do Sassa povoação, situado a mais de cinco quilómetros de Kingombe, não foi contemplado com uma das residências que o Governo construiu para os albergar definitivamente no bairro 2S de Abril, nas Mabubas.

"Os que estavam à frente do processo meteram os seus familiares e pessoas da sua conveniência nas nossas casas. Como vêm, o bairro está novamente cheio porque muita gente foi esquecida", desabafou o velho Paulino, receando que uma nova cheia volte a inundar o bairro.

Segundo ele, algum tempo depois de serem transferidos às tendas do Sassa, foram esquecidos pela Comissão de Realojamento que deixou de prestar assistência médica, alimentar e em água potável, Benesses de que desfrutaram nas primeiras semanas

imediatas ao realojamento, enquanto decorriam as obras de construção das casas definitivas.

Paulino Samone disse ser esta a razão para que muitos moradores não permanecessem no bairro em tempo integral. "Na falta disso, tínhamos que sair à procura de formas de sobreviver. No meu caso, adoeci e tive de alugar-me em casa dos meus familiares, próximo à cidade e deixei a tenda sob responsabilidade da minha esposa", disse.

Para sua tristeza, segundo conta, a entrega das casas aconteceu exactamente num dia em que a mulher pernottara na cidade em visita médica, facto que ditou a exclusão do seu nome da lista dos beneficiários, pelo facto de a comissão ter encontrado a porta da tenda fechada.

"O estado deve fazer um inquérito"

A residir actualmente numa casa de adobe construída no mesmo espaço em que as cheias derrubaram a anterior, o velho Paulo solicitou a realização de um inquérito às autoridades locais para se apurar quem são as pessoas que beneficiaram dos imóveis do bairro 25 de Abril.

De acordo com o ancião, um eventual inquérito vai provar que algumas das pessoas que beneficiaram das residências do Estado não estavam na condição de sinistrados. Outra moradora que voltou a construir no Kingombe e reclama por uma residência é Jacinta Ângelo. Ela partilha da ideia de Paulino relativamente à necessidade de se realizar um inquérito. Aliás, Jacinta disse que os contemplados com as novas residências não passam de 80 pessoas, portanto os que saíram do bairro.

"Aqui somos muitos da lista que não recebemos casa. Temos medo que o bairro volte a inundar, mas é o único espaço que temos para ficar", enfatizou.

Casas arrendadas

Foi por intermédio de ambos que O PAÍS soube que entre os "regressados" à zona de risco, estão também pessoas que receberam algumas das residências erguidas no bairro 25 de Abril, nas Mabubas.

Na zona de risco, constatamos que alguns antigos sinistrados arrendaram as suas residências já acabadas, e outras estão em fase de conclusão.

Na tentativa de encontrar alguém nesta condição, batemos a porta de algumas residências apontadas como estando arrendadas, 0.5 seus ocupantes confirmaram que vivem nessa condição. Entretanto,

recusaram dizer os nomes dos respectivos senhorios para evitar conflitos.

### 10.3 Cuemba aposta na exploração de madeira

*Jornal de Angola*

*04 De Agosto de 2016*

*Texto: Matias Da Costa*

A Administração do Município do Cuemba, na província do Bié, tem em 'vista um projecto de exploração de madeira, aproveitando as potencialidades dos 13.250 quilómetros quadrados, dos quais 40 por cento com recursos florestais, para o contributo da sustentabilidade económica, informou ontem a administradora daquela municipalidade.

Laurinda Capocolola disse tratar-se de um projecto que vai regular e disciplinar todo o processo decorrente do exercício de exploração da flora e trazer rendimentos sustentáveis para esta parcela do corredor Leste da província do Bié.

As localidades de Muambalo, na comuna do Munhango, e a de Caíta, na de Sachinemuna, são as áreas seleccionadas para o efeito.

A administradora do Cuemba disse que estão registados vários processos de investidores que manifestaram interesse na exploração da madeira do município.

"Outros, que de forma ilegal exploravam a flora, procuram legalização junto da administração", disse Laurinda Capocolola, para quem, nos próximos tempos, pequenas indústrias transformadoras vão começar a comercializar e a exportar madeira produzida na província do Bié.

A iniciativa, que tem a perspectiva de reduzir as importações e contribuir para a diversificação económica, vai também aliviar os encargos financeiros dos serviços administrativos do Estado.

O uso racional das florestas, obedecendo as práticas aceitáveis, salvaguardam os aspectos económicos, ambientais, sociais e culturais, além de se afirmar como um sector decisivo no emprego e no rendimento de milhões de famílias, afirmou a administradora Laurinda Capocolola.

Para a administradora do Cuemba, a dimensão do projecto é já uma referência na província, com perspectivas de se atingir outras áreas, constituindo um impulso real à economia. Laurinda Capocolola

garantiu que a produção de mel e de arroz é outra componente a ser explorada, com grandes margens de retomo e produção numa escala industrial, mas condicionada à falta de pequenas indústrias transformadoras e ao fraco escoamento.

#### Produção de mel e arroz

No presente ano, a capacidade de produção artesanal de apicultura atingiu perto de 200 mil quilogramas de mel em duas estações, que envolveram 380 produtores e 250 colmeias na comuna do Munhango. Quanto ao arroz, numa área de 40 hectares da comuna de Sachinemuna, a produção cifra-se em 60 toneladas por ano. O responsável do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) no Cuemba, Azevedo Selhunga, disse que os produtores do mel e de arroz já conseguem sustentar-se com a sua actividade, o que tem permitido melhorar a qualidade de vida da população rural.

Azevedo Selhunga disse que, com a produção em escala alargada, o município beneficiou de uma máquina para descasque do arroz, aguardando apenas a sua instalação e outras componentes técnicas para o arranque. O responsável do IDA refere, por outro lado, que, neste momento, o descasque se processa manualmente. A instituição controla, para o efeito, um total de 118 associações de camponeses e 18 cooperativas agrícolas no município do Cuemba.

#### O comboio da paz

O único meio de transporte que tem servido para o escoamento dos produtos e conseqüente suspiro dos munícipes da região do Cuemba é o comboio.

Apesar de se revelar como uma opção insuficiente, devido a quantidade de produção, visto que ainda constitui um grande desconforto o, uso da estrada nacional 250, a locomotiva do Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB) serve de grande alternativa aos produtores.

O comboio, com duas frequências semanais, tomou-se hoje o centro de todo o processo de intercâmbio comercial entre os povos do Huambo, Bié, Moxico e de outros pontos.

A vila do Munhango, no Cuemba, regista com frequência a afluência de passageiros que embarcam com produtos para comercializar noutros mercados, com realce para o mel bruto e alguns produtos culturais. O produtor de mel António Chivela adianta que tem recebido com regularidade solicitação de mel por compradores de Luanda, Benguela e Moxico, por considerarem a zona a melhor na produção natural do produto, a nível do país.

## 10.4 Protecção Civil realiza campanha de sensibilização

*Jornal de Angola*

*4 De Agosto de 2016*

O Comando Municipal de Protecção Civil e Bombeiros, no Cazenga, em Luanda, realiza desde segunda-feira, acções de sensibilização e entrega de cartilhas nas comunidades para a redução de riscos, calamidades e desastres naturais na época chuvosa.

A campanha, segundo o comandante municipal do Cazenga, José Baltazar, é extensiva a todos os municípios e distritos da província de Luanda no sistema porta-a-porta.

A campanha tem como objectivo reforçar a capacidade dos líderes comunitários, autoridades tradicionais e presidentes das comissões de moradores, para persuadir as pessoas que vivem em zonas consideradas de risco.

O comandante municipal disse que após esta fase, o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros vai realizar seminários com os administradores comunais, presidentes das comissões de moradores e representantes da sociedade civil, para avaliar e analisar as situações críticas quando chove. José Baltazar pediu a população para colaborar neste.

Grande desafio O município do Cazenga tem sido um dos mais afectados pelas chuvas, daí a preocupação do Serviço de Protecção Civil em prevenir as calamidades.

Cazenga, um dos sete municípios da província de Luanda, conta com as comunas do Tala-Hadi, Cazenga e Hoji-ya-Henda.

## 10.5 AADIC quer punição severa contra administradores das centralidades do Kilamba e Sequele

*Jornal Manchete*

*05 De Agosto de 2016*

*Texto: Orlando Hocha*

A Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC), solicitou recentemente, às autoridades afins no sentido de sancionarem severamente, os administradores das Centralidades do Kilamba e Sequele, em Luanda, ou puni-los com base aos artgs. 7º, 19º da Lei nº3/10 de 29 de Março - Lei da Probidade Pública, que remete para as aIs). b, d, m do

art. 21º, 23º, nº 1, 3 do 39º ambos da CRA ; e outras legislações avulsas.

A intenção vem expressa na carta que esta organização endereçou à ministra do Ambiente, Fátima Jardim, na qual aborda questões inerentes ao "Desequilíbrio Ambiental na Relação do Consumo".

De acordo com o documento, a AADIC tem vindo a constatar a materialização por dolo na feitura de queimadas ou fogo posto nos espaços verdes das Centralidades do Kilamba e do Sequele, prática aceite pelos administradores das referidas cidades.

Para a organização, tal acta além de devastar a cintura verde da cidade; coloca em risco de vida os Moradores (Consumidores), visto que a prior circulam e estaciona-se viaturas todos os dias dos utentes (Consumidores).

"Ainda assim; tais queimadas têm vindo a danificar as árvores colocadas pelo Estado Angolano; que ao nosso entender as mesmas equilibram o ecossistema e o Meio Ambiente.", sublinha.

Adiante, apresenta uma argumentação jurídica, segundo a qual, todos têm direito de viver num ambiente sadio e não poluído, bem como o dever de o defender e preservar. "A Lei pune os actos que ponham em perigo ou lesem a preservação do Ambiente (ns" 1,3 do art.39º da CRA).", defende a AADIC no seu documento, no qual acrescenta que "Entendemos que o Consumidor que aderiu a este projecto, não só pagou pela moradia; mas como tal para os espaços verdes, estacionamento, áreas de lazer, etc. Sendo relevante os princípios fundamentais disposto no art. 89º aI). b nº1 da CRA que assenta: A organização e regulação das actividades económicas assentam na Garantia Geral dos Direitos e liberdades económicas em geral, na valorização do trabalho, na dignidade humana e na justiça social, em conformidade com os seguintes princípios fundamentais a defesa do Consumidor e do Ambiente."

#### Qualidade de vida precária

Ainda de acordo com a AADIC, tendo como acção a queima de capim e o abate indiscriminado de árvores (estas violações desvirtuam o plano de plantação, arborizações e jardinagem da urbanização) sem a sua substituição conforme determina a Lei de base do Ambiente Lei nº5/98 de 19 de Julho nos seus artgs. 6º,9º, 12º, 13º, 14º, 19º,21º; a qualidade de vida dos habitantes será vaiado ou mesmo precária.

Defende, por outro lado, que o meio ambiente é um recurso escasso, razão porque se deve sempre ter em conta o seu uso racional, aplicar desenvolvimento sustentável, preservar o bem, para as gerações vindouras (art. 5º ai). a, b, da Lei nº 5/98 de 19 de Junho).

Ainda no que respeita à alegada punição aos administradores das centralidades acima referenciadas, a AADIC é de opinião de que haja a intervenção Direita do Ministério Público nos termos da ai). d do art. 186º da CRA, bem como o asseguramento da justiça, pelo Provedor de Justiça.

#### Proposta

Perante os actos acima mencionados, aquela organização dos direitos dos consumidores propõe no documento que temos vindo a citar, a criação de Gabinetes a nível destas Urbanizações para maior fiscalização e controlo, bem como que se faça divulgação ambiental para conhecimento público (Consumidores) e a aplicação de multas para as entidades Públicas e Privadas que praticam actos lesivos ao Meio Ambiente.

"Que ao invés de queimar o capim, optassem em cortar atempadamente solicitando apoio aos Moradores (Consumidores) no âmbito do bem-estar em comum e convocar os moradores das referidas centralidades para que se faça campanhas de plantações de árvores."

Sem desdramatizar, AADIC pensa ser um acto medíocre - queima de capim - por parte de quem tem o dever, obrigação e responsabilidade em manter o espaço verde ou se assim for a cintura verde em vigor nestas Centralidades.

"Profundamente, contristar-nos senão houver uma intervenção telegrafa e urgente por parte da entidade de Direito, teremos a breve trecho Centralidades cuja aparência será de um campo de futebol (Estádio 11 de Novembro) que no caso desvirtuaria o plano arquitectónico e urbanístico, para o qual foram concebidas."

A terminar a AADIC diz não haver justificação plausível para tão Diabólico acto.

De recordar que o dossier em causa é, igualmente, do conhecimento do Procurador-Geral da República de Angola, Provedor de Justiça, Governador de Luanda, Directora Geral do INADEC, bem como os administradores das respectivas Centralidades.

## 10.6 Pânico no Cazenga

*Jornal Liberdade*

*05 De Agosto de 2016*

*Texto: Kalunga Dos Santos*

O estado das estradas do município do Cazenga, quando chove é lastimável, os bairros ficam todos inundados, não há por onde escorrer as águas, o que nós vivemos é um esforço para nos deslocarmos, Disse o município Alberto Domingos.

Alberto salientou ainda que as consequências das chuvas são muito grave, tanta gente abandona as suas casas por causa das cheias, surgem cobras depois de alguns dias e outros insectos, portanto este seria o melhor tempo para resolverem a situação das valas de drenagem para não remediarem na época chuvosa.

Por sua vez, Pedro Miguel morador do bairro da Cuca, afirmou, que os acidentes na rua directa da Nocal "Siga": tem sido constante por falta de iluminação pública e o mau estado da via.

Há quatro meses, um jovem caiu de noite com uma motorizada, num buraco. Isso só ocorreu por falta de iluminação na via que liga Cuca e a Nocal, avançou.

Miguel acrescentou, que as empresas que têm trabalhado na reabilitação das estradas do município do Cazenga têm pecado bastante, escavam as ruas e não tapam os buracos retiram -se e não põem quaisquer sinalizações por cima a fiscalização é incompetente.

Jornal LIBERDADE - a remoção das viaturas na via pública, não é da responsabilidade da fiscalização?

Pedro Miguel, respondeu que "a fiscalização só fica esperta a levar carros que estão bons, porque eles sabem que o dono ao ir receber a viatura vai ter que pagar dinheiro, por isso é que eles não removem as sucatas, espalhadas em todas as ruas do Cazenga"

Miguel acrescentou ainda que "a requalificação do município do Cazenga, que está a ser feita nos arredores da administração, não está ser feita de maneira adequada. Nós moradores dos bairros, não estamos a ver nada daquilo que é a verdadeira requalificação.

Morrem pessoas nas estradas todos os dias por falta de pontes aéreas, iluminação pública, passadeiras por cima das curvas e o governo provincial de Luanda que é responsável pela colocação das pontes estão a olhar impavidamente a situação, acrescentou Pedro Miguel.

Gostaríamos de apelar ao administrador, Victor Nataniel Narciso ou as entidades de direito que velam pela construção das infra-estruturas do município do Cazenga para fortificarem à fiscalização das obras para que as mesmas sejam de qualidade aos residentes e não só, afirmaram os municípios.

Caso isso não aconteça o governador Higinio Lopes Carneiro, havia dito que os administradores que não merecerem a confiança dele e do povo serão substituídos, então que substitua já aqueles que até no tempo seco não conseguem terraplenar as vias e criar valas de drenagem para a população, disse.

## 10.7 Famílias nos Gambos diversificam culturas

*Jornal de Angola*

*09 De Agosto de 2016*

Um total de 1.118 famílias do município dos Gambos, 137 quilómetros a sul da cidade do Lubango, estão integradas num processo de plantação de mandioca e de batata-doce, culturas resistentes à seca, no sentido de diversificar a dieta alimentar na região, afectada por estiagens cíclicas. Citado pela Angop, o representante da FAO na região sul, Matteo Tonini, afirmou que o programa permitiu plantar 20 mil estacas de mandioca numa área de 20 hectares para distribuir às famílias.

## 10.8 ANASAMBA pretende apoiar administração na resolução de problemas

*Jornal O PAÍS*

*10 De Agosto de 2016*

O presidente da ANASAMBA, Paulo Jorge Magueijo, disse que um dos objectivos da agremiação é auxiliar a administração local a identificar e resolver os problemas que mais afectam os municípios.

Deste modo, o responsável salientou que as questões ligadas ao saneamento básico serão uma das prioridades de actuação.

" Nascemos e crescemos no distrito da Samba e conhecemos profundamente as dificuldades dos municípios", disse.

Com 1000 associados, a agremiação vai sobreviver com os fundos do negócio criado pelos seus membros, tal como afirmou o líder.

Justificou que por este motivo foi reservado um espaço na sede para a montagem de uma gráfica, no entanto, a ajuda dos parceiros será indispensável.

Concluiu que a ANASAMBA brevemente vai criar bibliotecas em três escolas do distrito e já no próximo mês será feita a doação de material didáctico e carteiras na escola 1001.

Sócia nº1 não esconde a alegria

Dona Mabunda, como é carinhosamente chamada, é membro número um da ANASAMBA. A veterana de 71 anos, em depoimento a O PAÍS, disse estar muito satisfeita com a inauguração do novo espaço.

" Hoje não fui vender para estar aqui. Estou muito feliz", disse.

Concluiu que vai-se esforçar para participar das actividades que a Associação pretenda desenvolver.

## 10.9 Identificadas áreas de risco

*Jornal de Angola*

*11 De Agosto de 2016*

O Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros identificou áreas com forte risco de desabamento de terras na encosta da Boavista, localizada no município de Luanda, disse, na quarta-feira, o porta-voz na província de Luanda do órgão operativo do Ministério do Interior.

Faustino Minguês, que falava à Angop, informou que a identificação de áreas de risco foi feita em Julho, mês em que se iniciou uma campanha de sensibilização na província de Luanda, que decorre até finais deste mês de Agosto..

"A Comissão Provincial de Protecção Civil tem trabalhado com as administrações municipais para evitar desastres, principalmente durante a época chuvosa", que se avizinha, salientou Faustino Minguês.

Desde o início da campanha, acrescentou, várias zonas com risco de inundações na época chuvosa foram já identificadas nos distritos urbanos do Sambizanga, Ingombota, Kilamba Kiáxi, Maianga e Samba, pertencentes ao município de Luanda. A maior parte das áreas em risco está localizada no interior dos bairros, um problema já inserido no planeamento de contingência para a preservação de vidas humanas e bens, garantiu Faustino Minguês.

A campanha já está no município de Cacuaco e deve abranger todos os bairros da municipalidade. Os

efectivos do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros envolvidos na tarefa estão a interagir com moradores, que, por esta via, são informados sobre as causas e formas de prevenção de desastres. Com uma extensão de 24.651 quilómetros quadrados, a província de Luanda é integrada pelos municípios de Luanda, Cazenga, Cacuaco, Viana, Belas, Icolo e Bengo e Quiçama.

## 10.10 A administração da Samba propõe transferência de moradores em zona de risco

*Jornal O PAÍS*

*10 De Agosto de 2016*

*Texto: Afrodite Zumba*

Os cidadãos residentes em zonas de risco no distrito urbano da Samba, nomeadamente na montanha e ao longo da orla marítima, poderão ser transferidos para outras localidades, tal como afirmou ontem, em Luanda, a administradora adjunta para a Área Técnica, Madalena Manuel.

Segundo a responsável, a instituição já efectuou o cadastramento dos moradores e encaminhou a proposta à Comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL) para o devido aval.

Salientou que a medida visa assegurar a população ali residente, de modo a que não estejam expostos a perigos, citando como exemplo, os deslizamentos de terra e desabamento de casas durante o período chuvoso que se avizinha.

Entretanto, a responsável não revelou a data nem o local em que esta população será realojada, caso a proposta seja aceite pelo CACL.

Madalena Manuel, que falava à imprensa após a inauguração da Associação dos Naturais & Amigos da Samba (ANASAMBA), esclareceu que, a par desta medida, também têm sido feitos os desassoreamentos das valas do distrito pela Unidade Técnica de Gestão do Saneamento de Luanda (UTGCL). "

Temos as condições mínimas preparadas", disse. Sobre o mesmo assunto, a entrevistada disse que a população tem dificultado a limpeza das valas, uma vez que continuam a deitar lixo nas mesmas.

Concluiu que a Administração do distrito vai trabalhar em parceria com a ANASAMBA de forma a garantirem melhores condições de habitabilidade e bem-estar dos munícipes.

## 10.11 Protecção Civil avalia impacto da seca

*Jornal de Angola*  
12 De Agosto de 2016  
Texto: João Upale

Uma delegação da Comissão Nacional de Protecção Civil trabalhou durante dois dias no Namibe, onde avaliou, entre terça e quarta-feira, as necessidades pós-desastres e uma recuperação.

O objectivo principal da deslocação ao Namibe prende-se com a avaliação do impacto da seca e a definição de um plano de recuperação de curto, médio e longo prazos, conforme assegurou a consultora da Comissão, Teresa Rocha.

Depois de trabalhar no Cunene e na Huíla e agora no Namibe, Teresa Rocha, que encabeça a delegação, declarou à imprensa que a Comissão pediu apoio às Nações Unidas para fazer a avaliação do impacto da seca nessas províncias.

A preocupação assenta na vertente da saúde, agricultura, educação e finanças, para apurar os efeitos da seca e definir um plano de contingência de curto, médio e longo prazos. Com este plano, vão ser identificadas depois as principais necessidades, acções que "nós temos que levar a cabo, para criarmos então essa resiliência a nível dessas províncias", disse Teresa Rocha.

A consultora da Comissão Nacional de Protecção Civil lamentou ter encontrado algumas dificuldades no desenrolar do processo há já alguns meses, por inexistência de alguns dados gerais.

No seu entender, a educação da população em zona de risco constitui ainda preocupação da Comissão Nacional de Protecção Civil, um motivo suficiente para serem traçadas as medidas cautelares para, em caso de catástrofes naturais, haver intervenção.

Teresa Rocha disse que a Comissão deve encontrar, dentro de quatro meses, mecanismos para apoiar, com alguns bens alimentares e de primeira necessidade, as populações alvo nas províncias afectadas, uma vez que as reservas existentes podem terminar dentro de pouco tempo.

## 10.12 Benguela em estado de alerta para o início das chuvas

*Jornal O PAÍS*  
15 De Agosto de 2016  
Texto: Zuleide de Carvalho

Inicia-se hoje, Segunda-feira, 15 de Agosto de 2016, a época pluviosa, em simultâneo com o período balnear. Para tal, e devido à catástrofe que no ano passado devastou o município do Lobito em particular, e a província de Benguela em geral, as Administrações Municipais do Lobito, Benguela e Cubal, bem como os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros, têm estado a munir-se de estratégias que diminuam a probabilidade de ocorrência do nível de destruição que marcou negativamente a região no mês de Março de 2015.

Os três municípios em destaque foram os mais afectados pelas cargas pluviométricas do ano passado. Na cidade dos flamingos (Lobito) registaram-se 71 vítimas mortais, 375 casas desabaram por completo e 501 ficaram inundadas. De acordo com o administrador municipal do Lobito, Alberto Ngongo, na base das acções que têm sido concretizadas desde finais de Junho, esta a orientação firmada pelos Serviços de Protecção Civil, que expressa que na fase decorrente de Maio a Agosto, as valas de drenagem das águas, num total de 40 Km de extensão, têm de ser limpas. Todavia, alegando impedimentos financeiros, Alberto Ngongo adiantou que, com os apoios empresariais obtidos, apenas 24 Km dos canais serão alvo de limpeza, fundamentalmente no Bairro do Liro, CaLumba, Africano e no Bairro da Luz. Para este último, o administrador declarou que é necessária maquinaria que os empresários locais não possuem, logo, aguardam por auxílio de Benguela, Baía Farta ou mesmo de Luanda. Ngongo admitiu que as operações em andamento não são suficientes, afirmando: "este trabalho não resolve tudo, porque a solução seria uma intervenção geral." Dependente da conjuntura económica nacional, para minimizar os possíveis danos, o dirigente invocou o comportamento cívico dos lobitangas ao se desfazerem dos resíduos sólidos.

Clementino, um motoqueiro que trabalha na zona alta do Lobito, preocupado com as cargas chuvosas que se aproximam, defende que as limpezas deveriam ocorrer frequentemente e em todas as áreas, assim, afirmou que "as outras valas que estão lá nos "becos" não estão a ser limpas". Por outro lado, o município Adelino mostrou contentamento por ver máquinas a trabalhar nas valas e acredita que com isso, doenças poderão ser evitadas.

Em 2015, no município sede, mais de uma dezena de cidadãos morreram, tendo desmoronado mais de duas centenas de habitações. Para este ano, Leopoldo Muhongo, administrador municipal de Benguela, afirmou; "Temos o trabalho de casa minimamente feito. Mas, obviamente, não podemos medir o nosso grau de prontidão porque depende da quantidade de chuva que se irá abater sobre o nosso território".

Resumiu as medidas preventivas levadas a cabo que consistem na limpeza, alargamento e manutenção das valas, realojamento de 360 famílias outrora residentes na Zona B próximo ao rio Uche, área de extremo risco, a quem foram cedidos lotes de terrenos em zonas seguras, na mesma localidade. Portanto, nessa região, os rios Cavaco, Coringe e Uche, passíveis de transbordar com a queda de fortes chuvas, são os alvos que carecem de maior atenção. Muhongo defende que é importante ter em consideração que "os rios têm vida. Deste modo, até mesmo quem não vive em perigo hoje, poderá estar em zona de risco amanhã". E para evitar fim semelhante à tragédia que a província viveu há pouco mais de um ano, o administrador alega que é imprescindível reforçar os diques de protecção dos rios.

Já no interior da província, os danos mais significativos causados pela precipitação atmosférica no Cubal foram agrícolas, com a dizimação de vários hectares de plantações, que ficaram totalmente alagados. Carlos Guardado, administrador municipal, assegurou que o rio Cubal está a ser alvo de intervenções em duas barragens, a terminar até final de Agosto, para garantir melhor capacidade de retenção das águas. Contudo, salientou Guardado, haverá motivo de alarme se as precipitações tiverem intensidade superior a 15 milímetros.

**Bombeiros preparam-se para agir**

O corpo de bombeiros conta com perto de 900 efectivos, divididos entre os quartéis de Benguela e Lobito, os únicos municípios com infra-estruturas e meios disponíveis. O comandante provincial dos Bombeiros, José Horácio, lamenta a inexistência de unidades nos demais 8 municípios da província e reconhece que não dispõem de equipamentos nem de viaturas suficientes para cobrir mais do que três ocorrências ou calamidades, que sucedam em simultâneo em cada uma das localidades onde estão instalados. Contudo, uma vez que hoje arranca a Estação das chuvas e a época balnear, estão a trabalhar, diz, "para garantir a segurança da população", asseverou o comandante Horácio, que acrescentou: "temos sistemas de monitorização que nos transmitem dados sobre os rios Coporolo, Cavaco e Catumbela".

Por outro lado, torres de vigilância serão recolocadas nas praias a partir de hoje e o número de bombeiros mergulhadores será incrementado, e estes estarão atentos aos banhistas, prontos para agir em casos de afogamento ou outros incidentes marítimos.

### 10.13 Cuemba busca recursos na exploração de madeira

*Jornal de Angola*

*16 De Agosto de 2016*

*Texto: Manas Da Costa*

A Administração do Cuemba desenvolve um conjunto de acções para regular a exploração' de madeira na região. O município tem 13.250 quilómetros quadrados de superfície, 40 por cento dos quais ocupados por zonais florestais.

A exploração regulada e sustentada de recursos florestais pode aumentar os rendimentos do município, disse ao Jornal de Angola a administradora local, Laurinda Capocolola. As localidades de Muambalo, na comuna do Munhango, e Caita, na de Sachinemuna, são as áreas seleccionadas para o início do projecto.

Laurinda Capocolola disse que estão registados vários investidores interessados na exploração de madeira. Outros, que procediam ao abate de árvores de forma ilegal, procuram legalizar-se junto da administração municipal.

A administradora augura que, com este projecto, pequenas indústrias transformadoras comecem a comercializar madeira produzida na província do Bié. A iniciativa tem como perspectiva a redução das importações e contribuir para a diversificação da economia, assim como constituir uma almofada financeira para os serviços administrativos do Estado.

O uso racional das florestas, em obediência a práticas que salvaguardem os aspectos económicos, ambientais, sociais e culturais, pode afirmar-se como um sector decisivo para a criação de empregos e de rendimento de milhares de famílias, disse. Para a administradora do Cuemba, a dimensão do projecto já é uma referência na província.

**Produção de mel**

Outras áreas a serem exploradas com grandes margens de retomo são a produção de mel e de arroz, condicionadas pela falta de uma indústria transformadora e o fraco escoamento.



No presente ano, a apicultura artesanal atingiu perto de 200 mil quilogramas de mel em duas estações. A actividade envolve 380 produtores e 250 colmeias na comuna do Munhango. A produção de arroz, numa área de 40 hectares da comuna de Sachinemuna, cifrou-se em 60 toneladas por ano. O responsável do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA) no Cuemba, Azevedo Selhunga, afirmou que os produtores de mel e de arroz já se conseguem sustentar com a actividade, o que tem permitido melhorar a qualidade de vida da população rural. Azevedo Selhunga disse que, para responder ao aumento da produção de arroz, o município recebeu uma máquina de descasque, que aguarda pela sua instalação e outras componentes técnicas para arrancar. O responsável do IDA referiu, ainda, que neste momento o descasque é manual. A instituição assiste 118 associações de camponeses e 18 cooperativas agrícolas no município do Cuemba.

#### Comboio da paz

O comboio é o principal meio de transporte dos produtos do Cuemba para outras zonas da província e do país. A reposição do funcionamento do Caminho de Ferro de Benguela representou um alívio para a população da região.

Os produtores da região consideram insuficientes as duas viagens semanais, feitas pelo comboio no percurso Huambo-Bié-Moxico, mas afirmam que esta é a principal alternativa para o escoamento das colheitas, devido ao grande desconforto que representa o uso da estrada nacional 250. O comboio, afirmam, tomou-se o centro de todo o intercâmbio comercial entre os povos do Huambo, Bié, Moxico e de outros pontos do país.

#### Actividade comercial

A localidade do Munhango, município do Cuemba, regista grande movimentação nos dias das viagens do comboio. Muitos são os passageiros que embarcam com produtos para comercializar noutros mercados, com realce para o mel bruto. O produtor de mel António Chivela afirmou ao *Jornal de Angola* que recebe com regularidade encomendas de Luanda, Benguela e Moxico.

Os clientes consideram o produto da região o melhor do país, gabou-se o apicultor.

O mel de abelha é composto por cerca de 80 a 90% de carboidratos, pequenas quantidades de enzimas, aminoácidos, minerais, oligo elementos, vitaminas e poli fenóis. O aroma, paladar, coloração, viscosidade e as propriedades funcionais do mel têm uma relação

directa com a fonte do néctar que o originou e também com a espécie de abelha que o produziu. Estudos demonstram que o mel possui propriedades antimicrobiana, antiviral, antiparasitária; anti-inflamatória, antioxidante e anticarcinogénica. A mistura de açúcares do mel é composta na sua maioria por frutose e glicose.

O mel pode conter também boas quantidades de colina, essencial para a função cerebral e cardiovascular, bem como para a composição da membrana celular.

Além do consumo normal nas refeições, o mel é utilizado para fins medicinais, no combate a doenças respiratórias, e produção de cosméticos.

## 10.14 Campanha termina hoje

*Jornal de Angola*

*17 De Agosto de 2016*

A segunda fase da campanha de sensibilização de riscos e desastres que teve início em Julho, em Luanda, para prevenir incidentes e perda de vidas humanas, termina amanhã, no município de Viana. Em declarações à Angop, o porta-voz do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino "Sebastião", disse que em Viana, a campanha está a ser marcada pelo contacto com os membros das comissões de moradores, assembleias de condomínios, associações, autoridades religiosas e tradicionais, para que sejam capacitados para prevenir os desastres, principalmente na época chuvosa.

Com a participação de membros de equipas técnicas da administração municipal, a campanha incide, igualmente, em educar as populações para que deixem de contribuir em zonas de risco e não deitar lixo nas valas de drenagem ou pontos de passagem de águas pluviais e residuais.

"Os populares nestas condições devem ser sensibilizados, preparados e prevenidos sobre as possíveis calamidades, realizando palestras, encontros, conselhos úteis sobre vários temas", referiu Faustino Sebastião. "Temos trabalhado em conjunto para evitar alguns danos causados por desastres naturais, como os desabamentos de terra, queda de árvores, inundações devido as fortes chuvas", esclareceu.

A intervenção da população, segundo o porta-voz, depende do tipo de desastre, mas no caso de fortes chuvas, ela ajuda na evacuação da comunidade em situações de inundações.

"A elaboração de um bom Plano Nacional de Contingência contra desastres naturais deve ter em conta a participação responsável dos cidadãos e da sociedade civil, com quem as administrações municipais e distritais podem partilhar ideias, planos e serviços", disse Faustino Sebastião.

### 10.15 Projecto siderúrgico do Cutato e Cuchi envolve USD 226 milhões

*Jornal O PAÍS*

*18 De Agosto de 2016*

*Texto: Borges Figueira*

Duzentos e 26 milhões de dólares é o valor investido no Projecto Integrado Minero-siderúrgico do Cutato e Cuchi, na província do Kuando Kubango, que prevê produzir anualmente 500 mil toneladas de ferro gusa, segundo uma nota de imprensa do Ministério da Geologia e Minas.

De acordo com a nota, o projecto minero-siderúrgico do Cutato e Cuchi do investidor-operador Modulax, que arranca no próximo ano (2017), prevê a criação de mais de 3 mil e 500 postos de trabalho directos. Actualmente, decorre a montagem de infraestruturas electromecânicas, ao mesmo tempo que acontece a instalação do primeiro dos três altos fornos para a produção de ferro gusa e o apetrechamento das 50 suites para acomodar os técnicos.

O projecto está a ser executado em duas fases. A primeira vai ser concluída em Fevereiro do próximo ano, com as obras principais quase a cem por cento na mina do Cutato, onde estão a ser instalados os fornos e concluída à zona residencial. A segunda fase comporta a expansão do projecto a outras áreas e compreende a construção de um ramal do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes até ao interior da mina.

A execução da obra prevê a construção de uma aerogare, com uma pista apta para aviões de grande porte, assim como para receber os equipamentos de apoio e de lazer para os trabalhadores. As obras incluem ainda trabalhos de terraplenagem e asfaltagem de 60 quilómetros de estrada.

O Ministério de Geologia e Minas refere igualmente que "na comuna do Cutato muitas reservas de recursos minerais para a produção de ferro gusa e de outros minérios carecem de estudos para a sua exploração e para promover o bem-estar da população".

A nível local, o Governo Provincial do Kuando Kubango está a trabalhar para recuperar rapidamente o troço Cuchi Cutato, com vista a dinamizar a

circulação de pessoas e bens e garantir o escoamento dos produtos com segurança, tendo em atenção que o projecto está localizado numa área de constante pluviosidade, ou seja, muito chuvosa.

A siderurgia do Cuchi vive uma preocupação especial com a fonte de carvão vegetal. Existem outras fontes, mas a fonte mais utilizada depende da plantação de florestas próprias, apostando-se no reflorestamento e na extracção de madeira nativa em áreas autorizadas. O projecto Cuchi possui uma área reservada para o plantio de eucaliptos, uma planta de fácil cultivo e menos exigente em termos de humidade e de fertilidade do solo.

### 10.16 Desgraças de Luanda vão começar

*Jornal Grandes Notícias*

*19 De Agosto de 2016*

*Texto: Renato da Fonseca*

O drama vai repetir-se. Ruas alagadas e intransitáveis, deslizamento de terras, casas e outras infra-estruturas sociais submersas ou destruídas, lixo em abundância, eclosão de doenças e mortes são o espectro previsível para os próximos meses. Os planos de contingência destas e outras situações continuam "altamente eficazes" no papel, ou apenas funcionam para mitigar problemas de curto prazo.

Todos anos acompanha-se isso. Neste período de caos, a capital angolana em particular, mornamente as áreas periféricas, ficam cobertas de água que transportam todo o tipo de lixo e detritos que acabam por causar outros males. Os esgotos inexistentes ou entupidos criam mais enfermidades e, como já habituou as administrações, vão começar as queixas, quando no tempo seco não se fez nada.

Assim sendo, no período chuvoso, vêm ao de cima todas as deficiências do saneamento básico e limpeza da capital.

Muita gente vai ficar ao relento. Grande número de famílias vão dormir sobre as mesas, outras vão passar noites em claro e em pé dentro dos charcos de água nos seus próprios domicílios e vai-se ouvir gritos aterradores de desespero e pedidos de socorro.

As restrições no fornecimento de energia eléctrica e de água são mais frequentes nesta época e, quem de direito, para justificar o que já não pode ser justificado sem mais nem menos, vão começar a apresentar desculpas para tudo e para nada, tentando encontrar bodes expiatórios em tudo. As inundações, que

anualmente assolam a urbe capital do país derivam do fraco sistema de drenagem e das precárias condições de saneamento básico que devem ser acauteladas em tempo seco. Entretanto, quando se está mal, promete-se de tudo e quando se deve trabalhar, aproveitando o interregno das chuvas, vão para a kizomba. Quando o aperto começa, os desgraçados são as populações, sobretudo aquelas mais carentes. Kilamba Kiaxi, Viana, Cacucaco, Cazenga, Sambizanga, Samba, Ramiros, etc, são um exemplo claro desta situação alarmante. Os problemas a que nos referimos constituem o dilema de sempre dos cidadãos de Luanda e do resto do país. O medo das enchentes e, por conseguinte, de perder tudo, de repente, já é visível nesta altura devido ao facto de nas épocas chuvosas passadas os estragos resultantes das enxurradas terem sido avultados. Aliás, algumas pessoas ainda queixam-se dos efeitos da chuva dos anos passados. O *Grandes Notícias* efectuou um périplo por alguns bairros da urbe e constatou que em muitas zonas nada foi ou está a ser feito para evitar que a calamidade se repita este ano. Os municípios vivem apreensivos e assumem que já esperam que o pior aconteça. Todos os anos a desgraça repete-se em bairros como Caop de Viana, Sapú, Calemba 2, Cazenga Popular, em que os sacos cheios de areia têm sido insuficientes para conter a fúria das águas da chuva e impedir que as árvores tombem, os solos sejam arrastados para as zonas mais baixas e os danos resultantes aumentam todos os anos. Os bairros da Samba, Boavista, entre outros também se transformam num autêntico panorama de outro mundo quando chove. As soluções a que as pessoas destas zonas recorrem para evitar que a terra seja arrastada e suas habitações deitadas abaixo têm sido meramente paliativas, nem contam com o apoio das edilidades locais. Elas clamam por medidas mais eficazes. Quase todas as zonas acima referidas têm as mesmas características: desordenamento territorial de deixar qualquer pessoa com os nervos à flor da pele e pouca capacidade de escoamento das águas da chuva par causa da saturação dos solos. Para piorar a situação, posteriormente surgem doenças relacionadas com a falta de higiene e proliferação de charcos ou águas estagnadas, onde as crianças mergulham na maior inocência longe ou diante dos olhos de indivíduos adultos que desconhecem ou ignoram as normas de salubridade.

As valas de drenagem construídas com vista a minimizar as enchentes não têm sido suficientes para o efeito.

Algumas são transformadas em contentares de lixo, à falta de locais próprios onde a população o possa fazer e também por falta de recolha constante.

António Domingos, residente no bairro da Sapú 2 considera que o seu bairro precisa de uma requalificação, uma vez que quando a chuva cai as águas alagam completamente as vias de acesso e paralisam as actividades dos comerciantes e não só, chegando ao ponto de moradores terem que deixar as suas casas durante o tempo chuvoso.

"Neste bairro e noutros há casas em melhores condições, mas as pessoas não imaginam o que se passa nos quintais e no interior das mesmas quando chove": disse acrescentando depois que tem dois filhos, os quais já foram, tempos atrás, evacuados para o hospital, vítimas de diarreia e malária por causa das águas estagnadas resultantes das chuvas. Há décadas que ele mora naquela zona e o drama repete-se todos os anos, mas ninguém faz nada.

"Sofremos bastante. Ficamos sem saber o que fazer para mudar o cenário. Já tentamos resolver o problema através da colocação de entulho nas ruas mas o esforço redundou num fracasso", salientou a fonte, acrescentado que não se conseguiu resolver este problema, que causa sérios transtornos à população que ali reside, inclusive na saúde, pois as águas paradas são propícias para os mosquitos. A época das chuvas aproxima-se e aumenta o risco de contaminação da malária e da febre-amarela.

"O problema principal das cheias em Angola não se resolve só com infra-estruturas, resolve-se também com atitude que os angolanos precisam ter com este ciclo hidrológico" disse salientando que "o bairro da Sapú é uma zona naturalmente vulnerável, então porque é que se mantém a população ali? Se a população está ali então vamos educá-la para quando vierem as cheias mandá-los para zonas seguras", questionou.

## 10.17 Exploração da madeira é diminuta

*Jornal de Angola*  
19 De Agosto de 2016

A exploração de madeira na província do Cunene está aquém do potencial da região que detém recursos florestais em abundância, afirmou ontem o director da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pesca.

Dinis Pacavira referiu que a baixa exploração da madeira se deve à existência de apenas três operadores legalizados na região que desenvolvem trabalho de exploração e duas pequenas indústrias de transformação. A província do Cunene é rica em madeira e pode desempenhar um papel fundamental

no programa de diversificação da economia, "razão pela qual são convidados os empresários nacionais e estrangeiros a investirem no sector", afirmou.

Fruto dessa necessidade, o responsável sublinhou que a instituição desenvolveu um plano de levantamento das áreas de exploração, com o objectivo de dinamizar o sector de corte e de transformação de madeira, através da criação de oportunidades e incentivos para empresários florestais.

Dinis Pacavira garantiu que o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) continua a desenvolver acções de sensibilização junto dos concessionários, no sentido de fazer o repovoamento, não apenas na área de exploração, mas também através da criação de polígonos florestais para equilibrar o ambiente.

Dados estatísticos do IDF indicam que Cunene dispõe de uma capacidade anual de exploração de 15 mil metros cúbicos de madeira, distribuídos pelos municípios de Cuvelai, Cuanhama, Namacunde e Cahama.

## 10.18 Sinistrados das chuvas no Cubal ainda nas zonas de risco

*Jornal O PAÍS*

*19 De Agosto de 2016*

*Texto: Zuleide de Carvalho*

No Cubal, um dos municípios do interior de Benguela, a primeira quinzena de Janeiro de 2016 ficou marcada por descargas pluviométricas que destruíram e alagaram casas e plantações inteiras, em três bairros: Mucucu, Tinguita e Calomanga.

O bairro do Mucucu, onde vivem mais de 200 pessoas, dista sensivelmente um quilómetro do centro do município, e foi um dos mais lesados quando o rio Cubal transbordou, uma vez que grande parte das casas foram construídas sobre a margem do curso de água. Decorridos oito meses e iniciando-se nova estação chuvosa, os sinistrados a quem, alegadamente, a Administração Municipal cedeu terrenos noutra área, residem ainda nas mesmas moradias, que foram reconstruídas após a devastação que a chuva deixou. O Soba Manuel Penda partilha a preocupação dos seus vizinhos. Consternado, afirmou: "disseram que iriam entregar terrenos na Cassiva, mas, desde aquela data, daqui do Mucucu, deram lotes a menos de 10 pessoas (...) e todo o bairro está em zona de risco."

Remigio Júlio, um ex-residente da área, declarou: "a minha casa também foi afectada, saí de lá à noite, às

23h, e nunca mais voltei. Mudei-me para o bairro da Calomanga, onde vivo num anexo, na casa do irmão da minha mãe". Quanto à nova localidade onde poderão ser realojados, o jovem não vê aprovação por parte dos residentes, pois "o povo da Cassiva não aceitou que gente do Mucucu fosse para lá viver e ocupar os terrenos dados pela Administração. Disseram que são terras dos seus avós e têm promessas de feitiço". Perante essa suposta barreira, "as pessoas voltaram para o Mucucu e estão a construir aqui de novo porque não têm para onde se dirigir", concluiu Remigio. O senhor Justino vive no Mucucu desde a época pré- independência. Já presenciou duas cheias, em 2008 e em 2016, e diz que a última foi a pior. Preocupado com a vinda de mais chuvas, declarou que se o Estado lhe der um terreno, está disposto a "sair daqui hoje mesmo, para que as minhas crianças não morram, (...) mas não recebi terreno". A sua casa desmoronou em Janeiro, porém, voltou a construir no mesmo sítio em 30 dias, porque os seus filhos precisavam de um abrigo. Confessou que teme ir viver para o bairro da Cassiva, dizendo: "não posso ir para um terreno só com promessas, estamos todos com dúvidas, temos medo".

Armando Bendrau, director da Área Social da Administração Municipal do Cubal, discordou das declarações dos sinistrados e defendeu que "todas as pessoas nestas condições, têm os seus terrenos aqui (na Cassiva). E receberam os documentos de concessão de terreno".

De acordo com o responsável, 114 famílias habitavam em áreas de risco, ficaram sem os seus bens e casas, por isso, "procurámos uma área que lhes possibilitasse viver de forma relativamente digna. Até agora, por várias razões, as pessoas não começaram a construir", justificou.

Segundo Bendrau, nas zonas onde viviam, os cidadãos tinham espaço para o crescimento da família ao seu redor e, mudá-las para outra região implica separações' o que cria conflito de interesses. Outro potencial motivo é a proximidade do rio, uma vez que o Mucucu está sobre as suas margens e o bairro da Cassiva situa-se a cerca de 3 Km das águas fluviais, estando em causa também a fertilidade da terra em que habitam' pois na nova área de residência não se pratica agricultura, nem pastorícia. O director reforçou que o lotes cedidos têm de ser ocupados e reconheceu o dever de "educar e persuadir as pessoas a virem viver para aqui, mas também não podemos deixar de defender os hábitos e costumes daqui da terra."

No bairro da Cassiva, perto de 23 hectares de terra foram parcialmente ordenados com lotes de 20x20m,

onde estão integrados os residentes antigos e há espaço para novos habitantes' os sinistrados transferidos dos bairros do Mucucu, Tinguita e Calomanga. Entre Março e Abril de 2016, foram cedidos 114 lotes que, longe do poder das águas do rio, aguardam até hoje pelos novos ocupantes.

### 10.19 Pára-raios instalados no Huambo

*Jornal de Angola*

*20 De Agosto de 2016*

*Texto: Justino Vitorino*

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros na província do Huambo desenvolve, há algum tempo, uma campanha de sensibilização Junto das comunidades urbanas e rurais para a prevenção de calamidades na época das chuvas.

O órgão operativo do Ministério do Interior realiza esta campanha com o objectivo de desencorajar a população a construir moradias em zonas consideradas de grande risco, como à beira dos rios junto a condutas de água, de cabos de alta tensão, de linhas férreas e em terrenos inclinados.

O chefe do Gabinete de Comunicação e Imagem do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Abel Kangombe, disse que a campanha tem como finalidade acabar com as construções anárquicas em locais impróprios e reduzir os incidentes registados, principalmente na época das chuvas.

Abel Kangombe assegurou que os efectivos do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros estão prontos para acudir eventuais casos que possam ocorrer na província na época das chuvas, que teve início a 15 de Agosto.

Abel Kangombe lembrou que, no ano passado, morreram 62 pessoas e 42 ficaram feridas em consequência das chuvas torrenciais que caíram na província do Huambo, onde foram destruídas 329 moradias.

No mesmo período, de acordo com dados estatísticos do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, 1.211 pessoas ficaram desabrigadas na província do Huambo. "As chuvas destruíram também centenas de escolas, centros e postos de saúde, postes de iluminação pública, pontes, igrejas de distintas denominações religiosas e campos agrícolas." Abel Kangombe informou que os municípios mais abrangidos foram Bailundo, Mungo, Londuimbali, Ecuinha, Cachiungo, Longonjo, Chinjenje e Chicala Cholohanga; a comuna da Calima, no município do

Huambo, e os bairros periféricos de Candimba, Chivela, Calobringo e Calilongue.

No Huambo, disse Abel Kangombe, o órgão operativo do Ministério do Interior registou 105 afogamentos em rios, cacimbas, charcos e valas, sendo a maioria das vítimas crianças da faixa etária dos sete aos 15 anos de idade.

O responsável pelo Gabinete de Comunicação e Imagem alertou para a necessidade de as pessoas não ficarem abrigadas próximo de cabos eléctricos durante a chuva, por, na província do Huambo, caírem constantemente raios no período das chuvas.

Abel Kangombe anunciou que o Serviço de Protecção Civil e Bombeiros vai, nos próximos dias, distribuir sistemas de pára-raios, para prevenir a morte de pessoas que possam ser vítimas da queda de raios na época chuvosa.

Os pára-raios já se encontram na província do Huambo e vão ser montados nos municípios de Ecuinha, Caála, Longonjo, Bailundo, Londuimbali, Mungo, Cachiungo e nas comunas da Calima e Chipipa, consideradas áreas com maior casos de calamidade. A montagem de pára-raios está inserida no programa do Executivo de combate às catástrofes naturais na região. "Quando chover, os adultos devem evitar que as crianças frequentem ou se aproximem das valas de drenagem, além de que as populações não devem ficar debaixo das árvores", acrescentou o funcionário do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

Abel Kangombe pediu à população da província do Huambo que leve a cabo campanhas de plantação de árvores em zonas consideradas de risco, com vista a prevenir o surgimento de ravinas nas comunidades.

### 10.20 Polícia detém madeireiros ilegais

*Jornal de Angola*

*20 De Agosto de 2016*

*Texto: Ww a PasCoal*

O Serviço de Investigação Criminal detectou, recentemente, no Cuando Cubango, durante uma operação denominada "Tronco", oito empresas ilegais de exploração de madeira, que causaram prejuízos avaliados em 74 milhões de kwanzas por falta de pagamento de Impostos.

A detecção das empresas ilegais foi, ontem, revelada pelo chefe da Repartição Fiscal de Menongue, Stefânio de Castro, que disse terem sido detectadas, nos

municípios de Menongue, Cuito Cuanavale, Cuangar e Dirico, durante uma operação com recurso a dois helicópteros da Polícia Nacional.

Na sequência da operação, foram apreendidos 15 camiões plataforma que transportavam madeira do tipo "mussivi", uma madeira de alta qualidade e bastante apreciada nos mercados internacionais.

Os infractores vão pagar à '0 dinheiro que devem à Conta Única do Tesouro Nacional", por falta de pagamento de impostos, garantiu Stefânio de Castro.

, O chefe da Repartição Fiscal de Menongue tem ainda sob a sua responsabilidade mais cinco processos de empresas de exploração de madeira, que também se furtavam das suas obrigações tributárias e que já foram notificadas para pagarem o que devem ao Estado.

Para Stefânio de Castro, os cerca de 74 milhões de kwanzas que não entraram para os cofres do Estado são uma quantia que "em situação normal, podia servir de quota financeira anual para um dos municípios do Cuando Cubango", daí ter defendido a necessidade de toda a população estar vigilante. O Serviço de Investigação Criminal apurou, durante a investigação, que as oito empresas não tinham licença concedida pelo Ministério do Ambiente e pelo Governo Provincial do Cuando Cubango.

"O não pagamento de impostos por estas empresas acarreta graves consequências, uma vez que todas as receitas provenientes dos impostos entram para a Conta Única do Tesouro, com o objectivo de avolumar o Orçamento Geral do Estado", acentuou Stefânio de Castro" O responsável acrescentou que, havendo fuga ao fisco, o Estado perde muito dinheiro, que podia ser destinado ao saneamento básico, ao pagamento de salários, à recolha de lixo, à aquisição de medicamentos e ao apetrechamento de unidades sanitárias e escolares.

A Repartição Fiscal, acrescentou, tem realizado algumas actividades de sensibilização junto dos diferentes contribuintes da província, um trabalho que está a produzir resultados satisfatórios. Stefânio de Castro informou que o trabalho de sensibilização sobre a necessidade do pagamento de impostos

vai chegar já aos madeireiros, uma vez que "eles têm uma grande importância para o desenvolvimento socioeconómico do país." O responsável da Repartição Fiscal de Menongue insistiu na necessidade da criação de mecanismos para que se ponha fim à exploração de madeira ilegalmente, por causar grandes prejuízos ao sistema de arrecadação de receitas.

## 10.21 Moxico responde aos desafios da diversificação

*Jornal de Angola*

*24 De Agosto de 2016*

*Texto: Samuel António*

A retomada da exploração industrial da madeira na província do Moxico começou de forma tímida em 2014. De lá para cá têm crescido os níveis da produção JI medida que aumenta o envolvimento do sector empresarial privado.

A imposição de limites na exportação de madeira em toro por parte do Governo, entre outras medidas legais e administrativas com a finalidade de se agregar valor à actividade madeireira, resultou num cenário mais atractivo para o investimento em indústrias de transformação de madeira, em particular a de confecção de mobílias.

Quando visitou recentemente a província do Moxico, o Presidente da República convidou os empresários a investirem também no sector madeireiro, tirando o melhor proveito possível dos incentivos do Estado ao investimento privado.

Ao fazer este apelo, o Chefe de Estado levou em conta o histórico da província, que já foi referência nacional nessa actividade, mas também informações sobre a qualidade da madeira dessa região, que desperta cada vez mais interesse dentro e fora do país, sendo o mercado asiático, com a China à cabeça, o que mais procura pela madeira do Moxico.

Com uma reserva florestal calculada em mais de 700 mil hectares, o Moxico aposta seriamente no relançamento da produção madeireira, um sector que no passado colocava a região no alto patamar das mais promissoras do país neste domínio. A crise económica causada pela queda da cotação do petróleo nos mercados internacionais surge como uma janela de oportunidades, para quem procura novos mercados para investir, mas também para aqueles que já trabalharam com a madeira mas que por alguma razão tiveram de parar.

Aliás, no discurso do Presidente José Eduardo dos Santos, na reunião conjunta das comissões Económica e para a Economia Real, ficou assinalada a necessidade de um maior envolvimento do sector privado na exploração de outros bens que sejam exportáveis e que por via disso o país consiga mobilizar mais divisas para o sistema financeiro.

## Programa nacional

O relançamento da exploração de madeira no Moxico não é um caso isolado, e o apelo feito pelo Presidente da República ao sector privado na província nada mais foi do que o tentar despertar desses operadores económicos para a oportunidade que têm de fazer parte activa de um momento histórico da economia nacional, que é de mudança de paradigma em relação à presença do petróleo e das receitas petrolíferas nas contas públicas.

Em relação à madeira, o Governo criou o Programa de Relançamento da Indústria de Madeira, Mobiliário e afins, através do Ministério da Agricultura, em parceria com o Ministério da Indústria, com o propósito de reduzir o défice de produção estimado em mais de 150 mil metros cúbicos de madeira em toro.

O programa prevê impactos importantes no sector de corte e transformação de madeira, mediante a criação de oportunidades e incentivos para os empresários florestais.

A média anual de produção de madeira em toro em Angola está calculada em 360 mil metros cúbicos, o que é manifestamente abaixo das necessidades gerais de consumo, estimadas em cerca de 500 mil metros, segundo dados oficiais.

Com efeito, começa a assistir-se no Moxico uma tendência de redução da importação de mobiliário doméstico, com o surgimento de algumas fábricas. A forte procura funciona como atestado de qualidade da madeira, que no Moxico, diferente de outras regiões, aparece com variadíssimas espécies como o mussivi, muvuca, mumanga, mutete, mulombe, mucula e outras, com grande saída também no sector da construção civil.

## Empregabilidade

Uma das empresas que se dedica à transformação da madeira para a confecção de mobiliário é a de Edivaldo de Oliveira. Considerado como um dos maiores madeireiros desta região, ele destaca os incentivos do Governo aos empresários para o relançamento dessa indústria, que considera promissora e com um grande potencial de empregabilidade. Edivaldo de Oliveira reconhece que a actual fase da economia nacional é de "algum aperto", o que impõe às empresas algum exercício de reorientação do foco do negócio. O industrial fala em necessidade de se apostar em áreas que estiveram "adormecidas", e que podem ter uma palavra a dizer num futuro próximo livre da dependência do petróleo.

Dono de uma licença do Instituto de Desenvolvimento Florestal para exploração de uma área de mil hectares, o madeireiro tem feito diariamente 15 metros cúbicos de madeira em toro, que assume estar ainda aquém de satisfazer a procura interna que aumenta a cada dia com o crescimento da indústria de transformação de madeira, com as fábricas de mobílias, empresas de construção civil, e as solicitações feitas a partir do exterior.

Sem revelar números, o industrial confirma que já exporta madeira em toro em "enormes quantidades" para a China, e que está em negociações para levar o produto a outros mercados, especialmente da Índia, onde se faz sentir uma grande procura da madeira angolana.

"A Índia é o próximo destino", afiança, apelando aos seus colegas do sector a aproveitarem as potencialidades que cada uma das regiões do país oferece, aumentarem a produção e primarem pela qualidade, como premissa para a aceitação dos produtos no mercado internacional.

O crescimento da empresa já permitiu a disponibilidade de 30 postos de trabalho para jovens, entre operadores de máquinas, motoristas, marceneiros, carpinteiros e mecânicos, o que é particularmente significativo numa região onde os níveis de desemprego ainda são preocupantes, a despeito dos programas que estão a ser desenvolvidos para minimizar a situação, sobretudo com os cursos de formação profissional.

Edivaldo de Oliveira disse que a exploração racional de produtos florestais e, sobretudo, a sua transformação em matéria-prima para a confecção de mobiliário contribui para o rendimento das famílias, bem como o crescimento económico da província e do país.

## Questão ambiental

O ressurgimento da indústria madeireira no país levanta a questão ambiental dessa actividade. Mais do que uma importante fonte de receitas fiscais, a exploração de madeira, pelo seu impacto ambiental, está sujeita a fortes medidas de controlo e fiscalização, grande parte delas a cargo do Instituto de Desenvolvimento Florestal. Afinal, explorar madeira é uma actividade lucrativa, mas impõe-se que seja feita de modo racional e sustentável.

No Moxico, o Instituto de Desenvolvimento Florestal promove, regularmente, campanhas de substituição das árvores abatidas com a plantação de novas espécies. Uma campanha destinada às empresas interessadas nesta área foi lançada no início do mês de

Junho, segundo a instituição afecta ao Ministério da Agricultura, que indica ainda terem, sido recebidos, desde 2014, mais de 80 pedidos para concessão de licença de exploração de madeira.

Deste número foram seleccionados apenas 52 empresas, no que é entendido como forma de salvaguardar a capacidade produtiva da província neste domínio. O município do Moxico possui o maior número de empresas, seguido do Alto Zambeze, Bundas, Leua e Camanongue.

Isaac Victor, chefe de departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal no Moxico, é taxativo quanto ao crescimento da exploração de madeira na província e aplaude o impacto cada vez mais visível nas receitas locais e consequentemente na diversificação de economia. Isaac Victor está preocupado com as medidas de segurança para evitar a exploração desordenada da madeira nas florestas, o que no seu entender passa por investimento em meios de fiscalização, mas também pelo aumento do número fiscais.

Isaac Victor sublinha, a esse propósito, que para controlar a vasta malha florestal da maior província de Angola, a instituição conta actualmente com pouco mais de 20 fiscais. "Temos muito pouco pessoal e uma área tão grande para fiscalizar", diz.

Abate com regras

A exploração sustentável dos recursos florestal é, na verdade, um das principais preocupações do Instituto de Desenvolvimento Florestal no Moxico, não vá a assistir-se, daqui há alguns anos, fenómenos como a desertificação.

A pensar neste factor, o Instituto de Desenvolvimento Florestal incentiva à cada uma das empresas de exploração de madeira a reflorestar por ano uma área correspondente a um hectare. E mais: no âmbito das medidas de prevenção florestal, a árvore a ser abatida deve ter, no mínimo, um diâmetro superior a 60 centímetros.

A exploração da madeira no Moxico merece alguma explicação para se aferir da sua importância. Um espaço de 1.000 hectares garante a exploração de até 500 metros cúbicos de madeira em toro. O preço por metro cúbico de toro, na zona de exploração ronda os 100.000 kwanzas para a espécie mussivi, enquanto para as outras espécies, como a mumanga e mucuva não passa dos 90.000 kwanzas.

Dados provisórios indicam que este ano os impostos resultantes da exploração de madeira na província do

Moxico poderão chegar aos 50 milhões de kwanzas, com um volume de exploração de 11 mil metros cúbicos, segundo dados apurados pelo Jornal de Angola.

Por ser um dos seus principais recursos nesta altura, o sector florestal pode, perfeitamente, marcar o crescimento económico da província do Moxico, o que é avaliado até pela quantidade de camiões potentes que, carregados de madeira em toro, diariamente saem da província tendo como destino final as serrallharias de Luanda e outras províncias.

Por enquanto, a procura supera de longe a oferta, mas os madeireiros do Moxico sabem que têm um desafio para alimentar o mercado interno, bem como a exportação para atrair divisas para o país. "Temos uma imensa floresta que pode oferecer enormes recursos para criar riquezas", sentencia Edvaldo de Oliveira, optimista quanto às medidas do Executivo sobre a implementação de programas dirigidos.

Tradição madeireira

A província tem forte tradição na exploração madeireira, com um registo de 30 serrações no tempo colonial, então responsáveis pelo abastecimento de províncias como Bié, Huambo, Benguela, além, claro está, do próprio Moxico, um facto que era substancialmente favorecido pela linha do Caminho-de-Ferro de Benguela para o transporte da matéria-prima desde o leste do país.

O surgimento de importantes infra-estruturas imobiliárias e milhares de postos de trabalho esteve sempre ligado às serrações do Moxico, aproveitando a sua diversidade de espécies, como a muvuca, mumanga, mutete, mulombe, mucula e mussivi, como é referido noutra espaço desta peça e que eram fundamentais para a confecção de mobiliário e construção civil.

Os dados sugerem a disponibilização, pelas autoridades, nos próximos anos de mais espaço aos empresários madeireiros, como premissa para o desejado aumento da produção, uma pretensão facilmente praticável numa província detentora de enormes recursos florestais.

Entre os empresários do sector, há a convicção de que, tarde ou cedo, vão ombrear com outras áreas actualmente com mais visibilidade, nomeadamente as de produtos como cereais, arroz, hortícolas e outros para continuar a alavancar e a economia.

Os programas dirigidos representam para a indústria madeireira a passagem de uma exploração rudimentar



para industrialização, garantindo o sustento de inúmeras famílias e uma alternativa segura para o crescimento económico da região.

O Moxico possui excelentes condições para, rapidamente, tornar-se num dinâmico pólo de desenvolvimento no que a exploração de recursos florestais diz respeito.

A história regista que antes da Independência Nacional, a produção de madeira era considerada a segunda fonte de receitas para a província, logo a seguir ao arroz.

#### Mobiliário do Luena

Na cidade do Luena, o industrial Edvaldo de Oliveira tem instalada uma loja para a comercialização de mobiliário de diverso tipo, como camas, mesas, portas, janelas e outros. E a qualidade não fica nada a dever a outros artigos importados, o que satisfaz as exigências do mercado. Os preços das camas variam de 50.000 a 100.000 kwanzas e os das mesas de 30.000 kwanzas a 80.000 kwanzas.

A mobília produzida no Luena já atrai, também, muitos clientes de outras províncias como as Lundas Norte e Sul, Bié, Huambo e Benguela. A capacidade técnica disponível na empresa há muito que se encontra desajustada à enorme procura de clientes que chegam diariamente à capital do Moxico. Um bom motivo para Edvaldo de Oliveira ponderar a solicitação de mais espaço para a exploração de madeira e atender, sem constrangimentos, as enormes solicitações dos seus clientes.

Edvaldo de Oliveira refere que com os investimentos feitos, a sua empresa está em condições de competir com as províncias de Cabinda, Uíge e Bengo, conhecidas pelas suas elevadas performances na área de produção madeireira. Dados oficiais indicam que mais de 90 empresas estão legalizadas para a exploração de madeiras, 50 das quais operam no Uíge, 23 no Bengo, 11 em Cabinda e nove no Cuanza Norte.

## 10.22 Cazenga

*Jornal O Novo Jornal*  
26 De Agosto de 2016

No bairro Porto, Santo reinou o improviso

O bairro Porto Santo, conhecido como a rua direita da fábrica de cerveja da Nocal, que também é considerada crítica em tempo chuvoso, também mereceu atenção por ser outra das zonas críticas. Como descreveu Francisco da Costa, mecânico de profissão, a situação

é péssima. Quando chove, o trânsito não flui devidamente, e os motoristas fazem linhas curtas com medo de passar na água e gripar o motor das viaturas.

"Na época de chuva não conseguimos transitar devidamente porque, para além da água, existia bastante lixo é, como os carros não chegavam até à paragem da Cuca, os passageiros eram obrigados a pisar nesta água colocando a sua saúde em risco", contou.

O mecânico sublinhou ainda que, enquanto uns procuravam soluções para passar para o outro lado sem pisar na água, houve quem se disponibilizasse para transportar as pessoas às costas em troca de 50 kwanzas. "Alguns jovens, principalmente os benguelenses que transportam carga, na época das chuvas, deixaram os carros de mão e passaram a transportar as pessoas às costas em troca de 50 kwanzas. Muitas vezes, não conseguiam chegar ao destino e caíam com os clientes na água.

Era muito triste", lamentou. Francisco reconheceu trabalho feito pela administração do município, mas alegou não ser suficiente para satisfazer a demanda da população face às chuvas.

"Eu sei que o administrador está a trabalhar, mas não é suficiente. Nós queremos que as ruas estejam asfaltadas e que coloquem, pelo menos, esgotos senão esta mal.

Nós ouvimos sempre que o governo está a trabalhar e eu queria saber onde, se as nossas ruas continuam na mesma?

## 10.23 Gestão de Riscos: Sair da Teoria para a Prática

*Novo Jornal*  
26 De Agosto de 2016  
Texto: Sérgio Calundungo

Vem aí a estação chuvosa. Teremos outros desastres como no ano passado? Dizem os entendidos no assunto que a redução de riscos de desastres, que consiste na redução da probabilidade da ocorrência de um desastre ou da diminuição dos seus efeitos, deve ser trabalhada sob duas vertentes: redução de ameaças ou redução de vulnerabilidades.

Entretanto, para o que hoje denominamos de desastres naturais, torna-se demasiado complexo trabalhar na redução de ameaças, tais como chuvas intensas, ventos fortes ou mesmo escassez de chuvas, de maneira que ações para reduzir vulnerabilidades

deveriam ganhar cada vez mais espaço na agenda dos nossos governantes.

Assim, para fortalecer as medidas de redução de riscos de desastres, processo ainda incipiente em Angola, seria preciso fortalecer, dentre muitas, a participação comunitária, pois toda a gestão de riscos tem início na localidade em que os desastres acontecem. E para nós, angolanos e angolanas, as localidades onde normalmente os desastres acontecem são bem conhecidas.

Na prática, isso significa que cada Governador Provincial e cada Administrador Municipal deveriam investir tempo, dedicação e recursos para conhecer melhor os bairros e localidades sob sua jurisdição, bem como quais os tipos de eventos mais comuns afectam a sua região, como, por exemplo, se há alagamentos, se ali costumadamente incidem ventos fortes, escassas chuvas, etc. Ao considerar todos esses elementos, todas as ameaças, é possível enfrentarmos eventos, como secas ou chuvas intensas de maneira mais segura. Sem termos de sofrer prejuízos económicos e humanos que tendem a ser cada vez maiores.

É preciso, portanto, que a noção de gestão de riscos esteja mais presente nas comunidades, ampliando as suas percepções de risco e promovendo atitudes, como a desobstrução das linhas de água, limpeza e saneamento do meio e outras medidas de prevenção que as comunidades podem e devem fazer, com apoio das instituições do Estado e seus parceiros.

Ao ampliar a percepção de risco, o responsável pela gestão de uma dada localidade apercebe-se de que é co-responsável pela resiliência da sua comunidade, e deixa de lado a velha noção de que as vítimas são sempre culpadas pelos danos humanos, económicos e sociais causados pelas chuvas. Garantir que os danos humanos e económicos sejam inexistentes nesta estação chuvosa é também uma responsabilidade do poder público e não apenas exclusivo dos cidadãos.

As Administrações Municipais deveriam ter o papel de pensar a gestão de risco e a defesa civil como algo fundamental, de maneira a evitar que o desastre provoque danos e prejuízos, muitas vezes, irreparáveis.

Em alguns países, o órgão responsável pela aprovação de projectos que envolvam a construção de infra-estruturas públicas ou privadas, por exemplo, tem na análise de risco o ponto de partida para a construção de uma rodovia, de um hospital, de uma residência, ou de uma escola, garantindo que as suas estruturas e a sua localização sejam o menos vulnerável possível aos desastres ou contribuam para que estes ocorram nas zonas circundantes.

Ao nível de alguns Municípios, Províncias e até ao nível Nacional, temos vindo a pagar muito caro por não investir recursos suficientes na prevenção ou em medidas adequadas de redução dos riscos. Alguém já terá feito o cálculo do quanto tem vindo a custar aos cofres do Estado a reparação dos danos causados pelas chuvas? Alguém imagina o que tem custado às famílias que sofrem directamente o impacto das secas, das estiagens ou das inundações que acontecem, com cada vez mais frequência, no nosso país? A prevenção não está somente nos apelos que se fazem às comunidades para evitarem construir em zonas de risco, nem nas acções de demolição que, às vezes, ocorrem e muito menos no amontoar de meios e bens diversos para acudir às vítimas depois de os desastres ocorrerem.

## 10.24 Luanda aguarda pelas chuvas com dúvidas e medo

*Jornal O novo Jornal*

*26 De Agosto de 2016*

*Texto: Dulcineia Lufua*

Há três meses, todos os olhos estavam voltados para a famosa bacia de retenção de águas do Coelho, em Viana, talo impacto que as chuvas tiveram neste local e, consequentemente, na vida das pessoas.

Actualmente, a vida no bairro está calma. As chuvas pararam e os problemas que geraram também. Mas os populares já se mostram cépticos com o aproximar de novas chuvadas, temendo enfrentar novamente o "coelho".

Teresa Mito, moradora do bairro há 10 anos, explica que nas últimas chuvas os munícipes viveram vários transtornos que ficaram nas suas memórias. As correntes geradas pela força das águas invadiram as residências, obrigaram a abandonar casas e a dormir ao relento, para além de terem criado um ambiente favorável ao surgimento de várias doenças.

"Cassule, aqui no tempo de chuva é um Deus nos acuda. As águas vinham de longe, carregavam muito lixo, invadiam as nossas residências e, se não tiver força, ainda te arrastam, porque vêm com muita pressão", recordou a mulher, de 47 anos, notando que demoravam vários dias para secar.

Segundo Teresa, em algumas circunstâncias, os moradores tiveram de passar a noite em claro e ao relento. Noutras, tiveram de dormir por cima de blocos, sujeitos a todo o tipo de doenças. Esta situação afectou sobretudo as crianças, as que têm menos defesas para resistir a doenças provocadas,

nomeadamente, pelos mosquitos que encontravam ali um ambiente favorável à sua propagação.

"Era muito triste você, como mãe, não saber o que fazer para acudir à situação. Nos anos passados, isso não acontecia", desabafou a moradora, que teme a repetição daquele cenário.

Enquanto decorria o nosso trabalho, alguns meninos inocentes e sem medo faziam da bacia de retenção o seu local de brincadeira e algumas mulheres, a uns metros do buraco, montaram as barracas onde vendem comida e bebida, esquecendo-se que, há pouco tempo, o recinto transtornou a vida a moradores, automobilistas e governantes.

Teresa Mito acrescentou que naquele buraco "já faleceram muitas crianças" em consequência das chuvas. "Assim que as chuvas pararam, apareceram homens com máquinas que fizeram a sucção da água, mas não disseram nada aos moradores. Com o aproximar das chuvas, já estamos com o coração na mão. Pedimos às instâncias superiores que olhem por nós", apelou a mulher.

Esvaziaram o coelho e mais nada

Segundo relato de alguns moradores, sempre que chove, a bacia de retenção de águas residuais da zona do Coelho transborda para o interior dos bairros adjacentes e para a faixa de rodagem da estrada nacional 230, no sentido Luanda/Viana, causando inúmeros problemas à circulação automóvel e a quem tem casa nas proximidades. É o caso de Walter António. Este motorista de profissão teve de comprar uma nova mobília para a casa porque a que tinha foi levada pela força das águas.

«As últimas chuvas, trouxeram muitos prejuízos à minha casa. Não se aproveitou nada, as águas estragaram tudo. A estrada está mais alta do que as casa e, por isso, é que toda a água transborda e fica estagnada nas residências “, explicou.

O motorista mostrou-se receoso por temer que o fenómeno se repita. Walter explica que a população teve de "fazer uma contribuição" entre si "para entulhar uma parte da rua", mas não há garantia de que sirva como barreira.

"Não sei o que vai acontecer futuramente. As coisas mantêm-se do mesmo jeito. O governo faz tantas promessas e não executa. Só esvaziaram o coelho, mais nada", desabafou o homem, sublinhando que, na época das chuvas, os moradores são obrigados a deixar os seus carros em casa e a andar de candongueiro para poderem chegar cedo aos seus postos de trabalho.

"Saímos de casa às cinco horas da manhã. O que eu peço é que melhorem as vias alternativas, o mais rápido possível, porque senão vamos viver episódios muito piores do que os que vivemos com as chuvas passadas", apelou.

O nome Coelho, pelo qual ficou conhecida a bacia, resultou do facto de uma das várias quintas implantadas na zona se ter dedicado à criação e comercialização de coelhos.

## 10.25 Últimas chuvas provocaram 270 mortos e 321 feridos

*Novo Jornal*

*26 De Agosto de 2016*

*Texto: António Paulo*

De acordo com a fonte, as províncias de Luanda, Huíla, Benguela, Kwando-Kubango e Kwanza-Sul foram as mais afectadas pela época das chuvas 2015/2016, caracterizada por forte pluviosidade, inundações ou desabamento de terras, provocando, entre as vítimas, 42 mortes devido a descargas eléctricas atmosféricas.

"Estas descargas eléctricas são um fenómeno adjacente às chuvas, por isso estão incluídas nestes números", esclareceu em Luanda, o porta-voz do SNPCB, acrescentando que a última época das chuvas em Angola, entre Agosto e Maio último, provocou 270 mortos e 321 feridos.

A província de Benguela foi uma das mais afectadas nas últimas chuvas, com mais de 100 mortes em consequência das intempéries que destruíram as casas construídas em zonas de risco, de acordo com fontes provinciais.

Além das consequências imediatas, observaram-se outras, como a destruição das áreas de cultivo, afectando sobretudo a população rural. Pelo menos, 18 mil hectares com plantações de produtos diversos, cultivados pelos camponeses dos municípios e comunas da província de Benguela, ficaram comprometidos naquela época agrícola, devido às chuvas excessivas que caíram sobre a região, afirmou na ocasião à Angop, o presidente da Federação da UNA- CA, João Simão Januário

Entretanto, o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) anunciou, em comunicado, que a época quente ou chuvosa teve início oficialmente a 15 de Agosto em todo o território nacional e decorrerá sobre a influência da fase neutra do fenómeno "EI

Nino Oscilação Sul" (ENSO), em transição para a fria denominada "La Nina".

No comunicado, o INAMET esclareceu que a época chuvosa passada (2015/2016) decorreu sobre a influência do "EI Nino" (fase quente), tendo influenciado drasticamente quase toda a região Austral de África, com seca severa e chuva intensa, que deram origem a grandes inundações em algumas zonas, como foi o caso de Angola.

O documento indica, por outro lado, que a "previsão sazonal para a época chuvosa 2016/2017 será conhecida após o Fórum Climático da Região da SADC, que acontece em Harare (Zimbabwe), desde o dia 15 e termina no próximo dia 27 (terça-feira).

O comunicado sublinha que, de 15 de Agosto, "como acontece em todos os nos", a temperatura do ar começa a subir gradualmente ao passo que a pressão atmosférica e a humidade relativa diminuem, os padrões do vento e de nebulosidade alteram. A data em referência, segundo a nota do INAMET, marca mudanças significativas nos elementos meteorológicos em causa.

A estação do cacimbo, recentemente terminada, foi caracterizada pela ausência de chuva, noite e madrugadas frias, onde as temperaturas mais baixas foram observadas na região sul de Angola. Neste ano, a temperatura mínima atingiu os quatro graus

Celsius, observados no dia 12 de Julho, na cidade do Kuito, província do Bié.

O Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET) é uma instituição de pesquisa e prestação de serviços nos domínios da Meteorologia, Geofísica e Astronomia, dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Sob tutela do Ministério dos Correios e Telecomunicações, foi criado a 23 de Junho de 1980, pelo decreto N° 23/80 do conselho de Ministros, com a designação primária de Instituto Nacional de Hidrometeorologia e Geofísica, em substituição do então Serviço Meteorológico de Angola - SMA, criado em 17 de Junho de 1950.

## 10.26 Vox Populo: Cidadinos apreensivos

*Jornal O Novo Jornal*  
26 De Agosto de 2016

As chuvas ainda não começaram a cair na cidade, porem, os cidadinos mostram-se preocupados com o

facto de as autoridades quase “nada” ter feito para atenuar as consequências das quedas pluviométricas que, quando são intensas, provocam o desabamento de residências, inundam estradas e deixam ruas intransitáveis. O NJ foi à rua para saber junto dos populares o que mais os preocupa na época chuvosa e o que está a ser feito para a melhoria dos seus bairros no sentido de resistirem melhor à investida das águas.

Celso Luís, estudante

universitário do curso de arquitectura e urbanismo, morador do Zango ,Acredito que a chuva tem feito os seus desastres, e os mais afectados são os que vivem em áreas de risco. É do nosso conhecimento que o Governo está empenhado em melhorar essa situação, como alojar algumas famílias que viviam nestes locais e colocá-los em espaços seguros, como é o caso do Zango.

Como estudante de arquitectura, eu acredito que há mais por fazer no que diz respeito às valas de drenagem. Existem valas que até hoje continuam entupidas porque os homens as reparam e deixam as condutas abertas e os moradores depositam lá o lixo. O que peço é que se faça uma boa manutenção das valas enquanto ainda é cedo.

Domingos Diniz Capina, residente em Viana

Acho que o, governo teria que promover campanhas de sensibilização, de modo a ajudar as populações a evitarem construir as suas residências em locais inapropriados para que não aconteçam as cenas tristes vividas nos meses anteriores. O Governo tem feito um esforço para minimizar os danos causados pelas chuvas, como a construção de valas de drenagens e desalojamento de pessoas em zonas de risco, colocando-as em áreas seguras.

Cecília Francisco, estudante e funcionária, residente na Ingombota, A nossa cidade, infelizmente, ainda apresenta problemas de saneamento básico, e, como luandense, a minha preocupação vai directamente para as vítimas das chuvas passadas. Ouvimos que muitos abandonaram as suas residências e acomodaram-se nas casas de familiares, tão logo as chuvas pararam regressaram. Será que nessa nova fase farão a mesma coisa? Espero bem que não. Infelizmente, a nossa cidade não está preparada para as chuvas, principalmente as zonas periféricas.

O Governo tem feito a sua parte, organizando algumas vias e retirando pessoas das áreas de risco. Já agora, quero felicitar o governador pelo combate cerrado que declarou ao lixo. Os resultados já são bem visíveis, mas queremos ver mais.

Laura Dala, recepcionista, moradora do Cazenga

Tenho diversas preocupações, visto que se aproximam as chuvas e ainda existem pessoas que vivem em situações de risco, como é o meu caso. Vivo na periferia e, no tempo de chuva, não consigo chegar à cidade porque os táxis não circulam e, se aparecem, fazem linhas curtas.

As chuvas também constam das preocupações do Governo, porque um dos objectivos dele é fazer com que os cidadãos vivam em segurança, mas para que isso aconteça cabe-nos também fazer a nossa parte, como entulhar as ruas, colocar passeios nos nossos portões e não construirmos em locais proibidos.

Hugo Sérgio, desempregado, residente no Sambizanga

Eu vivo no gueto, como se diz, e, quando chove, é uma tristeza. As ruas todas ficam enlameadas. Tenho de sair de casa com o calçado nas mãos e passar por cima de pedras que, muitas vezes, não são seguras e, muitas vezes, acabas por cair na água. O Governo só está a "atacar" a parte da cidade que tem asfalto e que é mais fácil organizar. Nos bairros periféricos, nada está a ser feito. Continua tudo na mesma.

Manuel José, mecânico morador do Rangel

A situação poderá voltar a ser complicada porque as chuvas se avizinham e não temos visto grandes obras do Governo para atenuar ou combater os estragos das chuvas. Temos visto pequenas manutenções em algumas valas, reabilitação de algumas estradas. Agora não sei se isso vai ajudar ou vai piorar a vida da população, uma vez que a prática também nos tem mostrado que as obras feitas são de má qualidade. Quando começa a chover, os segredos de Luanda começam a ser destapados.

Teresa Bunga, estudante universitária

As minhas preocupações focam-se no saneamento básico. Vimos que o nosso país concretamente a capital tem certas zonas com bastante lixo. Visto que se avizinha a época chuvosa, gostaria que se desse um tratamento célere à recolha dos dejectos para se evitar as mortes por febre-amarela e o paludismo que ocorreram na época chuvosa passada.

Há algum trabalho a ser feito pelo Governo, mas não é o suficiente. Algumas estradas receberam um novo tapete asfáltico, outras foram entulhadas, mas não deveria ser somente isto. Ainda há muita coisa por fazer, como a organização dos bairros, a questão das vias secundárias e terciárias, o desentupimento dos esgotos, etc. Existem municípios, como o Cazenga e

Viana, que ficam uma lástima quando chove e onde as pessoas não se conseguem deslocar de um sítio para o outro.

Também quero chamar a atenção dos munícipes para que não continuem a construir em zonas inapropriadas, e o Governo deve fazer um maior controlo sobre essas construções anárquicas. Quando chove, há desabamento de casas, porque continuam a construir residências em zonas de risco como valas de drenagem e montanhas.

## 10.27 Indústria fomenta transformação de madeira

*Jornal de Angola*

*31 De Agosto de 2016*

A madeira em exploração deixa de circular em toro, em 2017, fora da província do Moxico; na sequência do decreto 199 de 22 de Abril deste ano, para permitir a sua transformação em tábuas, barrotes, tacos e contraplacados, anunciou ontem Isaac Víctor, chefe de departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) na província do Moxico.

O decreto visa a agregação de valor e aumentar a criação de postos de trabalho, pela inexistência do segmento da transformação.

Com a medida, os exploradores de madeira são obrigados a realizar investimentos no segmento da transformação do produto, com a implantação de serração nas áreas de exploração ou na cidade do Luena:

Isaac Víctor, chefe de departamento do Instituto de Desenvolvimento Florestal (ID F) na província do Moxico, disse à Angop que acabar com o transporte de madeira em toro constitui uma orientação expressa no decreto n.º 199 de 22 de Abril do ano em curso.

"Esta é uma orientação expressa e, à luz do decreto n.º 199 de 22 de Abril de 2016, já está regulamentado que a partir de 2017 a madeira não pode circular fora da província em toro, sem que esteja transformada em barrotes e tábuas. Estamos a passar a mensagem a todos quantos estão interessados na sua exploração", esclarece o responsável pelo licenciamento dos madeireiros. Em 2016, disse Isaac Víctor, o Instituto de Desenvolvimento Florestal procurou ensaiar a este princípio e, de algum modo, está a dar os seus resultados, mas não taxativamente por ser ainda um período de graça, para permitir que a mensagem chegue a todos de que, a partir de 2017, não haja madeira que possa ser transportada em toro.

Isaac Victor assegura que grandes investimentos no sector da transformação passam a ser realizados nos próximos tempos, porque a implantação de serrações de grande e média dimensão implica a mobilização de muitos recursos financeiros.

"Transformando a madeira, ou na area de corte ou na sede da província teremos muito a ganhar, porque vai agregar valor e muitos dos jovens podem encontrar aí o seu emprego. São absorvidos no mercado de emprego, aumentando a sua renda e podem ajudar no sustento das suas famílias", declarou Isaac Victor.

De acordo com o processo de cada madeireiro entregue para este ano, num total de 65 empresas envolvidas, se cada um empregar pelo menos dez trabalhadores, só na área de corte passam a trabalhar 650 pessoas. Adicionando o transporte, a transformação, a cozinha, os serviços administrativos, estes números podem crescer substancialmente nos próximos anos. "Quando remeteram os processos, contaram apenas com o corte e a transportação. Agora, com esta nova orientação, nalguns casos as empresas têm de admitir mais pessoal, para que haja naturalmente fluidez no trabalho que vão realizar", afirmou Isaac Victor. Dado o contexto que o país vive, caracterizado pela crise causada pela queda do preço do petróleo no mercado internacional, Isaac Victor acredita que a madeira é o produto que mais vai contribuir para o crescimento do Produto Interno Bruto do Moxico. No passado, embora o número da população fosse mais reduzido do que actualmente, a província do Moxico era uma referência nacional e internacional na produção de madeira e do arroz.

São os dois produtos basilares que fizeram que a cidade pudesse crescer.

Neste momento, a região conta com cinco projectos ligados à transformação da madeira, no âmbito do programa do Executivo que visa maior apoio ao empresariado nacional.

No âmbito do processo de diversificação da economia, para a região do Moxico, foi eleita a produção de madeira e de arroz.

"Já estive aqui o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), na pessoa do seu director, e reuniu-se com as empresas eleitas. Está-se a trabalhar para ver se estas instituições possam ter financiamento no biénio 2016/2017", informou o presidente da Associação dos Madeireiros da mesma província, Frederico Paulino.

"Agora, todas as empresas querem utilizar a madeira como divisa, mas cabe ao Governo seleccionar instituições idóneas que vão ajudar, com a sua

actividade, na arrecadação de moedas estrangeiras para o país", acrescentou Frederico Paulino.

As empresas de transformação, disse o responsável, vão ter linhas de processamento de madeira em blocos, tábuas, pranchas, vigas, barrotes, tacos, entre outros derivados da madeira.

Frederico Paulino garantiu que, à medida que as empresas ganhem maior capacidade financeira, a província vai agregar a produção de contraplacados.

## 10.28 Acho que isso não vai melhorar tão cedo

*Novo Jornal*

*26 De Agosto de 2016*

"Minha filha, nós já estamos cansados de falar a toda a hora para os jornalistas e não vemos a, situação resolvida". Foi assim que fomos recebidos pelos munícipes da avenida 12 de Julho, no distrito do Sambizanga, que se mostraram agastados com os problemas que têm enfrentado na época chuvosa e que, num instante, desfiaram como quem desfia um rosário de queixas.

"Avizinham-se as chuvas, obras paradas, o lixo que se acumula aqui. Deveriam apressar a obra porque senão isso vai tornar-se uma autêntica piscina. Parece que o Governo não conhece o estado dessa via", criticou um dos moradores, explicando que essa é uma via que dá acesso a um dos campos de futebol, conhecido como campo Mário Santiago ou do progresso, e só por esse facto o governo deveria agilizar o processo.

Lixo, terra aplanada, esgotos, pessoas e carros circulando de um lado para o outro, mulheres vendendo produtos alimentares em pequenas bancadas, homens descarregando grades de cerveja para o posto de venda. Foi este o panorama que o Novo Jornal encontrou no Sambizanga e que faz parte do quotidiano de quem ali vive.

Sobre a obra que está a ser feita na avenida, a moradora não quis tecer comentários. "Só vou comentar quando estiver concluída e quando cair uma chuva e a estrada resistir, porque dizem que a chuva é o verdadeiro fiscal das obras em Luanda", respondeu.

Sobre as chuvas passadas, os moradores dizem que ainda vivem as suas consequências. "Sofremos com muitas doenças, principalmente com o surto de febre-amarela, tivemos dificuldades para nos deslocarmos. Como é possível que uma estrada inunde?", questionou-se uma das pessoas interpeladas sem se

desviar da descrição feita: "Temos de pisar na água para, nos deslocarmos e os bandidos também estão à espreita, os esgotos sempre entupidos. O que pedimos é que o governo olhe para a nossa situação.

Estamos mesmo mal, estamos a viver uma situação péssima. A obra começou no mês de Março e até agora não há melhorias. Daqui a pouco começam as chuvas e como será? Acho que isso não vai melhorar tão cedo".

## II. MIGRAÇÃO

### II.1 Emigrantes ilegais tentam na Lunda Sul obter documentos

*Jornal de Angola*  
04 De Agosto de 2016

o chefe do departamento de Identificação Civil da Delegação Provincial da Justiça e Direitos Humanos na Lunda Sul, Alberto Caleno, denunciou em Saurimo a existência de funcionários do sector que facilitam o registo ilegal de estrangeiros, com fins lucrativos.

Em declarações à Angop, Alberto Caleno disse que mensalmente entre dez a 15 estrangeiros que tentam obter registos nacionais ilegalmente são detidos e encaminhados para o Serviço de Emigração Estrangeira, a fim de serem repatriados.

"O maior problema é a prática 'de auxílio e a facilitação na obtenção de documentos, por parte de funcionários, fazendo com que muitos ilegais, na maioria já detidos, tentem obter identidade angolana ilegalmente", realçou. Alberto Caleno ordenou aos funcionários a absterem-se desta prática, combatendo a imigração ilegal.

"Mensalmente são detectados e detidos entre dez a 15 estrangeiros, que vêm 'tratar' o Bilhete de Identidade com influência de algum funcionário. A Conservatória agora está rigorosa, sobre do com os funcionários dos postos municipais, a fim de combatermos esta prática", garantiu.

Irmão mata gémeo

Um cidadão de 18 anos matou à facada, no bairro Candembe, arredores da cidade de Saurimo, o seu irmão gémeo, depois de um desentendimento.

Munda Paulino, detido ontem pela Polícia Nacional, disse à imprensa que matou o irmão com duas facadas no pescoço, porque não tinha boa conduta no seio familiar" e que o desentendimento já durava há seis meses.

"Matei o meu irmão gémeo, porque ele não estava a portar-se bem em casa e eu queria proteger os meus pais, porque a atitude dele metia em perigo a vida dos nossos progenitores", confessou Munda Paulino.

### II.2 Imigrantes expulsos por residência ilegal

*Jornal de Angola*  
16 De Agosto de 2016

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SMB), na província do Zaire, deteve e expulsou, nos últimos sete dias, 123 cidadãos da República Democrática do Congo (RDC) que residiam ilegalmente naquela província.

De acordo com o Serviço de Migração e Estrangeiros, as detenções resultam das acções de fiscalização e busca de cidadãos estrangeiros, levadas a cabo pelas autoridades migratórias e policiais na região.

A nota explica que, deste número, 120 cidadãos foram expulsos através do posto fluvial do Kimbumba (Soyo), dois no Nóqui e um na fronteira terrestre do Luvo, município de Mbanza Congo. No mesmo período, segundo ainda o informe, o SME recusou a entrada no território nacional de 16 cidadãos da RDC por falta de documentos de viagem válidos.

Neste intervalo, o SMB emitiu, a nível dos postos fronteiriços, 575 passes de travessia para cidadãos nacionais que se deslocaram à região do Congo central (RDC). Quanto ao movimento migratório, anota refere que 431 cidadãos entre nacionais e estrangeiros entraram de forma legal no território nacional, tendo registado um aumento de 49 movimentos em comparação à semana passada.

Na zona sul, as autoridades afirmam que o actual estado da fronteira entre Angola e a Namíbia apresenta alguma vulnerabilidade, urgindo potenciar a Polícia de Guarda Fronteira com meios humanos e equipamentos essenciais, para travar a imigração e actos ilegais que decorrem ao longo da mesma.



## 12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

### 12.1 Diamantes Continuam em Alta

*Jornal Folha 8*

*06 De Agosto de 2016*

Em Junho, de acordo com um comunicado do Ministério da Geologia e Minas, Angola produziu em oito das 12 minas de diamantes em actividade, um total de 753.151 quilates, representando 75.358. 883 dólares, ao preço médio de 100 dólar por quilate.

Amina de Catoca contribuiu com 620514 quilates, Camutue 41.269, Cuango com 39.771 quilates, Chitotolo com 20.064, Cal onda com 12.889, somiluana 9.053, Lulo 8.779 e Lula 808 quilates. Comparativamente ao mês de Maio de 2016 cuja produção foi de 736.695 quilates. No valor de 74.97K.984 dólares, ao preço médio de 101 dólar por quilate, registou-se um aumento no volume e no valor de 2,23% e 0,51%, respectivamente.

Esse aumento deveu-se à mina de Camutue que produziu mais 252,75%, comparativamente ao mês anterior. Em relação ao valor das vendas, registou-se um ligeiro aumento devido à qualidade das pedras provenientes dos diferentes projectos, como os de Somiluana, Camutue, Lua e Lulo.

Relativamente ao período homólogo de 2015, em que a produção foi de 701.034 quilates, no valor de 79528.937, ao preço médio de U3 dólares por quilate, registou-se um aumento no volume de 7,53% e uma diminuição de 5,24% em valor. Este resultado deveu-se ao facto de a produção de Catoca ter registado um ligeiro crescimento de 0,82%, comparativamente ao referido período que foi de 615.478.

### 12.2 Investimento estratégico na produção do ferro gusa

*Jornal de Angola*

*12 De Agosto de 2016*

*Texto: Edivaldo Cristóvão*

A cada dia que passa Angola vai dando sinais de que a dependência do petróleo é uma questão de tempo. A Infinitude de recursos naturais Impõe a definição de estratégias para que o país tenha uma quantidade maior e variada de produtos cotados nos mercados Internacionais. A crise veio acelerar o processo.

No Cuando Cubango, mais concretamente na região do Cutato, ganha corpo o projecto de uma siderúrgica de grandes dimensões. A Companhia Siderúrgica do Cuchi contempla outros desdobramentos, mas o grande destaque é a produção de ferro gusa, a principal matéria-prima do aço: .

Com grande procura no mercado internacional, o ferro gusa é o produto imediato da redução do minério de ferro pelo coque ou carvão e calcário num alto forno. Normalmente, contém até cinco por cento de carbono, o que faz com que seja um material quebradiço e sem grande uso directo.

Geralmente, nos processos industriais, o ferro gusa é considerado uma liga de ferro e carbono, contendo de 2,11 a 5,00 por cento de carbono e outros elementos ditos residuais, como silício, manganês, fósforo e enxofre. É vertido directamente a partir do cadinho do alto forno para contentores, para formar lingotes, ou usado no estado líquido em fundições. Os lingotes são então usados para produzir ferro fundido e aço, ao extrair-se o carbono em excesso.

O ferro gusa tornou-se uma presença permanente e incontornável na vida das pessoas. Na bicicleta, nos vagões, navios e metros. Na estrutura da sua casa, no secador de cabelo, na turbina do avião, no arado que prepara a terra para o plantio, no silo que armazena os grãos. Na lata que conserva o alimento.

Na extracção de petróleo, na central hidroeléctrica. O aço faz parte da sua vida, em todos os aspectos.

Ele representa 90 por cento dos metais consumidos pela população mundial. E o ferro gusa é essencial para a produção do aço.

O ferro gusa é, basicamente, uma liga de ferro, resultado da redução desse minério, ao absorver carbono num alto forno. A grande questão à volta da produção de ferro gusa é o uso de grandes quantidades de carvão vegetal. O carvão serve ao mesmo tempo como combustível para manter os fornos a uma temperatura de 1.500°, necessária para derreter o minério de ferro, e como um agente químico para o processo de redução dos óxidos de ferro.

Inovação tecnológica

A busca de eficiência no processo de dessulfuração do ferro gusa resultou em novos procedimentos e inovações em equipamentos, que aumentaram significativamente a qualidade final do aço e reduziram o consumo de energia, além de transformarem um resíduo tóxico em material inerte.

Os processos actuais usam óxido e carbonato de cálcio que reagem com o enxofre, formando sulfato de cálcio. Como a retirada do enxofre não é muito eficiente, o aço chega a um padrão de qualidade quatro ou cinco, numa escala de um a dez.

O ferro gusa é um subproduto do processo de fundição para se fazer ferro puro. O minério de ferro é aquecido, utilizando alto teor de carbono combustível de coque, o que resulta em ferro fundido com uma característica de carbono muito elevada, geralmente cerca de quatro por cento. Durante a Revolução Industrial, o ferro gusa foi amplamente utilizado. Agora, é normalmente fundido em ferro forjado, que é um material mais útil. Ele possui propriedades úteis e, devido aos métodos modernos de metalurgia, estão agora disponíveis materiais melhores. Todas as formas de gusa contêm entre 3,5 e 4,5 por cento de carbono, juntamente com várias quantidades de enxofre, silício, manganês e fósforo. O ferro gusa básico tem menos de 1,5 por cento de silício, menos de um de manganês e quantidades residuais de enxofre e fósforo. O gusa hematite tem quantidades similares dessas impurezas, mas com quantidades muito maiores de silício, normalmente entre 1,5 e 3,5 por cento. A forma mais comum deste material de ferro gusa nodular não tem silício; mas 0,05 por cento de manganês, de enxofre e de fósforo.

Metal frágil o ferro gusa é um metal muito quebradiço, devido ao elevado nível de carbono e às outras impurezas que se formam nele. Outros elementos encontrados no ferro gusa também enfraquecem a sua estrutura. O seu ponto de fusão é, muito mais baixo do que o do ferro forjado ou aço. Mas isto não é um problema em termos de propriedades físicas, já que permite que seja transformado em ferro cinzento fundido de baixo grau, uma mistura de ferro gusa e sucata de aço e de ferro.

As impurezas do ferro gusa conduzem a outros materiais que se formam durante o processo de arrefecimento. O ferro e o carbono combinados produzem o carboneto de ferro. O carbono restante forma grafite semelhante à encontrada em lápis. Se se deixar o ferro arrefecer muito lentamente, forma-se uma maior quantidade de grafite, enfraquecendo o material.

A maior parte do ferro gusa produzido a partir de 2011 não é usada da mesma forma como antes. Geralmente, é formada para criar ferro forjado ou o seu nível de carbono é reduzido para formar o aço.

## Grande potencial

A Companhia Siderúrgica do Cuchi vai ter uma produção anual de 500 mil toneladas de ferro gusa e gerar mais de 3.500 postos de trabalho directos para jovens. Está previsto para o próximo ano o arranque da unidade de transformação de minério de ferro, num investimento avaliado em 226 milhões de dólares. Existe em redor do projecto uma grande expectativa pelo papel que lhe está reservado no processo de desenvolvimento da indústria mineira do país, nomeadamente como fonte de matéria-prima para a produção de aço, que é hoje o produto mais reciclável e reciclado do mundo. Carros, geleiras, fogões, latas, barras e arames tornam-se sucatas que alimentam os fornos das centrais de energia, produzindo novamente aço com a mesma qualidade.

Além disso, espera-se que venha a ser uma importante fonte de entrada de divisas, tendo em conta a enorme procura internacional de ferro gusa... o projecto começa com a desmatção, seguida da plantação de eucaliptos para a produção de carvão vegetal, para que a fábrica possa transformar o minério.

Recentemente, o secretário de Estado das Minas, Miguel Paulino, visitou o projecto e não escondeu a boa impressão com que ficou ao constatar o grau de execução das obras. O director-geral do projecto, José Xavier, explicou que está em curso a montagem de infra-estruturas electromecânicas, ao mesmo tempo que se faz a instalação do primeiro dos três altos fornos para a produção do ferro gusa e o apetrechamento das 50 suítes para acomodar os técnicos.

O projecto está a ser executado em duas fases. A primeira tem a conclusão prevista para Fevereiro do próximo ano, com as obras centradas quase à cem por cento na mina do Cutato, onde estão a ser instalados os fornos e concluída a zona residencial. A segunda fase comporta a expansão do projecto para outras áreas e compreende a construção de um ramal do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes até ao interior da mina.

Também está prevista a construção de uma aerogare, com uma pista capaz de receber aviões de grande porte. Estão previstos equipamentos de apoio como piscinas, pavilhões multiuso e refeitórios para os trabalhadores. As obras incluem ainda trabalhos de terraplenagem e asfalto de cerca de 60 quilómetros de estrada.

Existem, na comuna do Cutato, muitas reservas de recursos minerais para a produção do ferro gusa e de outros minérios que carecem de estudos para a sua

exploração e para promover o bem-estar da população.

O Governo Provincial do Cuando Cubango está a trabalhar para recuperar rapidamente o troço Cuchi-Cutato, para dinamizar a circulação de pessoas e bens e garantir o escoamento dos produtos com segurança. O projecto está localizado numa área onde normalmente a chuva cai com muita intensidade, como aconteceu no ano passado.

#### Conservação do ambiente

Com o avanço tecnológico dos fornos e a crescente procura por produtos feitos de ferro e aço, as indústrias siderúrgicas aumentaram a produção. Isso gerou problemas, devido aos gases poluentes libertados na atmosfera pela queima de carvão vegetal. Em meados do século XIX, a produção diária de um alto forno chegava a cerca de três toneladas, o que elevava ainda mais o consumo de carvão vegetal.

A partir do século XX, as siderúrgicas foram aumentando os investimentos em tecnologia, dê forma a reduzir o impacto da produção no meio ambiente, reforçar a segurança dos funcionários e da comunidade, assim como produzir cada vez mais aço com menos insumos e matérias-primas.

### 12.3 Projecto siderúrgico do Cutato e Cuchi envolve USD 226 milhões

*Jornal O PAÍS*

*18 De Agosto de 2016*

*Texto: Borges Figueira*

Duzentos e 26 milhões de dólares é o valor investido no Projecto Integrado Mineiro-siderúrgico do Cutato e Cuchi, na província do Cuando Kubango, que prevê produzir anualmente 500 mil toneladas de ferro gusa, segundo uma nota de imprensa do Ministério da Geologia e Minas.

De acordo com a nota, o projecto mineiro-siderúrgico do Cutato e Cuchi do investidor-operador Modulax, que arranca no próximo ano (2017), prevê a criação de mais de 3 mil e 500 postos de trabalho directos. Actualmente, decorre a montagem de infraestruturas electromecânicas, ao mesmo tempo que acontece a instalação do primeiro dos três altos fornos para a produção de ferro gusa e o apetrechamento das 50 suites para acomodar os técnicos.

O projecto está a ser executado em duas fases. A primeira vai ser concluída em Fevereiro do próximo ano, com as obras principais quase a cem por cento na

mina do Cutato, onde estão a ser instalados os fornos e concluída à zona residencial. A segunda fase comporta a expansão do projecto a outras áreas e compreende a construção de um ramal do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes até ao interior da mina.

A execução da obra prevê a construção de uma aerogare, com uma pista apta para aviões de grande porte, assim como para receber os equipamentos de apoio e de lazer para os trabalhadores. As obras incluem ainda trabalhos de terraplenagem e asfaltagem de 60 quilómetros de estrada.

O Ministério de Geologia e Minas refere igualmente que "na comuna do Cutato muitas reservas de recursos minerais para a produção de ferro gusa e de outros minérios carecem de estudos para a sua exploração e para promover o bem-estar da população".

A nível local, o Governo Provincial do Cuando Kubango está a trabalhar para recuperar rapidamente o troço Cuchi Cutato, com vista a dinamizar a circulação de pessoas e bens e garantir o escoamento dos produtos com segurança, tendo em atenção que o projecto está localizado numa área de constante pluviosidade, ou seja, muito chuvosa.

A siderurgia do Cuchi vive uma preocupação especial com a fonte de carvão vegetal. Existem outras fontes, mas a fonte mais utilizada depende da plantação de florestas próprias, apostando-se no reflorestamento e na extração de madeira nativa em áreas autorizadas. O projecto Cuchi possui uma área reservada para o plantio de eucaliptos, uma planta de fácil cultivo e menos exigente em termos de humidade e de fertilidade do solo.

### 12.4 ENDIAMA quer exploração legal

*Jornal Economia e Finanças*

*26 De Agosto de 2016*

O administrador para área de geologia da Empresa Nacional dos Diamantes de Angola (Endiama-EP), Luís Kitamba, disse, recentemente, no município do Cuango, que se encontra em preparação um regulamento da exploração diamantífera semi-industrial e artesanal, para a legalização das empresas já em actividades no país.

Luís Kitamba deu a conhecer que se encontrarem nestas condições mais de cinquenta empresas e o exposto no Código Mineiro responde a solicitação do governo da Lunda Norte, que pretende pôr fim aos conflitos entre as forças de segurança e os exploradores das concessões diamantíferas.

Sustentou que o facto permite ainda a inserção de jovens nas empresas controladas, além do processo de atribuição de senhas para exploração artesanal mostrar-se inadequado à fiscalização para a captação de receitas, combate ao garimpo e tráfico ilícito dos diamantes, uma vez os beneficiários serem nómadas.

O geólogo que respondia sobre aplicabilidade do "Código Mineiro", inserido nas palestras multi-disciplinares de iniciativa local, disse controlar treze Cooperativas Diamantíferas Semi-Industriais, das quais quatro na Lunda Norte, que já comercializam diamantes e mais de cinquenta processos aprovados.

Para tal, convidou os detentores de dragas, entre outros empreendedores mineiros nas províncias da Lunda Norte, Malanje, Bié, Lunda Sul, Moxico, Uíge e Cuando-Cubango, a se licenciarem, para a estratégia económica do país.

No entanto, a exploração artesanal de diamantes é a actividade de exploração com uso exclusivo de métodos e meios artesanais, não mecanizados e sem tecnologia mineira industrial.

O exercício desta actividade é permitido mediante um título designado por "Senha Mineira", emitido pelo Ministério da Geologia e Mi

